

# Aroldo Leal de Andrade

Bacharel em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (1999)

Mestre em Linguística, Universidade de Brasília (2003)

## **A subida de clíticos em português:**

Um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como um dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística Histórica

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Charlotte M. Chambelland Galves

Campinas

2010

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp**

An24m

Andrade, Aroldo Leal de.

A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX / Aroldo Leal de Andrade. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Charlotte Marie Chambelland Galves.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Clíticos. 2. Predicados complexos. 3. Mudanças linguísticas. 4. Língua portuguesa - Europa. 5. Marcação (Linguística). I. Galves, Charlotte Marie Chambelland. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Portuguese Clitic Climbing: a Study on the European Variety from the Sixteenth to the Twentieth Century.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Portuguese language – Clitics; Complex predicates; Linguistic changes; Portuguese language – Europe; Markedness (Linguistics).

Área de concentração: Linguística Histórica.

Titulação: Doutor em Linguística.

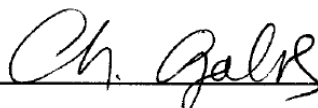
Banca examinadora: Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves (orientadora), Prof. Dr. Ian Gareth Roberts, Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral, Profa. Dra. Ilza Maria de Oliveira Ribeiro, Profa. Dra. Sonia Maria Lazzarini Cyrino. Suplentes: Profa. Dra. Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais, Profa. Dra. Maria Clara Paixão de Sousa, Profa. Dra. Cristiane Namiuti-Temponi.

Data da defesa: 28/04/2010.

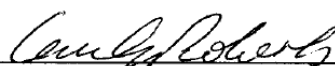
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

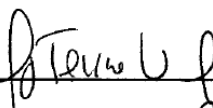
Charlotte Marie Chambelland Galves

  
\_\_\_\_\_

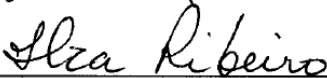
Ian Gareth Roberts

  
\_\_\_\_\_

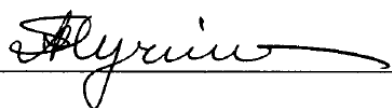
Lorenzo Teixeira Vitral

  
\_\_\_\_\_

Ilza Maria de Oliveira Ribeiro

  
\_\_\_\_\_

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

  
\_\_\_\_\_

Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais

\_\_\_\_\_

Maria Clara Paixão de Sousa

\_\_\_\_\_

Cristiane Namiuti-Temponi

\_\_\_\_\_

IEL/UNICAMP  
2010



Para Doralice e Arnaldo de Andrade,  
meus pais.



# Agradecimentos

Esta tese é o resultado de uma série de fatores estruturais e conjunturais.

Antes de tudo, foi necessário ter uma boa infraestrutura. Agradeço às instituições que me deram suporte físico e financeiro, proporcionando assim meu trabalho com dedicação integral: a *Fapesp*, pela bolsa de doutorado (processo DR 06/50256-8); a *Capes*, pela bolsa de estágio de doutorado no exterior (processo BEX 1605/08-9); a *Unicamp*, por ser um grande centro de excelência com boas instalações e funcionários dedicados.

Na Unicamp travei e ampliei conhecimento com várias pessoas durante esses quatro anos, a quem agradeço por fazerem parte da minha trajetória. Minha orientadora de tese **Charlotte Galves** teve um papel especial sobre meu percurso acadêmico, por ser um modelo de professora e pesquisadora, com seu espírito aberto e simpatia constante. Devo a ela sobretudo as doses homeopáticas de sua “filosofia de vida franco-brasileira” que me fizeram encarar com mais naturalidade e profissionalismo a tarefa de pesquisa. **Meus professores nos Programas de Pós-Graduação em Linguística da USP e Unicamp**, por complementarem de maneira decisiva minha formação acadêmica: Jairo Nunes, Filomena Sandalo, Flávia de Castro Alves, Maria Clara Paixão de Sousa, Sonia Cyrino e Ruth Lopes. **Meus colegas de pós-graduação da área de gramática formal, aquisição e mudança**, que ajudaram a criar um ambiente de estímulo intelectual: Adriana Gazola, Alba Gibrail, Aline Gravina, André Antonelli, Carlos Felipe Pinto, Cristiane Namiuti, Elisângela Gonçalves, Flaviane Fernandes-Svartman, Gilcélia Menezes, Gustavo Freire, Lílian Teixeira, Marcos Pires, Pablo Faria, Paulo Medeiros, Sabrina Casagrande. Especialmente no que diz respeito à metodologia de coleta de dados em *corpora*, agradeço a Maria Clara Paixão de Sousa, a Cristiane Namiuti e a Pablo Faria, que de diferentes maneiras me introduziram ao trabalho com ferramentas computacionais e quantificação. A Flávia de Castro Alves devo uma interlocução produtiva para compreender a abordagem funcional-tipológica.

Na Universidade de Cambridge tive uma estadia muito proveitosa, graças a meu orientador de estágio no exterior **Ian Roberts**, pelo apoio sempre incondicional e pelo papel tão

especial que tem exercido sobre o desenvolvimento da área de sintaxe diacrônica no Brasil, mesmo em meio a tantos outros compromissos. Agradeço também aos **professores ligados a Cambridge** com quem tive contato: Adam Ledgeway, Ioanna Sitaridou, Michelle Sheehan e Teresa Biberauer, pelo excelente trabalho de encarar o formalismo como busca de soluções, e não como subterfúgio. Lembro ainda **os amigos da *Link House***, que tornaram muito leve a vida no Reino Unido.

Uma série de pessoas me ajudaram de uma forma ou de outra, por contatos pessoais em viagens a congressos ou via internet. Na Universidade de San Diego, Califórnia, agradeço a Grant Goodall por ter me recebido tão bem no curto período em que lá passei, e a John Moore e Cynthia Kilpatrick pelas profícuas conversas. Agradeço pela atenção de pessoas que deram *feedbacks* a partes desse trabalho e que me enviaram ou indicaram textos, como: Ana Maria Martins, Anabela Gonçalves (Lisboa), Anthony Kroch (Pennsylvania), Arsalan Kahnemuyipour (Syracuse), Brenda Laca (Paris VIII), Flaviane Fernandes-Svartman (USP), Heloisa Salles (UnB), Iain Mobbs (Cambridge), Ilza Ribeiro (UFBA), Marcus Lunguinho (USP/MIT), Mary Kato (Unicamp), Poliana Rabelo (UnB/Firenze), Reineke Bok-Bennema (Groningen), Rita Manzini (Firenze), Susann Fischer (Hamburg) e Zenaide Carneiro (UEFS). Aos informantes de português europeu, obrigado pela disponibilidade e paciência: Conceição Cunha, Cristiano Flor, Pedro Antunes, Victor Martins, entre outros.

Obrigado a pessoas que tiveram um significado especial em fases pregressas de minha formação linguística na Universidade de Brasília, como Stella Maris Bortoni, Lucia Lobato (*in memoriam*) e Heloisa Salles. À Heloísa serei sempre grato pelo encorajamento constante a expor minhas ideias e a persistir na pesquisa.

Finalmente, lembro das pessoas que participaram dos exames que levaram à aprovação da presente tese: Juanito Avelar e Sonia Cyrino (qualificação) e Ian Roberts, Ilza Ribeiro, Lorenzo Vitral e Sonia Cyrino (defesa). Todos deram contribuições muito importantes para que o texto ficasse mais claro e algumas ideias, mais rigorosas.

Aos meus amigos em Campinas, Brasília e alhures: obrigado pelo encorajamento, pelo companheirismo, pelo aprendizado mútuo. Não os enumerarei sob o risco de esquecer alguém, mas vocês ajudaram a dar sentido à minha caminhada. Finalmente, sou grato à minha família e a Deus, por me lembrarem que a vida vai bem mais além da razão.



All life is a great chain, the nature of which is known whenever we are shown a single link of it.

*Sir Arthur Conan Doyle*



## Resumo

A tese aborda a ocorrência da subida de clíticos na história do português europeu dos séculos XVI ao XX, aliada a uma caracterização formal condizente com os dados observados. O fenômeno consiste na manifestação de um clítico pronominal dependente de um predicado não-finito junto a um verbo regente, normalmente finito, em contexto de predicado complexo. Adota-se a separação entre os conceitos de posição e de colocação de clítico, o primeiro resultante da sintaxe, e o segundo manipulado pela morfologia. Para a descrição do fenômeno, mais de 4.000 dados obtidos em corpora do português europeu moderno e do português clássico foram separados em termos de duas construções com características sintático-semânticas distintas: a “reestruturação” e a “união de orações”, uma em que o verbo regente é auxiliar ou semi-auxiliar; outra, um predicado causativo. Defendemos que o complemento infinitivo apresenta um caráter defectivo em ambos os tipos de predicados complexos, pois só tem a projeção da categoria vP, sendo portanto transparente para sofrer a operação de concordância com traços não-interpretáveis em categorias funcionais do domínio superior da sentença, de acordo com os pressupostos do Programa Minimalista. Crucialmente, a subida de clíticos se manifesta mediante a presença de um traço associado a uma categoria da camada flexional cujo efeito semântico é de pressuposição do referente do clítico, não obstante o valor intensional do domínio infinitivo ao qual o pronominal está vinculado. Tal caracterização formal é compatível com os resultados da pesquisa sobre a variação na ocorrência da subida, que recebem uma abordagem unificada a partir da conexão da subida de clíticos com a estrutura informacional: o clítico alçado retoma um elemento saliente no discurso, e assume a função de tópico secundário na sentença. Postula-se que a alteração no padrão de marcação do fenômeno é um reflexo da forma como a sintaxe organiza a informação. Portanto, a não-marcação da subida até o século XVII é um reflexo do alto uso de tópicos marcados sintaticamente e de sujeitos nulos, utilizados como estratégia para efetivar a continuidade de tópicos discursivos. A mudança para um padrão não-marcado do fenômeno se manifesta primeiramente de forma gradual a partir do século XVI devido à instabilidade no uso de construções informacionalmente marcadas, expressas sintaticamente em termos do movimento para uma posição de proeminência no início da sentença. A essa alteração no uso é atribuído um papel na alteração dos Dados Linguísticos Primários, que gera uma mudança sintática em torno do ano 1700, identificada como a perda do parâmetro V2.

**Palavras-chave:** Clíticos; Predicados complexos; Mudanças linguísticas; Língua portuguesa – Europa; Marcação (Linguística).



## ***Abstract***

The dissertation addresses the occurrence of clitic climbing in the history of European Portuguese from the sixteenth to the twentieth century, combined with a formal characterization consistent with the observed data. The phenomenon consists of the manifestation of a dependent clitic pronoun on a non-finite predicate together with a governing verb, usually finite, in the context of a complex predicate. We adopt the separation between the concepts of clitic position and clitic placement, the first resulting from syntax, and the second handled by morphology. In order to describe the phenomenon, more than 4,000 tokens from corpora of Modern European Portuguese and Classical Portuguese were separated in terms of two constructions with distinct syntactic and semantic characteristics: “restructuring” and “clause union”. In the former the governing verb is an auxiliary or semi-auxiliary; in the latter, a causative predicate. We claim that the infinitival complement has a defective character in both types of complex predicates, once it projects only up to vP; therefore, it is transparent to suffer Agree with non-interpretable features in functional categories of the higher domain of the sentence, according to the assumptions of the Minimalist Program. Crucially, clitic climbing is manifested by the presence of a feature associated with a category of the inflectional layer whose semantic effect is the presupposition of the clitic referent, regardless of the intensional value of the infinitival domain to which the pronoun is linked. This formal characterization is consistent with the results of research on the variation in the occurrence of climbing which receive a unified approach from the connection between clitic climbing and information structure: the climbed clitic incorporates a salient element in discourse and functions as a secondary topic in the sentence. We postulate that the change in the markedness pattern of the phenomenon is a reflection of how syntax organizes information. Therefore, the non-marked nature of climbing until the seventeenth century is a reflection of the strong use of syntactically marked topics and null subjects, which serve to obtain continuity of discourse topics. The change to a non-marked pattern of the phenomenon is manifested gradually from the sixteenth century due to instability in the use of informationally marked constructions syntactically expressed as the movement to a prominent position in the beginning of the sentence. Such a change in use is deemed responsible for a change in the Primary Linguistic Data, which causes a syntactic change identified as the loss of the V2 parameter around the year 1700.

**Keywords:** Portuguese language – Clitics; Complex predicates; Linguistic changes; Portuguese language – Europe; Markedness (Linguistics).



## Lista de figuras

---

<b>Figura 1</b> - Subida de clíticos no PCI por texto (dados de “reestruturação”) . . . . .	223
<b>Figura 2</b> - Amplitude de variação e média da subida de clíticos no PCI, por período . . . . .	224
<b>Figura 3</b> - Construções selecionadas por verbos causativos no PCI por texto . . . . .	233
<b>Figura 4</b> - Amplitude de variação e média de uso de “união de orações” no PCI, por período . . . . .	234
<b>Figura 5</b> - Cruzamento entre posição e colocação de clíticos no PCI (dados de “reestruturação”, sem partícula <i>de</i> ) . . . . .	237
<b>Figura 6</b> - Subida de clíticos de acordo com o contexto sintático no PCI (dados de “reestruturação”, sem contexto de ênclise) . . . . .	229
<b>Figura 7</b> - Ilustração de cartão seguindo a metáfora de arquivo . . . . .	242
<b>Figura 8</b> - Ilustração de esquema informacional para subida/ não-subida . . . . .	247
<b>Figura 9</b> - Saliência na sentença e subida/ não-subida . . . . .	255
<b>Figura 10</b> - Comparação entre formação de “união de orações” e manifestação da reestruturação por subida de clíticos no PCI . . . . .	275
<b>Figura 11</b> -Formação de “união de orações” de acordo com o contexto sintático no PCI (dados com verbos causativos, sem contexto de ênclise) . . . . .	276
<b>Figura 12</b> - Comparação entre subida em contextos de reestruturação e ênclise em orações independentes, em contextos de variação para a colocação de clíticos do PCI . . . . .	282
<b>Figura 13</b> - Esquema de mudança baseada na estrutura informacional . . . . .	291
<b>Figura 14</b> - Proposta de hierarquia de parâmetros . . . . .	303
<b>Figura 15</b> - A subida de clíticos face aos períodos da história do português . . . . .	304





## Lista de tabelas

---

<b>Tabela 1</b> – Hierarquia tipológica de classes de verbos formadores de predicado complexo . . . . .	<b>20</b>
<b>Tabela 2</b> – Tipos de complementação e verbos representativos em inglês . . . . .	<b>21</b>
<b>Tabela 3</b> – Resultados dos testes de auxiliaridade propostos por Gonçalves & Costa (2002) . . . . .	<b>24</b>
<b>Tabela 4</b> – Subida de clíticos em PE de acordo o registro . . . . .	<b>170</b>
<b>Tabela 5</b> – Análises multivariadas da contribuição de fatores internos selecionados como significantes para a probabilidade de subida de clíticos . . . . .	<b>172</b>
<b>Tabela 6</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com a função do clítico . . . . .	<b>175</b>
<b>Tabela 7</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com a pessoa do clítico . . . . .	<b>178</b>
<b>Tabela 8</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com o contexto sintático . . . . .	<b>178</b>
<b>Tabela 9</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com a coesão da sequência verbal . . . . .	<b>180</b>
<b>Tabela 10</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com a classe do verbo regente . . . . .	<b>182</b>
<b>Tabela 11</b> – Subida de clíticos em PE de acordo com a frequência do verbo regente . . . . .	<b>184</b>
<b>Tabela 12</b> – O ordenamento de PPs lexicalmente dependentes em inglês . . . . .	<b>187</b>
<b>Tabela 13</b> – Resultados de distância referencial com dados de subida de clítico . . . . .	<b>195</b>
<b>Tabela 14</b> – Resultados de persistência com dados de subida de clítico . . . . .	<b>196</b>
<b>Tabela 15</b> – Distribuição de clíticos alçados pelo contexto sintático (PE) . . . . .	<b>199</b>
<b>Tabela 16</b> – Colocação de clíticos alçados pelo registro e contexto sintático (PE) . . . . .	<b>203</b>
<b>Tabela 17</b> – Colocação de clíticos não alçados pelo tipo de introdutor da infinitiva (PE) . . . . .	<b>204</b>
<b>Tabela 18</b> – Posição e colocação de clíticos em PE de acordo com o contexto sintático . . . . .	<b>205</b>
<b>Tabela 19</b> – Distribuição da subida de clítico com verbos de reestruturação em PCI . . . . .	<b>212</b>

<b>Tabela 20</b> – Subida de clíticos em PCI de acordo com o contexto sintático . . . . .	<b>213</b>
<b>Tabela 21</b> – Subida de clíticos em PCI de acordo com a coesão da sequência verbal	<b>215</b>
<b>Tabela 22</b> – Subida de clíticos em PCI de acordo com a frequência do verbo regente . . . . .	<b>219</b>
<b>Tabela 23</b> – Subida de clíticos em PCI de acordo com a função do clítico . . . . .	<b>222</b>
<b>Tabela 24</b> – Distribuição da subida de clíticos com verbos causativos em PCI . . . . .	<b>226</b>
<b>Tabela 25</b> – Construções selecionadas por verbos causativos em PCI, por período . .	<b>229</b>
<b>Tabela 26</b> – Próclise com clíticos alçados em PCI, por período e contexto sintático .	<b>236</b>
<b>Tabela 27</b> – Próclise com clíticos não alçados pelo tipo de introdutor da infinitiva (PCI) . . . . .	<b>236</b>
<b>Tabela 28</b> – Distribuição da subida de clíticos pelo tipo de elemento precedente em dois períodos do PCI . . . . .	<b>264</b>
<b>Tabela 29</b> – Distribuição da subida de clíticos pelo tipo de sujeito nos dois períodos do PCI . . . . .	<b>265</b>
<b>Tabela 30</b> – Ocorrência da subida de clíticos quanto à realização do sujeito em dois textos de autores quase-contemporâneos . . . . .	<b>269</b>
<b>Tabela 31</b> – Ordem de constituintes em sentenças independentes em dois textos do português antigo . . . . .	<b>273</b>
<b>Tabela 32</b> – Seleção de CP finito por <i>mandar</i> no PCI I e no PCI II . . . . .	<b>277</b>
<b>Tabela 33</b> – Uso de estruturas informacionalmente marcadas no PCI . . . . .	<b>288</b>

# Lista de abreviaturas

---

## ABREVIATURAS EM GLOSAS

	<i>PORTUGUÊS</i>	<i>ENGLISH</i>
1	primeira pessoa	first person
2	segunda pessoa	second person
3	terceira pessoa	third person
ABS	caso absolutivo	absolutive case
ACC	caso acusativo	accusative case
AGR	concordância	agreement
ALL	alativo	allative
ASP	aspecto	aspect
CAUS	morfema causativo	causative morpheme
COND	condicional	conditional
DAT	caso dativo	dative case
DEF	definido	definite
ERG	caso ergativo	ergative case
EXPL	elemento expletivo	expletive element
FUT	futuro	future
GEN	caso genitivo	genitive case
IND	indicativo	indicative
INF	infinitivo	infinitive
IRR	modo <i>irrealis</i>	irrealis mood
N-	não- (p.ex. NDEF, indefinido)	non- (e.g. NDEF, indefinite)
NOM	caso nominativo	nominative case
OBJ	objeto	object
PASS	passiva	passive
PERF	perfectivo	perfective
PRES	presente	presente

PROG	progressivo	progressive
PRT	partícula	particle
PST	passado	past
PTCP	particípio	participle
REFL	reflexivo	reflexive
REM	passado remoto	remote past
SG	singular	singular
SBJ	sujeito	subject
TRANS	morfema transitivizador	transitivizer morpheme
LV	verbo leve	light verb

#### ABREVIATURAS DE CATEGORIAS

	<i><b>PORTUGUÊS</b></i>	<i><b>ENGLISH</b></i>
A	adjetivo	adjective
Agr	concordância (I explodido)	agreement (split I)
C	complementador	complementizer
D	determinante	determiner
I	flexão	inflection
N	nome	noun
Neg	negação	negation
P	preposição	preposition
$\Sigma$	polaridade (sigma)	polarity (sigma)
Root/ $\sqrt{\quad}$	raiz	root
S	sentença	sentence
T	tempo	tense
$\nu$	verbalizador/verbo leve	verbalizer/light verb
V	verbo lexical	lexical verb
$V_{inf}$	verbo infinitivo	infinitive verb
$V_{reg}$	verbo regente	governing verb
$X^0$	núcleo	head
$X'$	nível intermediário (qualquer categoria)	intermediate level (any category)
XP	sintagma	phrase

ABREVIATURAS NO TEXTO

	<i><b>PORTUGUÊS</b></i>	<i><b>ENGLISH</b></i>
AE	argumento externo	external argument
cl	clítico	clítico
CTB	Corpus Tycho Brahe	Tycho Brahe Corpus of Historical Portuguese
DEC	Deslocamento à Esquerda com Clítico	Clitic Left Dislocation (CLLD)
e/ cv	categoria vazia	empty category
EPP	princípio de projeção estendida	Extended Projection Principle
FOC	focalização	focalization
IPh	sintagma entoacional	intonational phrase
NCA	anáfora de complemento nulo	Null Complement Anaphora
NPI	item de polaridade negativa	Negative Polarity Item
Num	número	number
O	objeto	object
<i>Op</i>	operador	operator
OPEq	oração pequena	small clause
PA	Português Antigo	Old Portuguese
PB	Português Brasileiro	Brazilian Portuguese
PCI I	Português Clássico I (~1500 a 1700)	Classical Portuguese I (~1500 up to 1700)
PCI II	Português Clássico II (~1701 a 1850)	Classical Portuguese II (~1701 up to 1850)
PE	Português Europeu (Moderno)	(Modern) European Portuguese
PPh	sintagma fonológico	phonological phrase
PWd	palavra fonológica	phonological word
Pers	peessoa	person
S	sujeito	subject
Spec	especificador	specifier
TOP	topicalização	topicalization
TPE	Teoria Padrão Estendida	Extended Standard Theory (EST)
TRL	Teoria de Regência e Ligação	Government and Binding Theory (GB)
TSR	Topicalização Sem Retomada	Topicalization without resumption
V2	verbo em segunda posição	verb second
2P	segunda posição	second position



## Lista de símbolos

---

<i><b>PORTUGUÊS</b></i>	<i><b>ENGLISH</b></i>
( $\alpha$ ) $\alpha$ é opcional	$\alpha$ is optional
* $\alpha$ $\alpha$ é agramatical	$\alpha$ is ungrammatical
? $\alpha$ $\alpha$ é marginal	$\alpha$ is marginal
# $\alpha$ $\alpha$ é não-apropriada ao contexto	$\alpha$ is inappropriate to its context
{ $\alpha$ $\beta$ } possível na interpretação/contexto $\beta$	possible under interpretation/context $\beta$
$\alpha > \beta$ $\alpha$ precede $\beta$	$\alpha$ precedes $\beta$
$\alpha >> \beta$ $\alpha$ se transforma em $\beta$	$\alpha$ turns into $\beta$
$\alpha * \beta$ $\alpha$ e $\beta$ são adjacentes	$\alpha$ and $\beta$ are adjacent
$\alpha \oplus \beta$ $\alpha$ e $\beta$ sofrem concatenação morfológica	$\alpha$ and $\beta$ suffer morphological merger
$]_{i/j/k}$ índices referenciais	referential indices
$\epsilon$ $\alpha$ é uma cópia por movimento	$\alpha$ is a copy by movement
t vestígio	trace
$\emptyset$ morfema zero	zero morpheme
$\forall$ quantificador universal	universal quantifier
$\exists$ quantificador existencial	existential quantifier
$\neg$ negação lógica	logical negation
$\phi$ traços-fi (gênero, número e pessoa)	phi-features (gender, number and person)
$\sigma$ sílaba	syllable
[ ] traço ou constituinte	feature or constituent
[abc] <i>representação fonética</i>	<i>phonetic representation</i>
i[ ] traço interpretável	interpretable feature
u[ ] traço não-interpretável	uninterpretable feature
$\Rightarrow$ inserção na derivação	insertion in the derivation
$\Leftrightarrow$ coocorrência	co-occurrence





# Sumário

---

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I. PANORAMA</b>	<b>9</b>
<b>1   A formação de predicados complexos</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Diagnósticos de formação de predicado complexo</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Condições para a formação de predicados complexos</b>	<b>19</b>
<i>1.2.1 A relação de correferência</i>	27
<i>1.2.2 O compartilhamento de traços temporais</i>	31
<i>1.2.3 A coesão estrutural</i>	36
<i>1.2.4 Síntese</i>	40
<b>1.3 Problemas teóricos apresentados pelos predicados complexos</b>	<b>40</b>
<i>1.3.1 Forma de união: incorporação ou concatenação?</i>	41
<i>1.3.2 Estrutura da sentença: uma ou duas orações?</i>	45
1.3.2.1 Bioracionalidade generalizada	45
1.3.2.2 Análises duais	49
1.3.2.3 Mono-oracionalidade generalizada	54
1.3.2.4 Síntese	57
<i>1.3.3 Discussão sobre as evidências</i>	57
1.3.3.1 Evidências relativas à forma de união	58
1.3.3.2 Evidências relativas à estrutura da sentença	62
<b>1.4 Casos especiais de predicados complexos</b>	<b>72</b>
<i>1.4.1 Predicados complexos iniciados com uma oração pequena</i>	72
<i>1.4.2 Predicados complexos iniciados com uma completiva nominal             ou adjetival</i>	74
<b>1.5 Conclusões preliminares e perspectivas</b>	<b>76</b>



<b>3   A variação nos clíticos do português europeu:</b>	
<b>dados de “reestruturação”</b>	<b>165</b>
<b>3.1 Metodologia de pesquisa sobre os dados do PE</b>	<b>166</b>
<b>3.2 Descrição da variação entre subida e não-subida no PE</b>	<b>169</b>
3.2.1 <i>Fator externo: o registro em PE</i>	170
3.2.2 <i>Fatores internos</i>	171
3.2.2.1 A natureza do clítico em PE	173
3.2.2.2 O contexto sintático em PE	178
3.2.2.3 A coesão da sequência verbal em PE	179
3.2.2.4 A natureza do verbo regente em PE	181
3.2.3 <i>Síntese</i>	185
<b>3.3 Princípios condicionadores da variação na subida de clíticos</b>	<b>185</b>
3.3.1 <i>Princípios de natureza estrutural</i>	185
3.3.1.1 A minimização de domínios	186
3.3.1.2 A minimização de formas	191
3.3.2 <i>Princípios de natureza pragmática</i>	193
3.3.2.1 A urgência de tarefas	193
3.3.2.2 A estrutura da narrativa	197
3.3.3 <i>A relação entre gramática e princípios cognitivos</i>	200
3.3.4 <i>Síntese</i>	201
<b>3.4 Descrição da variação entre próclise e ênclise no PE</b>	<b>201</b>
3.4.1 <i>Clíticos alçados</i>	202
3.4.2 <i>Clíticos não alçados</i>	203
3.4.3 <i>O cruzamento entre posição e colocação de clíticos</i>	204
3.4.4 <i>Síntese</i>	205
<b>3.5 Conclusões preliminares e perspectivas</b>	<b>205</b>

<b>PARTE III. O PORTUGUÊS CLÁSSICO</b>	<b>207</b>
<b>4   Variação e mudança nos clíticos do português clássico: dados com verbos causativos e de “reestruturação”</b>	<b>209</b>
<b>4.1 Metodologia de pesquisa sobre os dados do PCI</b>	<b>209</b>
<b>4.2 Descrição da variação no PCI</b>	
<b>quanto à posição do clítico na “reestruturação”</b>	<b>212</b>
<i>4.2.1 Resultados por período</i>	212
4.2.1.1 O contexto sintático em PCI	213
4.2.1.2 A coesão da sequência verbal em PCI	214
4.2.1.3 A natureza do verbo regente em PCI	218
4.2.1.4 A natureza do clítico em PCI	221
<i>4.2.2 Resultados por texto</i>	222
<i>4.2.3 Síntese</i>	225
<b>4.3 A variação “união de orações” versus ECM</b>	<b>226</b>
<i>4.3.1 Resultados por período</i>	228
<i>4.3.2 Resultados por texto</i>	232
<i>4.3.3 Síntese</i>	234
<b>4.4 A colocação dos clíticos de predicados complexos no PCI</b>	<b>234</b>
<i>4.4.1 Clíticos alçados</i>	235
<i>4.4.2 Clíticos não alçados</i>	236
<i>4.4.3 O cruzamento entre posição e colocação de clíticos</i>	237
<i>4.4.4 Síntese</i>	238
<b>4.5 À guisa de caracterização da mudança (ou por que a subida cai)</b>	<b>238</b>
<i>4.5.1 A conexão entre posição dos clíticos e estrutura informacional</i>	240
4.5.1.1 O papel informacional do clítico	244
4.5.1.2 A posição do clítico e sua saliência no discurso	251
4.5.1.3 A posição do clítico e sua saliência na sentença	253
4.5.1.4 Síntese	255

4.5.2 <i>A expressão sintática da estrutura informacional</i>	256
4.5.2.1 Sintaxe e discurso no PCI I	256
4.5.2.2 Sintaxe e discurso no PCI II	261
4.5.2.3 Subida de clíticos, tópicos e sujeitos em dois períodos do PCI	263
4.5.2.4 Síntese	269
4.5.3 <i>Mudança sintática e seus efeitos sobre a marcação</i>	270
4.5.3.1 A marcação e a manifestação da “reestruturação”	270
4.5.3.2 A marcação e a formação da “união de orações”	274
<b>4.6 Conclusões preliminares e perspectivas</b>	<b>277</b>
<b>5   A subida de clíticos em perspectiva:</b>	
<b>a implementação da mudança no português e mais além</b>	<b>279</b>
<b>5.1 Inter-relações entre mudanças: na estrutura informacional e na sintaxe</b>	<b>279</b>
5.1.1 <i>A estabilidade da subida no português antigo</i>	282
5.1.2 <i>O sistema médio como favorecedor de instabilidade</i>	286
5.1.3 <i>A mudança na língua e a mudança na gramática</i>	289
<b>5.2 Os parâmetros envolvidos</b>	<b>293</b>
5.2.1 <i>O parâmetro V2; o castelhano</i>	293
5.2.2 <i>O parâmetro do sujeito nulo; o francês e o PB</i>	297
<b>5.3 Envoi</b>	<b>303</b>
<b>Conclusão</b>	<b>307</b>
<b>Referências</b>	<b>309</b>
<b>Anexo A</b>	<b>327</b>
<b>Anexo B</b>	<b>329</b>



## Introdução

---

O propósito desta tese é investigar a colocação de clíticos em predicados complexos na história da variedade europeia do português, do século XVI ao século XX, abrangendo, portanto, o Português Europeu (contemporâneo) (PE) e o período comumente denominado de Português Clássico (PCI). A análise morfossintática é balizada pela teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 2000, 2001, 2008) e suas consequências no domínio diacrônico (cf. Roberts 2007, *inter alia*). Além disso apresentamos um estudo sobre a variação na posição do clítico em que fazemos referência a princípios cognitivos.

O principal fenômeno discutido ao longo da tese, a *subida de clíticos*, consiste na manifestação de um clítico pronominal dependente de um predicado não-finito junto a um *verbo regente*, normalmente finito, em contexto de predicado complexo (um predicado formado por mais de um elemento predicador na sintaxe). Há duas construções que manifestam subida de clíticos no PE, que correspondem a dois grupos de verbos regentes: a *Reestruturação* e a *União de Orações* (cf. Rizzi 1982; Aissen & Perlmutter 1983[1976]; cf também Brito, Duarte & Matos 2003 para a escolha terminológica). A primeira construção consiste num tipo de predicado complexo formado por um ou mais verbos auxiliares ou semi-auxiliares (especialmente aqueles com valor modal ou aspectual) e um verbo lexical numa forma não-finita. A segunda construção consiste num predicado complexo formado por um verbo causativo (ou perceptivo) e um verbo no infinitivo não-flexionado.

- (1) a. O João tinha-a já convidado várias vezes.  
b. O João ia-se esquecendo do convite.
- (2) a. O João não a vai provavelmente convidar.  
b. O João não a quer convidar.
- (3) a. O patrão mandou-lhes lavar o chão antes de saírem.  
b. O pai mandou-o lavar aos empregados antes de saírem.

(BRITO, DUARTE & MATOS 2003: 857 (43)a,c, (45)a, (46)a, (48)a; 860 (55)a)

As sentenças em (1) incluem verbos auxiliares que selecionam formas participiais e gerundivas, com as quais a subida de clíticos é obrigatória. Em (2), tem-se casos em que o clítico é alçado a partir de um complemento infinitivo selecionado por certos verbos de alçamento ou de controle de sujeito. Enquanto (1) e (2) são incluídas sob o escopo da construção de *Reestruturação*, as sentenças em (3) são ilustrativas da *União de Orações*, em que os pronomes clíticos referentes ao sujeito encaixado devem ocorrer adjacentes ao verbo causativo ou perceptivo, enquanto os clíticos referentes a outros argumentos do domínio encaixado são opcionalmente alçados. Por não se encontrar variação em todos os casos, o estudo quantitativo a ser apresentado nos capítulos 3 e 4 enfocará casos como (2) e (3)b.

A razão de se manter a distinção entre esses tipos de predicados complexos se deve especialmente à presença de um argumento externo não-correferente no predicado encaixado na construção de “união de orações”. Como esse termo sugere, é em geral necessário demover o argumento externo encaixado para uma posição posterior aos demais argumentos, onde receberá Caso acusativo ou dativo determinado pela transitividade do verbo encaixado (cf. (4)). Isso cria um efeito de adjacência e uma estrutura argumental única para os dois verbos. Outras características têm sido apontadas para diferenciar os verbos que permitem um sujeito encaixado não-correferente dos demais verbos formadores de predicado complexo: a impossibilidade de passivas encaixadas; a restrição à cliticização do objeto indireto do verbo encaixado e a possibilidade de uso do infinitivo flexionado, fatos somente encontrados com os verbos que permitem “união de orações” (cf. (5) a (7), respectivamente).

- (4) a. O João mandou sair *os meninos*. (... mandou-*os* ...)  
b. O João mandou comer a sopa *aos meninos*. (... mandou-*lhes* ...)
- (5) a. O João não deixou o Mário apresentar o Pedro nessa noite.  
b.\*O João não deixou ser apresentado o Pedro pelo Mário nessa noite.
- (6) a. O Zé mandou o Pedro telefonar ao João.  
b.\*O Zé mandou-*lhe* telefonar o Pedro.

(GONÇALVES 1999: 71, 72 (92)a, (93)a, (100), (94)a,b)



(7) O João mandou os meninos comerem a sopa.

É importante notar que com predicados causativos e perceptivos também está disponível a construção de *Marcação Excepcional de Caso*, em que o sujeito encaixado recebe caso acusativo do verbo matriz. Por essa razão, frases com verbos intransitivos encaixados em que o argumento é pronominalizado (como *O João mandou-os sair*) são ambíguas entre a construção de “união de orações” – tendo em conta que o argumento externo encaixado (chamado de *causado*) recebe Caso acusativo por ser demovido de sua posição – e a construção de “marcação excepcional de caso” – na análise em que o causado permanece em sua posição, mas o verbo infinitivo não pode “atribuir” Caso nominativo, dado o seu caráter defectivo.

### OBJETIVOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

A tese que defendemos neste trabalho é que a subida de clíticos é um fenômeno regido pela estrutura informacional. Como tal, diacronicamente, ela apresenta uma correlação com a mudança sintática ocorrida no século XVIII, identificada por Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005) como a perda do parâmetro V2. Como se sabe, numa gramática V2 a periferia esquerda da sentença é frequentemente ativada por tópicos e focos marcados, o que propicia a interpretação do clítico como tópico no componente informacional da gramática. Para defender essa ideia, partimos do pressuposto de distinção entre formação e manifestação de predicados complexos. Em outras palavras, um predicado complexo pode existir e não ser visível a partir de efeitos de transparência como a subida de clíticos. A partir dessa visão, desenvolvemos hipóteses secundárias relacionadas às diferentes tarefas empreendidas no curso deste trabalho.

Com o objetivo de propor uma derivação para os clíticos de predicados complexos, buscamos implementar a hipótese enunciada para o português europeu por Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005), que atribuem a posição do clítico (a categoria a que ele se vincula) à sintaxe, e a colocação (seu ordenamento face a essa categoria) à morfologia. Para tanto, utilizamos a teoria de clíticos de Roberts (a sair), que postula serem

tais elementos **alvos defectivos** face a determinados núcleos funcionais. Por essa razão, a distinção minimalista entre *Agree* e *Move* se perde, o que gera o movimento do clítico em contextos nos quais NPs não se moveriam. Quanto à morfologia, a depender da ocorrência ou não da subida, o clítico pode sofrer diferentes tipos de operações pós-sintáticas: o abaixamento ou a inversão prosódica, nos termos de Embick & Noyer (2001).

A fim de conhecermos a natureza da variação na posição do clítico, partimos da hipótese de que fatores que codificam o nível de topicalidade de elementos da sentença e o grau de união dos verbos que compõem o predicado complexo são relevantes. No que tange à variação na colocação, a hipótese é que, se o clítico é promovido ao domínio superior, ele segue os mesmos princípios válidos em predicados simples, orientados pelos seguintes contextos: de próclise categórica (quando há um elemento com estatuto de operador afetivo que c-comanda o verbo); de ênclise categórica (quando o verbo ocupa a posição inicial da sentença, no PCI; e também quando um sujeito não vinculado a um proclisador está em posição pré-verbal, no PE); e de variação (no PCI; cf. Galves, Britto & Paixão de Sousa 2005).

- |      |                                    |   |
|------|------------------------------------|---|
| (8)  | Contextos de próclise obrigatória: | clítico- $V_{\text{finito}}$ $V_{\text{infinitivo}}$    |
| (9)  | Contextos de ênclise obrigatória:  | $V_{\text{finito}}$ -clítico $V_{\text{infinitivo}}$    |
| (10) | Contextos de variação:             | a. clítico- $V_{\text{finito}}$ $V_{\text{infinitivo}}$ |
|      |                                    | b. $V_{\text{finito}}$ -clítico $V_{\text{infinitivo}}$ |

Se o clítico não é alçado, são requisitos prosódicos que determinam a colocação. A presença de uma partícula selecionada pelo verbo finito, e sua constituição fonológica determinam as opções de colocação. Dessa forma, em sentenças em que o verbo regente seleciona a preposição *a*, os padrões de colocação são em tudo semelhantes aos contextos não-preposicionados. Já com a preposição *de*, é possível a ordem  $V_{\text{finito}}$  *preposição* clítico- $V_{\text{infinitivo}}$ . Outras preposições, como *por*, barram a subida de clítico, mesmo quando selecionadas por verbos de reestruturação clássicos, como *acabar*.

Finalmente, para a compreensão da mudança na ocorrência da subida de clíticos, identificamos esse elemento como tópico secundário. Esse conceito relaciona o

clítico com um tópico na oração em que ocorre, e se baseia em testes que demonstram a pressuposição de existência de seu referente. A partir dessa concepção, consideramos que uma gramática expressa conceitos da estrutura informacional de diferentes maneiras na sintaxe, e que há uma inter-relação entre uso e forma de expressão. A partir daí, relacionamos a codificação da noção pragmática de tópico secundário à existência de um traço formal ( $\varphi$ +EPP) ligado ao núcleo funcional T.

## **ORGANIZAÇÃO DA TESE**

A tese se desenvolve em cinco capítulos, organizados em três partes.

A Parte I inclui somente o **capítulo 1**, em que é apresentado um panorama da formação de predicados complexos, incluindo a comparação com outras línguas românicas. Primeiro, analisamos os diagnósticos de formação de predicados complexos, ou seja, fenômenos que funcionam como evidência para a existência de um mecanismo de integração de domínios oracionais. São também discutidas as restrições à formação de predicados complexos apontadas na literatura, os problemas teóricos que a formação de predicados complexos apresenta e alguns casos de predicados complexos não analisados na tese. Em geral, esse capítulo apresenta uma revisão da literatura e pontua os principais problemas a serem discutidos, funcionando, portanto, como pano de fundo para os resultados apresentados nos capítulos subsequentes.

Na Parte II, que inclui os capítulos 2 e 3, apresentamos uma análise gramatical e uma análise variacionista para o fenômeno da posição e colocação de clíticos em predicados complexos na sincronia, ou seja, no português europeu. O **capítulo 2** enfoca a derivação de clíticos de predicados complexos. Primeiramente discutimos questões relativas à arquitetura da sentença. Em seguida, apresentamos os pressupostos sobre a natureza e a derivação dos clíticos. As seções subsequentes analisam a derivação sintática e pós-sintática para a “reestruturação” e para a “união de orações”. Em resumo, defende-se uma análise mono-oracional para os predicados complexos, de tal forma que o domínio infinitivo seja transparente a traços vinculados à camada CP do domínio superior da sentença. No **capítulo 3** é discutida a variação em clíticos de infinitivas de

“reestruturação” do português europeu. São apresentados os resultados relativos à variação entre subida *versus* não-subida, como também à variação entre próclise e ênclise. Para acompanhar esses resultados, apresentamos uma análise em termos de restrições funcionais à aplicação do fenômeno.

Na Parte III, que inclui os capítulos 4 e 5, apresentamos uma descrição e proposta explicativa para a mudança no português clássico. O **capítulo 4** apresenta os resultados e análise sobre a variação e mudança, tanto com verbos causativos quanto com verbos de “reestruturação” do português clássico. Os resultados demonstram queda na ocorrência da subida de clíticos com predicados de “reestruturação” e queda na formação da “união de orações” frente à construção ECM, com a qual ela varia. Apresenta-se também uma proposta explicativa para essa mudança, que faz uso tanto de noções sintáticas (gramática V2) quanto informacionais (tópicos). Para relacionar esses dois aspectos, propõe-se que diferentes gramáticas expressem diferentes padrões de marcação para noções ligadas à estrutura informacional. No **capítulo 5**, essas considerações são postas em perspectiva, isto é, considerando as várias etapas do português e os desenvolvimentos verificados em línguas românicas próximas. Nesse capítulo, defende-se que a gradualidade na queda da subida de clíticos está vinculada diretamente a alterações no uso de estruturas informacionais marcadas. Isso está vinculado à consideração de que a subida de clíticos manifesta um caso de variação dentro da mesma gramática.

#### NOTA AO LEITOR

Os estudos sobre mudança gramatical têm se beneficiado da cooperação entre diferentes linhas de pesquisa em linguística. Nesse sentido, exploramos um ferramental empírico quantitativo para alcançar maior segurança no estudo de fenômenos históricos no geral; e exploramos em alguns pontos da tese a relação entre teorias formais e funcionais, a fim de obter melhor compreensão do fenômeno da subida de clíticos, de maneira mais específica.

O estudo de fenômenos históricos a partir de *corpora* nos levou a fazer uso de diferentes expedientes para conferir maior fiabilidade aos dados, mitigando o problema da falta de acesso à intuição do falante: a análise linguística da sincronia e a quantificação dos dados

diacrônicos. O primeiro expediente é praticado por Roberts & Roussou (2003) em seus estudos de caso sobre gramaticalização, e permite eliminar algumas alternativas de análise. O segundo expediente, sintetizado na muito citada frase de Labov (1972), que indica a necessidade de “fazer bom uso de maus dados”, tem sido interpretada por Kroch (1989 e trabalhos subsequentes) no sentido de que a frequência deve servir como baliza para identificar mudanças sintáticas.

Quanto à compreensão da subida de clíticos, nota-se que sua variação e mudança e sua estrutura sintática têm sido abordadas separadamente na literatura, com consequências negativas ao nosso ver. O principal problema identificado é a tentativa de explicar a variação com os predicados de “reestruturação” tão-somente em termos da estrutura sintática do infinitivo, em paralelo ao que é observado face à variação entre a “união de orações” e a construção de “marcação excepcional de Caso”. Portanto, num primeiro momento buscamos identificar quais as restrições em termos de processamento que permitem compreender a variação (no capítulo 3), e de que forma eles podem se relacionar com a estrutura sintática, via estrutura informacional (no capítulo 4). Buscaremos apresentar os conceitos relevantes à medida em que se fizerem necessários.



# Parte I

## Panorama

Clitic climbing constructions are in some sense anomalous: their anomalous nature consists in the fact that the clitics appear in the matrix domain rather than in the complement domain in which they are generated, without there being an obvious trigger that causes them to move to the former. As such, theorizing about these constructions involves an attempt at a deeper and more subtle understanding of the means Universal Grammar has available for the expression of clausal complement relations.

*Reineke Bok-Bennema*





# 1

---

## A formação de predicados complexos

Neste capítulo apresentamos um apanhado da literatura a respeito das construções que permitem subida de clíticos, referidas como predicados complexos, suas características e distribuição. Para tanto, serão enfocados os dados de línguas românicas e em especial o português europeu.

O capítulo se organiza como segue. Na seção 1.1 são apresentados os diagnósticos de formação de predicado complexo discutidos na literatura e sua aplicação ao PE. Na seção 1.2 pode ser encontrado um apanhado das condições à formação de predicado complexo, em que se busca fazer uma relação entre descrição e teoria. A seção 1.3 apresenta alguns problemas que essas construções apresentam para a teoria da gramática, a partir da revisão das teorias sintáticas para a posição do clítico em contexto de subida, relevantes na tomada de decisão sobre a morfossintaxe das construções em foco. A seção 1.4 apresenta algumas estruturas especiais que não serão analisadas neste estudo, apesar de também configurarem predicados complexos. Finalmente, a seção 1.5 resume os resultados alcançados no capítulo e as perspectivas para a Parte II.

### 1.1 DIAGNÓSTICOS DE FORMAÇÃO DE PREDICADO COMPLEXO

Os predicados complexos abordados no presente estudo são os sintáticos, ou seja, em que mais de um núcleo relevante é realizado na sentença. Portanto, as causativas lexicais que, de fato, constituem um predicado semanticamente complexo, não farão parte de nossas preocupações.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A causação lexical é encontrada p. ex. no verbo *afundar*, que participa da alternância causativo-incoativa:

A subida do clítico é o principal diagnóstico de formação de predicado complexo nas línguas românicas. Constitui, portanto, um *efeito de transparência*. No entanto, outros fenômenos paralelos apontam para a existência de um predicado complexo. Apesar de serem apresentados principalmente em trabalhos sobre “reestruturação”, são aplicáveis em sua maioria também à construção de “união de orações”.

Uma dada língua pode apresentar um ou mais diagnósticos de formação de predicados complexos. Tais diagnósticos, via de regra, indicam a ocorrência de movimento de constituintes. Nesta apresentação, enfocamos as evidências apresentadas para outras línguas românicas, e sua possível aplicação para o PE. Tendo esse propósito em mente, alguns testes apontados como indicações de que houve formação de predicado complexo serão questionados.<sup>2</sup>

Rizzi (1982) apresentou a subida de clíticos como evidência de reestruturação, ao lado de outros fenômenos, como o movimento longo do objeto em construções com *si* indefinido e a troca de auxiliar:<sup>3, 4</sup>

(11) a. Piero ti=verrà a parlare di parapsicologia.

P. 2SG=virá PRT falar de parapsicologia

‘Piero virá falar contigo sobre parapsicologia’

b. Finalmente le nuove case popolari si=cominceranno a costruire.

finalmente as novas casas populares NDEF=começarão PRT construir

‘Finalmente começarão a construir as novas casas’

---

(i) a. A pedra afundou o corpo no rio. (causativa lexical)  
b. O corpo afundou no rio. (incoativa)

<sup>2</sup> Para diagnósticos de reestruturação válidos para o alemão e o japonês, cf. Wurmbrand (2003). Sobre a evidência de que houve deslocamento de constituintes para a aferição de predicado complexo, note-se a tentativa de identificação de diagnósticos de reestruturação em inglês, questionáveis sob essa perspectiva: contração em *wanna* e outras semelhantes (Goodall 1991) e a seleção de um complemento *-ing* (Cable 2004), entre outros.

<sup>3</sup> Rizzi (1982: 23) apresenta a colocação do dativo *loro* em separado, porém está em tudo semelhante à regra de colocação de clítico (*clitic placement*), exceto quanto à diferença de não se tratar de um clítico, mas de um pronome fraco.

<sup>4</sup> Os exemplos de outras línguas que não sejam o português ou o inglês serão apresentados com glosas que seguem as regras em Max Planck (2008) (n.b. a cliticização é indicada por ‘=’). Versões em PE das traduções serão eventualmente apresentadas para apontar a frase correspondente com subida do clítico.

c. Mario è vol-uto tornare a casa.

M. AUX querer-PTCP voltar PRT Casa

‘Mario quis voltar para casa’

(RIZZI 1982: 1 (1)b, (2)b; 2 (3)b)

Em (11)a o clítico *ti* é argumento do verbo mais baixo, *parlare*. Em (11)b o objeto *le nuove case popolari* é objeto do infinitivo *costruire*. Finalmente, em (11)c o auxiliar esperado seria *avere* (‘haver’, na forma *ha*), uma vez que *volere* (‘querer’) é um verbo transitivo; porém, como também se trata de um verbo de reestruturação, o auxiliar selecionado é *essere* (‘ser’, na forma *è*), determinado pelo verbo inacusativo mais baixo *tornare*.

Outro diagnóstico apresentado por Rizzi consiste na construção adjetival complexa (construção *easy-to-please*, que é tradicionalmente derivada por um deslocamento denominado *tough movement*). Ele (1982:26) observa que em italiano, mas não em inglês, o movimento do objeto encaixado para a posição de sujeito da oração matriz só pode envolver uma barreira oracional (cf. o contraste em (12)a-b), número que pode aumentar caso o infinitivo mais alto pertença à classe dos verbos de reestruturação, como se vê em (12)c (em que uma barreira “reestruturada” é marcada com ‘<sub>R</sub>’).

(12) a. **Questo problema** è difficile [da risolvere \_.

este problema é difícil de resolver

‘Este problema é difícil de resolver’

b. \* **Questo libro** è difficile [da convincere Mario [a finire \_ prima di

este livro é difícil de convencer M. [PRT terminar antes de lunedì.

segunda-feira

‘É difícil de convencer Mário a terminar esse livro antes de segunda-feira’

c. **Questa canzone** [è facile [<sub>R</sub>da cominciare [a cantare \_

esta música é fácil de começar PRT cantar

(ma non altrettanto da continuare).

(mas não tanto de continuar)

‘É fácil de começar a cantar essa música (mas não tão fácil de continuar)’

(RIZZI 1982:26, (104)b, (106)b, 110)b)

Na literatura sobre reestruturação, era comum o pressuposto de que os efeitos de transparência apresentariam coocorrência, o que tem sendo debatido após a proposta de Rizzi. A troca de auxiliar é claramente mais restrita que os demais efeitos apontados para o italiano: só ocorre em favor de *essere*, mediante a presença dos verbos *volere* ('querer'), *potere* ('poder'), *dovere* ('dever'), *cominciare* ('começar'), *iniziare* ('iniciar') e *continuare* ('continuar') – cf. Kayne (1989:253) e Cinque (2004:59, nota 48). Já o movimento longo do objeto e a subida de clíticos parecem funcionar de forma conjugada em italiano:

(13) a. Si=vorrebbe-ø            vender=gli            **queste case** a caro prezzo.  
NDEF=querer.cond.3sg        vender=3SG/DAT        estas        casas a caro        preço

b.\* **Queste case** si=vorrebbe-ro        vender=gli        a caro prezzo  
estas        casas NDEF=querer.COND-3PL vender=3SG/DAT a caro        preço

c. **Queste case** gli=si=vorrebbe-ro        vendere a caro prezzo  
estas        casas 3SG/DAT=IMP=querer.COND-3PL vender        a caro        preço

'Gostariam de lhes vender estas casas por um alto preço'

(CINQUE 2004:149 (65))

Uma discussão que se coloca é se o PE apresenta os outros diagnósticos de reestruturação verificados no italiano em (11)b, (11)c e (12). Segundo Gonçalves (1999), a construção com *se* passivo seria o teste mais próximo, no PE, da construção de movimento longo de objeto do italiano, ilustrado em (11)b, uma vez que, apesar de o objeto não ser movido na sintaxe aberta, ele tem de receber Caso nominativo no domínio mais alto, visto que o Caso acusativo não é atribuído pelo verbo passivo (cf. Burzio 1986; Duarte & Matos 1984).<sup>5</sup> Além disso, diferentemente da construção com *se* nominativo (indefinido), nela se apresentam distinções entre verbos da mesma classe, que funciona independentemente da

---

<sup>5</sup> Segundo a análise para o *se* indefinido proposta por Raposo & Uriagereka (1996), *se* corresponde a um argumento externo sintaticamente ativo e o elemento com o qual o verbo concorda, um tópico. Essa análise não impede que a posição alta desse *se* seja considerada como um caso de subida de clítico.

(i) a. "Quanto às unidades hoteleiras, algumas já **se** começaram a erguer..."

b. "...uma delas já **se** conseguiu inaugurar." ([www.correiodelagos.pt](http://www.correiodelagos.pt))

classificação entre verbos de controle (cf. (14)) e de alçamento (cf. (15)), como é típico da “reestruturação” (cf. seção 1.2):

- (14) a. \*Hoje em dia, prometem-se resolver os problemas sociais do bairro.  
b. Hoje em dia, querem-se resolver os problemas sociais do bairro.
- (15) a. \*Na reunião, parecem-se discutir os problemas sociais do bairro.  
b. Na reunião, vão-se discutir os problemas sociais do bairro.

(GONÇALVES 1999:144 (56), (57))

No entanto, como observa Gonçalves (1999), a construção com *se* passivo não pode ser um efeito de transparência fiável *per se* porque o espectro de variação na colocação do clítico é distinto a depender da classe verbal mais alta: verbos de controle só aceitam o clítico elevado, enquanto verbos de alçamento permitem o clítico alto ou baixo (cf. Cinque 1988 sobre a caracterização desse *se* como locus de atribuição de Caso nominativo, dependente de uma projeção flexional inacessível ao infinitivos de controleo.<sup>6</sup>

- (16) a. No próximo ano, querem-se ver mais estudantes nesta biblioteca.  
b. \*No próximo ano, querem ver-se mais estudantes nesta biblioteca.
- (17) a. No próximo ano, vão-se ver mais estudantes nesta biblioteca.  
b. No próximo ano, vão ver-se mais estudantes nesta biblioteca.

(GONÇALVES 1999:146 (58), (59))

Com relação a (11)c, não há seleção de auxiliar baseada em tipos distintos de intransitivos em português, diferentemente do francês e do italiano.

---

<sup>6</sup> Gonçalves (1999: 147) acrescenta que (16)b seria uma evidência de que o movimento longo de objeto e a subida de clítico não coocorrem necessariamente em PE, diferentemente do dado em (3) do italiano.

Já a construção adjetival complexa exemplificada em (12) está disponível em PE e apresenta resultados semelhantes aos do italiano, de acordo com consulta realizada com falantes dessa variedade do português.<sup>7</sup>

- (18) a. **O João** é difícil [de elogiar \_].  
b. \***Este livro** é difícil [de convencer João [a terminar \_ antes de sexta].  
c. **Esta música** é fácil [<sub>R</sub> de começar [a cantar \_ (mas não tanto de terminá-la)].

As sentenças demonstram que o NP realizado pode estar um ou dois infinitivos distante da posição vazia, desde que o infinitivo mais alto seja um verbo de reestruturação. Isso parece demonstrar que esse é outro diagnóstico de reestruturação apresentado pelo PE.<sup>8</sup>

A seguir, analisamos fenômenos de línguas românicas que parecem apontar para a existência de uma dependência de longa distância, como a subida de quantificador/advérbio e o movimento de clíticos não-pronominais.

Outros fenômenos cujo estatuto de efeitos de transparência deve ser questionado são típicos do francês: a subida de quantificador e a subida de advérbio, originalmente apontados como diagnósticos de reestruturação por Kayne (1975:capítulo 1, nota 29; cf. também Bok-Bennema & Kampers-Manhe 1994:200):

- (19) a. Marie a                    **tous** voulu      les=lire \_.  
M.      AUX.3SG.PRES todos querer.PTCP 3PL=ler  
‘Marie quis lê-los todos’

---

<sup>7</sup> Nesse aspecto, a frase (18)a em PE só apresenta a leitura em que *o João* é objeto de *elogiar*. No PB, a leitura de alçamento é a preferencial. Na leitura com *o João* como objeto, é comum o uso do *se* indefinido, como já havia apontado Charlotte Galves em artigo de 1987 (cf. Galves 2001: capítulo 1).

<sup>8</sup> A implementação específica para a conexão entre os argumentos em negrito e suas respectivas posições argumentais (indicadas pelas lacunas) não deve atrapalhar o argumento. Assim, essa relação pode ocorrer por movimento ou ligação, opções disponíveis na literatura para a interpretação dos clíticos. Da mesma forma, Duarte (2003:635s) põe em suspeição a análise de movimento do objeto para a posição de argumento externo do adjetivo e sugere, juntamente com Raposo (1986), que há um objeto nulo com conteúdo recuperado por um operador. No entanto, a validade do teste não parece ser afetada, pois há, em qualquer dos casos, uma “dependência de longa distância”.

b. Il aurait **mieux** voul-u se= comporter \_.

ele AUX.3SG.COND melhor querer-PTCP REFL=comportar

‘Ele gostaria de se comportar melhor’

(CINQUE 2002:618 (2); 622 (9))

Contudo, Cinque (2002) apontou que é possível a subida a partir de um domínio finito (um subjuntivo). Há concordância em torno do fato de que a reestruturação só ocorre a partir de domínios finitos quando a morfologia da língua não expressa essa distinção, que não é o caso do francês. Portanto, tais fenômenos, apesar de ocorrerem em contextos parecidos com aqueles usualmente atribuídos à reestruturação, teriam de ser derivados por operações distintas, como ficará mais claro durante o capítulo.

(20) a. Il faut **tous** que Jean les= lise \_.

EXPL é.preciso todos que J. 3PL=leia

‘É preciso que Jean leia-os todos’

b. Elle aurait **mieux** voul-u que tu te= comportes \_.

ela AUX.3SG.COND melhor querer-PTCP que tu REFL=comportes

‘Ela gostaria que você se comportasse melhor’

(CINQUE 2002: 623 (11); 629 (24))

Finalmente, acrescentamos à discussão um fenômeno apresentado por algumas línguas românicas medievais: a subida dos clíticos não-pronominais *ri-/re-*, posteriormente reanalisados como prefixos em italiano e francês. Seu estatuto de clíticos pode ser verificado uma vez que ocorrem junto a verbos com conteúdo semântico esvaziado: *re-* + *devoir* (‘dever’); e *re-* + *être* (‘ser’/ ‘estar’) nos exemplos em (21), extraídos de Dosuna (1997).<sup>9</sup> Nyrop (1936) elenca o seguinte conjunto de verbos que permitem o prefixo: *avoir* (‘ter’), *aller* (‘ir’), *cuidier* (= *faillir*, ‘quase’), *poeir* (‘poder’), *voleir* (‘querer’) e *faire* (‘fazer’) que, como se verá, são comumente associados à subida de clíticos.

<sup>9</sup> A mudança de clítico a afixo é um caso de gramaticalização, se considerada a parte morfofonológica do *cline* proposto por Hopper & Thompson (2003:7): palavra gramatical > clítico > afixo. Entendemos *gramaticalização* no sentido clássico de Meillet (1965 [1912]): “[...] le passage des mots autonomes au rôle d’agents grammaticaux” (p.133).

- (21) a. et tu me= **re**=devrois dire que hom tu iés (Chrétien de Troyes, 356)  
e tu me= re=deves dizer que homem tu és  
'e você deveria me dizer de novo que tipo de homem você é'
- b. et des borjois se **r**=est chacuns armez (Jourdain de Blaye, 3926)  
e DET.PL cidadãos REFL re=eram cada.um.PL armados  
'e todos os cidadãos ficaram armados de novo'

(DOSUNA 1997: 602-603)

A ocorrência de *re-/ri-* junto aos verbos altos em (21) pode ser caracterizada como efeito de transparência, em paralelo com a subida de clíticos. O português antigo não parece apresentar nenhum item lexical correspondente.<sup>10,11</sup>

Em suma, as línguas românicas apresentam quantidade variada de efeitos de transparência. Sua identificação como diagnósticos de formação de predicado complexo deve ser avaliada caso a caso, pois eles podem ter aplicação mais limitada ou mais ampla que os fenômenos clássicos apontados por Rizzi (1982: capítulo 1). Além dos testes apontados para línguas românicas modernas, mostrei dados de romances medievais em que a colocação do clítico *ri-/re-* seria um efeito de transparência semelhante à subida de

---

<sup>10</sup> Contrariamente a Dosuna (1997), que sugere ser a partícula *ar/er* uma contraparte de *re-/ri-* no português antigo. Contudo, o significado expresso por esse elemento é mais precisamente de ênfase, não sempre de repetição. Além disso, ele ocorre sempre em posição alta:

(i) Apartei-me em hũũ lugar, em que podesse chorar todas aquelas cousas em que non havia prazer na vida que fazia ora quando era papa, e em que **er** *podesse chorar* todos aqueles prazeres e todos aqueles confortos que soia a aver, quando era monge. (Diálogos de São Gregório 1.1.5, em Mattos e Silva 1989:278)

<sup>11</sup> O fenômeno de movimento do auxiliar para complementador (*Aux-to-Comp* em inglês) foi apontado por Cinque (2004:137s) não como um efeito de transparência (entre um verbo de reestruturação e o domínio mais baixo), mas como um fenômeno lexicalmente relacionado aos verbos de reestruturação, e visível quando a estrutura relevante está encaixada num complemento selecionado por um verbo proposicional. Se para o italiano Rizzi (1982: 112, nota 10) observa que os verbos que sofrem o movimento Aux-para-C são a cópula e os auxiliares aspectuais, no PE o fenômeno é mais produtivo, pois, segundo Ambar (1994), engloba não só o que ela chama de verbos “estativos” (auxiliares, semi-auxiliares e verbos incoativos), como também verbos eventivos como *comprar*:

(i) a. Penso [**estarem** eles em casa].  
b. Penso [**poderem/deverem** eles resolver o problema].  
c. Penso [**existir** uma boa razão para a tua atitude].  
d. Penso [**comprarem** eles muitos livros]. (Ambar 1994: (14)b,c; (15); (6))



clíticos. Considero que, no PE, a subida de clíticos e a construção adjetival complexa sejam diagnósticos de formação de predicado complexo.

## 1.2 CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PREDICADOS COMPLEXOS

Esta seção pretende apresentar um apanhado das restrições à formação de predicados complexos. A primeira restrição e a mais comentada diz respeito à classe do verbo regente (o verbo que seleciona o complemento infinitivo), apresentada logo abaixo. Nas subseções encontram-se outras condições que de certa forma substituem (ao oferecerem motivação) ou complementam a discussão sobre os verbos formadores de predicado complexo.

Nesta tese o termo “verbo regente” é usado para designar o verbo superior numa construção de predicado complexo, que seleciona o complemento não-finito, onde se encontra o verbo inferior. Nesta seção discuto as restrições sobre o tipo de verbo que seleciona o domínio não-finito em PE, do qual o clítico é alçado. Os verbos de “reestruturação” são incluídos nas classes sintáticas dos verbos de alçamento ou dos verbos de controle de sujeito. Magro (2004:14) apresenta a seguinte lista de predicados que aceitam a subida de clítico em PE, à qual incluímos os verbos de Marcação Excepcional de Caso em (22)c:

- (22) a. Verbos de controle de sujeito: *querer, saber*.  
b. Verbos de alçamento: *andar a, chegar a, começar a, costumar a, estar a, tornar a, voltar a* (aspectuais); *haver de, ir (a), vir* (temporais); *dever, poder* (modais).  
c. Verbos de Marcação excepcional de caso: *fazer, mandar, deixar* (causativos).

Portanto, em termos sintáticos, há uma aparente idiosincrasia dos verbos de reestruturação, a qual pode ser explicada em termos de restrições lexicais ou semânticas. Como se verá nos capítulos 3 e 4, a lista em (22) é não-exaustiva, porém há certa consistência translinguística quanto aos membros dessa classe. Diferentes propostas tentam captar esse fato, com variados níveis de adequação descritiva e explicativa.

Wurmbrand (2006) apresenta uma generalização descritiva que classifica os predicados quanto à probabilidade de funcionarem como verbos de formação de predicado complexo, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1** – Hierarquia tipológica de classes de verbos formadores de predicado complexo

Tipo de verbo	Nível de formação de predicado complexo (FPC)	Grau de FPC
Verbos modais	Geralmente entre os predicados complexos	Alto
Verbos aspectuais	Geralmente entre os predicados complexos	↓
Verbos causativos	Geralmente entre os predicados complexos	
Verbos de movimento	Geralmente entre os predicados complexos	
'tentar', 'conseguir', 'ousar'	Algum nível de FPC (algumas línguas)	
(Outros) <i>irrealis</i> , implicativos	Nível mínimo de FPC (algumas línguas)	
Verbos proposicionais	Geralmente fora dos predicados complexos	↓
Verbos factivos	Geralmente fora dos predicados complexos	Baixo

Fonte: WURMBRAND (2006:314), com adaptações

A classificação na Tabela 1 sugere questões de cunho empírico e teórico. **Empiricamente**, dois tipos de perguntas podem ser feitas, numa idealização: (i) na sincronia, os verbos de uma mesma classe permitem igualmente a formação de predicado complexo? (ii) na diacronia, o ganho (ou perda) de subida de clíticos ocorre segundo a escala sugerida? Podemos adiantar que os dados mostrados nos capítulos 2 e 4 não dão suporte a tais deduções. **Teoricamente**, a motivação para a classificação deve ser esclarecida. A tabela remete à questão dos correlatos morfológicos da complementação. A formação de predicado complexo pode ser entendida, nesse contexto, como um dos reflexos do grau de independência do complemento infinitivo. Outra faceta morfossintática diz respeito ao modo verbal: nas línguas românicas *standard* o subjuntivo (assim como o infinitivo flexionado em português) apresenta referência disjunta obrigatória face à oração matriz, enquanto o infinitivo implica, via de regra, a correferência dos sujeitos (cf. a seção 1.2.1 e também Rochette 1988:29ss).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Cf. Salles (2003) para uma análise em que o infinitivo flexionado é usado como substituto do modo subjuntivo em PB, com predicados em que ambas as formas são possíveis.

Uma forma de captar esses diferentes graus de independência consiste em diferenciar os complementos oracionais quanto à sua complexidade estrutural. A abordagem de Rochette (1988) para a questão atribui realizações estruturais distintas a cada um dos seguintes tipos semânticos: **Ação** (VP), **Evento** (IP) e **Proposição** (CP). A proposta, que segue Pesetsky (1982) (cf. também Pesetsky 1992), se baseia na ideia de eliminação da seleção-c(ategorial) (*c-selection*), derivando-a a partir do construto teórico de *Realização Estrutural Canônica* (do inglês *Canonical Structural Realization*, doravante CSR) que mapeia um tipo semântico a determinada estrutura sintática (cf. Grimshaw 1981).<sup>13</sup>

Considerando as propostas que buscam motivações semânticas para a complementação, observem-se as classes que apresentam restrições à formação de predicados complexos na Tabela 1: (i) *tentar, conseguir, ousar*; (ii) *irrealis* e implicativos; e (iii) proposicionais e factivos. Para Rochette (1988), predicados *emotivos* e *proposicionais* selecionam complementos maiores que VP; entre os primeiros, destacam-se os predicados volitivos e factivos que selecionam um complemento no modo subjuntivo. Já na classificação de base sintática feita por Pesetsky (1992), os verbos proposicionais destacam-se dos demais por não aceitarem PRO (que interpretamos como controle obrigatório). Factivos e implicativos são considerados em conjunto, porém aqueles são não-agentivos (traço que geralmente se correlaciona com a possibilidade de Marcação Excepcional de Caso), e estes são agentivos.<sup>14</sup>

**Tabela 2** – Tipos de complementação e verbos representativos em inglês

traços	Proposicionais	Factivos/Implicativos	<i>Irrealis</i>
[+agente]	<i>Believe</i> ‘acreditar’	<i>Hate</i> ‘odiar’	<i>Want</i> ‘querer’
[-agente]	<i>Wager</i> ‘apostar’	<i>Manage</i> ‘conseguir’	<i>Demand</i> ‘exigir’
	[-PRO, +vestígio de NP]	[+PRO, -vestígio de NP]	

Fonte: Pesetsky (1992:32 (125))

<sup>13</sup> Na proposta de Pesetsky (1992), a seleção categorial pode ser eliminada a partir da combinação de três princípios: a *Realização Estrutural Canônica*, do *Princípio de Contexto* (também proposto por Grimshaw 1981) e da *Teoria do Caso*. Além disso, lança-se mão da seleção lexical (*l-selection*), que permite a realização de informações idiossincráticas.

<sup>14</sup> A classificação de Rochette (1988) permite também explicar o comportamento idiossincrático de verbos como *saber*, que selecionam um complemento com uma contraparte finita, quando têm um complemento **Proposição**, e *saber* + infinitivo no sentido de “saber como”, que selecionam uma **Ação**.

Portanto, pode-se derivar a impossibilidade de formação de predicados complexos com os proposicionais e factivos tanto da impossibilidade de controle obrigatório, como da aceitação de estruturas ECM (na subseção 1.2.1 será mostrado que tais características impedem o fenômeno).

Por outro lado, o fato de modais, aspectuais, causativos e verbos de movimento serem geralmente formadores de predicado complexo deve também ser explicitado. Para Rochette (1988), os predicados de reestruturação (e também os causativos) são denominados *efetivos* por descreverem a relação de um sujeito com a performance de uma ação. Como a CSR **Ação** é mapeada como VP (ou NP),<sup>15</sup> não há obrigatoriedade de projeção de uma categoria Tempo na oração encaixada, e assim verbo regente e infinitivo são interpretados como pertencentes a um só *Evento*. Essa própria definição leva a autora a considerar tais verbos como auxiliares, pois, seguindo Napoli (1981), argumenta que os verbos formadores de predicado complexo expressam um conceito que incrementa a informação sobre o estado ou ação do verbo infinitivo (p. 859).<sup>16</sup>

A ideia de que os verbos formadores de predicado complexo são auxiliares tem algumas motivações bastante claras:

- (i) Em termos estruturais, verbo auxiliar e verbo lexical pertencem à mesma oração; portanto, a subida de clítico não é uma exceção a uma característica primordial da cliticização: a localidade.
- (ii) Em termos semânticos, os dois verbos (auxiliar e lexical) podem corresponder a uma única forma verbal em línguas de morfologia rica, sendo que o auxiliar contribui com traços mais gramaticalizados, como Tempo, Aspecto e Modo, o que justifica a formação de um predicado complexo;
- (iii) Em termos diacrônicos, postula-se a gramaticalização de diversos auxiliares a partir de verbos lexicais (cf. Roberts & Roussou 2003). Por exemplo, os verbos

---

<sup>15</sup> A maioria dos verbos de reestruturação permite alternância do complemento infinitivo com um DP, à exceção de *poder*.

<sup>16</sup> Os causativos são analisados por Rochette (1988) como predicados estruturalmente complexos: o verbo *fazer* seleciona o verbo abstrato 'CAUSA'. O predicado complexo *fazer+CAUSA* é que seleciona a CSR **Ação**.

de movimento são frequentemente gramaticalizados para indicar tempo futuro ou aspecto progressivo. O mesmo princípio pode ser estendido aos causativos, que têm, ao lado da seleção de um complemento oracional, uma seleção de complemento nominal simples.

Gonçalves & Costa (2002) apresentam uma perspectiva para os auxiliares do português que demonstra a existência de classes definíveis a partir de critérios semânticos. De fato, o verbo *ter* que forma tempos compostos seria o auxiliar típico. A maioria dos verbos que admitem subida de clítico, por não contemplarem todos os requisitos de auxiliaridade, seriam “semi-auxiliares” com uma estrutura bioracional, o que explicaria, portanto, a opcionalidade na aplicação da subida de clíticos, assim como de outros fenômenos de transparência com complementos infinitivos, mas não quando o verbo lexical é um participípio, por exemplo. Os critérios enunciados pelas autoras são os seguintes (à exceção da própria subida de clítico):

- (i) Impossibilidade de coocorrência com orações completivas finitas;
- (ii) Impossibilidade de substituição do domínio encaixado por uma forma pronominal demonstrativa;
- (iii) Impossibilidade de coocorrência de duas posições de Sujeito;
- (iv) Passivas encaixadas sem alteração do significado básico da ativa correspondente;
- (v) Impossibilidade de ocorrência do operador de negação frásica no domínio não finito;
- (vi) Não seleção do sujeito;
- (vii) Coocorrência com qualquer classe aspectual de predicados verbais;
- (viii) Impossibilidade de ocorrência de modificadores temporais que afetem apenas a interpretação do domínio não finito.

A Tabela 3 resume esquematicamente os resultados de Gonçalves & Costa (2002) face aos critérios elencados acima, com respeito a quatro verbos representativos: *ter*

(+particípio passado), *dever*, *mandar* e *querer*.<sup>17</sup> Pode-se perceber que, de fato, os verbos auxiliares apresentam graus distintos de conformação aos testes.

**Tabela 3** – Resultados dos testes de auxiliaridade propostos por Gonçalves & Costa (2002)

<b>Critério</b>	<b>Ter+PP</b>	<b>Dever</b>	<b>Mandar</b>	<b>Querer</b>
(i)	✓	✓	x	x
(ii)	✓	✓	✓	x
(iii)	✓	✓	x	x
(iv)	✓	✓	x	x
(v)	✓	x	✓	x
(vi)	✓	✓	x	x
(vii)	✓	✓	x	x
(viii)	✓	✓	x	x

Apesar de a gradação mencionada ser ainda mais perceptível quanto maior for o número de verbos incluídos na amostra, os verbos escolhidos indicam, *grosso modo*, os principais tipos de verbos auxiliares, que refletem distinções já comentadas. *Ter* é o auxiliar típico porque introduz valores temporais específicos na predicação, com subida de clítico

<sup>17</sup> Quanto ao critério (iii), também foram deixados de lado os verbos que ocorrem em estruturas em que estão envolvidas duas posições de Sujeito, ainda que exista um referente único. Os resultados dos testes aplicados ao verbo *querer* são os seguintes (exemplos de Gonçalves & Costa 2002: (15)b, (31), (39)a, (45), (255), (89)b-c e (103)b, exceto (vii)):

- (i) Os alunos querem que o professor corrija os trabalhos rapidamente.
- (ii) A Ana quer [passar férias em Timor], mas o Pedro não o quer.
- (iii) Os jornalistas querem entrevistar eles o Ministro.
- (iv) a. O próprio diretor quer entrevistar os candidatos.
- (v) b. Os candidatos querem ser entrevistados pelo próprio diretor.
- (vi) ?Por razões de segurança, os americanos querem não viajar.
- (vii) \*O cão / \*A encomenda quer chegar rapidamente.
- (viii) a. Você quer gostar das pessoas... (evento/wiki.sapo.pt)
- b. Alberto Contador quer correr em Pequim 2008. (atividade/dn.pt)
- c. Concelho mais jovem do país não quer nascer em Braga (culminação/diário.iol.pt)
- (ix) \*O João, ontem, quis ir ao cinema amanhã.

O exemplo (v) é interpretado como inaceitável por diversos falantes, sendo dependente de escolhas lexicais e de um contexto pragmático específico. Vários desses exemplos são coincidentes, pois apontam para a distinção entre alçamento e controle; mas Ian Roberts (c.p.) observa que a propriedade de alçamento não é requerida para que um verbo seja auxiliar. Cf. Reis (2008) para uma discussão sobre os critérios elencados por Gonçalves e Costa.

obrigatória. Por outro lado, *mandar* é um verbo causativo que participa da construção de união de orações. Sabe-se que essa classe de verbos também permite um complemento no infinitivo flexionado, o que demonstra certa independência desse constituinte. Surpreendentemente, *dever* e *querer* são verbos de reestruturação, não obstante terem resultados muito díspares quanto aos critérios de auxiliaridade. Acredita-se que isso se deva ao fato de aquele participar de estruturas de alçamento, e este, de estruturas de controle pelo sujeito.

Voltaremos à distinção entre alçamento e controle no âmbito da formação de predicados complexos. Para o momento, vale indicar que o número de verbos de alçamento que permitem subida de clíticos é muito superior ao número de verbos de controle. Sobre a inclusão de verbos de controle como auxiliares (incluindo verbos de desejo, escolha e intenção, *riuscire*, *osare* e *sapere* (‘conseguir’, ‘ousar’ e ‘saber’), Napoli (1981) afirma que “All of them can be used in a discourse which implies the truth (or in some cases, as with *fiingere* ‘pretend’, the falsity) of their complements, as augmented by their own tense and modifiers, or as augmented by a tense future to them or a modal or a possibility” (p. 867).

Se a generalização de que a formação de predicado complexo depende da auxiliaridade de um verbo for correta, isso faz algumas previsões. A primeira delas diz respeito à estrutura argumental do verbo alto, pois um auxiliar não seleciona argumentos. Por essa razão Cinque (2004) defende que o verbo italiano *sembrare* (‘parecer’) só é auxiliar em um dos seus significados, em que codifica modo evidencial ligado ao falante. Quando não é um auxiliar, espera-se que o verbo admita um experienciador (no dativo). Consequentemente, a presença do experienciador bloqueia a subida do clítico, pois nesse caso o verbo alto não é auxiliar:<sup>18</sup>

- (23) a.\* Gianni non ce=lo=sembra            apprezzare abbastanza.  
           G.        não 1PL.DAT=3SG.ACC=parece apreciar        bastante

<sup>18</sup> Cf.o exemplo abaixo, que completa o paradigma e demonstra que *sembrare* é um verbo de reestruturação, pelo menos em uma de suas acepções (agradeço a Ian Roberts por chamar minha atenção para isto):

(i) Gianni lo sembra apprezzare.

b. Gianni non ci=sembra apprezzar=lo.

G. não 1PL.DAT=parece apreciar=3SG.ACC

‘Parece-nos que Gianni não o aprecia bastante’

(CINQUE 2004:143 (41))

Outra previsão é que, como os auxiliares podem se combinar (cf. *O João podia começar a escrever a carta*), a subida de clíticos também é encontrada em sequências com três verbos, sendo os dois primeiros auxiliares. Um fato interessante é que, como se nota em (24), o clítico, quando alçado, apareça junto ao auxiliar mais alto. Apresento em (25) exemplos de subida para o infinitivo intermediário apontados na literatura, que, no entanto, são marginais em PE.

(24) a. quando sentem que alguém lhes *está a tentar meter* a mão no bolso, quando lhes dói a barriga, como eu costume dizer e as pessoas movimentam-se sempre muito mais. (PE-Web)

b. Os próprios orçamentos, como o que se está a passar neste momento, têm de contar com o que vem de trás, que é muito pesado, e *vai continuar a sê-lo* por causa da “Expo”. (PE-Jornal de Notícias)

(25) a. Juana quisiera *poder=lo hacer*.

J. querer.2SG.COND poder=3SG fazer

‘Juana queria poder fazer isso’ (Castelhano; BOK-BENNEMA 2006:473 (13))

b. Vorrei *poter=ci andare* con Maria.

querer.1SG.COND poder=lá ir com M.

‘Gostaria de poder ir lá com Maria’

(Italiano; CARDINALETTI & SHLONSKY 2004:522 (6)b)

Em conclusão, uma proposta de *continuum* translinguístico para a aceitação à formação de predicado complexo pode ser motivada em termos da noção de auxiliaridade. Pode-se lançar mão de vários critérios sintáticos e semânticos para esse fim. Entretanto, os auxiliares não apresentam comportamento uniforme face a todos os critérios. Voltaremos



aos desdobramentos de se adotar sistematicamente a ideia de que os verbos formadores de predicado complexo são auxiliares em 1.3.2.3.

Por outro lado, em vez de se assumir que os verbos formadores de predicado complexo são lexicalmente marcados, pode-se considerar que eles resultam da satisfação de restrições sintáticas e semânticas. Esse tipo de abordagem é explorado nas seções 1.2.1 e 1.2.2 a seguir.

### 1.2.1 A relação de correferência

A subida de clítico ocorre em contexto sintático específico, ou seja, uma estrutura de encaixamento ou subordinação entre as orações envolvidas. De fato, Givón (2009) aponta esse como um dos percursos tipológicos de formação de predicados complexos, ao lado da co-lexicalização, que consiste na formação de verbos seriais a partir da junção de uma cadeia de orações.

O principal requisito para a formação de predicado complexo consiste na integração dos eventos de duas orações por meio do compartilhamento do sujeito sintático. Há, via de regra, uma expressão morfológica da correferência: a não-finitude ou a nominalização. Assim, as línguas românicas *standard* (representadas pelo italiano) apresentam subida de clíticos a partir de um complemento não-finito, e línguas como o ute (família uto-asteca) apresentam nominalização. Se bem que a distribuição entre não-finitude e nominalização varie – pois línguas como o ute apresentam uso de nominalizações em todos os contextos de subordinação, mas não as formas não-finitas das línguas românicas – tais formas indicam a relação entre traço nominal (também presente nas formas não-finitas) como marca de dependência sintática.

(26) Giovanni lo=dovvrebbe prendere.

G. 3SG=dever.3SG.COND buscar

‘Giovanni deveria buscá-lo’

(Italiano; BOK-BENNEMA 2006: 506 (2)b)

(27) Na'acich yoghovach-i pakha-vaa-ch 'ásti'i-pugay-'u

menina.SBJ coioite-OBJ/GEN matar-IRR-NOM querer-REM-ela

'A menina quis matar o coioite' (lit. 'a menina queria matança-de-coioite')

(Ute; GIVÓN 2009:69 (11)f)

Em PE, o uso do infinitivo flexionado é uma marca de obviação<sup>19</sup> incompatível com a formação de predicado complexo. Portanto, quando ocorre no complemento de verbos causativos ou perceptivos, a subida de clíticos não é mais possível: compare (28) e (29). Consistentemente com (29), outros contextos de uso do infinitivo flexionado no PE não permitem a subida de clítico, como em (30) (nos exemplos, o sublinhado duplo indica o sujeito, e o sublinhado simples, o objeto):

(28) Sujeito oblíquo com “união de orações”

a. O professor mandou escrever a composição aos alunos.

b. O professor mandou-lhes escrever a composição.

c. O professor mandou-a escrever aos alunos.

(29) Sujeito nominativo com infinitivo flexionado

a. O professor mandou os alunos escreverem a composição.

b. O professor mandou eles escreverem a composição.

c.\*O professor mandou-os escreverem a composição.

d. O professor mandou os alunos escreverem-na.

(30) a. Eu penso/afirmo/lamento [terem os deputados trabalhado pouco].

b. Eu penso/afirmo/lamento [terem eles trabalhado pouco].

c.\*Eu penso/afirmo/lamento [terem-nos trabalhado pouco].

((30)a adaptado de RAPOSO 1987:87 (6),(7))

Em (29)c o clítico pronominaliza o sujeito do verbo infinitivo. A partir da observação de (28), observa-se que a subida do clítico é possível quando o sujeito é pós-verbal e o

<sup>19</sup> O termo “obviação”, derivado do inglês *obviation* (do latim *obviāre*, ‘agir contrariamente’) em seu emprego na linguística indígena norte-americana, consiste na exclusão de possíveis controladores ou antecedentes para certo argumento; denomina, em outras palavras, marcas de referência disjunta. No domínio das línguas românicas, o termo foi discutido por Arteaga (1995).

infinitivo é não-flexionado. Em (30)c situação paralela de pronominalização é barrada com os verbos epistêmicos, declarativos e factivos, que não formam predicado complexo.<sup>20</sup>

Não obstante a forte tendência ao uso de nominalizações ou de formas verbo-nominais no âmbito de predicados complexos, certas línguas demonstram não ser esse o fator crucial para que o fenômeno se manifeste. Tais línguas são as que não apresentam um infinitivo morfológico; no lugar dele, o subjuntivo é utilizado. Um exemplo no quadro românico é oferecido pelo salentino de Brindisi, dialeto italiano fortemente influenciado por uma comunidade de greco-falantes.<sup>21</sup> Em salentino, assim como em servo-croata, a flexão dos dois verbos que fazem parte do predicado complexo deve ser coincidente, o que demonstra a primazia da correferência no contexto de encaixamento.<sup>22</sup>

(31) a. Karlu lu=voli kkatta.

K. 3SG=quer.3SG comprar.3SG.IRR

‘Karlu quer comprar isso’

b.\* Voggyu vvyeni krai.

quer.1SG vir.2SG.IRR amanhã

‘Quero que você venha amanhã’

(Salentino; TERZI 1996: 274 (3)b; 287 (27)b)

(32) a.? Milan ga želi=da vidi

M. quer.3SG C=3SG ver.3SG.IRR

‘Milan quer vê-lo’

<sup>20</sup> Consequentemente, os dados de pronominalização em (29) são semelhantes aos encontrados para a construção com sujeito acusativo com ECM. Sobre o contraste entre (28) e (30), a distribuição complementar entre infinitivo não-flexionado e flexionado é de certa forma paralela à distinção entre predicados que permitem reestruturação e os que selecionam uma construção em que Aux-para-Comp é licenciada (Rizzi 1982). Verbos de controle volitivos (restritos a *desejar* e *querer*, segundo Raposo 1987) são ambíguos, pois permitem ambos os tipos de estrutura.

<sup>21</sup> A inexistência de infinitivos morfológicos é um traço característico da área linguística balcânica (cf. Heine & Kuteva 2005: 196ss). A replicação desse padrão em salentino oferece evidência para uma influência do substrato grego nesse dialeto do italiano.

<sup>22</sup> A sentença (31)b, em comparação com (i), ilustra que sem o complementador *ku* há formação de predicado complexo e obrigatoriedade de correferência dos sujeitos. Cf. Roberts & Roussou (2003:88ss) para uma breve explicação do sistema de complementadores nos dialetos italianos meridionais.

(i) Voggyu ku vvyeni krai.

querer.1SG C vir.2SG amanhã

‘Quero que você venha amanhã’

(Terzi 1996: 286 (28)a)

b.\* Milan ga želi=da vidiš.

M. quer.3SG C=3SG ver.2SG.IRR

‘Milan quer que você o veja’

(Servo-croata; TERZI 1996: 289 (32)b, (33))

Há dois tipos de explicação para a correferência de sujeitos, que podem ser usados para motivá-la. A primeira diz respeito à dependência temporal entre os dois predicados, como desenvolvido mais abaixo, na seção 1.2.2. Terzi (1996) propõe que o movimento de  $T_{\text{não-finito}}$  para  $T_{\text{finito}}$  é que licencia o movimento do sujeito para o  $\text{SpecTP}_{\text{finito}}$ . Já Déchaine & Wiltschko (2002) argumentam que basta haver correferência entre as categorias Tempo da oração matriz e não-matriz via c-comando e coindexação de cada sujeito com a respectiva categoria Tempo (via concordância especificador-núcleo) para que, por transitividade, os sujeitos matriz e não-matriz sejam coindexados.

A segunda explicação para a correferência de sujeitos relaciona-a aos contextos de controle obrigatório. Segundo Hornstein (1999), PRO é derivado por movimento de DP, de maneira semelhante às estruturas de alçamento. De fato, Wurmbrand (2003:241ss) apontou uma relação determinística entre controle obrigatório e os verbos de reestruturação (lexical) do alemão, que, na sua teoria, apresentam um complemento infinitivo VP (o controle não-obrigatório inclui os casos de controle parcial, cindido e variável discutidos em Landau 2000). Pires (2006:70ss) aplica a distinção entre tipos de controle para os gerúndios do inglês e os infinitivos do português, em que sugere um paralelismo dos infinitivos de reestruturação com o grupo por ele chamado de “gerúndios defectivos quanto a TP”, pois ambos apresentam controle obrigatório. Por outro lado, os infinitivos flexionados do português permitem controle não-obrigatório:

(33) a.  $\text{Eu}_j$  convenci  $[\text{a Maria}]_k$   $[\text{PRO}]_{k/*j+k}$  a viajar com o Paulo.

b.  $\text{Eu}_j$  convenci  $[\text{a Maria}]_k$   $[\text{pro}]_{j+k}$  a viajarmos com o Paulo.

(PIRES 2006:95 (6))

Com o reenquadramento da não-finitude como fator não-necessário à formação de predicados complexos, é necessário mostrar que o verbo [+AUXILIAR] pode ocorrer

numa forma não-finita, como mostram os exemplos em (34), em que o verbo mais alto pode ocorrer no infinitivo (flexionado ou não-flexionado) ou no gerúndio.

- (34) a. [...] parece que está fazendo figas a dons mais preciosos que o da fala , dom que Deus nos deu para nos podermos exprimir, fazendo entender os nossos conceitos uns aos outros. (PE-Cavaleiro, 1702)
- b. De dous textos contrários a fadiga que resulta, é ver, se há meio de os poder unir, e conciliar; (PCI-Aires, 1705)
- c. Eis aqui o que não penetram a maior parte dos nossos poetas , pois adoram com tal superstição seus antigos originais que , *querendo imitá-los* , não têm valor para mudar uma sílaba , quanto mais uma palavra . (PCL- Garção, 1724)

Portanto, a relação de correferência é o aspecto crucial para a formação de predicados complexos de “reestruturação”. Na “união de orações”, apesar de não haver correferência plena, ocorre a necessária “demoção” do sujeito encaixado, que é licenciado como oblíquo.<sup>23</sup> A forma nominal ou não-finita do verbo mais baixo, quando encontrada, expressa a relação de encaixamento a partir da qual a correferência se manifesta. Esse pode ser um critério para limitar a classe dos verbos formadores de predicado complexo. Por exemplo, um verbo como *perceber* necessariamente seleciona um complemento com um sujeito especificado: *O policial percebeu [que o carro era roubado]*.

### 1.2.2 O compartilhamento de traços temporais

Na seção anterior vimos que os predicados complexos (especificamente os de “reestruturação”) são formados numa relação de encaixamento com correferência. Vale a pena explorar o compartilhamento de traços temporais como uma explicação para a correferência de sujeitos, visto que o Tempo das orações infinitivas tem um papel crucial para distingui-las de orações “plenas”, no âmbito da gramática gerativa. Discute-se a seguir

---

<sup>23</sup> Isso pode ser expresso formalmente a partir da generalização de Kayne (1975), segundo a qual não pode haver cliticização por sobre uma posição de sujeito. Voltaremos a essa questão mais à frente.

a caracterização da dependência temporal como fator para a formação de predicados, e sua implicação para a estrutura das infinitivas de “reestruturação”.

Na proposta de Guéron & Hoekstra (2004 [1988]), traços temporais são compartilhados por meio de índices, que formam uma cadeia temporal. O índice temporal se origina em C, passa para o marcador temporal em I que, por sua vez, o atribui ao VP que ele rege. Dentro desse quadro, a subida de clíticos só pode ocorrer no âmbito de uma mesma cadeia temporal. Os autores formalizam as condições para a subida de clítico por meio das seguintes assunções:

- (i) o clítico deve ligar seu vestígio, interpretado como uma anáfora;
- (ii)  $NP_i$  não pode ligar uma anáfora  $NP_j$  se um sujeito estrutural intervém entre  $NP_i$  e  $NP_j$  (denominada de **Restrição de Sujeito Especificado**).

Assim, se há um sujeito especificado na oração encaixada, o vestígio não é ligado, o que gera agramaticalidade. No entanto, se o verbo regente for auxiliar, ele seleciona um VP que é desprovido de uma posição de sujeito, o que leva à observação dos efeitos de transparência (no exemplo a seguir, os índices superescritos indicam a cadeia temporal).<sup>24</sup>

- (35)  $[_{CP} C^k \text{ Mario}_i [_{IP} I_e = \text{vuole}^k [_{VP} \text{ presentare}^k \text{ Piero}] e_j ] ] ]$   
 $[_{CP} \text{ M. } [_{IP} 2SG.DAT = \text{quer.3SG } [_{VP} \text{ apresentar P. } ] ] ] ]$   
‘Mário quer apresentar Piero a ele/a’ (PE: ‘O Mario quer-lhe apresentar o Piero’)  
(adaptado de GUÉRON & HOEKSTRA 2004:172, (98))

Outra perspectiva que tem sido utilizada para diferenciar predicados complexos de outros predicados que selecionam um complemento infinitivo parte da proposta de

---

<sup>24</sup> A proposta de cadeias temporais foi reinterpretada em Roberts (1997) em termos da noção de **projeção alargada**, seguindo ideia original de Grimshaw:

(i) *Extended projection*: The extended projection of a lexical category L is the domain within which L’s morphosyntactic features are projected. (Roberts 1997: 429)

Tanto esse conceito quanto o de cadeias temporais estão ligados à noção de **marcação-l(exical)** (*l-marking*):  
(ii) *L-marking*: Where  $\alpha$  is a lexical category,  $\alpha$  L-marks  $\beta$  iff  $\beta$  agrees with the head of  $\gamma$  that is  $\theta$ -governed by  $\alpha$ . (Chomsky 1986: 24 (47))

Stowell (1982). O autor postulou um operador temporal que expressa um Tempo não realizado face à oração matriz, nas infinitivas de controle.<sup>25</sup> Contudo, Wurmbbrand (2003) reinterpreta a distinção de Stowell em termos de predicados complexos (sem Tempo) e predicados infinitivos (com Tempo), a partir de contrastes como o seguinte:

(36) a. Hans hat beschlossen (morgen) zu verreisen.

H. AUX decidir.PTCP (amanhã) PRT partir

‘Hans decidiu partir (amanhã)’

b. Hans hat versucht (\*morgen) zu verreisen.

H. AUX tentar.PTCP (\*amanhã) PRT partir

‘Hans tentou partir (\*amanhã)’

(Alemão; WURMBRAND 2003: 73 (58))

Em (36)a, *beschlossen*, forma correspondente ao verbo ‘decidir’, que não forma predicado complexo, permite modificação temporal futura, contrariamente ao que ocorre com *versuchen* (‘tentar’). No entanto, a autora enfatiza que não se trata de uma incompatibilidade semântica, ligada à entrada lexical desses verbos: em vez disso, em havendo formação de predicado complexo, não pode haver um infinitivo com Tempo.<sup>26</sup>

No PE, prevalece a análise na linha de Guéron & Hoekstra (2004 [1988]), tendo em vista a análise de Gonçalves (1999). Se bem que essa autora apresente teste semelhante

<sup>25</sup> A correlação original de Stowell é entre infinitivos *irrealis* / controle / [+TEMPO] no infinitivo, e, de outro lado, entre infinitivos proposicionais / ECM / [-TEMPO] no infinitivo. Como discutido em Pesetsky (1992) e retomado por Wurmbbrand (2003), ambos os lados da correlação são imperfeitos.

<sup>26</sup> A evidência para a incompatibilidade entre formação de predicado complexo e complemento com Tempo é demonstrada a partir da interação dos fenômenos de passiva longa e presença de marcador temporal no domínio mais baixo:

(i) a. Dem Kind wurden nur Kekse (\*morgen) zu essen erlaubt.

DET.DAT criança foram só *cookies* (\*amanhã) PRT comer permitir.PTCP

‘À criança só se permitiu comer cookies amanhã’

b. Dem Kind wurde erlaubt (?morgen) einen Kuchen/Kekse zu essen.

DET.DAT criança foi permitir.PTCP (?amanhã) DET.ACC bolo/cookies PRT comer

‘A criança foi permitida comer um bolo/cookies (amanhã)’

(Alemão; Wurmbbrand 2003: 82 (64)a/d)

(i)a mostra que adverbiais futuros são impossíveis no contexto de uma passiva longa (em que o infinitivo faz parte de um predicado complexo). (i)b envolve uma passiva impessoal em que o adverbial com valor futuro é licenciado pois não houve movimento longo do objeto (isso é percebível porque o objeto encaixado aparece no acusativo e não concorda com o auxiliar matriz).

ao de Wurmbrand (2003), sua conclusão é que a formação de um predicado complexo de “reestruturação” depende da existência de um tempo defectivo. Ao mesmo tempo, a noção de tempo defectivo é usada para prever as classes de verbos que sofrem “reestruturação”. A partir disso, ela delimita dois grupos de verbos de controle:

- (37) a. \*O João quis ir ao cinema amanhã.  
b. O João decidiu ir ao cinema amanhã.

(GONÇALVES 1999: 220 (74), (75))

Gonçalves parte de outros pressupostos que não lhe permitem negar a existência de Tempo no complemento dos verbos de reestruturação: a existência de PRO (em Spec,TP) e a possibilidade de ocorrência do auxiliar de tempos compostos em construções de controle, também quando há reestruturação (cf. *João queria [ter ido ao cinema]*). Portanto, em vez de propor a inexistência de Tempo, trabalha com a noção de Tempo defectivo.<sup>27</sup> Esse tempo defectivo corresponderia a um futuro não-realizado no sentido de Stowell (1982).

Assim sendo, há duas perspectivas para formalizar o compartilhamento de traços temporais: uma simplesmente nega a existência da categoria Tempo no complemento infinitivo, como defende Wurmbrand (2003); outra assume que ocorre a formação de uma cadeia temporal, como inicialmente proposto por Guéron & Hoekstra (2004). Essa última perspectiva é adotada pelas propostas que assumem o movimento de núcleo como forma de derivar a formação de predicado complexo, como Gonçalves (1999).<sup>28</sup>

O principal corolário da impossibilidade de um valor temporal independente junto ao verbo não-finito diz respeito à agramaticalidade de ocorrência do marcador de negação frásica quando há formação de predicado complexo, como evidenciado pela interação entre subida do clítico e negação em (38).

---

<sup>27</sup> Essa é a regra geral. Com os verbos de alçamento temporais e *costumar*, a autora propõe que não haveria a projeção da categoria Tempo junto ao infinitivo.

<sup>28</sup> No entanto, o conceito de cadeia temporal não se conforma com os pressupostos minimalistas, uma vez que envolve a atribuição de índices (cf. Chomsky 1995a:228).



- (38) a. A Ana só quis não lhes contar a verdade.  
b. \*A Ana quis-lhes não contar a verdade. (GONÇALVES 1999: 153 (75))

Em (38)a o clítico não está alçado e o marcador de negação sentencial tem escopo só sobre o domínio infinitivo, o que gera uma sentença bem-formada. Já (38)b é agramatical, tendo em vista as exigências contraditórias do clítico alçado por um lado, pois pressupõe a formação de predicado complexo; e do marcador de negação sentencial, por outro, pois seu escopo limita-se ao domínio infinitivo.

Gonçalves (1999) explica o bloqueio à subida do clítico em (38)b a partir da teoria de Zanuttini (1996), para quem a presença do marcador de negação frásica evidencia a presença de um núcleo NegP. Para que esta projeção seja legítima, a categoria T por ela selecionada deve ser ativa (não-defectiva). Esta, por sua vez, impediria o movimento do V encaixado para o V matriz, movimento esse que instaura a reestruturação.<sup>29</sup> Apesar de a formação de predicado complexo ser impedida se houver Tempo no infinitivo (com especificação contraditória face ao Tempo expresso junto ao verbo mais alto), tal critério deveria ser limitado à lista de possíveis verbos formadores de predicado complexo, e não ser estendida à ocorrência da reestruturação.

### 1.2.3 A coesão estrutural

Uma restrição muito comentada à formação de predicados complexos consiste no princípio de coesão estrutural. Em outras palavras, não pode haver (ou pode haver sob condições muito específicas) a interrupção da sequência de constituintes entre verbo regente e verbo não-finito. Esse requisito se aplica sobre a ordem linear (adjacência), portanto não tem relação com a complementação verbal:

---

<sup>29</sup> Em propostas que assumem a reestruturação via movimento de núcleo, o preenchimento de Neg<sup>0</sup> é suficiente para barrar o movimento do verbo, por diversas razões:

- (i) a incapacidade de Neg<sup>0</sup> l-marcar VP (cf. Kayne 1989:243);
- (ii) o efeito de minimalidade criado pelo cruzamento de outro núcleo por sobre Neg<sup>0</sup>, associado à impossibilidade de exorporação: o núcleo movido é ou o próprio clítico, no caso da subida de clítico, ou T, no caso do movimento longo de objeto (Bok-Bennema & Kampers-Manhe 1994:209).

Entre as línguas românicas, há diversos casos no que toca à aceitação da interrupção e ao tipo de elementos existentes no interior do predicado complexo.

- (i) **Castelhano e Italiano:** são permitidos certos advérbios (especialmente os de modo), elementos focalizadores e quantificadores flutuantes.<sup>30</sup>

(39) a. Lo=suelen **siempre** terminar antes de la hora.

3SG.ACC=costumam sempre terminar antes de DET hora

‘Costumam sempre terminá-lo antes da hora’

b. Lo=quisera **por supuesto** comprar barato.

3SG.ACC=quisera por supuesto comprar barato

‘Gostaria evidentemente de comprar isso barato’

c. Te=lo=hacen **hasta** aborrecer.

2SG.DAT=3SG.ACC=fazem até aborrecer

‘Fazem ele até se aborrecer (e isso te afeta)’ (PE: ‘Fazem-no até aborrecer-se (e isso te afeta)’)

d. Los niños lo=quieren **todos** comer.

DET.PL crianças 3SG.ACC=querem todas comer

‘as crianças querem todas comê-lo’ (PE: ‘os miúdos querem-no todos comer’)

(MOORE 1996:53 (44); 54 (48)a)

(40) a. Sarrebbe bastato un ‘evviva’ o um ‘abbasso’ per poter=li

ser.3SG.COND bastar.PTCP um ‘viva’ ou um ‘abaixo’ para poder=3PL.ACC

[di nuovo imprigionare.

[de novo Prender

‘Bastaria um ‘viva’ ou um ‘fora’ para poder prendê-los de novo’

b. Vi=voglio **appunto** parlare seriamente.

2SG.DAT=querer.1SG exatamente falar seriamente

‘Quero mesmo falar-vos seriamente’

c. Lo=verrò **subito** a scrivere.

3SG.ACC=vir.1SG.FUT logo PRT escrever

‘Vou escrevê-lo logo’

<sup>30</sup> Segundo exemplo reproduzido em Gonçalves (1999:157), o catalão seria uma língua ainda mais restrita com relação à interrupção do predicado complexo.

d. Li=si=continua                      **stupidamente** a    commettere.

3PL.ACC=REFL=continuar.3SG stupidamente    PRT cometer

‘Continua-se a cometê-los [os erros], stupidamente’                      (NAPOLI 1981:852 (52)a/c/d/e)

Em italiano, adverbiais complexos (com mais de uma palavra) são em geral barrados, como no caso de locativos e temporais:

(41) ?? Ti=voglio                      **nel parco/ fra un’ora** vedere.

2SG.ACC=querer.1SG no    parque/    em    uma.hora ver

‘Quero te ver no parque/ em uma hora’ (PE: ‘Quero ver-te ....’)

(NAPOLI 1981:852 (53)a)

(ii) *Português Europeu*: segundo Gonçalves (1999), são permitidos advérbios que modifiquem somente o verbo regente (advérbios de modo); elementos focalizadores, como *só* e *até*; e o sujeito que participa de estruturas de inversão sujeito-verbo (cf. exemplos com interrogativas totais e parciais em (42)e-f).

(42) a.(?) Os vendedores de automóveis querem-me **frequentemente** convencer das vantagens de um pequeno utilitário.

b. Os vendedores de automóveis querem-me **sempre** convencer das vantagens de um pequeno utilitário.

c. O João quer-lhe **só** telefonar.

d. O João vai assistir à conferência do Pedro e quer-lhe **até** dar os parabéns pelo seu mais excelente trabalho.

e. Querê-lo-ão **os meninos** ler?

f. O que lhe quis **o João** oferecer?

(GONÇALVES 1999: 160 (90); (91); 161 (94)a; 163 (100); 163 (108)b; 167 (116)a)

(iii) *Português Clássico* (extensível ao português antigo e talvez a outras línguas românicas medievais): A partir dos dados coletados no *Corpus Tycho Brahe*, observamos que o PCI apresenta maior liberalidade de elementos

intervenientes. Além de todos os elementos observados para o PE, o PCI admite outros tipos de advérbio (como os sentenciais), advérbios temporais (conjugado com o sujeito pós-verbal em (43)b), e sintagmas preposicionais variados: com valor de adjunto e de argumento dativo – cf. (43)c-d. Quando ocorre um argumento dativo, ele necessariamente apresenta um clítico que o redobra.<sup>31</sup>

- (43) a. Na occasiaõ em que sahio desta corte, (...) se veyo **pessoalmente** a despedir da serva de Deos, e a encomendarse em suas oraçoens, de quem fiava o bom successo daquella empreza (PCI-M. Céu, 1658)
- b. e ela, mudando a côr em um suspiro, entre algumas lágrimas e com tão discretas razões que as não saberei **eu agora** referir com a perfeição própria (...) (PCI-Lobo, 1519).
- c. Mas os santos e apóstolos e martyres quem os quizer bem pintar, emite ao seu capitão e Nosso Salvador, que nenhuma outra regra lhes posso **para isso** dar maior. (PCI-Holanda, 1517).
- d. O mesmo lhe pode **a Vossa Mercê** succeder, se se não desvanecer agora com esta luz. (PCI-Chagas, 1631).

Essa tipologia de “níveis de interveniência” parece indicar que a adjacência apresenta variação translinguística. Contudo, podemos ainda manter a afirmação categórica de que alguns elementos são barrados entre os dois verbos: complementadores (finitos) e especificadores *qu-*. Tais palavras indicariam o preenchimento de um CP e, se isso for verdade, haveria um complemento infinitivo pleno e, portanto, incompatível com a auxiliaridade do verbo regente, envolvida no processo de formação de predicado complexo. Aparentes exceções a essa generalização aparecem nos exemplos abaixo:

---

<sup>31</sup> O PE escrito apresenta maior liberalidade de uso de elementos intervenientes que o PE oral, o que demonstra seu traço conservador, como demonstra o paralelismo entre (43)d e (i) abaixo:

(i) Bem me queria *a mim* parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais ... (PE-Escrito-Saramago, 1922)

(44) a.? Non ti=saprei **che** dire.

NEG 2SG.DAT=saber.1SG.COND C dizer

‘Não saberia o que dizer a você’

b. Non ti=so **cosa** dire.

NEG 2SG.DAT=saber.1SG C dizer

‘Não sei o que te dizer’

c. Lo=tenemos **que** hacer.

3SG.ACC=ter.1PL C fazer

‘Temos de fazê-lo’

d. Quemar las grasas corporales haciendo ejercicio:

queimar as gorduras corporais fazendo exercício:

[lo=hay **que** saber

[3SG.ACC=haver.3SG C saber

‘Queimar as gorduras corporais fazendo exercício: é preciso saber isso’

((34)a-b:Italiano; KAYNE 1989: 16; NAPOLI 1981:854; ((34)c-d: Castelhana; LUJÁN 1980:38;

[www.decathlon.es](http://www.decathlon.es))

Diversos autores concordam quanto à pouca produtividade desses exemplos, limitados a certas combinações de *verbo regente* + *elemento qu-* + *verbo infinitivo*, sendo que o caso mais notório envolve *saber* como verbo regente e *dizer* como verbo infinitivo. A respeito dos dados (44)a-b, Napoli (1981:854, nota 18) sugere que esses são casos de expressões idiomáticas fixas. A respeito de (44)c-d, o auxiliar modal deôntico *tener* pode selecionar os elementos *de* ou *que*, porém *de* tem uso mais restrito em castelhano se comparado ao português. *Haber* seleciona necessariamente *que*, e nunca *de*, ao contrário do português. Ou seja, parece ser defensável uma análise semelhante à descrita acima: *que* não é um verdadeiro complementador nesses casos, mas sim um elemento que forma unidade com o verbo regente. Evidência para isso é a opção pela escolha do item lexical que expressa o complementador finito, apesar de o complemento ser infinitivo. Wurmbrand (2003)

desenvolve essa ideia e sugere que os elementos *qu-* aí presentes não estão em CP nem em Spec,CP: em vez disso, são inseridos na morfologia.<sup>32</sup>

#### **1.2.4 Síntese**

A esta altura, dá-se por terminada a revisão das restrições à formação de predicados complexos. Foram quatro as restrições gerais apresentadas. Os verbos formadores de predicado complexo devem:

- (i) apresentar correferência entre seus sujeitos;
- (ii) compartilhar o mesmo domínio temporal;
- (iii) demonstrar certo nível de coesão estrutural.

Além disso, viu-se que o verbo regente faz parte de certas classes quanto à seleção de complemento oracional, classes essas em grande medida deriváveis dos princípios (i) e (ii). Opcionalmente, tais características podem ser atribuídas a um traço de auxiliaridade, ou seja, a partir de informação presente na entrada lexical do verbo.

### **1.3 PROBLEMAS TEÓRICOS APRESENTADOS PELOS PREDICADOS COMPLEXOS**

Vários problemas teóricos já foram entrevistados durante a discussão de questões sobre (i) como identificar um predicado complexo e (ii) em que contextos ele se forma. No entanto, julgamos ser útil também pontuar os aspectos gerais frente aos quais qualquer teoria formal deve se posicionar. Dessa forma, ao mesmo tempo em que algumas das principais propostas sintáticas sobre o assunto são apresentadas, pretendemos apresentar ao leitor alguns pontos-chave que serão discutidos e desenvolvidos no decorrer desta tese. Evidentemente, cada uma das construções (“reestruturação” e “união de orações”) apresenta detalhes que deverão ser relativizados, para o bem da concisão.

---

<sup>32</sup> A formação de uma expressão idiomática pode receber uma análise no âmbito da Morfologia Distribuída, tendo em conta que essa informação está presente na Enciclopédia (Marantz 1997).

### 1.3.1 Forma de união: incorporação ou concatenação?

Um problema que se apresenta é o nível de interação que os verbos formadores de predicado complexo apresentam. A hipótese nula é que só há uma relação de seleção entre verbo regente e seu complemento não-finito, onde o clítico se encontra, que implica concatenação entre as estruturas. Porém dados de outras línguas têm sugerido que os verbos em questão formam uma unidade morfológica via incorporação do verbo não-finito (ou seu correspondente) ao verbo regente.

Baker (1988) é o primeiro a utilizar a noção de incorporação verbal para derivar a formação de predicados complexos causativos, com base em evidência de línguas com morfologia rica como o chichewa e o turco (respectivamente classificadas nas famílias níger-congo e altaica). A não-incorporação em línguas como o avar (família nakh-dagestanese) e o inglês é comparada ao não-movimento do sujeito em estruturas de alçamento de sujeito. Comparem-se os dados de incorporação e alçamento:

(45) a. mtsikana ana-chit-its-a kuti mtsuko u-gw-e.  
menina AGR-LV-fazer.PST-ASP esse pote.d'água AGR-cair-ASP

b. mtsikana anau-gw-ets-a mtsuko.  
menina AGR-cair-fazer.PST-ASP pote.d'água  
'a menina fez o pote d'água cair'

(Chichewa; TRITHART 1977 apud BAKER 1988:148 (2)a; (3)a )

(46) a. It seems that **Sara** adores Brussels sprouts.  
b. **Sara** seems to adore Brussels sprouts.

(Inglês; BAKER 1988:150 (6))

Em (45)a tem-se a estrutura causativa em chichewa sem incorporação verbal, mais próxima das causativas indo-europeias. Na comparação entre (45)a e (46)a nota-se que quando não há movimento do verbo, há a concatenação de um item lexical: um verbo leve em chichewa e um expletivo em inglês, ambos elementos “pleonásticos” (sublinhados nos exemplos). No

caso de (45), um princípio independente da gramática impede que a estrutura seja realizada sem modificações ulteriores, especificamente, o **filtro de afixos extraviados**.<sup>33</sup>

De fato, a análise para as causativas pode ser estendida à “reestruturação”. Esse termo, originalmente usado em Rizzi (1982) para referir uma regra do italiano que reanalisa opcionalmente uma subcadeia terminal  $V_x (P) V$  como um único complexo verbal, resulta na transformação de uma estrutura bioracional numa oração simples, o que pode ser reinterpretado em termos da noção de incorporação. Para além disso, Baker (1988) observa que o número de verbos que sofrem incorporação verbal varia de língua a língua, porém predicados correspondentes a verbos de reestruturação (como *poder* e *querer*) também são encontrados ao lado dos verbos causativos.

- (47) Kutṭike aanaye **null-aam**.  
criança.DAT elefante.ACC beliscar-pode  
‘a criança pode beliscar o elefante’

(Malayalam; MOHANAN 1983 *apud* BAKER 1988:156 (27))

- (48) Angutik-p annak **taku-guma-vaa**.  
homem-ERG mulher.ABS ver-quer-AGR  
‘O homem quer ver a mulher’

(Inuktitut do Labrador; SMITH 1982 *apud* BAKER 1988:157 (28))

A partir da proposta de incorporação de Baker (aplicada somente ao movimento do clítico), Kayne (1989) desenvolveu uma análise seminal para a subida de clíticos em línguas românicas. A partir da observação da correlação entre subida de clíticos e o parâmetro do sujeito nulo, Kayne argumenta que línguas pro-drop têm uma categoria I forte que pode *l*-marcar o complemento VP. Isso, juntamente com a assunção de que o locus de cliticização é variável – pronomes clíticos podem cliticizar-se a  $I^0$  ou a  $V^0$  – resulta na previsão de que a possibilidade de o infinitivo encaixado mover-se para  $I^0$  é crucial para que ocorra a subida de clítico. Essa diferença parece estar relacionada a outra diferença entre francês e italiano: a necessária próclise ao infinitivo na primeira língua e a ênclise na

---

<sup>33</sup> **Filtro de afixo extraviado** (*stray affix filter*): Um morfema preso deve se combinar com uma raiz sob um núcleo comum antes que regras de pronúncia sejam aplicadas (cf. Lasnik 1995).



segunda, como desenvolve o mesmo autor em trabalho posterior (Kayne 2000: capítulo 5 [1991]). Dessa forma, às frases em (49) corresponderiam as estruturas em (50):

(49) a. Lui=parler serait une erreur.

3SG.DAT=falar ser.3SG.COND DET erro

b. Parlar=gli sarebbe un errore.

falar=3SG.DAT ser.3SG.COND DET erro

‘Falar com ele/a seria um erro’

(KAYNE 2000: 61 (1), (3))

(50) a. T ... Cl +<sub>[Infn V+Infn]</sub> ... [<sub>VP</sub> [<sub>v e</sub>] ...

b. ... V+Infn ... Cl+T ... [<sub>Infn e</sub>] ... [<sub>VP</sub> [<sub>v e</sub>] ...

(KAYNE 2000: 63 (8), (9))

Como Kayne considera que as estruturas que exibem subida de clíticos são bioracionais, são as propriedades do sistema flexional que tornam a barreira CP transparente e permitem o movimento dos pronomes. Em (50)b o clítico não pode se adjungir a  $\text{Infn}^0$  pois só resta aí o vestígio dessa categoria. O conjunto V+Infn se adjungiu a T<sup>?</sup>. A partir daí, o clítico pode se incorporar para a oração matriz. Considerando o **Corolário de Transparência de Regência** de Baker (1988) (*Government Transparency Corollary*), o vestígio do pronome clítico pode ser identificado, visto que o domínio de regência de conjunto V+T matriz foi estendido ao T encaixado.

Várias análises foram desenvolvidas para a subida de clíticos nas línguas românicas com base nos trabalhos de Kayne. Evidentemente, a aplicação de uma análise de incorporação verbal a línguas que não apresentam evidência morfológica para tanto implica que se adote uma das seguintes adaptações, a fim de diferenciar reanálise de incorporação *per se*:

- (i) a incorporação ocorre em Forma Lógica, havendo somente uma relação de coindexação entre verbo causativo e verbo regido em sintaxe aberta, enunciada via traço semântico presente no verbo regente (cf. Baker 1988:202ss);

- (ii) a incorporação ocorre em sintaxe aberta, porém há algum mecanismo que “desfaz” o movimento em Forma Fonética, como a pronúncia da cópia mais baixa (cf. Roberts 1997:426).<sup>34</sup> Essa perspectiva tem como pressuposto a adoção da teoria de movimento por cópia. Apesar da regra geral de pronúncia da cópia mais alta, uma restrição parametrizada exigiria a pronúncia da cópia mais alta nesse caso, garantindo assim que os verbos formadores do predicado complexo sejam palavras independentes em línguas românicas.

Essas adaptações não são forçosamente necessárias, para além do propósito de apresentar uma análise translinguisticamente unificada para o fenômeno. Resta saber se a adoção de uma das análises ((i) ou (ii)) é teoricamente válida para explicar os fatos que levaram à sua proposição (a realização dos verbos como morfemas livres e a possibilidade de interrupção de sequência verbal).<sup>35</sup>

Baker (1999), em comentário a artigo de Joseph Emonds, reconhece que o movimento do clítico de línguas românicas é paralelo ao movimento da concordância em línguas polissintéticas, mas é em vários aspectos muito mais amplo que a incorporação nominal, conforme atestam os seguintes exemplos do chukchi (família chukotko-kamchatkana). Dessa forma, em (51)b o nome correspondente a ‘amoras’ não pode se adjungir ao verbo matriz:

- (51) a.  $\delta t l \delta g - e$   $l \delta w a w - \delta r k$   $n e n - r \delta - m a r a w - a t - \delta k$   $e k \delta k$   
pai-ERG não.pode-PRES-3SG/SBJ.3SG/OBJ CAUS-reprender-CAUS-INF filho.ABS  
‘O pai não pode reprender o filho’
- b.  $G a - n a e l - i n - a u$   $p a y i t t - o - k$   
PST-tornar.se-PST-3PL/SBJ amora-comer-INF  
‘eles começaram a comer amoras’  
(NEDJALKOV 1976 *apud* BAKER 1999:369 (1); BOGORAS 1922 *apud* BAKER 1999:369 (2))

<sup>34</sup> Baker (1988:462, nota 37) admite que a incorporação em sintaxe fechada ou Forma Lógica acarretaria incompatibilidades com a Teoria do Caso. Propõe, portanto, ou o movimento em sintaxe aberta (estrutura de superfície) com “reconstrução” ou a construção da Forma Lógica em paralelo com a estrutura de superfície, nos termos da Teoria Padrão Estendida.

<sup>35</sup> Além desses fatos relativos às línguas românicas, observa-se a repetição do morfema apassivador em em turco (cf. Kornfilt 1996).

Dessa forma, é necessário que uma análise de incorporação considere que clíticos têm um estatuto diferente de nomes, o que alguns autores resolvem identificando aqueles elementos com afixos (cf. discussão em §3.2). As propostas que assumem a incorporação verbal, além da incorporação do clítico (cf. Roberts 1997), parecem encontrar pouca evidência morfológica nas línguas românicas, se comparadas às línguas germânicas.<sup>36</sup> Esse tipo de análise pode considerar que o complemento infinitivo sempre corresponde a uma oração, como descrito na seção 1.3.2.1.

No entanto, análises mais recentes apresentam como alternativa à incorporação a simples concatenação, ou seja, a hipótese nula, como forma de operar a união dos predicados em questão. Nessa linha incluem-se as propostas que supõem a monoracionalidade da estrutura da sentença, como se verá nas seções 1.3.2.2 e 1.3.2.3.

### ***1.3.2 Estrutura da sentença: uma ou duas orações?***

Como vimos, uma questão essencial que sobressai em análises sobre a formação de predicado complexo se refere à própria estrutura da sentença. Quanto a esse tópico, há três grandes tipos de análises: as que assumem a existência de duas orações; as que assumem a existência de uma só oração, que inclui os dois verbos; e as que assumem ambas as análises, de forma não-exclusiva. Evidentemente, uma vez que a quantidade de propostas lançadas sobre o assunto impediria uma revisão exaustiva, apresenta-se um apanhado das propostas mais representativas.

#### **1.3.2.1 Bioracionalidade generalizada**

Já se viu na seção 1.3.1 que um posicionamento possível no campo dos predicados complexos é a incorporação do  $V_{reg}$  e do  $V_{inf}$  que originalmente pertencem a orações distintas. Alinhada de **Reestruturação Fraca** por Bok-Bennema (2006) – uma vez que o complemento infinitivo apresenta uma estrutura não-reduzida, e, portanto, semelhante à estrutura de qualquer oração –, tal visão deve explicar a ocorrência de

---

<sup>36</sup> Para uma revisão e discussão (contrária à incorporação verbal) em alemão, cf. Wurmbrand (2007a).

dependências não-locais, que seria limitada na linguagem humana. Dessa forma, a existência de efeitos de transparência depende da aplicação da condição de localidade, sendo que a relação local entre os elementos afetados é estabelecida via movimento (aberto ou coberto) (cf. Harbert 1996).<sup>37</sup> Considere-se que “os elementos afetados” são o clítico e o  $V_{reg}$ , no caso da subida de clíticos. Na verdade, duas famílias de propostas podem ser distinguidas, em que:

- (i) a relação local entre os elementos afetados é estabelecida previamente via movimento (aberto ou coberto) do predicador mais baixo ( $V_{inf}$ ) para formar unidade morfológica com o elemento mais alto ( $V_{reg}$ );
- (ii) a relação local entre os elementos afetados é estabelecida via movimento (aberto) de material para a periferia da oração encaixada, a partir de onde o clítico é “contrabandeado” para o domínio em que se encontra o  $V_{reg}$ .

O expediente em (i), como já mencionado na seção anterior, foi inaugurado com Baker (1988) e explorado e desenvolvido por Kayne (1989), Bok-Bennema & Kampers-Manhe (1994), Roberts (1997), Gonçalves (1999) e Zushi (2001), entre outros trabalhos. Quanto a (ii), o trabalho de Burzio (1986) foi o pioneiro, tendo sido também desenvolvido com contornos específicos por Rooryck (1994), Lightfoot & Rodrigues (2002), Roberts (a sair) e Cyrino (2008).<sup>38</sup> Vejamos esse tipo de análise em linhas gerais, a partir da revisão do tratamento do assunto por Burzio (1986).

Burzio (1986) aproxima as construções de União de Orações e de Reestruturação, diferenciando-se assim das análises clássicas de Kayne (1975) e de Rizzi (1982), respectivamente. Ambas as construções envolvem o movimento do VP da oração encaixada, o que o faz ser contido imediatamente no VP da oração matriz (o movimento do VP é indicado por tachado na posição de base e negrito na posição final):

---

<sup>37</sup> Outro tipo de expediente utilizado para justificar os efeitos de transparência em estruturas bioracionais consiste no relaxamento da condição de localidade a fim de admitir sua aplicação em circunstâncias específicas (o caso das anáforas de longa distância). Para um exemplo, cf. Rappaport (1986).

<sup>38</sup> O termo “contrabandeado” (e “contrabando”) é a tradução de *smuggled* (e *smuggling*), usados na análise das passivas do inglês por Collins (2005). A denominação de propostas como a de Burzio como envolvendo um “contrabando” é feita por Roberts (a sair) e Cyrino (2008).

- (52) a. [s<sub>[NP Maria]</sub> [vp<sub>[V ha fatto]</sub> [vp<sub>riparare la macchina]</sub> [s<sub>[NP<sub>a</sub> Giovanni]</sub> [vp<sub>e</sub>] ]]  
 [s<sub>[NP M.]</sub> [vp<sub>[V AUX fazer.PTCP]</sub> [vp<sub>consertar</sub> DET carro] [s<sub>[NP<sub>a</sub> G.]</sub>  
 ‘Maria fez Giovanni consertar o carro’  
 (PE: ‘A Maria fez consertar o carro ao Giovanni’)
- b. [s<sub>[NP Giovanni]<sub>i</sub></sub> [vp<sub>[V vuole]</sub> [vp<sub>andare t<sub>i</sub>]</sub> [s<sub>PRO<sub>i</sub></sub> [vp<sub>e</sub>] ]]  
 [s<sub>[NP G.]<sub>i</sub></sub> [vp<sub>[V quer]</sub> [vp<sub>ir</sub> t<sub>i</sub>]  
 ‘O Giovanni quer ir’

(BURZIO 1986: 229 (3)b; 353 (85)b)

As sentenças apresentam a estrutura para a construção com um verbo causativo (ECM) e com um verbo volitivo (de controle). Em ambas o movimento do VP é motivado em torno da atribuição de Caso ao sujeito encaixado, como *a Giovanni* em (52)a. Para esse fim, o movimento de VP ocorre juntamente com o apagamento de  $\bar{S}$  (mecanismo advindo da TPE), o que garante adjacência estrutural e a relação de regência entre verbo e objeto. O mecanismo de alçamento de VP também valida a cadeia formada entre o clítico elevado para a oração mais alta e a categoria vazia presente na posição temática (um *pro*).<sup>39</sup>

Apesar de os exemplos em (52) não incluírem clíticos, é interessante observar que os clíticos acusativo e dativo serão movidos junto com o VP, em conformidade com a estrutura seguinte, com especificador à direita: [<sub>VP</sub> [<sub>V</sub> *escrever (a)*] (*lhe*)]. Por outro lado, o clítico correspondente ao causado (o sujeito encaixado da construção de “união de orações”) é gerado na base na oração superior, sem movimento.<sup>40</sup>

Esse tipo de análise é retomado posteriormente, com a assunção comum de que a subida de clítico ocorre a partir de uma posição intermediária, usualmente num sintagma presente numa projeção funcional da oração mais baixa. Um exemplo da primeira fase do minimalismo é Rooryck (1994), que desenvolve tal ideia no âmbito da *Minimalidade Relativizada* (Rizzi 1990). A opcionalidade da subida de clíticos é resolvida por esse autor

<sup>39</sup> Note-se que Burzio (1986) segue uma corrente de propostas, como Borer (1981), para as quais o clítico é gerado na base, e sua referência é estabelecida por ligação com uma categoria vazia.

<sup>40</sup> Ao assumir o movimento de VP, Burzio (1986) diverge de Kayne (1975), trabalho desenvolvido no âmbito da TPE que propôs o movimento de V (NP), deixando o PP dativo “encalhado”. A abordagem de Kayne permite explicar a inversão do causado e a interdição à cliticização do dativo objeto com base na condição de sujeito especificado (cf. *\*Je lui ferai écrire mon ami* ‘Eu farei meu amigo escrever a ele’ – PE: (\*)‘Eu farei-lhe escrever meu amigo’).

em termos de diferentes formas de satisfação do requisito de minimalidade. Na sua proposta, utiliza-se o movimento de último recurso do T-Agr<sub>S</sub> encaixado, entre parênteses em (53)a, a fim de permitir o movimento do clítico para a oração superior; já em (53)b o clítico não se move para o complexo T-Agr<sub>S</sub> pois esse passo derivacional também implicaria uma violação da Minimalidade Relativizada. A derivação faz recurso, nos dois casos, a antecipações (*look-ahead*):

- (53) a. La=volevo          chiamare ieri.  
           3SG.ACC=queria.1SG chamar    ontem  
           ‘Quería-a chamar ontem’  
           a'.la-V<sup>0</sup>-T<sup>0</sup>-Agr<sub>S</sub><sup>0</sup> ... (T<sup>0</sup>-Agr<sub>S</sub><sup>0</sup>) [Agr<sub>SP</sub> [ t' la V<sub>inf</sub>-t<sub>T-Agr<sub>S</sub></sub> ] [TP ... t<sub>la</sub>]]
- b. Volevo chiamar=la    ieri.  
           queria.1SG chamar=3SG.ACC ontem  
           ‘Quería chamá-la ontem’  
           b'.volevo [Agr<sub>SP</sub> [V<sub>inf</sub>-T<sup>0</sup>-Agr<sub>S</sub>] [TP la [VP... t<sub>la</sub>]]]

(ROORYCK 1994:430 (19), (20))

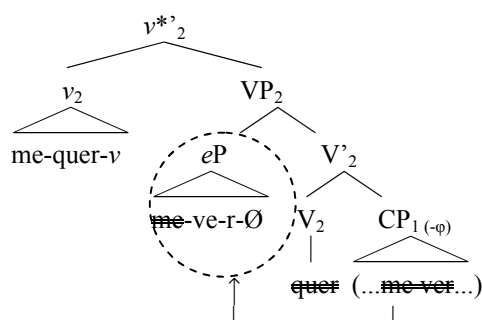
No âmbito da segunda fase do minimalismo, Cyrino (2008) retoma a ideia de movimento de um sintagma (InfP no caso da “união de orações” e eP no caso da “reestruturação”) para o Spec,VP da oração mais alta. Sua análise, unificada a todos os predicados complexos, segue a teoria de derivação por fases (Chomsky 2001).<sup>41</sup> Sendo C e T presentes no domínio encaixado defectivos quanto a traços-φ, não há formação de fase independente nesse nível e o movimento da primeira fase do domínio encaixado (v\*P) não

<sup>41</sup> InfP e eP são núcleos correlatos a v\*P, uma fase. eP consiste na projeção funcional sugerida por Roberts (a sair), a partir de reinterpretação da proposta de Cardinaletti & Shlonsky (2004), que corresponde ao fonema [e] em italiano (e [Ø] em português), que está em distribuição complementar com a ênclise em italiano. Os autores interpretam que /e/ é resultante do abaixamento de /i/ quando precedido por uma consoante coronal. Os clíticos seriam, portanto, elementos bimorfêmicos, estando os traços-φ no primeiro morfema (*m+i*, *t+i*, etc.):

- (i) a. Maria vuole veder=mi.  
           M.    quer ver=1SG  
           PE: ‘A Maria quer-me ver’  
       b. Maria me=vuole vedere.  
           M.    1SG=quer ver  
           PE: ‘A Maria quer ver-me’

fica impedido; a partir daí, o material ali inserido fica acessível a operações posteriores. O clítico, no entanto, só fica acessível ao movimento para fora da fase caso esteja na borda (de XP ou de X<sup>0</sup>). Assim, a subida depende da próclise ao infinitivo. Em Cyrino (2008), a subida de sintagma para Spec,VP<sub>2</sub> é resultante de um traço de borda (*edge feature*) originário do núcleo da fase (v\*<sub>2</sub>) e transmitido ao núcleo V (cf. proposta semelhante no nível da fase CP em Chomsky 2008). Confira a representação em (54).

(54) Representação simplificada de *Ele [me quer ver]*, segundo Cyrino (2008)



Em suma, as teorias que adotam uma perspectiva bioracional para a estrutura dos predicados complexos têm de explicar a violação de pressupostos de localidade, geradas a partir dos efeitos de transparência como a subida de clíticos. Dois mecanismos são utilizados para tanto: ou a incorporação do verbo mais baixo ao verbo mais alto, ou o movimento cíclico. Nesse último caso, deve-se recorrer de preferência a mecanismos independentes dos pressupostos de localidade, para que o movimento seja motivado de forma não-circular.

### 1.3.2.2 Análises duais

As propostas mais tradicionais para a formação de predicados complexos supõem a transformação de uma estrutura bioracional em mono-oracional. A regra de reestruturação que Rizzi (1982) propôs violava o Princípio de Projeção (cf. Chomsky 1981), uma vez que os argumentos de um predicado não se projetam uniformemente em todos os níveis de representação (no caso, a estrutura do argumento interno do verbo regente é desfeita), problema que foi encarado a partir de três tipos de soluções. A primeira

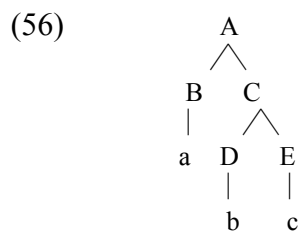
delas consiste em relacionar as estruturas por deslocamento, estratégia adotada pelas propostas no âmbito da bioracionalidade generalizada, como já vimos. Duas outras opções serão analisadas nesta subseção:

- (i) gerar marcadores sintagmáticos multidimensionais que incluam ambas as estruturas;
- (ii) adotar a opcionalidade na subcategorização do verbo regente.

A opção (i) parte de uma tradição de pesquisas surgida com Lasnik & Kupin (1977) e posteriormente desenvolvida em Williams (1980). Enquanto Zubizarreta (1982a), Manzini (1983) e Goodall (1987) desenvolveram propostas para lidar com os predicados complexos e a coordenação em línguas românicas, Huybregts (1984) e Haegeman & Riemsdijk (1986) aplicaram-na aos grupos verbais das línguas germânicas. A título de ilustração, a proposta de Goodall (1987) será apresentada a seguir.

Goodall (1987), como já mencionado, baseia sua proposta no estudo de Lasnik & Kupin (1977), segundo o qual marcadores sintagmáticos são representados como conjuntos de cadeias. Sua teoria permite somente a formação de Marcadores Sintagmáticos Reduzidos (MSR), em que tem de haver uma relação de dominância ou precedência entre cada par de cadeias incluídas no marcador sintagmático, garantindo assim a correta linearização. Dessa forma, o conjunto em (55) apresenta os não-terminais A,B,C,D,E e um conjunto de terminais a,b,c, e uma cadeia com um não-terminal e zero, um ou dois terminais é uma monocadeia (A, Bbc, AC, ADc e adE). Sua estrutura arbórea correspondente é representada como em (56):

(55) {A, Bbc, aC, aDc, abE, abc}



(GOODALL 1987: 8 (19), 9 (21))



A partir daí, Goodall defende que a definição de MSR deve ser ampliada de forma a permitir “estruturas paralelas”, geradas por um par de nós no marcador sintagmático que se relacionam com outros nós, mas que eles mesmos não dominam ou precedem um ao outro:

(57) Definição revisada de Marcador Sintagmático Reduzido (MSR)

$P$  é um MSR se há  $A$  e  $z$  tal que  $A \in P$  e  $z \in P$ ;

e se para um  $\varphi$ ,  $\varphi \in P$ ,  $\varphi \notin \Sigma^*$ , há um  $y$ , tal que  $y$  é um  $a^* \varphi$  em  $P$ .

(sendo  $P$  um conjunto arbitrário,  $A$  um não-terminal,  $z$  um terminal,  $\varphi$  uma cadeia incluindo terminais e/ou não-terminais, e  $\Sigma^*$  o conjunto de cadeias de terminais; “ $y$  é um  $a^* \varphi$ ”, onde  $\varphi = xAz$ , significa que  $y$  é um  $A$ )

(GOODALL 1987: 14 (35))

A segunda parte da definição em (57) garante que, para cada monocadeia em (56) (representadas por  $\varphi$ ), haverá uma porção da cadeia terminal  $abc$  que estabelece uma relação  $a^*$  com  $\varphi$ . Exemplos de estruturas que não podem ser representadas por árvores bidimensionais são representadas a seguir:

(58) a.  $\{A, Bbc, aC, aDc, abE, Fc, abc\}$

b.  $\{A, Bbc, aC, aDc, abE, abc, def\}$  (GOODALL 1987: 9(24), 13(34))

Em (58)a,  $C$  e  $F$  não estabelecem relação de dominância ou precedência um em relação ao outro, porém ambos são dominados por  $A$  e ambos dominam a cadeia terminal  $abc$ . Em (58)b, não há relação entre  $abc$  e  $def$ , mas ambos são dominados pelo não-terminal  $A$ .

Dessa forma, as estruturas simultâneas relacionadas ao exemplo de “união de orações” do francês em (59)a são representadas em (59)b,c (Goodall 1987:112 (41)):

(59) a. Marie a fait manger la tarte à l'enfant.

M. AUX fazer.PTCP comer DET torta a DET.criança

‘Marie fez a criança comer a torta’ (PE: ‘A Marie fez comer a torta ao miúdo’)

- b. [S<sub>1</sub> [NP<sub>1</sub> Marie ] [VP<sub>1</sub> [V<sub>1</sub> a fait] [S<sub>2</sub> [VP<sub>2</sub> [V<sub>2</sub> manger] [NP<sub>2</sub> la tarte]] [NP<sub>3</sub> l'enfant]]]  
c. [S<sub>1</sub> [NP<sub>1</sub> Marie ] [VP<sub>1</sub> [V<sub>0</sub> [V<sub>1</sub>a fait] [V<sub>2</sub> manger]] [NP<sub>2</sub> la tarte] [NP<sub>3</sub> l'enfant]]]

A cliticização é explicada tendo-se em conta que, na estrutura reduzida em (60)c, o clítico que pronominaliza o NP<sub>2</sub> *la tarte* em *Marie l'a fait manger à l'enfant* é adjungido ao predicado complexo em V<sub>1</sub>, onde recebe Caso acusativo. Uma vez que V<sub>1</sub> também rege o NP<sub>3</sub>, esse elemento também pode receber Caso dativo.

No caso dos verbos de reestruturação, Goodall também assume a subcategorização simultânea de  $\bar{S}$  e V, o que gera as estruturas paralelas em (60)b,c, referentes a (60)a do castelhano (um eventual dativo ocorreria em NP<sub>3</sub>) (cf. Goodall 1987:143 (19)):

- (60) a. Juan quiere comer el pan.  
J. quer.3SG comer DET pão  
'Juan quer comer o pão'  
b. [S<sub>1</sub> [NP<sub>1</sub> Juan ] [VP<sub>1</sub> [V<sub>1</sub> quiere] [S<sub>2</sub> [VP<sub>2</sub> [V<sub>2</sub> comer] [NP<sub>2</sub> el pan]] [NP<sub>3</sub> ]]]  
c. [S<sub>1</sub> [NP<sub>1</sub> Juan ] [VP<sub>1</sub> [V<sub>0</sub> [V<sub>1</sub> quiere] [V<sub>2</sub> comer]] [NP<sub>2</sub> el pan] [NP<sub>3</sub> ]]]

Finalmente, voltemos à opção (ii), enunciada no início desta subseção: a opcionalidade na subcategorização do verbo regente. Essa opção admite que o sistema computacional pode atribuir uma estrutura com variado número de projeções funcionais ao complemento infinitivo: se a estrutura é mais enriquecida, o complemento infinitivo torna-se um domínio sintático independente, e assim não se estabelecem dependências com a oração superior. A categoria envolvida num ou noutro caso varia nas propostas de Rochette (1988), Moore (1996), Martins (2000) para as línguas românicas, e Wurmbrand (2003) para o alemão.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> O uso da subcategorização dupla é evitado por vários autores, como Rochette (1988). No entanto, apesar de negá-la, ela parece assumi-la ao afirmar que pode ou não haver um argumento *evento* associado à entrada lexical dos verbos de reestruturação: num caso, a infinitiva é um VP; noutro, projeta até o T' (a não-projeção do TP parece ser um artifício que cria uma posição para o argumento *evento* e evita a dupla subcategorização).

Moore (1996) é um exemplo de proposta em que a subcategorização dupla é assumida claramente. Ele afirma que os verbos desencadeadores de estruturas reduzidas (*reduction trigger verbs*) exibem subcategorizações múltiplas, diferentemente daqueles que não o são:

- (61) a. *verbos desencadeadores*: {[ \_ IP],[ \_ VP]}  
b. *verbos não-desencadeadores*: [ \_ IP]

(MOORE 1996:43 (19))

Martins (2000) apresenta uma análise minimalista para a subida de clíticos em PE, que parte de pressupostos sobre estrutura sintática como o Princípio de Estrutura Mínima de Bošković (1996), que garante a atribuição da representação com menor quantidade de projeções funcionais possível. Como Bošković, Martins também rejeita a legitimação de PRO por regência. Portanto, a distinção clássica entre controle e alçamento em termos do tamanho do complemento infinitivo (respectivamente CP e IP) torna-se irrelevante.

A autora afirma que a seleção semântica dos verbos de reestruturação, quando especificada, é uma asserção que corresponde à categoria  $\Sigma P$ ; quando subespecificada, é um TP. Adota-se, no que tange ao movimento dos clíticos, o pressuposto de que são elementos mínimos e máximos. Assim, um clítico move-se para Spec,AgrOP como  $X^{\max}$ , onde seu Caso é checado; depois, move-se por cada núcleo sofrendo excorporação (de acordo com a **Restrição sobre movimento de núcleo** ou *Head Movement Constraint - HMC*) para AgrS, a fim de verificar um traço de especificidade, como  $X^0$ . Fica claro, portanto, a razão pela qual a subida de clítico só ocorreria na presença de uma estrutura subespecificada: o único AgrS disponível está presente na oração matriz. Por outro lado, quando o complemento é um  $\Sigma P$ , a estrutura inclui AgrS, TP e AgrO como núcleos funcionais, e o clítico só pode se mover até o AgrS encaixado.

Em suma, comparando as abordagens de subcategorização dupla comentadas, nota-se que as principais diferenças entre elas dizem respeito: (i) à quantidade de categorias funcionais disponíveis no complemento infinitivo; e (ii) à escolha da seleção categorial ou

semântica a fim de codificar as estruturas em “competição”. Enquanto Moore defende a seleção categorial, Martins rejeita-a, se bem que não deixe clara a contraparte semântica da estrutura subespecificada.

Algumas implicações teóricas de se adotar a subcategorização dupla são:

- (i) se não for possível reduzir a opcionalidade em termos de seleção semântica, ela de fato dependerá de informação presente na entrada lexical de certos verbos, o que cria problemas para abordagens sintáticas não-lexicalistas;
- (ii) a escolha entre as alternativas estruturais, se atrelada à presença de outros elementos na sentença, implica um tipo de antecipação (look-ahead), solução indesejável numa perspectiva derivacional.

### **1.3.2.3 Mono-oracionalidade generalizada**

Outro tipo de abordagem é oposto à bioracionalidade generalizada. Admite, portanto, que os predicados complexos correspondem sempre a uma oração. Como esse tipo de trabalho se insere na abordagem cartográfica para a estrutura da sentença (cf. Cinque & Rizzi 2008, *inter alia*), pressupõe-se a existência de uma série de projeções funcionais com traços semânticos específicos, com as restrições rígidas de ordenamento e coocorrência propostas inicialmente para os advérbios em Cinque (1999). Cinque (2004) assume que os advérbios são especificadores e que os verbos de reestruturação são inseridos no núcleo das diferentes projeções que instanciam diferentes noções relativas a Tempo, Modo e Aspecto:

- (62) a. Lo=tenderebbe a voler fare sempre lui  
3SG.ACC=tenderia.3SG PRT querer fazer sempre ele  
'Ele tenderia a querer sempre fazer isso'
- b.\* Lo=vorrebbe tendere a fare sempre lui.  
3SG.ACC=queria.3SG tender PRT fazer sempre ele  
(\*)'Ele queria tender a sempre fazer isso'

(Italiano; CINQUE 2004: 139 (28))

Nas sentenças acima, os núcleos funcionais relevantes são  $Asp_{\text{prepositional}}$  e  $Mod_{\text{volitive}}$ , correspondentes a ‘tender’ e ‘querer’, respectivamente, cuja ordem não pode ser alterada:

- (63)  $MoodP_{\text{speech act}} > MoodP_{\text{evaluative}} > MoodP_{\text{evidential}} > ModP_{\text{epistemic}} > TP(\text{Past}) > TP(\text{Future}) > MoodP_{\text{irrealis}} > ModP_{\text{alethic}} > AspP_{\text{habitual}} > AspP_{\text{repetitive(I)}} > AspP_{\text{frequentative(I)}} > AspP_{\text{prepositional}} > ModP_{\text{volitional}} > AspP_{\text{celerative(I)}} > TP(\text{Anterior}) > AspP_{\text{terminative}} > AspP_{\text{continuative}} > AspP_{\text{retrospective}} > AspP_{\text{proximative}} > AspP_{\text{durative}} > AspP_{\text{generic/progressive}} > AspP_{\text{prospective}} > ModP_{\text{obligation}} > ModP_{\text{permission/ability}} > AspP_{\text{completive}} > VoiceP > AspP_{\text{celerative(II)}} > AspP_{\text{repetitive(II)}} > AspP_{\text{frequentative(II)}}$   
 (adaptado de CINQUE 2004 (3); (22))

Cinque (2004), que não aborda os verbos causativos, assume a Hipótese Forte segundo a qual a estrutura é mono-oracional mesmo na ausência de efeitos de transparência, ou seja, o verbo de reestruturação é sempre inserido numa projeção funcional.<sup>43</sup> Portanto, Cinque (2004) reafirma a opcionalidade da subida de clíticos e sua total independência face a uma operação anterior (como proposto originalmente em Rizzi 1982), com base na relativa independência entre os vários efeitos de transparência (já mencionada na seção 1.1).

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da abordagem cartográfica não exploram a questão da posição do clítico. Sobre isso, Cardinaletti & Shlonsky (2004) fazem a distinção (de ordem puramente fenomenológica) entre duas posições em que o clítico pode ser inserido: uma funcional, outra lexical. Os autores não se comprometem quanto à existência de movimento ou concatenação do clítico para a posição funcional. Na verdade, a proposta relativiza a assunção de Cinque (2004) de que verbos de reestruturação são sempre funcionais com base na subida de clítico para um verbo intermediário numa sequência de três verbos. Nesse caso, assume-se que em (64)a o verbo de reestruturação mais alto é lexical num domínio oracional distinto. Já em (64)b, há troca de auxiliar

<sup>43</sup> Isto é assumido em contradição com o sugerido em trabalho anterior (Cinque 2001), em que os verbos de reestruturação podem ser concatenados na estrutura como verbos lexicais ou funcionais, como nos esquemas abaixo. Tem-se aí um tipo de análise dual.

- (i) Concatenação dos verbos de reestruturação em V ou F (Cinque 2004:133 (4))  
 a.  $[CP...[FP...[FP...[VP \text{reestruturação} [CP...[FP...[FP...[VP V ]]]]]]]]$   
 b.  $[CP...[FP... [FP \text{reestruturação} [FP...[VP V ]]]]$

(*avere* → *essere* (cf. *sarei*)) junto ao verbo mais alto, o que exigiria que o outro efeito de transparência, a subida do clítico, ocorresse para junto desse verbo; em vez disso o clítico *ci* ('lá') é alçado para o verbo intermediário *poter*, o que resulta em agramaticalidade. Finalmente, (64)c ilustra a situação esperada. Diferentemente de Cinque, os autores consideram que os efeitos de transparência coocorrem e que o clítico só pode se mover para o verbo funcional mais alto da oração em que ele se encontra; assim, a subida do clítico não seria cíclica. Confira os exemplos abaixo, em que os parênteses indicam material incluso no predicado complexo.<sup>44</sup>

(64) a. Vorrei [poter=*ci* andare con Maria].

querer.1SG.COND poter=lá ir com M.

'Eu gostaria de poder ir lá com a Maria'

b.\* [Sarei voluto poter=*ci* andare con Maria].

ser.1SG.COND querer.PTCP poter=lá ir com M.

c. [Ci=*sarei* voluto poter andare con Maria].

lá=ser.1SG.COND querer.PTCP poter ir com Maria

'Eu gostaria de poder ir lá com Maria'

(CARDINALETTI & SHLONSKY 2004: 523 (10)a, (7)a,c)

Mesmo com essa relativização da proposta de Cinque (2004), a adoção da proposta de Cardinaletti & Shlonsky tem uma consequência relevante para o estudo de fatos diacrônicos. A mono-oracionalidade generalizada prevê que não é possível assumir qualquer alteração estrutural em sentenças com predicados complexos, somente com base em evidências morfossintáticas do domínio encaixado. A estrutura é sempre mono-oracional, mesmo diante de dados usualmente interpretados evidências de bioracionalidade, tais como aqueles com não-subida do clítico. Isso parece deixar a variação para ser explicada em termos extra-sintáticos.

---

<sup>44</sup> Além dessas duas especificidades da proposta de Cardinaletti & Shlonsky (2004), destaca-se a subdivisão dos verbos de formação de predicado complexo em lexicais, semi-funcionais e funcionais, e a inclusão dos verbos causativos e perceptivos nesse quadro.

Em outras palavras, a abordagem cartográfica capitaliza sobre a natureza auxiliar dos verbos de reestruturação. Apesar de captar uma série de fatos o fenômeno, ainda há aspectos que devem ser explorados. A Hipótese Forte de que os verbos de reestruturação são sempre concatenados acima do domínio lexical da sentença, apresentada para dar suporte à proposta de hierarquia de núcleos funcionais, ainda não foi plenamente desenvolvida, em especial no que tange à mecânica da subida de clíticos. Mesmo sem estar plenamente desenvolvida, a ideia de universalidade dos verbos funcionais já tem sido criticada com base em dados do alemão (Wurmbrand 2004), do holandês (Haegeman 2006b) e do francês (Authier & Reed 2008).

#### 1.3.2.4 Síntese

Dentre as diferentes propostas que derivam a formação de predicados complexos, observam-se implicações em domínios como:

- **a restrição à classe dos verbos formadores de predicado complexo:** marcação na entrada lexical do verbo ou obtenção indireta, por meio de seus traços semânticos;
- **o mecanismo de formação do predicado complexo:** incorporação, coindexação temporal ou seleção do complemento não-finito pelo  $V_{\text{finito}}$ ;
- **a motivação para a variação na subida do clítico:** via seleção de complementos com categorias ou traços diferentes, por parte do verbo regente; via adoção de princípios sintáticos independentes (minimalidade, fases); via preferências extra-sintáticas (no caso da mono-oracionalidade generalizada).

#### 1.3.3 Discussão sobre as evidências

Tendo revisto os principais tipos de abordagens sobre os predicados complexos, resta-nos discutir as evidências encontradas na literatura para as conclusões teóricas levantadas em §1.3.1 e §1.3.2. Para tanto, apresentamos e discutimos os testes sintáticos oferecidos para a questão da incorporação V+V (que favoreceria a formação de predicado

complexo ao nível sintático) e os relativos ao número de orações. Em enfoque estarão, mais uma vez, os dados do PE, sempre que possível.

Antes de prosseguir, vale a pena fazer a distinção entre evidência direta e indireta com respeito à pesquisa em sintaxe. Haegeman (2006a:327ss) comenta que evidências diretas para determinada hipótese estrutural permitem sua confirmação ou infirmação a partir da inspeção simples da ordem de palavras. Por outro lado, evidências indiretas consistem em dados interpretados a partir de um conjunto de pressupostos teóricos. O apelo a evidências indiretas, considerado por Haegeman como “a legitimate strategy in scientific research and [...] used in other sciences” (2006a: 337) parece constituir boa parte do que o linguista teórico tem às mãos. No entanto, análises anteriores podem ser revistas, como frequentemente o são, se novas evidências diretas contraditórias vierem à tona, e/ou se as evidências indiretas apresentadas puderem ser reinterpretadas à luz de nova teoria. É com esse espírito que apresentamos as evidências discutidas na literatura.

### 1.3.3.1 Evidências relativas à forma de união

O trabalho de Rizzi (1982) apresentou quatro evidências para sua análise de que a constituição sintática de predicados complexos de reestruturação incluiria os dois verbos formadores de predicado complexo no mesmo nó:  $[_{VP} [_{V} (\textit{clítico dativo}) V_{\textit{finito}} V_{\textit{não-finito}}] DP_{\textit{objeto}}]$ . Os exemplos abaixo mostrariam que o  $V_{\textit{não-finito}}$  e o  $DP_{\textit{objeto}}$  não formam um constituinte nos exemplos “b” de (65) a (68) (nos exemplos abaixo e em (70) só é apresentada a tradução aproximada dos exemplos “a”, com o clítico sublinhado).

(65) *Movimento qu-*

- a. Questi argomenti, [a parlar=ti dei quali]<sub>i</sub> verrò t<sub>i</sub> al più presto...
- b. \*Questi argomenti, [a parlare dei quali]<sub>i</sub> ti=verrò t<sub>i</sub> al più presto...

‘Estes argumentos, (a falar-te dos quais) virei o mais rápido possível’

(RIZZI 1982: 6 (20)a-b)



- (66) *Formação de sentença clivada*
- a. Quanto a questa storia, [è discuter=ne con Mario] che dovresti.
- b.\*Quanto a questa storia, [è discutere con Mario] che ne=dovresti  
 ‘Quanto a esta história, (é discutir sobre ela com Mário) que você deveria’  
 (RIZZI 1982: 9 (31)b, (32)b)
- (67) *Alçamento de nó à direita*
- a. Piero dovrebbe  $t_i$  – ma francamente com credo che vorrà  $t_i$  – [parlar=ne con Gianni]<sub>i</sub>
- b.\*Piero ne dovrebbe  $t_i$  – ma francamente non credo che ne=vorrà  $t_i$  – [parlare com Gianni]<sub>i</sub>  
 ‘Piero deveria – mas francamente não creio que vai querer – (falar sobre isso com Gianni)’  
 (RIZZI 1982: 11 (38)a-b)
- (68) *Movimento de NP complexo*
- a. Fra qualche giorno, ti=verrò [ad esporre la mia idea] a Firenze
- b.\*Fra qualche giorno,  $t_i$ =verrò a Firenze [ad esporre la mia idea]  
 ‘Qualquer dia desses, te virei (a expor minha ideia) em Florença’  
 (RIZZI 1982: 12 (44)a-b)

Tendo em conta a mudança em vários pressupostos da teoria da gramática desde quando o trabalho de Rizzi fora publicado, Cinque (2004) revisita sistematicamente tais testes, com o intuito de mostrar que  $V_{\text{finito}}$  e  $V_{\text{não-finito}}$  ocupam núcleos distintos. Dessa forma, os exemplos em (68) foram reanalisados em termos de movimento à esquerda de um PP locativo para uma posição entre um núcleo funcional e seu complemento (um caso de *scrambling*). Já a agramaticalidade dos exemplos “b” de (65) a (67) foi atribuída ao tipo de categoria vazia que segue o predicado encalhado em clivadas, uma anáfora do complemento nulo (NCA, sigla correspondente a *Null Complement Anaphora*). A presença da variável inserida com a elipse seria relevante para a correta relação operador-variável que deve acompanhar o sintagma concatenado como elemento de foco, como ilustrado em (69) (o predicado em maiúsculas não é pronunciado, pois faz parte da NCA).

- (69) DP è [CP PRO tener=la per se] 0<sub>i</sub> che non può FARE t<sub>i</sub>  
DP è [CP PRO ter=3SG para si que NEG pode FAZER  
'O que ele não pode fazer é manter isso para si'  
(lit. 'É manter isso para si que ele não pode') (CINQUE 2004: 162 (107)a)

Em tais considerações o autor retoma o trabalho de Depiante (2001), que observou a distribuição complementar entre formação de predicado complexo e o licenciamento da NCA. Segundo Depiante, os verbos de reestruturação licenciariam uma “anáfora profunda”, entendida como categoria vazia sem estrutura sintática interna. Se isso é verdade, o clítico não pode ser associado com um vestígio dentro dessa construção elíptica não-estruturada. Portanto, a agramaticalidade de (70)b segue da impossibilidade de se relacionar clítico e vestígio.<sup>45</sup>

- (70) a. È [CP proprio a parlare=t<sub>i</sub> de questi problemi] 0<sub>i</sub> che verrà [PP P t<sub>i</sub>]  
b.\* È [CP proprio a parlare di questi problemi] 0<sub>i</sub> che t<sub>k</sub>=verrà [PP P t<sub>i</sub>]  
PE: 'É (mesmo a falar-te desses problemas) que virá'  
(CINQUE 2004: 162 (108))

Pesquisas recentes sobre o português têm sido desenvolvidas a respeito dessa questão, que, juntamente com a reinterpretação de alguns fatos sintáticos no âmbito do minimalismo, levam a certa dificuldade de explicar a conexão estabelecida entre impossibilidade de NCA e formação de predicado complexo. Cyrino & Matos (2006) defendem que a NCA tem estrutura interna em português (europeu e brasileiro), com base em testes de coocorrência com o apagamento de antecedente contido (*Antecedent Contained Deletion*) em (71)a, e com a extração *across-the-board*, (71)b:

- (71) a. Eu não me recuso a fazer qualquer coisa Op<sub>i</sub> que ele mande \_\_. (\_\_ = fazer Op<sub>i</sub>)  
b. O amigo a quem tu querias telefonar mas não conseguiste \_\_ chegou.  
(\_\_ = telefonar (a quem)) (CYRINO & MATOS 2006:129 (31), (28))

<sup>45</sup> Cinque (2004) considera, contra Bošković (1994), que parte da estrutura interna da NCA deve ser visível, em especial o argumento interno. De outra forma, todos os verbos de reestruturação deveriam atribuir um papel-θ externo, o que não é verdade, pelo menos para os verbos de alçamento.

Se isso for verdade, não é possível atribuir a agramaticalidade à perda da conexão clítico-vestigio não se mantém. Por outro lado, depreende-se a partir de Gonçalves & Matos (2008) que a correlação *Reestruturação* → ¬NCA de fato se mantém, mas que a relação inversa ¬*Reestruturação* → NCA não é verdadeira: há verbos que podem formar predicado complexo e não aceitam NCA (*estar (a)*, *ir*, *vir*, e *haver (de)*, na variante sem reestruturação), e outros que nunca formam predicado complexo e igualmente não aceitam a elipse (como *pensar*).

Esse tópico merece investigação mais detalhada em trabalho futuro. De qualquer forma, as evidências clássicas de Rizzi (1982) para a ideia de que V+V formam um constituinte (ou para a incorporação V+V em abordagens ulteriores) não parecem ser corretas. Além da reinterpretação dos dados de (65) a (68), concordamos com Cinque no sentido de que, se a incorporação V+V ocorresse, na construção Aux-para-C o verbo não-finito teria de se mover para C junto com o verbo de reestruturação, o que não ocorre.

O outro fato que poderia ser apresentado em favor da incorporação V+V diz respeito à preferência entre as alternativas de próclise ao  $V_{reg}$  ou ênclise ao  $V_{inf}$  em PE (e obrigatoriedade em castelhano e italiano), ou seja, nas bordas do conjunto V+V. No entanto, há pelo menos uma exceção a esse padrão no quadro românico, ou seja, o sardo, em que há próclise com infinitivo em variação com a próclise ao verbo mais alto.<sup>46</sup>

(72) a. Torro a lu=léghere.

volto P 3SG=ler

‘Volto para lê-lo’

b. Lu=torro a léghere.

3SG=volto PRT ler

‘Volto a lê-lo’

(Sardo; JONES 1993: 152 (202))

<sup>46</sup> Manzini & Savoia (2005) observam também que enquanto variedades do italiano de tipo ladino (*la Pli de Mareo, Colfosco, Corte, Sief, Colle S.Lucia, Pescùl*) não têm subida de clítico mas têm próclise ao infinitivo, as variedades provençais (*Pomaretto, Prali, Sarre*) têm subida e próclise ao infinitivo. Segundo os autores: “Questo conferma che la possibilità o meno della salita lunga del clitico è un parametro indipendente da quello concernente la collocazione del clitico rispetto all’infinito” (capítulo 7).

A variação translinguística apontada, além da possibilidade de interveniência de outros elementos, como o sujeito em estruturas de inversão sujeito-verbo, demonstra que uma análise em termos de incorporação verbal traz mais problemas que soluções, a menos que o fenômeno se mostre como não-unificado translinguisticamente.

### **1.3.3.2 Evidências relativas à estrutura da sentença**

Uma questão incontornável para as teorias sobre formação de predicados complexos no campo da Teoria da Gramática diz respeito ao número de orações envolvidas, o aspecto mais básico para o estabelecimento da estrutura da sentença. Esta seção pretende verificar se, de fato, os dados oferecidos como evidência para a existência de biorracionalidade em contexto de subida de clítico se sustentam ou podem ser reinterpretados, de maneira semelhante ao que fez Cinque (2004) face aos testes de incorporação V+V oferecidos por Rizzi (1982). Consideraremos, por simplicidade, e por coerência com a visão dos verbos de reestruturação como verbos auxiliares, que a hipótese nula é que há uma só oração, mesmo na inexistência de efeitos de transparência.

Os argumentos apresentados em favor da biorracionalidade das construções de reestruturação por Gonçalves (1999) são os seguintes (excetuando-se a possibilidade de o clítico não ser alçado):

- possibilidade de negação do domínio não-finito;
- possibilidade de ocorrência de adverbiais que modificam o domínio não-finito, com informação temporal independente do domínio finito.

No que segue, discutimos essas duas evidências. Vale notar, antes de mais, que outros testes de auxiliaridade (resenhados em §1.3.1) não são sistematicamente considerados na distinção entre estruturas sintáticas por Gonçalves & Costa (2002). Como mostrado na Tabela 3, os verbos sob análise têm comportamentos não-categoricos com relação a outros testes. Crucialmente, os critérios apontados acima fazem implicar a existência da categoria Tempo no domínio encaixado, o que faz sentido uma vez que, para

Gonçalves, os verbos auxiliares propriamente ditos (*ter/haver*+particípio passado) são VPs (cf. discussão mais detalhada em Gonçalves 1996).

Consideremos primeiramente o argumento referente à possibilidade de negação do domínio não finito. Gonçalves (1999) argumenta que a presença da negação baixa indica a projeção de um NegP no domínio infinitivo, que estaria atrelada a uma projeção TP ativa e, portanto, incompatível com a formação de predicado complexo, como se viu em (38), repetido abaixo em (73):

- (73) a. A Ana só quis não lhes contar a verdade.  
b. \*A Ana quis-lhes não contar a verdade.

(GONÇALVES 1999: 153 (75))

Nossa hipótese para esse problema é que a negação nas orações infinitivas em contexto de predicado complexo tem um estatuto de *negação de constituinte* (também denominada *negação sintagmática* ou *afixal*). Essa ideia parece se adequar melhor aos dados, em primeiro lugar, porque se observa a limitação desse tipo de negação a contextos muito específicos, ao que podemos atribuir sua relativa improdutividade, como em (74):

- (74) a. ? Eles acabaram de **não cozinhar** os legumes.  
b. # Eles quiseram **não fazer** as malas.

Duas outras razões podem ser apresentadas, a partir da observação de características associadas à negação de constituinte no português, apontadas por Brito, Duarte & Matos (2003:861). Uma é que esse tipo de negação não licencia itens de polaridade negativa (NPI) – cf. (75) oferecido pelas autoras, e (76)b-d em contraste com (76)a-c:

- (75) \*Os [não ouvintes] usam nenhuma língua. (sic)

(BRITO, DUARTE & MATOS 2003:861 (58))

- (76) a. A Maria não queria ler nenhum livro.  
b. \*A Maria queria **não ler** nenhum livro.  
c. A Maria não deve escrever nenhum livro.  
d. \*A Maria deve **não escrever** nenhum livro.

A segunda característica associada à negação de constituinte diz respeito à não-vinculação do estatuto de operador ao marcador de negação, o que gera a ênclise em (77)b. Em PE, a negação no complemento de verbos de reestruturação parece não permitir a próclise, a partir de exemplos como (78).<sup>47</sup>

- (77) a. Os meninos preferem não lhe dar o livro.  
b. Os meninos preferem não dar-lhe o livro.

(BRITO, DUARTE & MATOS 2003:861 (58))

- (78) a. \*As raparigas devem não lhe entregar a encomenda.  
b. As raparigas devem não entregar-lhe a encomenda.

Uma terceira forma de identificar a negação de constituinte, de cunho fonológico, diz respeito à impossibilidade de sua redução para a forma *na*, em algumas variedades do PE, fato possível se a negação for sentencial.

- (79) a. O João **não** comprou flores à Ana.  
b. O João **na** comprou flores à Ana.  
(80) a. O João comprou à Ana ontem [**não** flores], mas livros.  
b. \*O João comprou à Ana ontem [**na** flores], mas livros.

(AZEVEDO 2004)

---

<sup>47</sup> Galves (1992) já havia observado, a partir de dados de infinitivas não-flexionadas em contexto de encaixamento, que a ênclise é a única opção disponível; o marcador de negação não tem estatuto de proclisador nesse caso.

(i) **Não** *chamá*-lo seria uma afronta. (\*não o chamar)

(Galves 1992:63 (8))

Consistentemente com esses fatos, a próclise ao infinitivo em (73) deve ser atribuída ao proclisador *só*, e não ao marcador de negação.

- (81) a. O João continua a **não** fazer os exercícios.  
 b. \*O João continua a **na** fazer os exercícios.

Esses testes sugerem que a negação do domínio infinitivo selecionada por verbos de reestruturação não pode ser do tipo sentencial (ou frásico), supostamente porque NegP (e TP) não são projetados nesse domínio. Se isso for verdade, a sequência  $V_{reg}+V_{inf}$  constitui uma estrutura mono-oracional (independentemente da estrutura sintática específica que vier a ser atribuída a ela). É, no entanto, importante mencionar que os modais *poder* e *dever* representam casos especiais aos testes acima arrolados. Sabe-se que, nesse caso, a posição do marcador de negação indica distintas interpretações para o verbo: como **modal deôntico** (com o significado de obrigação ou permissão) ou como **modal epistêmico** (com o significado de possibilidade). É interessante notar que, na presença de um item de polaridade negativa, a leitura não é alterada se o marcador de negação tem escopo sobre o  $V_{reg}$ ; mas o é se o marcador de negação tem escopo só sobre o  $V_{inf}$ :

- (82) a. A Maria não pode ler esse livro.      {✓deôntico; \*epistêmico}  
 b. A Maria não pode ler nenhum livro.      {✓deôntico; \*epistêmico}  
 c. A Maria pode **não ler** esse livro.      {\*deôntico; ✓epistêmico}  
 d. A Maria pode **não ler** nenhum livro.      {✓deôntico; ✓epistêmico}

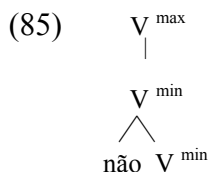
A leitura deôntica é possibilitada em (82)d, pois se interpreta que o marcador de negação é sentencial. Isso é possível, de acordo com algumas teorias sobre modais, em termos da postulação de posições sintáticas distintas para o verbo *poder*, de acordo com a interpretação obtida, e tendo como pressuposto adicional que a posição de NegP é fixa (cf. Picallo 1990 para uma teoria nessa linha). Dessa forma, também é possível compreender o licenciamento do NPI em (82)d sem abrir mão da generalização observada anteriormente, que barra a negação sentencial no complemento desse tipo de verbo.<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Essa generalização sobre as modalidades deôntica e epistêmica nos leva a uma expectativa sobre o exemplo (78)b: se para determinado falante a negação baixa não funciona como proclisador, sua presença leva a que o verbo auxiliar seja interpretado como epistêmico, não como deôntico (obrigado a Sonia Cyrino por chamar-

As observações verificadas para o português replicam fatos mais gerais sobre a sintaxe da negação. Apesar de frequentemente estar relacionada a um contexto contrastivo, essa não é a característica inerente da negação de constituinte, e sim o escopo restrito desse operador, como se observa nos exemplos (83) e (84).

- (83) a. Ele viu [NÃO o policial], mas [o bandido].  
 b. Ele quis [NÃO estudar], mas [passear].
- (84) a. John has **not** been playing football for many years       $(\neg > Q)$  ou  $(Q > \neg)$   
 b. John has been **not** playing football for many years      só  $(Q > \neg)$   
 (CHOI 2004 (13))

Em (84)a, há duas leituras possíveis: com o operador de negação tendo escopo sobre o quantificador *many* (compatível com “John começou a jogar futebol há um ano”), ou com o quantificador tendo escopo sobre a negação (=“John costumava jogar futebol mas não jogou nos últimos quinze anos”). Com a negação de constituinte, exemplificada em (84)b, só a segunda leitura está disponível. Essa é uma consequência necessária se representarmos a negação de constituinte como uma adjunção a  $V^0$  (cf. Choi 2004) e assumirmos, junto com Haegeman (1995), que a principal característica da negação de constituinte é que o traço negativo não percola até ao nível máximo. Confira a representação abaixo:<sup>49</sup>



Encontramos confirmação para a hipótese de que a negação sentencial pode ser barrada no domínio infinitivo a partir de dados de Rizzi (2000: capítulo 4 [1993]), que mostra ser a construção adjetival complexa do italiano incompatível com a negação sentencial, mas possível com a negação de constituinte. A análise oferecida por Rizzi é que

---

me a atenção para isso). Tal coerção foi verificada por teste em que (78)b é preferida num contexto que facilita a leitura de probabilidade, e não de obrigação (obrigado a Conceição Cunha pelos juízos).

<sup>49</sup> Para outra visão teórica sobre a negação de constituinte, cf. Vitral (2006:134ss).



as orações em questão são “truncadas”, pois não têm projeções funcionais além de InfP (de forma relevante, nenhuma projeção flexional, como AgrO/T/AgrS):

- (86) a. Questo problema è facile da (\*non) capire.  
esse problema é fácil de (\*NEG) entender  
'Esse problema é fácil de (não) entender'
- b. È facile non capire questo problema.  
é fácil NEG entender este problema  
'É fácil não entender este problema'

(RIZZI 2000:109 (15)e-f)

Uma consequência da proposta apresentada é que a subida do clítico por sobre a negação com escopo sobre o domínio infinitivo deveria ser possível. De fato, alguns dados do italiano arrolados em (87) demonstram que isso é verdade. O dado do PE dialetal apresentado em (88) também demonstra o mesmo fato.

- (87) a. Lo=continua a **non** capire.  
3SG.ACC=continua PRT NEG entender  
'Ele continua a não entender'
- b. Non gli=potrai **non** parlare dei nostri progetti.  
NEG 3SG.DAT=poder.2SG. FUT NEG falar DET.PL nossos projetos  
'Você não será capaz de não falar com ele sobre nossos planos'
- c. Lo=puoi sempre **non** accettare.  
3SG.ACC=pode sempre NEG aceitar  
'Você pode sempre não aceitar isso'

(Italiano; NAPOLI 1981:853 (58))

- (88) Vi-a mas podia-a **não ter** visto. (F-II-Sup-O-2004-Porto)

(MAGRO 2004 (102))

Dessa forma, sugerimos que a análise em termos de violação de minimalidade apresentada na literatura para explicar a agramaticalidade do movimento do clítico sobre a negação deve ser revista.<sup>50</sup>

O segundo argumento de Gonçalves em favor da tese da biorracionalidade diz respeito à ocorrência de advérbios no domínio infinitivo com especificações temporais distintas de advérbios do domínio mais alto. Na mesma linha do argumento anterior, Gonçalves (1993, 1999) defende que verbos de reestruturação não são inerentemente auxiliares, pois selecionam um complemento temporalizado. O processo de formação de predicado complexo implica sua “auxiliarização”, o que implica a defectividade do Tempo encaixado. Para mostrar isso, apresenta os seguintes exemplos:

(89) Ontem, o Pedro pensava ir ao teatro com o pai esta noite.

(90) (?)Ontem, o Pedro podia ir com o pai ao teatro esta noite (hoje telefonou a dizer que não pode). (GONÇALVES 1993:241 (26), (27))

Em (89), o verbo proposicional *pensar*, que não forma predicado complexo, admite um complemento temporalizado, o que se evidencia a partir da presença do adverbial *esta noite* junto ao domínio encaixado. (90), com o modal *poder*, parece se comportar de forma paralela a (89), o que mostraria a existência de uma oração com Tempo ativo.

O dado em (90) pode ser reinterpretado, de forma a ser compatível com a ideia de que o infinitivo não tem Tempo, mesmo na variante sem efeito de transparência, *pace* Gonçalves (1993, 1999). Para tanto assumimos, juntamente com Wurmbrand (2007b), que o Tempo matriz é responsável pelo licenciamento de predicados eventivos encaixados em contextos de reestruturação, como mostrado em (91).

---

<sup>50</sup> A impossibilidade da subida do clítico coocorrendo com o marcador de negação *não* ou com o focalizador *só* junto ao domínio infinitivo pode ser atribuída ao fato de tais elementos requererem o escopo baixo do clítico, em contradição com o seu papel de marcadores de escopo alto. As principais exceções encontradas no PE, no que diz respeito à negação, são encontradas com clíticos dativos éticos:

(i) A razão até te pode não faltar! ([www.portugaltunas.com](http://www.portugaltunas.com))  
(ii) Há solidão que me continua a não fazer sentido! ([www.blogger.com](http://www.blogger.com))

Cf. também a restrição à subida com a repetição do advérbio *già* na seção 2.1.1.1 e a análise do clítico como marcador de escopo na seção 2.2.2.2.

- (91) a. Leo PRES<sub>i</sub> *seems* [e<sub>i</sub> to sing in the shower] (\*right now).  
b. Leo PAST<sub>i</sub> *seemed* [ e<sub>i</sub> to sing in the shower] (right then).

(adaptado de WURMBRAND 2007b: (16))

Esse licenciamento nada mais é que a presença, ou do traço de Tempo na projeção correlata (que indica Passado), ou de uma projeção indicativa de futuro, na proposta da autora. Dessa forma, a variável EVENTO é ligada, como mostra o contraste abaixo (o presente não licencia o adverbial temporal):

- (92) a. Leo sings in the shower (\*right now).      { \*Presente }  
b. Leo sang in the shower right then.      { ✓ Passado }  
c. Leo will sing in the shower right then.      { ✓ Futuro }      (WURMBRAND 2007b: (20))

Dessa forma, Wurmbrand (2007b) apresenta argumentos para reinterpretar a noção de que infinitivos têm Tempo, como propôs Stowell (1982).

Parece-nos que a mesma perspectiva pode ser aplicada ao exemplo (90), mediante algumas considerações adicionais sobre a sintaxe do Tempo. Em primeiro lugar, note-se que exemplos semelhantes em que se altere o tempo do modal para o pretérito perfeito do indicativo não são possíveis, como mostram as sentenças em (93). Em segundo lugar, apesar de a morfologia de tempo do modal em (90) ser a de um pretérito imperfeito do indicativo, sabe-se que é muito comum o uso dessa forma para significar o condicional, como se nota a partir dos exemplos em (94).<sup>51</sup>

- (93) a. \*Ontem, o Pedro pôde ir com o pai ao teatro esta noite.  
b. \*Os jornalistas, anteontem, puderam divulgar a fotografia do culpado, ontem.

(GONÇALVES 2002 (13))

---

<sup>51</sup> O *condicional* é denominado *futuro do pretérito* na Nomenclatura Gramatical Brasileira. Em ocasiões de formulação de pedido o imperfeito é considerado “polido”, uso mais comum no PE que no PB, especialmente com o verbo *gostar*, cf. *Eu gostava de um refrigerante*, estranha em PB, mas pefeita em PE.

- (94) a. Se eu tivesse muito dinheiro, (*comprava*) um iate. (~compraria)  
b. (*Podia*)-me dizer as horas, por favor? (~poderia)

(HUTCHINSON & LLOYD 1996:59)

Portanto, (90) é um desses casos em que o pretérito imperfeito tem o valor de condicional, ou seja, de um “futuro no passado”, na caracterização de Comrie (1985:109). Sabe-se que, diferentemente do pretérito perfeito, um tempo *absoluto*, o condicional é um tempo *relativo*, pois seu ponto de referência tem de ser oferecido pelo contexto. O adverbial *ontem* oferece uma pista do contexto, subentendido no exemplo em questão. Formulamos a paráfrase de (90) como em (90’) a seguir:

- (90’) Ontem o Pedro disse: “poderei ir ao teatro com meu pai (amanhã)”  
[mas isso não é verdade]

A paráfrase sugere que o argumento temporal exigido pelo condicional é abertamente especificado num predicado superior implícito (não no modal), e o futuro no predicado matriz (não no infinitivo) é que licencia o evento contrafactual de “ir ao teatro com o pai”.

Se o raciocínio acima for correto, resta ainda abordar uma questão mencionada no início desta subseção, ou seja, o comportamento sistemático dos participios passados e gerúndios com relação aos testes apresentados por Gonçalves (1999). O exemplo em (95) demonstra, para Gonçalves, o estatuto de verdadeiro auxiliar de *ter* nesse contexto, no que se refere ao licenciamento do adverbial temporal.<sup>52</sup> No entanto, a incompatibilidade parece ser de ordem semântica: o tempo expresso por *tinha ido*, um perfeito anterior, requer um ponto de referência anterior a outro ponto no passado. Esse requisito é desfeito pelo adverbial *esta noite*:

- (95) \*Ontem, o Pedro tinha ido ao teatro com o pai esta noite.

---

<sup>52</sup> Para Gonçalves (1996), o auxiliar de tempo composto selecionaria um VP, o que explicaria a obrigatoriedade da subida de clítico nesse contexto. A representação para essa sequência será apresentada no capítulo 2, juntamente com a discussão sobre a estrutura a ser adotada para a sequência com infinitivo.

Portanto, sustentamos a ideia de que a presença, nem do marcador de negação, nem de um adverbial temporal no domínio mais encaixado (com interpretação distinta de outro ligado ao verbo regente) parecem ser evidência conclusiva a respeito da existência da projeção de um TP encaixado, considerado o aspecto essencial para a postulação de uma estrutura bioracional para os predicados complexos.

Como consequência dessa análise, adotamos, no que se refere ao compartilhamento de traços temporais, uma perspectiva muito parecida à que propõe Wurmbrand (2003), já citada junto ao exemplo (36), em que só há uma projeção da categoria Tempo numa sentença com predicado complexo. No entanto, assumimos que o compartilhamento de traços temporais não se dá de forma automática, mas por *Agree*, dando seguimento a proposta de Biberauer & Roberts (2010):

(96) Maria poderá ganhar o concurso.

◇	∃t	[t > t <sub>0</sub> ]	(EM (e,t) &	ganhar (x,y))
	C	T	Asp/v	V

(Biberauer & Roberts 2010 (6)), com adaptações

De acordo com a visão dos autores, a sintaxe codifica relações semânticas estabelecidas entre o Tempo do Evento (codificado pela variável *e*, de acordo com Higginbotham 1985) e o Tempo da Enunciação, estabelecido pela variável *t*. O operador “EM”, emprestado de Davidson (1967), relaciona essas duas variáveis, esta em T e aquela no *v* mais baixo, no caso dos predicados complexos (cf. o próximo capítulo para a motivação da estrutura). Segundo Biberauer & Roberts (2010), essa relação pode ser codificada pela operação *Agree*.<sup>53</sup> Tal formulação é necessária para compreender alguns casos especiais de predicados complexos, referidos a seguir.

---

<sup>53</sup> O operador “◇” indica possibilidade, e deve alcançar o escopo alto que lhe é inerente na sintaxe coberta, no caminho para a interface semântica. O Tempo de Referência estaria codificado na camada C como um operador que se relaciona com T, que codifica o Tempo da Enunciação. Sendo este último relacionado ao Tempo do Evento por uma relação prévia de *Agree*, tem-se a relação entre esses três valores temporais, por transitividade.

## 1.4 CASOS ESPECIAIS DE PREDICADOS COMPLEXOS

Nesta seção abordamos duas construções em que núcleos não-verbais formam predicado complexo com um verbo. A apresentação é esquemática, de forma a oferecer ao leitor uma notícia sobre essas construções. Elas apresentam uma derivação que se inicia com uma oração pequena ou uma oração infinitiva complemento de um N ou A. Ao mesmo tempo em que mostraremos as possibilidades oferecidas pela gramática e as existentes nos *corpora* analisados nesta tese, buscaremos mostrar alternativas para uma análise em termos de incorporação.

### 1.4.1 *Predicados complexos iniciados com uma oração pequena*

Como já observado por Gonçalves (1999), é possível a formação de predicados complexos envolvendo um verbo e uma categoria não-verbal, como N ou A, como se vê a partir dos dados em (97)b-c, em que se nota respectivamente o deslocamento e ou a ligação de elementos entre a oração “plena” e a oração pequena (OPeq).

- (97) a. This will make [John angry].  
b. John<sub>i</sub> seems [ t<sub>i</sub> foolish].  
c. John ate the meat<sub>i</sub> [ PRO<sub>i</sub> raw].

(STOWELL 1991:182 (1)b, (2)b, (3)b)

A autora faz um paralelo entre esse fenômeno e a possibilidade de incorporação nominal em línguas polissintéticas, como as estudadas por Baker (1996), seguindo sugestão de Stowell (1991). No entanto, não é necessário postular o movimento coberto do adjetivo que nucleia a oração pequena para o verbo, em exemplos como (97). Há duas outras opções: uma consiste em considerar que esse é um caso de **reanálise**, nos termos de Rouveret &

Vergnaud (1980), em que V e A seriam coindexados; outra vem a ser uma proposta de *Agree* mencionada logo acima. Consideremos esta última, em duas situações:<sup>54</sup>

- Se a OPeq é introduzida por uma cópula, esta não tem valor semântico, e a propriedade instaurada pelo próprio adjetivo que nucleia a OPeq seleciona uma variável *e* (visto que ele é uma propriedade; e essa variável *e* está relacionada via *Agree* à variável *t* em T).
- Se a OPeq é selecionada por verbos epistêmicos como *julgar* ou *considerar*, propõe-se que está em causa a introdução de um evento a que está vinculado um subevento expresso pela OPeq, que torna-se acessível, seguindo o mecanismo de compartilhamento temporal acima esboçado; via de regra o núcleo da OPeq não pode ser extraído, se pronominalizado, mas somente seu argumento externo, por razões de localidade:

- (98) a. O João não a podia julgar [OPeq \_ inocente].  
 b. \*O João não o podia julgar [OPeq a ré \_].

Como o critério de escolha das sentenças que compuseram os *corpora* analisados nesta tese foi a existência de predicado complexo formado por dois verbos (ortogonalmente ao fato de o verbo não-finito selecionar uma OPeq), foram incluídos dados do tipo em pauta. Tais clíticos pronominalizam ou o núcleo da OPeq, como em (99)a (em que via de regra o verbo infinitivo é *ser*), ou seu argumento externo, como em (99)b. No exemplos abaixo, mostram-se as OPeqs entre colchetes, para melhor ilustração:

---

<sup>54</sup> Propõe-se que todo o predicado complexo é composto por um só evento principal. No caso de verbos de “reestruturação”, há a inclusão de um operador (de tempo, modo, aspecto etc.) que modifica um evento num contexto de intensionalidade. No caso de verbos de “união de orações”, há a inclusão de um evento principal (CAUSA, no caso dos causativos), ao qual o domínio infinitivo se agrega como subevento (para a noção de subevento, cf. Parsons 1990, *inter alia*). Ver Truswell (2006) e de Andrade (em preparação) para a visão de que o evento (incluindo seus subeventos) é a unidade básica dentro da qual ocorrem extrações.

- (99) a. O segundo é do ser dessas cousas, que julgamos por boas, que mal o *podem ser* [[~~essas cousas~~] [boas]], pois apenas se alcançam, quando já aborrecem. (PCI-Melo, 1608)
- b. A minha cobardia me embaraçou de despedir-me de Vossa Senhoria crendo que me não *devia julgar* [[~~eu~~] [homem de importância]]...(PCI- Cavaleiro, 1702)

Em nenhum dos casos encontrados observou-se o movimento do clítico de dentro do complemento do nome ou adjetivo núcleo da OPeq. Contudo, não há uma proibição intrínseca a esse movimento, como mostra (98)a abaixo. O estranhamento da sentença (98)b seria decorrente da presença do sujeito da OPeq *Maria*, devido a uma exigência de contiguidade entre os núcleos que formam o predicado complexo (V e A).<sup>55</sup>

- (100) a. Gianni [gli]<sub>j</sub>=è [t<sub>i</sub> affezionato [e]<sub>j</sub> ]  
G. 3SG.DAT=é [ afeiçoar.PTCP ]  
'Gianni é afeiçoado a ele/a' (PE: 'Gianni é-lhe afeiçoado')
- b.? I nostri amici [gli]<sub>i</sub>=hanno reso [Maria più affezionata [e]<sub>i</sub> ]  
DET nossos amigos 3SG.DAT=têm tornar.PTCP [M. mais afeiçoada ]  
'Nossos amigos tornaram Maria mais afeiçoada a ele/a'  
(PE: (\*)Nossos amigos tornaram-lhe Maria mais afeiçoada)
- (RIZZI 1986: 81 (40)b; 82 (42))

#### 1.4.2 Predicados complexos iniciados com uma completiva nominal ou adjetival

Outro tipo de predicado complexo envolvendo um predicador verbal e outro não-verbal foi estudado, para o PE dialetal, por Magro (2004). Os exemplos apresentam dados em que o clítico aparentemente ultrapassa dois predicados: um verbo e um nome (ou adjetivo) que seleciona uma completiva infinitiva (o verbo regente e o nome incorporado

---

<sup>55</sup> Em se considerando, como era comum em TRL, que vestígios de clíticos são anáforas, haveria um problema se se considerasse o domínio de ligação como limitado à oração pequena.



aparecem em itálico e o verbo infinitivo a que o clítico se refere, com sublinhado reforçado):<sup>56</sup>

- (101) a. Se fosse muita quantidade – que a gente visse que era muita quantidade – não vinha-se, não se tinha hora de chegar a terra. (Câmara de Lobos, CLC13)  
 b. Já não o tinha esperança de encontrar. (F-II-SUP-Lisboa-O-2004)  
 c. Eu não lhe tive coragem de dizer tudo aquilo que pensava. (F-II-SUP-Porto-O-2004) (MAGRO 2004:23 (62)-(64))

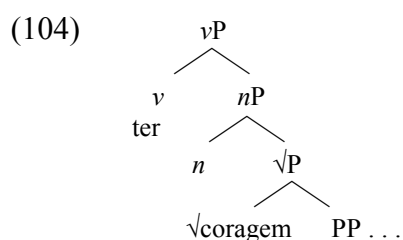
A autora compara essas “pseudo-completivas nominais”, formadas sempre por um verbo leve e um nome abstrato, a completivas nominais *bona fide*, baseada em estudo de Leonetti (1999) sobre exemplos correlatos do castelhano. Os testes utilizados consistem (i) na formação de uma relativa em que o elemento relativizado pertença à oração subordinada; e (ii) na legitimação de palavras negativas no interior da oração subordinada através da presença de um marcador de negação sentencial na oração principal. Confira os resultados das transformações a partir de (101)a em (102) e das alterações feitas a partir de (103)a em (103)b-c.

- (102) a. A terra a que não se tinha hora [de chegar \_ ].  
 b. Não se tinha hora [de chegar a lado nenhum]. (MAGRO 2004:(65);(68))

- (103) a. O João não apreciou a ideia [de fazer uma homenagem à mãe].  
 b. \*A homenagem que o João não apreciou a ideia [de fazer \_ à mãe].  
 c. \*O João não apreciou a ideia [de fazer nenhuma homenagem à mãe]. (MAGRO 2004: (71)-(73))

<sup>56</sup> Os dados de Magro (2004) foram extraídos do *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (CORDIAL-SIN).

Esses casos podem ser analisados como resultantes de uma incorporação  $V_{\text{finito}}+N$  nos termos de Baker (1988, 1996). Porém, consistentemente com a perspectiva minimalista aqui assumida que deriva a formação de predicado complexo por concatenação, vamos assumir, mais uma vez, que a variável  $e$  consiste no complemento do complexo formado pelo conjunto Verbo Finito + Nome. De fato, “ter coragem”, “ter esperança” são propriedades. O evento selecionado é seu complemento PP, p. ex., “de encontrar uma luz”. O verbo finito é leve, e por essa razão concatena-se em  $v$ , como na representação abaixo:



É relevante notar que os nomes abstratos que formam essa construção não têm um determinante. Em termos morfológicos, uma vez que não há predicadores verbais com significado correspondente a *ter+coragem*, *ter+esperança*, a formação dessa construção é permitida pela gramática. Em outros termos, não há um **efeito de bloqueio**, nos termos propostos por Aronoff (1976), diferentemente do caso do item lexical *encorajar*, que expressa um evento de CAUSA, que por sua vez seleciona a propriedade de “ter coragem”. Essas observações ainda não configuram uma proposta, mas apontam para o fato de que os predicados complexos compartilham propriedades estruturais e semânticas que não podem ser simplesmente listados no léxico.

A construção descrita não foi encontrada nos *corpora* de base deste estudo e, por isso, não será mais referida no curso da presente tese.

## 1.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES E PERSPECTIVAS

Na revisão dos principais fatos relativos à formação de predicados complexos apresentada neste capítulo, fez-se referência a três grandes domínios:

- (i) os diagnósticos de formação de predicado complexo, em que foi mostrado que as línguas românicas têm variado número de efeitos de transparência, e que a subida de clíticos é praticamente o único diagnóstico disponível em PE;
- (ii) as restrições à formação de predicado complexo, que apresentam um conjunto básico de fatos invariáveis (correferência de sujeitos, compartilhamento de traços temporais), mas varia com respeito a outros (os verbos regentes que manifestam subida de clíticos e os elementos intervenientes) e
- (iii) as questões teóricas que devem ser necessariamente respondidas na formalização de uma proposta para a formação de predicados complexos.

No balanço das evidências, nota-se a preferência pela não-incorporação dos verbos formadores de predicado complexo e pela estrutura mono-oracional. No entanto, decisões sobre outros aspectos da proposta a ser desenvolvida devem ser motivadas com base em evidências suplementares (uma análise dual ou fixa para a construção com e sem efeitos de transparência). Para além desses tópicos principais, alguns tipos especiais de predicados complexos foram apresentados e discutidos.

Como saldo da discussão empreendida, parece ser questionável a concepção tradicional de que os predicados complexos se formam somente quando há efeitos de transparência. Pelo contrário, podemos imaginar que a existência de um predicado complexo permite a manifestação de diferentes fenômenos que evidenciam sua existência, a depender dos recursos à disposição da morfologia de cada língua. Para verificar se essa ideia é correta, um caminho incontornável é a compreensão de quais fatores levam à manifestação de um predicado complexo, ou, em outros termos, ao que se deve a variação na subida de clíticos.

Nesse sentido, com base numa analogia médica, gostaríamos de sugerir que o presente capítulo coloca uma agenda para os próximos capítulos da Parte II, uma agenda propiciada por um tipo de “anamnese”. No capítulo 2 procedemos a um tipo de “levantamento de quadro clínico”, pois a subida de clíticos é investigada frente a outros elementos do sistema gramatical, e especialmente em face da questão da colocação de clíticos. Nesse capítulo, entre outros problemas, buscaremos responder questões cruciais levantadas previamente, tais como a limitação do conjunto dos verbos formadores de predicado complexo e o mecanismo de formação de predicados complexos. O capítulo 3 é como um “exame” em que se apresentam os

*A formação de predicados complexos*

resultados de variação na posição e colocação de clíticos em contexto de predicado complexo. Tais resultados serão utilizados para defender a tese de **dissociação entre formação e manifestação dos predicados complexos**.

## Parte II

# O português europeu

Collocam-se também as inflexões sem preposição depois do verbo ou forma verbal, quando ela está no infinitivo impessoal ou pessoal, ou no gerúndio: vg. “*Quero perdoar-lhe, promettendo-me* não cair u’outra.”

[...]

Se o infinitivo vae immediatamente apposto a variação definitiva que vem no corpo da frase, talvez se colloca a inflexão do pronome antes d’esta variação: vg. “Que perigo *se me pode offerecer* que já não vença?”

*Daniel Ferreira Pestana*

In: “Princípios de Grammatica Geral applicados á  
Língua Portugueza”  
(1849)



# 2

---

## A derivação de clíticos de predicados complexos

O presente capítulo desenvolve uma implementação teórica para a posição e a colocação de clíticos, a partir das decisões teóricas tomadas no capítulo 1. A discussão se desenvolve a partir da hipótese de que a formação de predicados complexos não implica necessariamente sua manifestação. Ou seja, não há uma relação direta entre estrutura sintática e ocorrência da subida de clíticos, no caso das infinitivas de “reestruturação”. Isso nos permite evitar uma abordagem de subcategorização dupla, que oferece, no geral, uma solução *ad-hoc* para o problema da variação.

O texto se organiza em cinco grandes seções. Em 2.1 é motivada a arquitetura da sentença para os predicados complexos adotada no presente trabalho. Em 2.2 apresentam-se os pressupostos teóricos mais específicos sobre a natureza e a derivação dos clíticos. Em 2.3 são oferecidos exemplos análise para a colocação de clíticos de infinitivas de “reestruturação”, com clíticos alçados, e com clíticos não alçados, precedido ou não por partícula infinitiva. Em 2.4 encontra-se a análise para a posição e a colocação de clíticos de infinitivas de “união de orações”. Em 2.5 apresentamos as conclusões preliminares e perspectivas.

Para fins de padronização, ofereceremos exemplos com verbos transitivos em que os clíticos pronominalizam argumentos internos do verbo, à exceção da “união de orações”, em que, crucialmente, o argumento externo do verbo infinitivo também pode ser cliticizado. Apesar de a análise poder ser estendida a outros tipos de clíticos, isso ultrapassaria os objetivos estabelecidos para o capítulo, que visa a oferecer um arcabouço teórico compatível com os capítulos subsequentes, em que se analisa a ocorrência do fenômeno da subida de clíticos em diferentes períodos do português.

## 2.1 A ARQUITETURA DA SENTENÇA COM PREDICADO COMPLEXO

Como consequência da discussão empreendida na seção 1.3.3, assumimos não haver a projeção da categoria Tempo no domínio infinitivo de “reestruturação”. Dessa forma, propomos neste capítulo uma arquitetura mono-oracional para a sequência  $V_{reg} + V_{inf}$ , em que o domínio infinitivo pode ser um InfP (na “reestruturação”) ou um vP (na “união de orações”). Nesse sentido, a proposta aqui defendida aproxima-se da de Wurmbbrand (2003), que assume a **proposta de complementos reduzidos** para os verbos “coerentes” do alemão.

Nas três subseções a seguir são apresentados os pressupostos para: (i) a representação do domínio infinitivo na “reestruturação”; (ii) do domínio infinitivo na “união de orações”, e (iii) no domínio finito que seleciona um ou outro infinitivo.

### 2.1.1 A representação do domínio infinitivo na “reestruturação”

O domínio infinitivo no complemento de verbos de “reestruturação” é representado em termos da estrutura abaixo:

$$(105) \ [_{InfP} \text{Inf} [_{vP} v [_{RootP} V_{inf} ] ] ]$$

Na representação em (105), duas projeções merecem ter motivação: RootP e InfP. **RootP** é a projeção do núcleo e seu complemento. A essa altura da derivação, o item lexical não tem categoria morfológica, razão pela qual é identificado como uma simples raiz, de acordo com Marantz (1997). Seu estatuto categorial verbal é identificado por  $v$ , no caso dos infinitivos (o mesmo vale para outras categorias, como  $n$ ,  $a$  e  $p$ ).<sup>57</sup> Como se mencionou anteriormente, o  $V_{reg}$  seleciona-c(ategorialmente) a categoria Inf, que projeta InfP, exceto nos casos em que seleciona-l(exicalmente) uma partícula, cuja categoria será Asp ou P, como será defendido mais adiante. Já **InfP** foi utilizada por Raposo (1987) para demarcar o

---

<sup>57</sup> A representação em minúsculas e itálico serve para diferenciar o item funcional do lexical correspondente, em maiúsculas.





Na representação acima fazemos uso da noção de recursividade, largamente aceita em sintaxe. Além disso, é possível explicar naturalmente a extensão das dependências sintáticas numa perspectiva minimalista, se considerarmos que os itens marcados como “V<sub>reg</sub>” são defectivos, dada sua qualidade de verbos de alçamento.

Além de oferecer uma representação sintática mais simplificada, acreditamos que a utilização da proposta de complementos reduzidos permite explicar fatos que, na proposta de verbos funcionais, derivam de primitivos da teoria. Assim, são dois os fatos cruciais que Cinque (2004) apresenta como evidências para a assunção de sua representação articulada dos núcleos funcionais da sentença: (i) a impossibilidade de repetição de determinados advérbios na presença de efeitos de transparência; e (ii) o ordenamento fixo dos verbos de “reestruturação”. Vejamos o exemplo abaixo, em que a repetição do advérbio *già* (‘já’) parece impedir a subida do clítico *lo*:

(109) a. Maria vorrebbe            *già* aver=lo    *già* lasciato.

M.    querer.3SG.COND já    ter=3SG.ACC já    deixar.PTCP

PE: (?) ‘Maria queria já tê-lo já deixado’

b.\* Maria lo=vorrebbe                    *già* aver *già* lasciato.

M.    3SG.ACC=querer.3SG.COND já    ter    já    deixar.PTCP

PE: (?) ‘Maria queria-o já ter já deixado’

(CINQUE 2004: 138 (23))

Como apontamos anteriormente, a subida do clítico parece afetar as relações de escopo dentro de uma sentença, o que permite explicar a degradação da sentença quando esse fenômeno interage com a negação ou a focalização junto ao domínio infinitivo. A sugestão que oferecemos para esse caso é que o *già* mais alto instancia uma focalização, enquanto o segundo é um operador temporal. Por essa razão, o contraste, tal como apresentado, parece servir como evidência contrária à **hipótese forte** formulada pelo próprio Cinque (2004), pois tomar a repetição do advérbio em (109)a como indicação de que a estrutura é bioracional parece uma estratégia remanescente de uma abordagem de subcategorização dupla, o que enfraquece a ideia de que a sentença com predicado complexo é sempre mono-oracional (à qual aderimos neste trabalho).

Observemos agora o segundo contraste, oferecido para indicar que a ordem entre os verbos de “reestruturação” segue uma hierarquia rígida e universal (apresentada anteriormente em (63):

(110) a. Lo=tenderebbe a voler fare sempre lui.

3SG.ACC=tender.3SG.COND PRT querer fazer sempre 3SG.NOM

‘Ele tenderia a querer fazer sempre isso’

b.\* Lo=vorrebbe tendere a fare sempre lui.

3SG.ACC=querer.3SG.COND tender PRT fazer sempre 3SG.NOM

(\*‘Ele quereria tender a fazer sempre isso’

(CINQUE 2004: 139 (28))

Para dar conta do contraste acima referido, acreditamos ser desnecessário postular categorias primitivas na sintaxe. Em vez disso, sugerimos que o ordenamento entre os verbos regentes possa receber uma abordagem em termos de dependências morfossintáticas, como propõe Lunguinho (2006). Dessa forma, os traços dos verbos devem entrar numa relação de checagem para que estruturas mais complexas sejam formadas. Por exemplo, para a sequência *ter*+particípio passado, consideremos que o verbo *ter* apresenta o traço [perfectivo] e o particípio, os traços semânticos [*realis*] e [perfectivo]. Dessa forma, é possível explicar que essa forma, e não outra, seja escolhida quando *ter* seleciona uma estrutura oracional “reduzida”.

### 2.1.1.1 Vantagens da proposta

Apresentam-se a seguir as vantagens da proposta esboçada acima, que derivam da assunção de mono-oracionalidade do predicado complexo de “reestruturação”. Eventualmente, faremos uma comparação da **proposta de seleção de estruturas reduzidas** aqui assumida com os pressupostos que a **proposta de verbos funcionais** como formulada em Cinque (2004) deve assumir.

**(i) a limitação do conjunto de verbos formadores de predicado complexo**

Tendo em vista a observação tipológica de Wurmbrand (2006) expressa na Tabela 1, parece desejável que a representação escolhida consiga captar a relevância de traços funcionais de Tempo, Aspecto e Modo (TAM) para a ocorrência da “reestruturação”. Numa perspectiva em que verbos com tais traços semânticos de TAM selecionam uma infinitiva reduzida, coloca-se a questão de assegurar sua correta atribuição aos verbos que formam predicados complexos. Seguindo tal visão, não haveria variação quanto ao tamanho do domínio infinitivo selecionado pelos verbos com traços de TAM. Verbos que apresentam dupla seleção, como *querer*, teriam um complemento finito quando a estrutura selecionada é um CP.<sup>59</sup>

- (111) a. Eu quero [<sub>InfP</sub> sair ]  
b. Eu quero [<sub>CP</sub> que ele saia].

**(ii) a manutenção da *Condição de parceiros de oração (Clause-mate condition)***

Com a adoção de uma abordagem mono-oracional, não é necessário apresentar nenhuma regra especial para o movimento do clítico por sobre um domínio oracional, se também for adotada a condição formulada por Rizzi (1978: 115), segundo a qual o clítico e o sintagma por ele substituído seriam “parceiros de oração”.<sup>60</sup> Portanto, a impossibilidade de derivar (112)b com subida do clítico de 3<sup>a</sup>. pessoa por sobre o CP encaixado seria explicada uma vez que clítico e sua cópia em posição argumental fazem parte de orações diferentes:

- (112) a. Ele disse [<sub>CP</sub> que não podia vê-la].  
b. \*Ele disse-a [<sub>CP</sub> que não podia ver].

---

<sup>59</sup> Além disso, a semântica é diferente nos dois casos, visto que o CP é diretivo em (112)b. O mesmo se observa com *saber*, cujo complemento CP é factivo.

<sup>60</sup> Postal (1974) foi o primeiro a utilizar o termo *clause-mate condition*. Em seu trabalho, a restrição referia-se à relação entre uma anáfora e seu antecedente (mais tarde esse princípio foi incorporado à Condição A da Teoria de Ligação de Chomsky 1981).

**(iii) a irrelevância da distinção entre alçamento e controle**

A perspectiva que considera os verbos de “reestruturação” como funcionais exclui a possibilidade de controle no sentido tradicional, pois isso implicaria a concatenação do sujeito junto ao verbo regente (já no domínio funcional, portanto). É surpreendente o fato de que os poucos verbos de controle que permitem subida de clíticos sejam classificados como verbos de controle obrigatório, conforme os testes apresentados em Hornstein (1999). No entanto, os trabalhos que assumem a mono-oracionalidade têm observado algo ainda mais específico, que é a impossibilidade de controle “imperfeito” (termo usado por Wurmbrand para referir-se a dois tipos de controle: variável ou parcial),<sup>61</sup> com base no contraste abaixo, existente em alemão:

(113) a. [Er]<sub>i</sub> beschloß/erwog/plante [[SUJ]<sub>i+j</sub> sich im Schloß zu versammeln]

[Ele]<sub>i</sub> decidiu/considerou/planejou [[SUJ]<sub>i+j</sub> REFL no castelo PRT reunir-se]

‘Ele decidiu/considerou/planejou reunir-se no castelo’

b.\* Es ist ihm gelungen [sich im Schloß zu versammeln]

EXPL é 3SG.DAT conseguiu [REFL no castelo PRT reunir.se]

(?)‘Ele conseguiu reunir-se no castelo’

(WURMBRAND 2003:244 (202)b;(203)b)

Em (113)b, o verbo *gelingen* (‘conseguir’) não é um verbo que forma predicado complexo e, portanto, não permite o controle parcial exigido pelo infinitivo *versammeln* (‘reunir-se’). Cinque (2004) assume que esse comportamento é captado em termos de uma análise de alçamento, sem a necessidade de assunções complementares.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> A distinção entre controle exaustivo e parcial foi estabelecida em Landau (2000), sendo esse último caso ilustrado em (113)a. Wurmbrand (2003) utiliza a denominação “controle variável” para os casos em que tanto o sujeito quanto o objeto podem controlar o infinitivo, disponíveis em alemão:

(i) Ich habe ihm vorgeschlagen [[SUBJ]<sub>i;j</sub> mich zu erschießen]

eu AUX.1SG 3SG.DAT propor.PTCP [[SUBJ]<sub>i;j</sub> 1sg.acus part Atirar

‘Eu propus que ele atirasse em mim?’/‘Eu propus a ele de atirar em mim mesmo/a’

(Wurmbrand 2003:242 (199)a)

<sup>62</sup> A perspectiva mono-oracional de Wurmbrand (2003) vai mais além e postula que o complemento infinitivo em (113)b não tem sujeito, o qual seria gerado num Spec,vP acima do verbo regente. Para a autora, o controle nesses casos é determinado lexicalmente/semanticamente. Dessa forma, ela motiva o descompasso entre semântica e sintaxe, uma vez que o complemento infinitivo que expressa controle obrigatório pode ou não

A proposta de Cinque tem a vantagem de barrar o controle pelo objeto em contextos de “reestruturação”. Essa previsão decorre do fato de que o verbo regente, sendo funcional, não pode ter um argumento interno. De fato, a subida de clíticos não é encontrada com verbos de controle de objeto em português. No entanto, Luján (1980:391) indica que, em castelhano, verbos como *aconsejar*, *indicar*, *mandar*, *ordenar*, *permitir*, *proibir* e *recordar* permitem subida de clítico. Cinque (2004:144s) aponta como possível saída para esse problema o tratamento desses verbos como casos não-evidentes de construção causativa. Além dos argumentos por ele levantados, como (i) a restrição à subida do clítico (acusativo) cujo referente seja [-ANIMADO] e (ii) a impossibilidade de subida de clítico reflexivo/recíproco (referente ao sujeito encaixado), acrescentamos outra restrição. Tanto os verbos causativos quanto os supostos verbos de “reestruturação” com controle de objeto permitem a subida de um clítico referente ao sujeito do verbo infinitivo separadamente de outros clíticos referentes a objetos do infinitivo – cf. (114)a/c/e -, diferentemente dos verbos tradicionalmente tidos como de “reestruturação”, que exigem o agrupamento dos clíticos – cf. (114)c/d:<sup>63, 64</sup>

- (114) a. Me permitió tocarla.  
b. Me la permitió tocar.  
c. Te aconsejarán comprarlos.  
d. Te los aconsejarán comprar.  
e. Le hice leerlo.  
f. Se lo hice leer.

(LUJÁN 1980:385-6)

---

incluir um sujeito sintático e, portanto, pode corresponder a uma PROPRIEDADE ou a uma PROPOSIÇÃO, nos termos de Chierchia (1984). Postular a inexistência de uma posição de sujeito em verbos de reestruturação, além de requerer o recurso à semântica para explicar o controle obrigatório, não encontra respaldo em línguas românicas. Exemplos semelhantes a (113) em PE foram discutidos por Gonçalves (1999:211 (48)):

- (i) a. \*O Presidente da Câmara decidiu reunir-se no Castelo.  
b. \*O Presidente da Câmara tentou/quis reunir-se no Castelo.

Apesar de o contraste não ser observável em português, não se invalida a observação de Wurmbrand (2003) sobre a natureza da correferência estrita entre o sujeito do verbo regente e do verbo encaixado.

<sup>63</sup> O requisito sobre agrupamento de clíticos (*clitic clustering*) até onde sabemos, foi identificado por Aissen & Perlmutter (1983). No PE a observação perde força porque o agrupamento deve ser expresso morfologicamente por uma contração do clítico dativo com o acusativo (p.ex. *mo*), exceto quanto ambos são de 3ª. pessoa, caso em que o clítico acusativo é realizado pelo alomorfe *se* (*se lhe*).

<sup>64</sup> Agradeço a Carlos Felipe Pinto por verificar as sentenças em (114) com falantes de castelhano.

- (115) a. Juana no quiere entregármelo.  
b. Juana no me lo quiere entregar.  
c. \*Juana no me quiere entregarlo.  
d. \*Juana no lo quiere entregarme. (BOK-BENNEMA 2006:472 (6), (7))

Portanto, parece ser correto postular uma estrutura diferente para os verbos causativos, cujo complemento infinitivo teria um estatuto oracional.<sup>65, 66</sup> Isso também permite captar a exiguidade translinguística da subida de clíticos com verbos como *permitir* e *aconselhar*.

Numa perspectiva em que os verbos de “reestruturação” selecionam uma estrutura reduzida InfP, a teoria de controle por movimento de Hornstein (1999) pode explicar a derivação de forma semelhante, tanto para os verbos de alçamento propriamente ditos quanto para os verbos de controle de sujeito com “reestruturação”, com um DP da estrutura mais baixa se movendo para o domínio do  $V_{reg}$ .

#### (iv) a inter-relação entre posição e colocação de clíticos

Se a estrutura dos predicados de reestruturação é de fato mono-oracional, espera-se a existência de imbricações entre posição e colocação de clíticos (sendo a primeira relacionada à distinção entre subida e não-subida, e a segunda, à distinção entre ênclise e próclise). De fato, para a maioria dos falantes de PE consultados, a subida do clítico é marginal se não há um elemento proclisador, como em (116)b.

- (116) a. O João não te pode encontrar agora.  
b. ? O João pode-te encontrar agora.

A adoção de uma abordagem mono-oracional generalizada abre espaço para compreensão da conexão observada entre subida de clíticos e próclise, uma vez que só há um conjunto de

---

<sup>65</sup> Cf. Moore (a sair) para uma discussão crítica desses dados a partir de uma abordagem de subcategorização dupla.

<sup>66</sup> Mais um argumento para o tratamento do controle (obrigatório) como alçamento pode ser encontrado em casos como (i), em que *querer* passa no teste de verbos meteorológicos, para vários falantes do PB. A partir do resultado desse teste, o verbo seria classificado como de alçamento.

(i) ‘Tava querendo chover nesse dia, e choveu!’

projeções funcionais acessível ao clítico. Por outro lado, se adotássemos uma abordagem bioracional aliada à suposição de que o clítico se move para um núcleo funcional fixo, ora no domínio encaixado, ora no domínio matriz, esperar-se-ia que posição e colocação fossem fenômenos completamente independentes.<sup>67</sup>

### 2.1.1.2 Possíveis desvantagens da proposta

Passemos agora à discussão das possíveis desvantagens de uma abordagem mono-oracional. Buscaremos mostrar que, na verdade, tratam-se de problemas aparentes. Para tanto, discutimos a seguir as críticas que Bok-Bennema (2006: 486; 495) dirige às abordagens de mono-oracionalidade generalizada, com enfoque na proposta de verbos funcionais (nas citações, “CI CI” é abreviação de *clitic climbing*).

#### (i) “Some (Italian) CI CI participles always determine the form of the perfective auxiliary (*essere*).”

A autora sugere que a forma de um verbo funcional, mais alto na estrutura, não deva ser dependente da transitividade do verbo mais baixo, não finito, tendo em vista que verbos inacusativos requerem em geral o auxiliar *essere* (‘ser’). Por outro lado, isso sugere a existência de uma estrutura diferenciada para os tempos compostos. Assumimos que tal estrutura, adaptando proposta de Roberts (*a sair*), seria resultante da concatenação de *vPs*, na seguinte ordem, de baixo para cima: um *vP* com o nível da estrutura argumental (AE representa o argumento externo e RootP equivale ao VP); o segundo, para onde o verbo se move, gerando a forma participial; e o terceiro, onde é concatenado o auxiliar (*ter* em português):<sup>68</sup> Segundo Roberts, a escolha do auxiliar em línguas como o italiano seria

---

<sup>67</sup> As propostas mais conhecidas sobre movimento do clítico para um núcleo fixo identificam o traço [+ESPECÍFICO], que gera movimento para F (cf. Uriagereka 1995) e os traços [+FAMILIAR] ou [+HUMANO], que gera movimento para uma categoria no domínio de Infl (cf. Corver & Delfitto 1999).

<sup>68</sup> A previsão do comportamento categórico da subida de clíticos em tempos compostos nesse contexto será desenvolvida na seção 2.2.2.1.



derivada da natureza do vP mais baixo, ou seja, da presença ou ausência de um argumento externo.<sup>69</sup>

(117) ... [<sub>vP</sub> Aux [<sub>vP</sub> Part [<sub>vP</sub> AE v [<sub>RootP</sub> V<sub>inf</sub> ] ] ] ] ]

(adaptado de ROBERTS (a sair), (51))

**(ii) “(Italian) CI CI verbs do not undergo Aux-to-C.”**

A autora considera que verbos funcionais deveriam ser acessíveis para movimento para C, devido à sua condição de auxiliares. Contudo, como já observado na seção 1.1, o movimento Aux-para-Comp não se estende igualmente a todos os auxiliares e pode incluir alguns verbos lexicais em PE. Portanto, a observação não é uma crítica válida contra a proposta de proposta de verbos funcionais, e tampouco milita contra a proposta de seleção de estruturas reduzidas.

**(iii) “Some (Italian) CI CI verbs may undergo passive formation”**

Se um verbo é funcional, ele não deveria sofrer apassivação. De fato, sentenças em contexto de reestruturação no geral não permitem a formação de passiva matriz, como mostram os exemplos em (118). No entanto, Burzio (1986) reporta algumas exceções em italiano, limitadas aos verbos aspectuais *cominciare* ‘começar’ e *continuare* ‘continuar’. A mesma classe de verbos (aspectuais de início/término) parece admitir passivas em PE:<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Lorenzo Vitral (c.p.) apontou um possível problema para a consideração de que tanto a “reestruturação” quanto a “união de orações” são estruturas reduzidas, sem uma projeção TP, com base na possibilidade de seleção de tempo composto pela primeira, mas não pela segunda estrutura.

(i) a. O João queria ter saído.  
b. \*O João mandou a Maria ter saído.

(i)b ilustra um caso de ECM, mas sua contraparte com “união de orações” é igualmente ruim, conforme observa Gonçalves (1999). A diferença entre as sentenças acima pode estar no fato de que verbos de reestruturação introduzem um só evento, que assume o traço de anterioridade do participípio, enquanto os verbos causativos selecionam um subevento, o qual não pode ter traços temporais que indiquem anterioridade, que entram em choque com o sentido de intensionalidade/prospecção introduzido pelo verbo regente.

<sup>70</sup> Essa questão foi analisada detalhadamente por Cinque (2006: capítulo 2). Sua proposta é que, tendo em conta sua hierarquia de núcleos funcionais, só poderão ser apassivados os verbos concatenados numa projeção abaixo de Voice<sup>0</sup>, uma vez que o movimento para essa posição possibilitaria a apassivação.

- (118) a.\* Questo libro è stato voluto/dovuto/andato a leggere (da Giovanni).  
Este livro é estar.PTCP querer/dever/ir .PTCP PRT ler (por Giovanni)  
b.\* Este livro foi querido/devido ler (pelo João)  
(BURZIO 1986:374 (135)a; GONÇALVES 1999:72 (102)b)
- (119) a. Il palazzo fu cominciato a costruire sotto Carlo V  
O palácio foi começar.PTCP PRT construir sob Carlos V  
'O palácio começou a ser construído sob (o reinado de) Carlos V'  
b. As casas foram acabadas de construir.  
(BURZIO 1986:376 (141); CINQUE 2006:80 (7))

Na nossa proposta, a restrição relativa às classes de verbos que permitem apassivação tem de ser motivada de acordo com seus traços semânticos. Não há problema no que se refere à formação de passivas matrizes. Note-se adicionalmente que a passiva com *se* tem aplicação generalizada aos verbos de reestruturação, diferenciando-se, portanto, da passiva com *ser*, exemplificada acima.

**(iv) “CI CI complements may marginally contain a fronted wh-word”**

A autora sugere que uma palavra *qu-* iniciando o complemento infinitivo em contexto de reestruturação é evidência de que há uma periferia esquerda nesse domínio. No entanto, tal possibilidade foi discutida junto às sentenças em (44), quando apontamos que os itens lexicais que ocorrem ao redor da pretensa palavra *qu-* são sempre os mesmos, formando um tipo de expressão idiomática. Dessa forma, mantém-se a generalização de que o domínio infinitivo não contém as categorias funcionais típicas de uma oração. Do contrário, seria possível conceber o movimento *qu-* para a periferia do domínio infinitivo (inaceitável mesmo com uma pronúncia de foco no elemento *qu-*):

- (120) \* O João deve [ *quem* beijar ~~*quem*~~ ]?

**(v) “Some CI CI verbs assign a theta-role to their subject”**

A autora considera que um verbo funcional não pode atribuir papel temático. De fato, apesar de a classe de verbos de controle que permitem a subida de clíticos seja

bastante limitada, é necessário explicar como é possível que eles manifestem restrições derivadas da atribuição de papéis temáticos. Na perspectiva de seleção de um complemento reduzido, o  $V_{reg}$  é gerado numa posição temática. Com isso, teremos que assumir, juntamente com Hornstein (1999), que papéis temáticos são traços presentes nos sintagmas verbais/predicativos, e que não há limite ao número de papéis temáticos que uma cadeia pode apresentar. Essa solução opõe-se à atribuição de papéis temáticos adjuntos pelos verbos de controle, solução apontada por Cinque (2004), seguindo Zubizarreta (1982a).<sup>71</sup> Cinque precisa usar esse expediente porque os verbos funcionais não estão numa posição lexical. Por outro lado, a atribuição de papéis adjuntos implica a manutenção do critério temático, pois o papel temático atribuído pelo  $V_{reg}$  não se sobreporá ao papel temático argumental já atribuído pelo  $V_{inf}$ .<sup>72</sup>

<sup>71</sup> Segundo Zubizarreta (1982:40ss), a motivação principal para se assumir a existência de papéis temáticos adjuntos é expressão da modificação da oração, do sujeito e/ou do VP pelos advérbios:

- (i) a. Evidently, Frank is avoiding us.  
b. It is evident that Frank is avoiding us.
- (ii) a. Carefully, John poured the milk into the pan.  
b. John was careful in pouring the milk into the pan.
- (iii) a. Dave speaks eloquently.  
b. The manner in which Dave speaks is eloquent.

(Zubizarreta 1982:34 (47), 35 (48)-(49))

Zubizarreta estende a análise de papéis temáticos adjuntos para verbos do francês como *menacer* ('ameaçar'), *mériter* ('merecer'), *exiger* ('exigir'), e *promettre* ('prometer') e para os verbos formadores de predicado complexo do italiano como *dovere* ('dever'), *potere* ('poder') e *volere* ('querer'), que podem tanto atribuir um papel temático argumental como adjunto, a depender de seu comportamento ambíguo como verbos de controle ou de alçamento e como predicados de fato ou como afixos verbais (adjuntos a VP), respectivamente. Um dos argumentos levantados para fazer a distinção no primeiro grupo é o contraste entre (iv)a e (v)a, que mostra ser o elemento sublinhado um argumento externo primário no primeiro caso, mas não no segundo:

- (iv) a. Ce livre mérite une publication rapide.  
Este livro merece uma publicação rápida  
'Este livro merece uma publicação rápida'
- b. La préface de ce livre mérite d'être publiée rapidement.  
DET.FEM prefácio P este livro merece PRT-ser publicar.PTCP.FEM rapidamente  
'O prefácio deste livro merece ser publicado rapidamente'
- (v) a.\* Que Jean est idiot mérite de la publicité.  
que J. é idiota merece DET DET.FEM publicidade  
'A idiotice de Jean merece ter publicidade'
- b. Que Jean est idiot mérite de devenir évident.  
que J. é idiota merece C tornar.se evidente  
'A idiotice de Jean merece tornar-se evidente'

(Zubizarreta 1982:73 (60)a/b, 75 (64))

<sup>72</sup> O critério temático é definido em Chomsky (1982: capítulo 2) como segue:

- (i) Each  $\theta$ -role is assigned to exactly one argument and each argument receives exactly one  $\theta$ -role.

(vi) “CI CI complements manifest V-to-I”

A autora acredita que há evidências para se postular o movimento do verbo dentro no complemento, por hipótese para I; assim haveria dois domínios de IP nos predicados complexos. Os testes de movimento de V-para-I em domínios infinitivos propostos por Pollock (1989) e Belletti (1990) captam o fato de que o verbo infinitivo, mesmo em contexto de predicado complexo, se move para uma projeção fora de *vP/VP*.<sup>73</sup> Essa previsão está garantida em nossa proposta se tivermos em conta que o infinitivo se move para InfP, núcleo que realiza a morfologia de infinitivo, e que advérbios de VP como *più* (‘mais’) são, na verdade, adjuntos a *vP*, assunção que é compatível com o seguinte exemplo do italiano:<sup>74</sup>

- (121) Il            Dalai Lama    non lo=vuole    vedere più nessuno.  
          DET.MASC D.     L.            não 3SG.ACC=quer ver    mais ninguém  
          PE: ‘O Dalai Lama, ninguém mais o quer ver’ (*blog.onofisindaco.it*)

(vii) “CI CI complements may contain infinitival particles, which occur higher than VP”

A autora sugere que as partículas infinitivas estão em I ou C, o que levaria a imaginar que a estrutura para os predicados complexos é bioracional. Realmente as partículas infinitivas *a/de* no complemento de verbos de reestruturação têm um estatuto controverso. Sua concatenação em C ou T é usualmente postulada devido à semelhança com as preposições complementadoras que substituem um CP evidente, como mostram os itens lexicais *de* do francês e *para* do português, que parecem estar em distribuição complementar com o complementador finito *que* nos exemplos seguintes.

---

<sup>73</sup> Belletti (1990) utiliza exemplos muito semelhantes para verificação de movimento do verbo no italiano, que seriam paralelos aos exemplos com *ne...pas* usados por Pollock (1989) em francês. O exemplo mais próximo que ela apresenta aos casos de verbos de reestruturação com um tempo composto, é o seguinte:

(i) Gianni potrebbe non (\*mai) aver (mai) parlato (mai)  
    G.    poder.COND não (\*mais) ter (mais) falar.PTCP (mais)  
    ‘Gianni poderia não ter mais falado / falado mais’ (Belletti 1990: 71 (92))

<sup>74</sup> A adjunção a VP/RootP não parece ser plausível, tendo em conta que, na visão da Morfologia Distribuída, esse é um núcleo acategorial. Uma proposta que assume declaradamente tal pressuposto é Den Dikken (2007:15, nota 14).

(122) a. Il est important **de** chanter.

EXPL É importante PRT cantar

‘É importante cantar’

b. Il est important **que** vous chantiez.

EXPL é importante que 2PL cantar.2PL.IRR

‘É importante que vocês cantem’

(KAYNE 2000:283 (4), (6))

(123) a. Maria disse-me **para** Ø estudar / disse às crianças **para** Ø estudar(em).

b. Maria disse-me **que** Ø estudasse/ disse às crianças **que** Ø estudassem.

(Português Europeu; SALLES 2005:73 (5), (6))

Na seção 2.3.1.2 defenderemos a ideia de que as partículas no complemento de verbos de “reestruturação” não apresentam evidências de uso como complementadores. Ao lado disso, a homofonia entre itens de diferentes categorias sintáticas (preposições, complementadores e aspectualizadores) será exemplificada, o que oferecerá suporte para a proposta que diferencia infinitivas reduzidas e não-reduzidas.

### 2.1.2 A representação do domínio infinitivo na “união de orações”

Na “união de orações” (construção de *Fazer*-infinitivo), a sentença com predicado complexo é igualmente mono-oracional, uma vez que o sujeito não pode ser licenciado no domínio infinitivo. A proposta defendida baseia-se na concepção de movimento do sintagma verbal para a periferia do domínio infinitivo, como já mencionado na revisão de Burzio (1986), e atualizado na proposta de Roberts (*a sair*). A estrutura sintática que propomos para o domínio infinitivo se aproxima da proposta por Roberts, porém com a eliminação da projeção de VoiceP:

(124) [<sub>vP</sub> AE/causado v [<sub>InfP</sub> Inf [<sub>RootP</sub> V<sub>inf</sub> ] ] ]



apresentam um padrão semelhante de organização da estrutura argumental, como se nota a partir dos seguintes exemplos de nominalização:<sup>76, 77</sup>

- (126) a. A destruição da cidade (Predicado – Tema)  
 b. A destruição da cidade pelas gangues (Predicado – Tema – Agente)

A diferença quanto à organização dos argumentos do complemento infinitivo na “união de orações” face à estrutura acima diz respeito ao tipo de preposição (*por/de* versus *a*). Isso indica que o AE/causado recebe Caso dativo do  $V_{reg}$ :

- (127) a. A conquista de Lisboa (Predicado – Tema)  
 b. A conquista de Lisboa aos mouros (Predicado – Tema – Afetado)

No caso dos infinitivos, a dupla possibilidade de marcação do argumento está relacionada aos dois tipos de construção da família da “união de orações” encontrados ainda hoje em francês e italiano; respectivamente, *Fazer-por* e *Fazer-infinitivo*. Tais construções, estudadas extensivamente por Kayne (1975), demonstram uma diferença entre dois tipos de causação. Na causação indireta, expressa por *Fazer-por*, o causado (o sujeito do verbo infinitivo) pode ter sido levado a realizar o evento, sem participação direta do referente do causador (o sujeito do verbo finito). Na causação direta, expressa por *Fazer-infinitivo*, o causado é obrigado a realizar o evento denotado pelo predicado infinitivo, devido à atuação do causador; nesse sentido, o papel semântico de experienciador é semelhante ao verificado no âmbito do DP, em (128)b.

<sup>76</sup> Várias abordagens para a questão da atribuição de Caso aos argumentos de sentenças com “união de orações” foram apresentados na literatura, como a integração da estrutura argumental por lexicalização (Alsina 1996); a hierarquia de Casos (Folli & Harley 2007), e a apassivação (Roberts *a sair*). Nesse sentido, tanto uma estrutura passiva quanto uma estrutura nominalizada parecem ter seus argumentos organizados segundo um padrão ergativo-absolutivo, o que torna a abordagem aqui apresentada bastante similar à de Roberts (*a sair*).

<sup>77</sup> O dativo pode expressar uma relação de posse, semelhante ao que ocorre no âmbito de um DP:

- (i) a. Caíram as folhas às árvores.  
 b. Elle fera lever la main à Jean.  
 ela fazer.FUT.3SG levantar DET mão PREP J.  
 ‘Ela fará Jean levantar sua mão/ a mão dele’

(Kayne 1975: 237 (100))

(128) a. Elle fera manger cette pomme par Jean.

ela fazer.FUT.3SG comer esta maçã por J.

‘Ela fará Jean comer essa maçã’

b. On fera boire du vin à Jean.

a.gente fazer.FUT.3SG beber DET vinho a J.

‘A gente vai fazer Jean beber vinho’

(KAYNE 1975:234 (89)a; 213 (24))

Apesar de não nos determos aqui sobre a construção *Fazer-por*, pensamos que há evidências para postular a projeção do núcleo Voice a fim de operar a apassivação no domínio infinitivo, nesse caso.<sup>78</sup>

Voltando à estrutura em (124), temos que a identificação categorial de  $Root_1$  será de tipo nominal. Dessa forma, exploraremos na análise a ser desenvolvida em 2.4 que há o movimento de InfP (incluindo o  $V_{inf}$  e o AI) para o especificador mais externo de  $v_1$ , semelhantemente a um *object shift*, gerando a ordem  $V_{reg} - V_{inf} - AI -$  causado, como mostrado em (128). Se é verdade que InfP é tomado como um argumento de  $v_1$ , espera-se que ele possa ser substituído por um argumento DP. De fato, é esse o resultado que encontramos em outra acepção dos verbos causativos, quando são usados como verbos triádicos, como se vê em (130).<sup>79</sup>

(129) João mandou escrever a composição<sub>AI</sub> aos alunos<sub>causado</sub> [= (28)a]

(130) a. Fiz/ mandei/ deixei [<sub>InfP</sub> escrever o trabalho] [ao menino].

b. Fiz/ mandei/ deixei [<sub>DP</sub> a carta] [ao menino].

<sup>78</sup> Neste capítulo não mais faremos referência às especificidades da construção *Fazer-Por*, pois ela não é encontrada em PE (cf. Gonçalves & Duarte 2001). Sua estrutura é semelhante àquela encontrada na construção *Fazer-Infinitivo*. Para exemplos dessa construção em PCI, remeto o leitor ao capítulo 4 deste trabalho.

<sup>79</sup> Isso permite explicar com naturalidade outra diferença entre verbos de “união de orações” e verbos de “reestruturação”, pois aqueles sempre permitem a passiva matriz, enquanto estes variam quanto a esse aspecto:

(i) Este livro foi mandado ler ao Mário pelo João. (Gonçalves 1999:72 (101)b)



As vantagens da adoção da mono-oracionalidade são em vários aspectos idênticas às apontadas anteriormente para a “reestruturação” (as implicações específicas dessa proposta serão exploradas na seção 2.4).

### 2.1.3 A representação do domínio finito e os pressupostos sobre fases

Apontamos a seguir as categorias assumidas no domínio finito e o conceito de fases que levamos em consideração neste trabalho:

(131) [CP [T2P [T1P [VP2 [RootP V<sub>inf</sub> ] ] ] ] ] ]

Em (131), o núcleo Root selecionará como complemento a oração infinitiva. Já comentamos sobre a projeção de RootP anteriormente.<sup>80</sup> A camada TP em PE é representada por duas categorias, T<sub>1</sub> e T<sub>2</sub>. Para T<sub>1</sub> move-se o verbo; para T<sub>2</sub>, o sujeito e o clítico.<sup>81</sup> Duas são as evidências para a adoção da categoria T<sub>2</sub>: (i) a interpolação, ainda muito comum em variedades não-*standard* do PE, que implica a existência de uma posição não-adjacente ao verbo na qual o clítico possa se alojar; (ii) a relativa exterioridade do sujeito em PE, que pode ser separado do complexo verbal por um advérbio de TP:

- (132) a. A Maria cuidadosamente fechou as janelas.  
 b. O João provavelmente resolveu esse problema.

(ROUVERET 1999: 643 (13)a,c)

A camada CP será representada por uma única categoria. Se bem que a proposta de periferia esquerda de Rizzi (1997) ou outra proposta articulada da camada CP deva ser necessária para a correta representação dos dados, não nos deteremos nessa questão. Para

<sup>80</sup> Sobre o caráter defectivo ou completo de  $v_2$ , vide as seções seguintes.

<sup>81</sup> Nesse aspecto, seguimos Rouveret (1999) e Galves & Sandalo (a sair), que denominam tais categorias de W e F, respectivamente. Preferimos não usar essa terminologia somente para evitar confusão com a categoria F proposta por Uriagereka (1995), que faz parte da camada CP.

fins de compreensão da colocação de clíticos, assumiremos a presença de um traço de operador inserido nesse estágio da numeração, com os elementos proclisadores.

A derivação sintática ocorre passo a passo, com os itens lexicais presentes na numeração concatenados de baixo para cima. Os itens lexicais também são organizados em **arranjos lexicais**, que permitem a redução da complexidade computacional. Tais arranjos lexicais - na perspectiva de Chomsky (2000), cujo espírito seguimos aqui - formam **fases**, unidades com relevância para a fonologia, semântica e sintaxe, uma vez que determinam: que estruturas serão enviadas às interfaces com o sistema computacional da linguagem, por meio da operação *Spell-Out* [~pronuncie]; e qual o alcance dos objetos sintáticos que podem se mover.

Apesar de haver controvérsia a respeito de quais categorias instanciam fases, adotaremos em linhas gerais a visão tradicional obtida a partir dos trabalhos mais recentes de Chomsky. Originalmente, Chomsky atribui a  $v^*P$  ( $v$  completo, formado por verbos inergativos e transitivos) e CP o estatuto de fases, com base no pressuposto de que são estruturas com interpretação semântica completa (Chomsky 2000:106). Consideraremos, no entanto, que todo  $vP$  forma fase, de acordo com as evidências levantadas por Legate (2003). Um dos testes apresentados por essa autora é a possibilidade de efeitos de reconstrução de sintagmas *qu-* na borda de  $vP$ , que se aplica igualmente para verbos ativos ou passivos (remeto o leitor interessado ao texto de Legate para acesso a todos os testes):

- (133) a. [Which of the papers that [he]<sub>i</sub> gave [Mary]<sub>j</sub>] did every [student]<sub>i</sub> ✓ ask [her]<sub>j</sub> to read \* carefully ?  
b. \*[Which of the papers that [he]<sub>i</sub> gave [Mary]<sub>j</sub>] did [she]<sub>j</sub> \* ask every student to revise \* ?
- (134) a. [At which of the parties that [he]<sub>i</sub> invited [Mary]<sub>j</sub> to] was [every man]<sub>i</sub> ✓ introduced to [her]<sub>j</sub> \* ?  
b. \*[At which of the parties that [he]<sub>i</sub> invited [Mary]<sub>j</sub> to] was [she]<sub>j</sub> \* introduced to [every man]<sub>i</sub> \* ?

(LEGATE 2003:507 (1), (2)a/b)

Com a aplicação do teste, tem-se o interesse de observar os fatos de ligação, que podem servir como diagnóstico da presença de cópias intermediárias no caso do movimento qu-cíclico-sucessivo. Os sintagmas qu- nesses exemplos apresentam um pronome (*he*) e uma expressão referencial (*Mary*). O tique de verificação (✓) nas sentenças ‘a’ acima aponta possíveis locais de reconstrução do sintagma qu-, em que o pronome pode ser interpretado porque tem um antecedente. Já as sentenças ‘b’ são agramaticais, pois a reconstrução para qualquer uma das posições marcadas violaria o Princípio C da Teoria de Ligação (*she* comandaria *Mary*). Os resultados são os mesmos quando o verbo é ativo ou passivo, o que dá suporte à ideia de que todo *vP* é uma fase.

A visão de que todos os *vPs* formam fase apresenta dois problemas: (i) como caracterizar a defectividade de *v*, atribuída aos verbos inacusativos/passivos/de alçamento? (ii) como possibilitar o movimento do DP para Spec,TP em (135)a ou a efetivação da concordância com o associado em inglês, em (135)b?

- (135) a. [TP *The letter you were waiting for* has [vP arrived \_\_\_ ]].  
 b. There [vP arrives<sub>u</sub> *the letter you were waiting for*].

A distinção básica entre verbos inacusativos/passivos/de alçamento face aos demais verbos é captada pela **Generalização de Burzio**: o argumento interno não recebe Caso acusativo, o que leva ao seu movimento para T, em que é licenciado com nominativo. Uma maneira de captar essa diferença é assumir que *v<sub>def</sub>* não tem traços *u[φ]*, uma vez que assumimos o sistema de Chomsky (2001), segundo o qual a atribuição de Caso está relacionada à checagem de traços *u[φ]* em determinados núcleos funcionais. No nosso caso, o núcleo *v<sub>2</sub>*, que corresponde aos verbos de “reestruturação” (uma vez que recebe verbos de alçamento), é defectivo nesse sentido. Esse resultado é bastante desejável, pois, caso contrário, o DP concatenado em Spec,*vP*<sub>1</sub> receberia Caso duas vezes: por *v<sub>2</sub>* e por Tempo, e com informações contraditórias.

Há várias propostas para derivar sentenças como as em (135). Chomsky (2000) considera que verbos inacusativos, instanciados por *v<sub>def</sub>*, não são fases. Já em (2001), Chomsky lhes reconhece o estatuto de fases fracas, porém prevendo uma “demora” no seu

envio para *Spell-out*, mudança que é estendida para os verbos transitivos, por evidência de *Agree* entre T e o DP argumento interno em construções com Dativo+Nominativo do islandês. Essa alteração deriva das definições para a Condição de Impenetrabilidade de Fases (*Phase Impenetrability Condition* – PIC):

(136) PIC<sub>1</sub>

In a phase  $\alpha$  with head H, the domain of H is not accessible to operations outside  $\alpha$ ; only H and its edge are accessible to such operations.

(CHOMSKY 2000: 138)

(137) PIC<sub>2</sub>

The domain of H [the head of a strong phase] is not accessible to operations at ZP [the next strong phase]; only H and its edge are accessible to such operations.

(CHOMSKY 2001:14)

Richards (2006) apresenta um modelo de fases que se baseia, por um lado, na noção de sub-arranjos lexicais e, por outro, no envio retardado da fase mais baixa, combinando, portanto, elementos das duas abordagens. Para tanto, propõe que fases sejam compostas por pares de categorias, a mais baixa correspondendo ao “núcleo da fase”, e a mais alta, à categoria que demarca a fase enquanto unidade para ser pronunciada: {T, v}, por exemplo. A definição da PIC que garante a “demora” no envio da fase mais baixa para *Spell-out* é:

(138) Spell-out phase LA<sub>n</sub> at LA<sub>n+2</sub>.

(RICHARDS 2006 (26))

Ainda há um ganho suplementar, que é a redução dos conceitos ligados à teoria de fases, como representado no esquema abaixo (note-se que as fases passam a ser representadas pelas próprias categorias agrupadas no sub-arranjo lexical):

(139)	{... C}	{T, v}	{V, D}
	LA <sub>n+2</sub>	LA <sub>n+1</sub>	LA <sub>n</sub>
	↑	↑	↑
	‘spellout trigger’/	‘edge’	‘spelled-out unit’/
	‘phase head’		‘complement domain’ (RICHARDS 2006 (27))

Em (139), o complemento do verbo é D (ou Inf, no caso dos verbos de “reestruturação”). Dessa forma, o clítico que está nesse domínio estará acessível a  $T_1$  ( $\sim T$ ) categoria responsável pela subida de clíticos.

A abordagem para a localidade do movimento que consideramos, além de ser definida em termos de fases como arranjos lexicais, parte da condição de não-distintividade proposta por Rackowski & Richards (2005):

(140) A goal  $\alpha$  is the closest one to a given probe if there is no distinct goal  $\beta$  such that for some X (X a head or maximal projection), X c-commands  $\alpha$  but does not c-command  $\beta$ .

(RACKOWSKI & RICHARDS 2005:579)

Esse princípio prevê a atração do elemento mais próximo (*shortest attract*) e a condição A-sobre-A. Note-se que a condição A-sobre-A não se aplica no caso do movimento de núcleo, pois o núcleo da fase e sua projeção máxima são indistintos e, portanto, equidistantes da sonda mais próxima (cf. Roberts *a sair*:56). Assim, não há razão para não se aceitar esse tipo de movimento, ainda mais se adotarmos a **Estrutura sintagmática nua** (*bare phrase structure*). De fato, a diferença entre os domínios mínimo e máximo é relativa:

(141) a. The label L of category  $\alpha$  is minimal iff  $\alpha$  dominates no category  $\beta$  whose label is distinct from  $\alpha$ 's.  
b. The label L of category  $\beta$  is maximal iff there is no immediately dominating category  $\alpha$  whose label is non-distinct from  $\beta$ 's.

(ROBERTS *a sair*:86 (20))

Duas conclusões emergem do paralelismo entre movimento de XP e de  $X^0$ . A primeira é a total eliminação da Restrição sobre movimento de núcleos. De fato, Roberts (*a sair*:capítulo 5) apresenta vários exemplos que ilustram violações a essa pretensa restrição. A segunda consequência diz respeito à aplicação da noção de fases ao domínio da palavra,

como faz Marantz (a sair) por meio do conceito de **fases mínimas** (em oposição a **fases máximas**). Essa parece ser uma consequência da adoção do conceito de Estrutura sintagmática nua, uma vez que, se um  $x^{\max}$  é uma fase, então  $x^{\min}$  também o será. A intuição por trás dessa postulação é que as palavras são interpretadas como unidades pelas interfaces, já que expressam uma correspondência entre som e significado. Se as palavras (ou pelo menos as palavras de certas categorias) são tratadas como fases, elas serão domínios opacos para determinadas operações sintáticas. Da mesma forma que fases têm uma margem esquerda que é transparente a elementos no seu exterior, certas palavras poderão ter sua integridade lexical afetada por operações sintáticas (o que possibilita a excorporação).<sup>82</sup>

## **2.2 A NATUREZA E A DERIVAÇÃO DOS CLÍTICOS DO PE**

Esta seção apresentará os pressupostos teóricos adotados a respeito da natureza e da derivação dos clíticos. Com isso, defenderemos a necessidade de compreender os clíticos pronominais, objeto da presente tese, como elementos complexos, uma vez que são sensíveis à sintaxe e à fonologia. Isso está relacionado com sua propriedade de serem prosodicamente dependentes de material adjacente (do grego *klitikós*, ‘apoio’).

### **2.2.1 A natureza dos clíticos**

Os clíticos podem ser observados sob diversos prismas: sintático, morfológico ou prosódico. Tentamos apresentar as polêmicas e nosso posicionamento sobre elas nas subseções a seguir. Antes disso, é necessário explicitar a que tipo de clítico faremos referência.

---

<sup>82</sup> Seguimos esse conceito juntamente com Roberts (*a sair*). Note-se que a adoção do conceito de fase mínima ganha em coerência com a adoção da ideia de que todos os vPs são fases, pois de outra forma a morfologia dependeria da estrutura argumental do verbo.

Zwicky (1977) estabeleceu a distinção básica entre **clíticos simples** e **clíticos especiais**. Os primeiros são variantes opcionais de formas plenas e ocupam a mesma posição que os itens a eles correspondentes. Os segundos apresentam uma posição que deriva de princípios independentes daqueles seguidos por morfemas livres da oração.<sup>83</sup>

(142) a. She has gone to the shopping centre.

b. She=s gone to the shopping centre.

(143) a. O João não ouviu a notícia.

b. O João não a=ouviu.

É nesse último grupo que se incluem os pronomes clíticos do português, que, pela mesma razão, podem também ser denominados de clíticos morfossintáticos (cf. Anderson 2005:31). Os clíticos fonológicos podem incluir itens de diferentes categorias sintáticas, como auxiliares e itens de polaridade. Nosso enfoque nas subseções a seguir serão os clíticos pronominais (um subtipo dos clíticos especiais, na terminologia de Zwicky).

### 2.2.1.1 Estatuto sintático

Há duas distinções a serem estabelecidas no que se refere ao estatuto sintático dos clíticos: (i) sua relação com a posição temática; e (ii) sua posição na sentença, que por sua vez relaciona-se à sua complexidade estrutural.

Quanto à relação que os clíticos têm com sua posição temática, há duas grandes perspectivas. A **perspectiva de movimento**, iniciada com Kayne (1975), considera que os clíticos pronominais são gerados em posição temática e movem-se (por adjunção à esquerda) ao verbo finito. Já a **perspectiva de geração na base**, cuja defensora mais conhecida é Borer (1981), afirma que os clíticos são gerados na base em Infl e coindexados

---

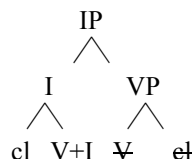
<sup>83</sup> Essa classificação encontra certa sobreposição com aquela estabelecida por Cardinaletti & Starke (1999), entre **pronomes fortes**, **pronomes fracos** e **clíticos**, uma vez que pronomes fracos têm relativa fixação posicional na sintaxe, como demonstra o exemplo do português brasileiro:

(i) a. A professora viu vocês todos escrevendo na lousa.

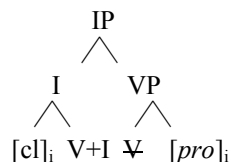
b. A professora viu cês=todos escrevendo na lousa.

com uma categoria vazia *pro* na posição temática. Confira as representações esquemáticas em (144).

(144) a. movimento



b. geração na base



Para a maioria dos tipos de clíticos existentes, a primeira abordagem capta diretamente a relação com a posição temática, o que nos faz pensar que ela é a melhor opção. Por outro lado, a geração na base encontra um problema conceitual, que diz respeito à formação de cadeias núcleo-XP.<sup>84</sup>

Quanto à posição que os clíticos ocupam, Renzi (1989) classifica-os em **clíticos 2P** e em **clíticos adverbiais**. Os clíticos 2P obedecem à Lei de Wackernagel, e situam-se numa categoria do domínio de força/finitude.<sup>85</sup> Já os clíticos adverbiais encontram-se adjacentes ao verbo, ou seja, normalmente numa categoria do domínio flexional. Tipologicamente, os primeiros têm distribuição muito ampla, enquanto os segundos são limitados às línguas românicas e a algumas línguas indo-europeias dos Bálcãs. A característica distintiva dos clíticos 2P face aos clíticos adverbiais é sua ocorrência logo após o complementador, como se vê pelo seguinte contraste entre os itens sublinhados no servo-croata e no macedônio (em que “[ ]” demarca o início da oração):<sup>86</sup>

<sup>84</sup> Na segunda abordagem, um clítico redobrado teria relação com um NP lexical, e não com um *pro*. A geração na base também permite explicar por que clíticos éticos e inerentes não fazem referência a nenhum argumento, caso em que não seriam coindexados. Ficaremos neutros sobre esses casos, já que não temos a pretensão de oferecer análises para todos os diferentes tipos de clíticos existentes em PE.

<sup>85</sup> A Lei de Wackernagel estabelece que os clíticos de sentenças do proto-indo-europeu estavam em segunda posição na oração (Wackernagel 1892).

<sup>86</sup> Mantemos o uso da denominação “servo-croata”, apesar da referência a uma unidade sociopolítica não mais existente.



- (145) | Ako=ga slučajno vidiš, | nazovi=me.  
 se=3SG.ACC por.acaso ver chamar=1SG.ACC  
 ‘Se por acaso você o vir, me chame’ (PE: ‘Se por acaso o vires, chama-me’)  
 (Servo-croata; SCHÜTZE 1994:87 (124)a)
- (146) | Da=bi volci te=jale  
 que=COND lobos 2SG.ACC=eat  
 ‘Que lobos te comam/devorem’  
 (Macedônio; FRANKS & KING 2000:77 (128))

Vários estudos têm apontado que as línguas românicas medievais eram sistemas com clíticos P2 que se transformaram em clíticos adverbiais. O fenômeno da interpolação, ainda presente no PE (exceto no dialeto *standard*, conforme Magro 2008) constitui uma situação intermediária entre clíticos 2P e clíticos adverbiais, seguindo, portanto, a Lei de Tobler-Mussafia.<sup>87</sup>

A distinção entre clíticos 2P e clíticos adverbiais está relacionada à sua complexidade estrutural, no sentido de que os clíticos podem ser tratados com X<sup>0</sup> ou XP, ou seja, como **núcleos** ou como **sintagmas**. Uma evidência a favor do tratamento dos clíticos 2P como XPs é a inversão prosódica à primeira palavra do constituinte que ocupa Spec,CP (e não a C<sup>0</sup>) em grego homérico – cf. (147). Já dados de inversão sujeito-verbo do francês (e possivelmente do PE) – cf. (148) – podem sugerir um movimento conjunto do bloco clítico+complexo verbal para C<sup>0</sup>:

- (147) Tôn=d’ állōn há moi ésti (Ilíada 1.300)  
 DET.GEN=PRT outros que 1SG.ACC ser.3PL  
 ‘mas qualquer um desses outros é meu’  
 (Grego homérico, HALPERN 1995:59 (104))
- (148) L’=as -tu fait?  
 3SG.ACC=tens tu fazer.PTCP  
 ‘Você fez isso?’  
 (Francês, ROBERTS *a sair*: 69 (4))

<sup>87</sup> A Lei de Tobler-Mussafia estabelece que o clítico só aparece em posição pós-verbal nas línguas românicas medievais se sua colocação em posição pré-verbal implicasse a ocupação da primeira posição da oração. Foi formulada independentemente por Tobler (1875) e Mussafia (1888).

No caso do PE, a interpolação também é causa de controvérsia quanto ao estatuto dos clíticos: Barbosa (2008) e Magro (2008) defendem que o fenômeno é evidência de que os clíticos estão separados do núcleo em questão e, por isso, seriam XPs. Já Namiuti (2008) e Galves & Sandalo (a sair) defendem que o clítico  $X^0$  está incorporado a um núcleo da camada T. As opções parecem se distinguir mais por razões conceituais, envolvendo questões como:

- (i) a ordem entre os múltiplos especificadores e
- (ii) se a análise não for puramente sintática (como é o caso das citadas acima), a adequação ao tipo de movimento pós-sintático escolhido, como discutiremos em 2.2.2.2.

Um antecedente dessa problemática encontra-se em Chomsky (1995b:402), para quem os clíticos devem ser tratados como elementos ambíguos entre  $X^0$  e XP. Isso faz sentido na teoria de *bare phrase structure*, visto que o estatuto máximo ou mínimo de determinado marcador sintagmático só pode ser estabelecido de maneira relativa a outro elemento na estrutura (o clítico seria máximo em sua posição argumental, e mínimo em sua posição final). Em suma, nota-se uma falta de evidências empíricas para se tomar uma decisão respaldada quanto à complexidade estrutural dos clíticos, o que leva a que cada analista escolha a opção que melhor se ajusta à sua teoria.

### **2.2.1.2 Estatuto morfológico**

No que se refere ao estatuto morfológico dos clíticos, estaremos preocupados em identificar seus traços semânticos e/ou formais a fim de estabelecer dois tipos de relação: (i) com a derivação sintática; e (ii) com sua função morfossintática.

Quanto à relação dos clíticos com a derivação sintática, há duas perspectivas opostas para explicar o mesmo fato, ou seja: de que clíticos são movidos a uma posição mais alta que pronomes (fracos), como demonstra o par a seguir (*gli* é um clítico e *loro* é um pronome fraco):

(149) a. Non gli dirò mai (\*gli) tutto (\*gli).

não 3SG.DAT dizer.1SG.FUT nunca tudo

b. Non (\*loro) dirò mai loro tutto (\*loro).

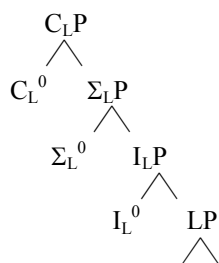
não dizer.1SG.FUT nunca 3PL.DAT tudo

‘Nunca lhe/lhes contarei tudo’

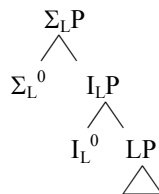
(Italiano; ROBERTS (*a sair*): 77 (10))

Uma perspectiva considera um paralelismo entre as categorias funcionais no domínio da sentença e aquelas que ocorrem no nível lexical. Dessa forma, Cardinaletti & Starke (1999), baseando-se em Laka (1990), consideram a classificação em (150). A partir daí, supõem que as categorias que faltam em (150)c determinam a posição em que os clíticos ocorrem, uma vez que eles devem estar numa relação local com  $\Sigma^0$ . Ao mesmo tempo, uma vez que os clíticos não têm traços de Caso, devem ter se movido (como XPs) por Spec,AgrSP.<sup>88</sup>

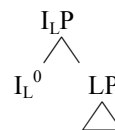
(150) a. pronomes fortes



b. pronomes fracos



c. clíticos



(CARDINALETTI & STARKE 1999:195 (111))

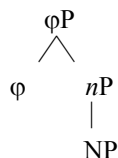
Outra perspectiva considera a relação de checagem (ou *agree*) de traços entre categorias funcionais e os traços que compõem o clítico. Nessa linha, Roberts (*a sair*), baseando-se na tipologia proposta por Déchaine & Wiltschko (2002), considera a classificação em (151), uma reinterpretação da classificação de Cardinaletti & Starke (1999), tendo como pressuposto central o fato de que pronomes não são primitivos lexicais.<sup>89</sup> Em se

<sup>88</sup> Em (150), “ $\Sigma$ ” representa polaridade e “L”, uma categoria lexical (um nome, no caso dos pronomes). O “L” subscripto significa que as categorias funcionais estão relacionadas à categoria lexical que elas dominam.

<sup>89</sup> A estrutura completa, incluindo evidências de línguas indígenas norte-americanas, inclui um DP acima da projeção de  $\phi$ P. Um exemplo é o halkomelem (família salish), em que o pro-DP *tu-tl’ò* pode ser segmentado no determinante *tu* + nos traços- $\phi$  de 3ª. pessoa do singular *tl’ò*. Roberts (*a sair*) identifica pro-DPs como

considerando que todos esses pronomes são identificados por sua projeção máxima, ou seja, traços- $\phi$  interpretáveis, eles devem sofrer *agree* com uma categoria que tenha traços- $\phi$  não-interpretáveis.<sup>90</sup> De acordo com Chomsky (2008), tais categorias são C e *v*, sendo que a primeira pode transferir  $u[\phi]$  a T.

(151) a. pronomes fortes                      b. pronomes fracos                      c. clíticos



$\phi$

(adaptado de DÉCHAINED & WILTSCHKO 2002:439 (80))

Para o desenvolvimento de nossa proposta, escolhemos a segunda alternativa, tendo em vista razões de cunho conceitual e empírico. No que se refere aos aspectos conceituais, a motivação do movimento pela ausência de categorias funcionais parece ser contra-intuitiva. Além disso, tendo em vista que seguimos uma análise de cunho minimalista, a configuração de localidade expressa por meio da configuração especificador-núcleo torna-se desnecessária a partir da concepção de checagem (ou *agree*) à distância.

As razões de cunho empírico se relacionam com a função morfossintática exercida pelos pronomes clíticos.<sup>91</sup> Dessa forma, na classificação em (151), clíticos não projetam o nível máximo; portanto, aproximam-se de **afixos**. Um dos melhores exemplos indicativos da similaridade entre clíticos e afixos consiste na mesóclise, ainda existente em usos mais formais do PE, que é semelhante à infixação:<sup>92</sup>

---

clíticos 2P, e considera que eles se movem diretamente até  $C^0$  por *agree* com os traços  $[uD]$  e  $[u\phi]$ : o primeiro traço se justifica pela relação categorial entre C e D; o segundo, pela teoria de Chomsky (2008), de que são os núcleos de fase C e *v* são os lócus originais de concordância.

<sup>90</sup> A ideia de tratar clíticos como um grupo de traços- $\phi$  não é nova, conforme atesta Galves (2000:151) e referências aí citadas.

<sup>91</sup> Cf. González López (2008:capítulo 2) para uma revisão detalhada das características morfossintáticas dos pronomes clíticos, identificadas na literatura sobre as línguas românicas.

<sup>92</sup> A mesóclise pode ser derivada por abaixamento para um verbo auxiliar *haver*, ou por inversão prosódica para o primeiro morfema, mecanismo possível no PCI (cf. Galves & Sandalo *a sair*).

- (152) a. Eu dar-lho-ia.  
b. Comer-vos-iam as moscas.

(ROUVERET 1999:642 (12))

- (153) a. salt-it-ar  
b. Carl-inh-os

(MONTEIRO, 1998)

Um segundo aspecto captado pela classificação oferecida por Déchaine & Wiltschko (2002) diz respeito à possibilidade de correlação entre clíticos e **concordância**, por meio da identificação de ambos com os traços- $\phi$ . A principal evidência que favorece essa conexão é a concordância com o particípio passado, presente no português antigo e ainda em italiano e francês:<sup>93</sup>

- (154) a. O João tinha-as comidas.  
b. Gianni le ha mangiate.  
c. Jean les a mangées.

Portanto, se estendemos a caracterização de Déchaine & Wiltschko (2002) para os clíticos do PE, temos a possibilidade de uma análise mais abrangente, que leva em consideração fatos encontrados em outras línguas românicas, como faz Roberts (*a sair*).

### 2.2.1.3 Estatuto prosódico

No nível prosódico, os clíticos pronominais são tratados como **palavras funcionais**. Como demonstrou Selkirk (1995), esse conjunto finito de itens lexicais apresenta propriedades prosódicas que os distinguem das palavras de conteúdo. Primeiramente, enquanto aquelas podem ter ou não acento, estas podem ocorrer numa forma acentuada e não-reduzida.

---

<sup>93</sup> Roberts (*a sair*) explica a concordância com o particípio passado por meio da incorporação do clítico ao núcleo Part<sup>0</sup> nas construções com tempos compostos referidas na seção 2.1.1.2.

Em segundo lugar, a estrutura prosódica das palavras funcionais é mais variada, pois não há relação biunívoca com uma palavra fonológica, diferentemente do que ocorre com as palavras de conteúdo. Sobre isso, é necessário compreender que os estudos sobre fonologia prosódica partem do pressuposto de que há diversos tipos de constituintes prosódicos, organizados de acordo com a seguinte hierarquia:

(155) *Hierarquia Prosódica*

Enunciado > Sintagma entoacional (IPh) > Sintagma fonológico (PPh) > Palavra fonológica (PWd) > Pé (Ft) > Sílabas ( $\sigma$ )

(SELKIRK 1984)

Por conseguinte, é possível estabelecer três tipos de clíticos na prosódia, de acordo a forma em que são incorporados à estrutura prosódica, juntamente com o material lexical a que estão associados (em que *func* é a palavra funcional clítica, e *lex*, a palavra de conteúdo):

- (156) a. clítico livre:  $(func (lex)_{PWd})_{PPh}$   
b. clítico interno:  $((func lex)_{PWd})_{PPh}$   
c. clítico afixal:  $((func (lex)_{PWd})_{PWd})_{PPh}$

(SELKIRK 1995 (2))

Nessa representação esquemática, o clítico livre está vinculado diretamente ao sintagma fonológico (PPh), o clítico interno está incorporado à palavra de conteúdo, ou seja, está incluído com esta numa mesma projeção de palavra fonológica (PWd). Finalmente, o clítico afixal está numa situação intermediária, pois está adjunto à palavra fonológica (PWd), como se nota a partir da recursão desse constituinte.<sup>94, 95</sup>

---

<sup>94</sup> Nota-se aqui uma diferença importante face à outra versão da hierarquia prosódica, proposta por Nespor & Vogel (1986), que inclui o nível de “grupo clítico”. Vários trabalhos, como Vigário (1999) e Anderson (2005), só para citar alguns, não consideram a existência desse nível prosódico, que parece ser oferecido somente a fim de satisfazer o requisito de não-recursividade.

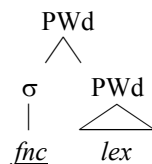
<sup>95</sup> Uma quarta possibilidade de prosodização do clítico consiste em sua inclusão, como morfema independente, numa palavra fonológica, o que só parece ser possível quando ele é focalizado (cf. Anderson 2005:46; Vigário 1999:248ss).

No que se refere especificamente aos clíticos pronominais do PE, Vigário (1999; 2003) estabelece que se eles podem ser afixais ou internos. O mais interessante é que tal distinção tem uma correlação com sua colocação, pois proclíticos são adjuntos à PWd em que se encontra o verbo, e enclíticos estão incorporados a uma mesma PWd, junto com o verbo:

(157) a. prosodização dos enclíticos



b. prosodização dos proclíticos



(VIGÁRIO 1999:291 (72))

Algumas evidências fonológicas são oferecidas por Vigário (1999) a fim de demonstrar essa diferença no estatuto dos clíticos. Fazemos uma revisão desses fatos, com enfoque nos enclíticos. Primeiro, a regra de apagamento de vogal não-posterior [e] atinge somente um enclítico, mas não a vogal final do verbo que o precede, como demonstra o contraste entre (158)b/c (“0” indica o apagamento da vogal; [j], a forma reduzida). Uma vez que a descrição estrutural dessa regra faz referência ao final da palavra fonológica, como se infere a partir da regra em (159), a borda direita do verbo não está alinhada com uma borda direita de PWd.

- (158) a. pele alva                      0  
 b. pede-o                                [j]  
 c. peço-te azeitonas                0

(VIGÁRIO 1999:267 (21)a, (22)a/b)

(159) APAGAMENTO DE VOGAL NÃO-POSTERIOR

$$V [-\text{posterior}] \rightarrow \emptyset / \_ ]_{\text{PWd}}$$

(adaptado de VIGÁRIO 1999:267 (20))

Em segundo lugar, a semivocalização de vogais altas, que ocorre internamente a uma PWd, também se aplica à vogal de que é composto o enclítico:

- (160) a. rio; tio                                    [iu]/[iw]  
      b. Esse livro, vi-o na sala            [iu]/[iw]

(VIGÁRIO 1999:269 (26))

Essa distinção é utilizada por abordagens que fazem uso de operações pós-sintáticas como evidência para propor o *merger-m*(orfológico) dos enclíticos, o que explica seu estatuto de verdadeiros afixos, diferentemente dos proclíticos.

### **2.2.2 A derivação dos clíticos**

Tendo oferecido um panorama dos significados que os clíticos pronominais podem receber nos vários níveis de descrição linguística, vejamos as opções a respeito da derivação dos clíticos, e como nos posicionamos frente a elas.

O tipo de abordagem mais influente para a colocação de clíticos de línguas românicas em geral é puramente sintática. As posições relativas entre clítico e verbo na estrutura derivam da checagem de traços junto a núcleos funcionais, com o clítico ou com o verbo. Um exemplo clássico desse tipo de abordagem pode ser encontrado no trabalho seminal de Kayne (2000: capítulo 5 [1991]), em que a próclise é derivada por incorporação do clítico ao verbo, e a ênclise, por incorporação do verbo a um núcleo funcional superior ao que abriga o clítico. Esse sistema deriva os fatos principais de colocação em línguas como o francês e o italiano, mas apresenta dificuldades se aplicado às línguas ibéricas ocidentais, entre as quais se encontra o PE.

As abordagens para os clíticos no PE, de acordo com Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005), podem ser divididas entre aquelas que derivam sua colocação no âmbito da sintaxe somente, aquelas que derivam sua posição tão-somente na (morfo)fonologia, e as



abordagens mistas.<sup>96</sup> O cerne da polêmica parece girar em torno da relação que os elementos proclisadores exercem sobre a colocação dos clíticos. Uma série de propostas considera que o PE manifesta um sistema de clíticos 2P/V2 residual, em que o proclisador estaria em  $C_2$  ou em  $Spec, C_1$  (em que  $C_1$  é um núcleo mais baixo do sistema C, que recebe diferentes denominações na literatura). Seguindo esse pressuposto, análises puramente sintáticas (como a de Cardinaletti & Roberts (2004 [1991] e Benincà 1995) consideram que tais elementos impedem o movimento do verbo por sobre o clítico na sintaxe estrita. Já as abordagens que levam em conta a (morfo)fonologia, como Frota & Vigário (2000), consideram que os proclisadores impedem o movimento do clítico no componente pós-sintático. Os exemplos a seguir mostram de forma simplificada a distinção estrutural entre próclise e ênclise, em cada uma das abordagens.

(161) a. [ $XP$  proclisador [ $YP$  clítico=verbo]]

b. [ $XP$  verbo [ $YP$  clítico [ $ZP$  verbo]]]

(162) a. ( $\alpha$  proclisador ... clítico=verbo ...)

b. ( $\beta$  ... ) ( $\alpha$  clítico=verbo=clítico ...)

Além de serem distintos os elementos e os domínios onde os deslocamentos em (161)b e (162)b ocorrem, sua motivação também é completamente diferente. Em (161)b, pressupõe-se que a projeção de  $XP$  é obrigatória: assim, na ausência de um proclisador, o verbo deve se mover. Em (162)b, por outro lado, o movimento do clítico para a direita do verbo se refere à impossibilidade de tal elemento ser o primeiro a ser pronunciado no domínio prosódico relevante, fato observado independentemente em línguas com clíticos 2P, como o servo-croata (cf. Halpern 1995, *inter alia*).

No âmbito do PE, uma abordagem mista é sugerida por Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005). Tais autoras fazem a distinção entre posição e colocação de clíticos,

<sup>96</sup> Para além da diferença entre abordagens de cunho sintático ou morfológico, Rouveret (1989) apresenta a distinção entre abordagens **geométricas** (em que as relações de ordem e dominância entre as categorias são determinantes da colocação) e **algébricas** (em que o estatuto lexical dos elementos implicados também determina a colocação de clíticos). Para uma revisão, cf. Galves (1990).

que adquire especial relevância no âmbito deste trabalho. Tal distinção, não propriamente realizada em abordagens puramente sintáticas, diz respeito, respectivamente, à categoria sintática a que os clíticos se vinculam, e à ordem com relação a essa categoria. Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005) propõem que a sintaxe se ocupa da primeira tarefa, e a morfologia, da segunda.<sup>97</sup> É interessante notar que, no PE *standard*, a subida de clíticos é o único fenômeno em que se verificam posições diferenciadas para o clítico: junto ao verbo regente ou ao verbo não-finito.

Adotamos neste trabalho uma abordagem mista para a questão da posição e colocação de clíticos em contexto de reestruturação, com base em evidências fonológicas. Com relação à posição, vimos na seção 1.3.1 que não há evidências de que os verbos formadores de predicado complexo sofram incorporação. Dessa forma, não é possível derivar a posição baixa do clítico na (morfo)fonologia, como se nota no esquema ilustrativo abaixo.

(163) (\*) (~~clítico~~=V<sub>reg</sub>+V<sub>inf</sub>=clítico)

No que se refere à colocação, podemos apontar questões relativas à motivação para o movimento do verbo, numa abordagem derivacional como a esboçada em (161), e à forma do clítico, numa abordagem sintática e representacional. Quanto à motivação para o movimento do verbo, uma abordagem sintática derivacional deve necessariamente fazer uso de um mecanismo sintático para a obtenção de implicações fonológicas, uma vez que o fato que se quer explicar é a existência de material pronunciado antes do clítico. Quanto à forma do clítico, a visão representacional da sintaxe dos clíticos defendida por Manzini & Savoia (2004, 2005) sugere que a diferente morfologia de proclíticos e enclíticos deriva do fato de eles pertencerem a paradigmas independentes. No entanto, essa segunda solução não parece dar conta dos clíticos do português, cuja forma pode ser explicada sem o recurso

---

<sup>97</sup> Tal distinção faz eco a uma observação feita por Klavans: “[W]hat is strictly constrained is the position where a clitic can occur in a tree structure, i.e. the locus of cliticization, and how a clitic attaches to a host, i.e. the morphology of cliticization” (1985:61).

à ideia de dois paradigmas,<sup>98</sup> uma vez que eles apresentam alomorfes com distribuição condicionada pelo contexto fonológico, como nos exemplos abaixo:

- (164) a. deixem-no de procurar  
 b. queiram guiá-las

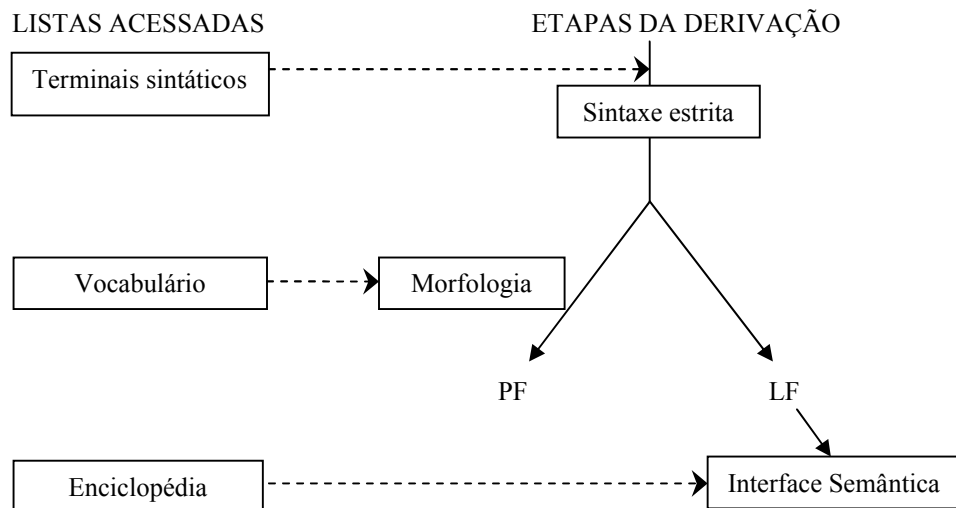
Quando há verbos terminados em som nasal, há uma consoante nasal também antecedendo o clítico: [n]. Por outro lado, quando os verbos terminam em líquidas, como no caso do infinitivo, onde há a consoante [r], aparece uma líquida, especificamente a consoante lateral [l], antecedendo o clítico iniciado por vogal. Tais exemplos podem servir como evidência para a teoria de que os enclíticos são derivados de proclíticos, e são incorporados a uma mesma PWD com o verbo, uma vez que o contexto imediatamente anterior (+NASAL ou +LÍQUIDA) determina a forma do clítico.

Além dos fatos que acabamos de mencionar, devemos também considerar as evidências relativas à ordem das operações que vigoram no modelo de gramática adotado, representado em (165) abaixo.<sup>99</sup> No lado direito estão descritas as etapas da derivação e, no lado esquerdo, as listas lexicais acessadas pela derivação, de acordo com a proposta da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993): os **terminais sintáticos** compõem o léxico estrito, ou seja, os traços formais e substantivos; o **vocabulário** contém as listas de conexões entre conjuntos de traços gramaticais e de traços fonológicos; a **enciclopédia** inclui significados especiais de raízes que fazem referência ao contexto sintático.

<sup>98</sup> A proposta dos dois paradigmas é muito comum na análise de clíticos nominativos de dialetos do norte da Itália. Cf. Cardinaletti & Repetti (2008) para uma revisão e proposta de derivação na interface sintaxe-fonologia.

<sup>99</sup> A representação é comumente denominada de modelo “Y” devido à semelhança com um Y invertido (cf. Chomsky 1981).

(165) MODELO DE GRAMÁTICA E LISTAS LEXICAIS ACESSADAS



(adaptado de MARANTZ 1997 (4))

De acordo com esse modelo de gramática, a palavra é vista como um objeto gerado derivacionalmente na sintaxe, sem que seja necessário recorrer a um módulo lexical específico. Como os traços fonológicos são inseridos após *spell-out* (o ponto de divisão entre a derivação para PF e para LF), algumas operações morfológicas (e todas as operações prosódicas) dependem do material fonológico que é de fato pronunciado. É com base nessa assunção que Adger (2007) defende o movimento pós-sintático de pronomes fracos do gaélico escocês (e de outras línguas celtas como o irlandês).

Adger (2007) quer mostrar que os dados de posposição de pronomes em gaélico como em (166)b não podem ocorrer na sintaxe. A ideia é que, sendo o movimento do pronome posterior à sintaxe, a elipse barra o contexto necessário para a aplicação da regra pós-sintática, como se nota a partir dos exemplos (167)b/c, em que se mostra que o pronome não pode coocorrer com a elipse.

- (166) a. Chunnaic mi      an t-each anns a' gharradh an.dè  
 ver.PST      1SG.NOM DET cavalo Em      DET jardim      ontem  
 'Vi o cavalo no jardim ontem'

- b. Chunnaic mi        anns a’ gharradh an.dè e  
 ver.PST    1SG.NOM em    DET Jardim    ontem 3SG.MASC  
 ‘Vi-o no jardim ontem’

(Gaélico escocês; ADGER 2007:343 (2))

- (167) a. Am faca tu an tubaist?

Q    ver.PST 2SG DET acidente  
 ‘Você viu o acidente?’

- b.\* Chunnaic an.dè i

ver.PST        ontem 3SG.FEM

- c. Chunnaic an.dè

ver.PST        ontem  
 ‘Eu vi-o ontem’

(Gaélico escocês; ADGER 2007:346 (16))

Apesar de fatos semelhantes não estarem disponíveis em PE, consideramos os exemplos como relevantes para mostrar que a assunção de uma regra de posposição de pronomes fracos ou clíticos tem suporte translinguístico.

Nas subseções a seguir analisamos, respectivamente: o movimento sintático do clítico, que deriva sua posição; e o movimento pós-sintático do clítico, que deriva sua colocação.

### 2.2.2.1 Como o clítico se move na sintaxe?

Nossa proposta para o movimento do clítico se baseia no trabalho de Roberts (a sair), que assume a **cliticização** como mecanismo que incorpora o clítico a um núcleo funcional. A motivação para o movimento de núcleo deriva da caracterização dos clíticos como **alvos defectivos** face à categoria funcional com que sofrem *Agree*. Um alvo é defectivo se e somente se “[the] G[oyal]’s formal features are a proper subset of those of G’s Probe P.” (Roberts *a sair*: 98 (32)). Os núcleos de fase C (ou T, por transmissão de traços) e  $v^*$  têm traços  $u[\varphi]$  e, como tal, atraem os clíticos. Segundo Roberts, movimento e *Agree* não podem ser diferenciados quando há um alvo defectivo porque ambos os processos têm o mesmo resultado: o conteúdo do alvo é “exaurido”, como se mostra no esquema abaixo.

(168) Arranjos de traços antes e depois de uma operação *Agree*

a. Probe =  $v$  [Pers: \_\_, Num: \_\_]                      Goal =  $\varphi$  [Pers:*a*, Num:*b*]

b. Probe =  $v$  [**Pers:*a*, Num:*b***]                      Goal =  $\varphi$  [Pers:*a*, Num:*b*]

A seguir apresentamos nossa abordagem para o movimento do clítico na reestruturação e na união de orações, considerando os pressupostos sobre a arquitetura da sentença apontados na seção 2.1.

### (i) o movimento do clítico na “reestruturação”

Defendemos a ideia de que a distinção entre subida e não-subida na “reestruturação” ocorre na sintaxe, e é motivada pela existência de um traço de tipo +EPP no domínio do  $V_{reg}$  (cf. também Boeckx & Gallego 2008 e Roberts *a sair*). Nossa argumentação se organiza da seguinte maneira: (i) mostramos que a variação na subida do clítico é interna à língua-I, uma vez que expressa um valor semântico distinto; (ii) comparamos a abordagem aqui assumida com a proposta alternativa segundo a qual a subida depende da estrutura do domínio infinitivo, como propõem os trabalhos que adotam a dupla subcategorização dos verbos de “reestruturação”; (iii) identificamos a categoria sintática em que se encontra o traço do tipo +EPP, no contexto da teoria de cliticização de Roberts (*a sair*); (iv) relacionamos de volta as estruturas com e sem subida do clítico aos diferentes valores semânticos que o clítico apresenta.

Nossa **abordagem funcional** para a variação baseia-se na ideia de que o traço-EPP em uma dada categoria funcional satisfaz exigências das interfaces da sintaxe com os sistemas articulatório-perceptual e/ou conceptual-intencional, como propõe Chomsky (2001) e trabalhos ali citados. Isso implica a existência de uma variação interna ao mesmo sistema gramatical. Portanto, a ocorrência ou não-ocorrência da subida de clíticos não está diretamente relacionada a diferentes parâmetros sintáticos em competição. Segundo a abordagem de competição de gramáticas, os itens em competição, denominados de duplos morfológicos, não podem coexistir porque são funcionalmente equivalentes, conforme

assevera Kroch (1994; 2001).<sup>100</sup> No entanto, como mostraremos a seguir, as variantes se diferenciam em significado.

Entre os tipos de variação dentro da língua-I explorados por Biberauer & Richards (2006), destaca-se a **opcionalidade de motivação funcional**. Nessa, um traço-EPP relacionado a determinada categoria funcional pode ou não estar presente na numeração, o que implica diferentes interpretações para as alternativas derivacionais. O exemplo mais conhecido desse tipo de opcionalidade consiste na aplicação do *scrambling* do advérbio em alemão. Conforme Diesing (1992), *oft* tem leituras diferentes em cada um dos exemplos abaixo, o que leva à interpretação do indefinido *ein Buch* como específico ou genérico.

(169) a. Er hat oft ein Buch gelesen.

Ele tem frequentemente um livro ler.PTCP

‘Ele tem frequentemente lido um livro’ (leitura não-específica)

b. Er hat ein Buch oft gelesen.

ele tem um livro frequentemente ler.PTCP

‘Tem um livro que ele lê com frequência’ (leitura específica)

(BIBERAUER & RICHARDS 2006: (1))

A subida de clíticos manifesta um contraste semelhante ao observado em (170). Uriagereka (1988) demonstra que as variantes com e sem subida do clítico apresentam diferentes domínios de escopo relacionados aos juízos *de re* e *de dicto*:

(170) a.? El senador le=queria dar unas hostias a Samuel Clemens

O senador 3SG.DAT= querer.3SG.COND dar NDEF.FEM tabefes P S. C.

por sus arengas políticas # pero se rajó especificamente

por 3SG.POSS discursos políticos # mas se mandou especificamente

<sup>100</sup> A associação da variação a domínios distintos também pode ser formulada nos termos da distinção núcleo/periferia. Segundo Chomsky (1981), a periferia incluiria empréstimos, resíduos históricos e invenções. No entanto, a consideração da subida de clíticos como um fenômeno de periferia parece carecer de suporte empírico, uma vez que ela interage com a concordância de objeto em italiano: cf. *Gianni l’ha voluta mangiare* (‘Gianni quis comê-la’), em que o participio *voluta* concorda com o clítico *l’* com traços-φ feminino, singular, 3 (Ian Roberts, c.p.).

porque uno le dijo que Clemens era Mark Twain.

porque NDEF.HUM 2SG.DAT disse que C. era M. T.

b. El senador queria dar=le unas hostias a Samuel Clemens

O senador querer.3SG.COND dar=3SG.DAT NDEF.FEM tabefes P S. C.

por sus arengas políticas pero se rajó especificamente

por 3SG.POSS discursos políticos mas se mandou Especificamente

porque uno le dijo que Clemens era Mark Twain.

porque NDEF.HUM 2SG.DAT disse que C. era M. T.

‘O senador queria dar uns tabefes em Samuel Clemens por causa de suas arengas políticas, mas foi embora especificamente porque alguém lhe disse que Clemens era Mark Twain’

(URIAGEREKA 1988:375 (104);(105))

Em (170)a, o clítico alçado implica o escopo alto do referente do clítico *Samuel Clemens* em relação a *unas hostias* (‘uns tabefes’). O escopo alto relaciona-se com a leitura *de re*, ou seja, específica para *Samuel Clemens*. A sentença torna-se marginal por causa da segunda coordenada iniciada por *pero* (‘mas’), que impõe uma leitura *de dicto*, em que o predicado *dar unas hostias a Samuel Clemens* deve ser satisfeito, independentemente de quem seja o referido Clemens. Em (170)b, por outro lado, a inclusão da segunda coordenada não causa problema, já que o clítico implica o escopo *unas hostias > Samuel Clemens*, não viabilizando, portanto, a leitura *de re*. Apesar de o exemplo oferecido envolver redobro do clítico e só poder ser percebido num contexto pragmático raro, consideraremos que o traço-EPP codifica a diferença semântica relacionada à variação na subida de clíticos.

Uma breve comparação da presente abordagem com a **abordagem estrutural** para a variação na subida de clíticos demonstra que a primeira permite captar diretamente a motivação para o movimento, fato que se perde na segunda. Em resumo, as duas abordagens diferenciam-se quanto à parte da numeração sintática alterada: assim, a subida do clítico ocorreria, respectivamente, quando o domínio do  $V_{reg}$  tem o traço EPP ou quando o domínio do  $V_{inf}$  não projeta TP (ou um Tempo ativo, conforme Gonçalves 1999), como apontamos em de Andrade (2008b). Ora, não há evidências que demonstrem uma diferente complexidade do domínio infinitivo, relativamente à presença ou ausência da subida do



clítico. Tal conexão se baseia numa estipulação que extrapola a exigência de correferência temporal entre os domínios de  $V_{reg}$  e de  $V_{inf}$ , necessária aos verbos de “reestruturação”.

Tendo examinado a motivação para o movimento do clítico, é necessário identificar para que categoria e com que estatuto o clítico se move. Para Roberts (a sair), a subida do clítico ocorre por associação de um traço  $u[\phi]_{+EPP}$  à categoria mais alta da cartografia sintática que é associada à subida de clíticos.<sup>101, 102</sup> Posteriormente, o conjunto clítico+verbo em  $Asp_x$  move-se para T, a fim de adquirir a morfologia de tempo, e obtém-se a subida do clítico com próclise ao  $V_{reg}$  em línguas como o italiano e o castelhano, por excorporação do clítico de  $v$  para  $Asp_x$ .

Assumimos, juntamente com Roberts (a sair) que o movimento do clítico se deve ao seu estatuto de alvo defectivo, e se dá para uma categoria com traços- $\phi$  (T2, que herda tais traços de  $C$ ; e  $v_1$ ) ou com traços- $\phi_{+EPP}$ , associados ao núcleo T1 na numeração. Consideramos, dessa forma, que  $v_2$  não tem traços- $\phi$  dado seu estatuto defectivo; além disso, pode ou não ter um traço  $u[D]$ , se o verbo aí concatenado for de controle, para atribuição de papel-temático ao sujeito, mas se o verbo for de alçamento.

A alteração no que diz respeito à categoria para a qual o clítico se move é necessária porque assumimos uma estrutura sintática com um número restrito de categorias funcionais. Uma das implicações dessa visão é que o complexo verbal em  $v_2$  e o clítico se movem independentemente para  $T_1$ .<sup>103</sup> Isso é possível porque assumimos, juntamente com Richards (2006), que o *Spell-out* de uma fase só ocorre na segunda fase subsequente; portanto, o clítico em Inf estará acessível para servir como alvo na relação de *Agree* desencadeada por  $T_1$ , como ilustrado na estrutura simplificada abaixo.

<sup>101</sup> A rigor, Roberts propõe a associação das categorias semânticas propostas na cartografia a traços substantivos ligados à categoria  $v$  (p.ex., “ $Asp_x, v$ ”).

<sup>102</sup> Roberts usa EPP tanto como um traço independente (que requer o movimento do sujeito) como um subtraço de um traço (que requer o movimento de núcleo). Isso está relacionado à comparação entre a “sintaxe da oração” e a “sintaxe da palavra”, pois o segundo EPP só é sensível a categorias mínimas. O autor assume ainda que ambos os tipos de EPP não podem coexistir na mesma categoria, pois isso geraria requerimentos contraditórios para o alvo defectivo: “EPP-features on the probe cause movement of the clitic to the probe’s specifier, but the defective nature of the goal will cause it to incorporate to the probe itself” (Roberts *a sair*: 98). Não consideramos nem a distinção entre tipos de EPP, nem a restrição relativa à sua coexistência.

<sup>103</sup> Seguindo Pesetsky & Torrego (2004), consideramos EPP como um subtraço de um traço. Portanto, EPP ligado a  $u[D]$  gerará movimento para o especificador; EPP ligado a  $u[\phi]$  gerará movimento para uma posição mínima.

(171) [TP<sub>2</sub> O João [TP<sub>1</sub> não a tem [vP<sub>2</sub> ~~tem~~ de [InfP a ver [vP<sub>1</sub> ~~a ver~~ ]]]]].

Na outra possibilidade, muito restrita em PE, o clítico se move de T<sub>1</sub> para um núcleo mais baixo da camada C (junto ou separado do complexo verbal, a depender da existência de traços categoriais u[T] em C), se C não tiver transferido seus traços-φ para T<sub>2</sub>.<sup>104</sup> Outros detalhes da derivação serão explorados na seção 2.3.

(172) O livro [CP que lhe pode [TP<sub>2</sub> [TP<sub>1</sub> ~~he pode~~ [vP<sub>2</sub> a Câmara ~~pode~~ [InfP ~~he~~ oferecer [vP<sub>1</sub> ~~he oferecer~~ ]]]]].

Tendo essa proposta de movimento em mente, voltemos ao contraste entre os juízos *de re* e *de dicto*, observado em (170). A distinção parece estar relacionada a outra propriedade dos clíticos, ou seja, sua função como **marcadores de especificidade**, que pode ser expressa em termos da conexão entre o escopo de tais elementos e sua posição na estrutura sintática, o que pode ser captado a partir da generalização a seguir.

(173) *Restrictive Mapping Slogan (RMS)*

Only and all material assigned VP-external scope is interpreted as specific at Logical Form.

(URIAGEREKA 1995: 90 (8))

Na abordagem de Roberts (a sair), a cliticização em línguas românicas é estruturalmente semelhante ao *object shift* de línguas escandinavas, visto que o clítico se move obrigatoriamente até *v*. A relação desse último fenômeno com a estrutura informacional recebe uma proposta em Chomsky (2001:32-36), para quem a interpretação específica INT é atribuída ao objeto na borda sintática da fase, de maneira universal.<sup>105</sup> Seguindo a

<sup>104</sup> Essa construção é típica do português clássico, língua que, de acordo com Galves, Britto & Paixão de Sousa (2006), entre outros, apresentava um efeito V2, que se relaciona ao fenômeno de clítico 2P.

<sup>105</sup> Para a construção dessa teoria, Chomsky (2001) se baseia em Holmberg (1999).

interpretação de Erteschik-Shir (2007:57), INT e sua contraparte INT' são traços que codificam as noções de tópico e foco, respectivamente.

No que se refere à especificidade do clítico, buscaremos reconciliar a abordagem minimalista de Roberts (a sair), que estabelece uma correlação entre o movimento do clítico como alvo defeutivo, com o algoritmo em (173).<sup>106</sup> No caso da subida de clíticos, se é verdade que  $v_1$  atrai o clítico de forma compulsória (para uma posição abaixo daquela em que o argumento externo é concatenado), só com o movimento para o domínio superior é que será percebível um efeito de especificidade. Dessa forma, podemos explicar certo paralelismo entre a variação ênclise/próclise nos predicados independentes e a variação subida/não-subida nos predicados complexos de “reestruturação”, com a diferença que as opções não estão gramaticalizadas nesse último caso.

### **(ii) o movimento do clítico na “união de orações”**

A diferença crucial entre reestruturação e união de orações diz respeito à obrigatoriedade do movimento do clítico nesta, mas não naquela. Isso pode ser explicado imediatamente, dentro dos pressupostos anteriormente postos, pelo fato de que é  $v_2$  que atrai o clítico, dado que tem um conjunto de traços- $\phi$  completo por abrigar um verbo causativo, que é necessariamente transitivo.

Assumimos também que InfP é gerado abaixo de  $v_1P$ , para posteriormente sofrer movimento para o especificador dessa categoria. Dessa forma, as seguintes estruturas finais são geradas, respectivamente para o clítico como argumento interno do infinitivo e para o clítico como causado:

---

<sup>106</sup> Com a adaptação de que o clítico deverá estar acima de  $vP$ , em vez de VP, dados os pressupostos sobre a arquitetura da sentença assumidos anteriormente. A razão de a diferença de especificidade ser percebida num nível “mais baixo” nas línguas escandinavas pode ser sinal de que o algoritmo de mapeamento restritivo atua logo acima do Spec, $vP$  onde o argumento externo é concatenado, pois o pronome fraco se move para o Spec, $vP$  mais externo.

- (174) a. [TP<sub>2</sub> O João [TP<sub>1</sub> não a mandou [<sub>v</sub>P<sub>2</sub> ~~a mandou~~ [<sub>v</sub>P<sub>1</sub> [<sub>InfP</sub> ~~a~~ escrever ]  
ao Pedro]]]].
- b. [TP<sub>2</sub> O João [TP<sub>1</sub> não lhe mandou [<sub>v</sub>P<sub>2</sub> ~~lhe mandou~~ [<sub>v</sub>P<sub>1</sub> [<sub>InfP</sub> escrever a composição]  
~~lhe~~+v<sub>1</sub>]]]].

O movimento de InfP é crucial para que v<sub>2</sub> atribua Caso acusativo ao elemento com traços-φ mais próximo, que será o clítico *a* em (174)a e *a composição* em (174)b. Em seguida, v<sub>appl</sub>, o núcleo associado ao licenciamento de Caso dativo e projetado logo acima de vP, licenciará o outro elemento com traços-φ, *o Pedro* em (174)a (com inserção da preposição “dummy” *a*) e o clítico *lhe* em (174)b.<sup>107</sup>

Veremos outros detalhes da derivação na construção de “união de orações” na seção 2.4, inclusive as situações em que o verbo infinitivo é intransitivo. Para o momento, é relevante notar que clíticos não-alçados podem ser encontrados no complemento de verbos causativos. A natureza dessa variação, no entanto, é puramente sintática. Nesse caso, temos evidências advindas da competição entre a construção de “união de orações” e a construção de “marcação excepcional de Caso” (ECM), pois na última o causado recebe Caso acusativo. Tais construções são distinguíveis somente quando o verbo infinitivo é transitivo, como demonstra o contraste abaixo:

- (175) a. O João não o deixou fazer essa maldade. (ECM)
- b. O João não lhe deixou fazer essa maldade. (“união de orações”)

Portanto, no que refere à “união de orações” seguiremos uma **abordagem estrutural** para a variação na subida de clíticos, semelhantemente ao que propõe Gonçalves (1999) e outros autores. Isso se explica a partir da seguinte estrutura para o complemento infinitivo que participa da construção de “marcação excepcional de Caso”, em que há a projeção da categoria Tempo defectiva:

<sup>107</sup> Em (174)a, consideramos que o clítico acusativo não pode ser excorporado para verificar os traços u[φ] de v<sub>Appl</sub> porque as operações de valoração ao nível da estrutura temática ocorrem ao mesmo tempo.

## (176) Estrutura de infinitivo ECM

$$[_{TP} T_{def} [_{vP} v [_{InfP} Inf [_{RootP} V_{inf} ] ] ] ]$$

Apesar de muito parecida com a estrutura para a “união de orações” apresentada em (124),  $v$  na estrutura acima não apresenta o traço EPP que leva ao movimento do tipo de *object shift*, por hipótese devido à seleção por  $T_{def}$ . Dessa forma, o  $DP_{AI}$ , quando existente, pode ser licenciado por *Agree* com  $v_1$ , e recebe Caso acusativo desse elemento, de onde deriva a possibilidade de o clítico não ser alçado. Por outro lado, na “união de orações” o  $DP_{AI}$  do verbo infinitivo só é licenciado por  $v_2$ , visto que  $InfP$  faz as vezes de argumento para  $v_1$ .<sup>108</sup>

A outra diferença da estrutura acima face àquela proposta para a “união de orações” diz respeito à projeção de  $T_{def}$ , com o conjunto de traços  $\{u[\varphi], u[D]\}$ , que exige o movimento do  $DP_{AE/causado}$  até seu especificador, e impede o movimento do complexo verbal. Dessa forma, só o clítico referente ao causado poderá sofrer movimento para o núcleo de  $T_{def}$ , e daí, ser excorporado para  $v_2$ , visto que o clítico referente ao argumento externo já terá sofrido *Spell-out* a essa altura.

**2.2.2.2 Como o clítico se move depois da sintaxe?**

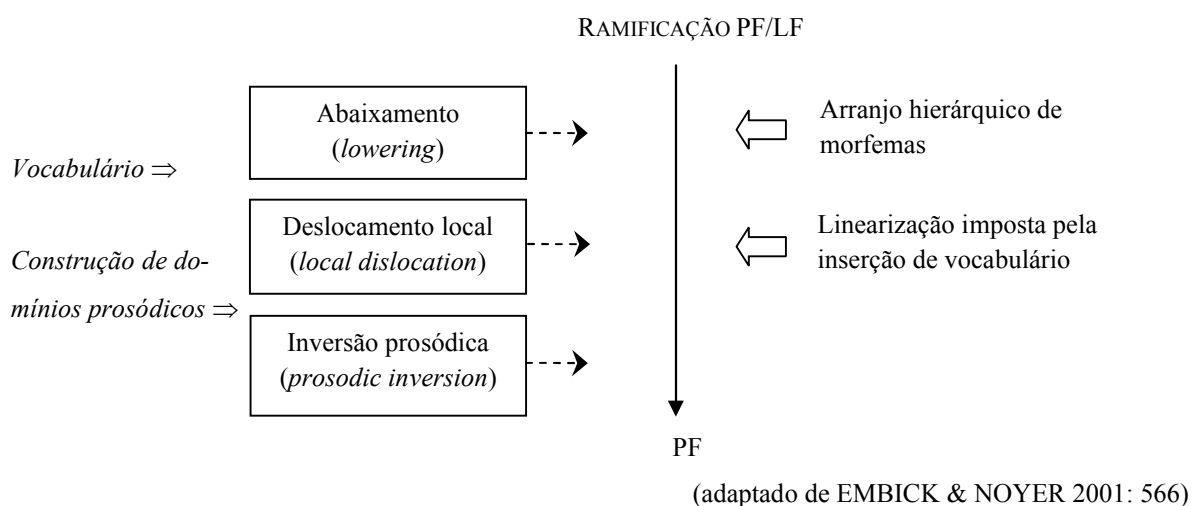
Como já motivado em 2.2.2 acima, assumimos uma análise mista para a colocação de clíticos, uma vez que a estrutura gerada pela sintaxe pode sofrer alterações por razões (morfo)fonológicas. Isso significa que a posição que o clítico ocupa no *output* da sintaxe é relevante, pois consistirá na colocação não-marcada. Seguindo a proposta esboçada anteriormente, temos sempre um proclítico, movido para os núcleos de fase (ou para T) como alvo defectivo. Dessa forma, a ênclise será derivada por movimentos depois da sintaxe. Isso dito, duas questões se colocam:

- (i) que movimento/s é/são esse/s e
- (ii) qual a motivação para sua aplicação?

<sup>108</sup> A proposta de Roberts pode explicar isso afirmando que o  $v$  associado ao domínio infinitivo é defectivo. Porém, um argumento externo pode ser concatenado no seu especificador, o que geraria a perda da generalização segundo a qual um verbo for transitivo é projeta  $v^*$  (não-defectivo).

A proposta que defendemos aqui é que, de início, mais de um tipo de movimento pós-sintático pode gerar a ênclise, a depender de requisitos encontrados nos diferentes momentos da derivação a que cada uma das operações pós-sintáticas tem acesso, conforme a representação mais abaixo. As operações pós-sintáticas permitem ajustar alguns descompassos (*mismatches*) entre sintaxe e morfologia, pois acessam informações de ordem sintática, morfológica ou prosódica.

(177) DETALHE DA RAMIFICAÇÃO PARA PF E TIPOS DE OPERAÇÕES PÓS-SINTÁTICAS



No lado esquerdo da representação em (177) são mostrados os três tipos de operações pós-sintáticas postuladas por Embick & Noyer (2001), ordenadas quanto ao ponto da derivação para PF em que ocorrem, conforme demonstram as informações presentes do lado direito do esquema. O ordenamento proposto para tais operações se justifica da maneira seguinte: o **abaixamento** tem acesso à hierarquia entre os morfemas; o **deslocamento local** só “enxerga” relações de adjacência, já que a inserção de vocabulário e a linearização já aconteceram; e a **inversão prosódica** trabalha com domínios prosódicos, estabelecidos na interface sintaxe-fonologia.

Na literatura sobre clíticos do PE, faz-se uso de diferentes tipos de operações pós-sintáticas, que estão relacionadas ao estatuto sintático do clítico como  $X^0$  ou  $XP$ , como já referido na seção 2.2.1.1, e ao contexto a que a operação faz referência. Verifiquemos primeiro as razões apresentadas por Barbosa (2008). Essa autora propõe o deslocamento

local, pois considera que o clítico é um XP e supõe que tal operação faz referência às fases sintáticas, que por sua vez relacionam-se a domínios prosódicos, uma vez que a fase CP é relacionada ao domínio do sintagma entoacional (IPh~IntP; cf. Frota & Vigário 2000 e Barbosa 1996; 2001): “sugiro que a emergência em PE de uma regra de Deslocação [~Deslocamento] Local com adjunção à direita está relacionada com a proeminência da posição inicial de IntP” (Barbosa 2008:152). A regra de deslocamento local ocorre mediante a existência do contexto expresso na seguinte generalização empírica:

(178) Ênclise sse nenhum elemento com matriz fonética precede o complexo verbal no interior do CP mínimo que o contém (ou TP, sse CP não projecta). Próclise em todos os outros casos.

(BARBOSA 2008:146 (54))

A referida regra de movimento é possível porque, para Barbosa, o sujeito pré-verbal de línguas *pro-drop* como o PE seria na verdade um tópico e, como está adjunto à sentença, não faz parte dela, da mesma forma que o DP em sentenças com Deslocada à Esquerda Clítica ou com Topicalização, e o AdvP correspondente a advérbios de sentença.

Galves & Sandalo (a sair) elegem o abaixamento para a ênclise em orações principais do PE, uma vez que consideram o clítico como  $X^0$  e supõem, semelhantemente a Barbosa (2008), que a fase CP é relevante, porém não fazem qualquer relação entre as fases sintáticas e os domínios prosódicos. Pelo contrário, defendem a ideia de que a colocação de clíticos em PE faz referência tão-somente a constituintes sintáticos, uma vez que o processo que gera a ênclise teria apresentado um tipo de gramaticalização quanto ao seu domínio de aplicação.<sup>109</sup> Dessa forma, o clítico não está na borda da fase, pois o sujeito pré-verbal estaria interno à sentença (em Spec,FP~T<sub>2</sub>P) seguindo os argumentos de Costa (1998) e Costa & Duarte (2003), entre outros, e os dados que indicam a insensibilidade da colocação do clítico ao peso do XP pré-verbal em PE. A operação de abaixamento, por ter acesso à

<sup>109</sup> A mudança na colocação de clíticos do PCI para o PE consistiria, portanto, numa mudança no tipo de operação pós-sintática: de inversão prosódica para abaixamento, um tipo de gramaticalização.

informação sobre a hierarquia entre os constituintes, seria capaz de identificar o núcleo mais alto da fase, como previsto no algoritmo:

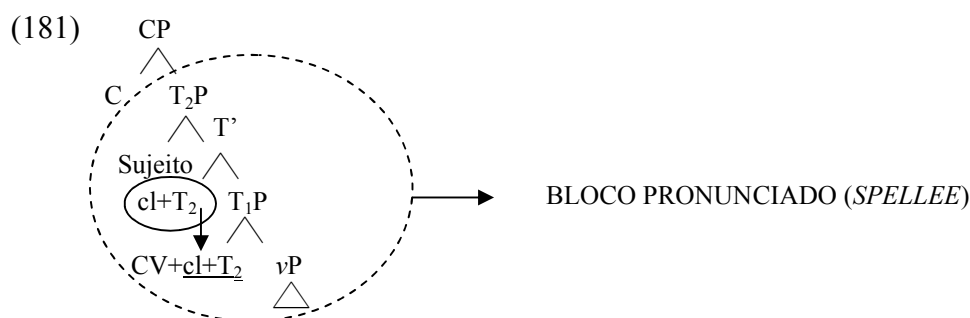
(179) Clitics cannot occupy the highest head of the CP phase.

(GALVES & SANDALO, *a sair* (42)).

Quanto ao clítico alçado, seguiremos a proposta de Galves & Sandalo, sem muitas alterações. No que diz respeito ao contexto de aplicação da regra de abaixamento, vamos fazer referência ao bloco pronunciado (*spellee*), e não à fase propriamente dita, porque esse é o elemento enviado para PF, que pode ser alterado pelo componente morfológico.<sup>110</sup> Outro aspecto que as propostas de Barbosa (2008) e Galves & Sandalo (*a sair*) parecem simplificar diz respeito ao papel dos elementos proclisadores, tomada por ambas as propostas como tendo o poder de “ativar” a camada CP e, portanto, de retirar do clítico o estatuto de primeiro elemento / primeiro núcleo da fase. Como fazemos referência ao bloco pronunciado, temos de apresentar uma regra de movimento que também seja sensível à presença de um operador na camada CP:<sup>111</sup>

(180) REGRA DE MOVIMENTO PÓS-SINTÁTICO REFERENTE À FASE {T,V}

Abaixe o primeiro núcleo do bloco pronunciado sse não há uma relação operador-variável (interna ou externa ao bloco).



<sup>110</sup> A distinção não é crucial no nosso caso, uma vez que adotamos o conceito de fase em Richards (2006), porém na concepção tradicional o bloco pronunciado é o complemento do núcleo da fase.

<sup>111</sup> Nas representações arbóreas apresentadas a seguir, “CV” significa *complexo verbal*.



Como já apontado na literatura (cf. Barbosa 1996, *inter alia*) os elementos proclisadores têm um estatuto de operador. A ressalva entre parênteses em (180) diz respeito ao fato de que o operador pode estar dentro (negação, sujeito quantificado) ou fora do bloco (complementador, advérbio aspectual). A relação com um operador externo está prevista se imaginarmos que o bloco pronunciado só sofre *Spell-out* na segunda fase subsequente, ou quando a sentença alcança o seu fim.

Quanto ao clítico não-alçado, propomos que a operação utilizada é a inversão prosódica. No entanto, deve-se distinguir entre infinitivas introduzidas e não-introduzidas por partícula, para fins de compreensão da motivação para o movimento. Quando o clítico se encontra numa infinitiva sem partícula inicial, estabelecemos uma relação entre fases sintáticas e prosódicas, de maneira semelhante ao que faz Barbosa (2008). Como se sabe, é típico do clítico “fugir” de posições de proeminência (acentuadas) e, seguindo Kahnemuyipour (2005), há razões para se acreditar que o primeiro elemento do bloco pronunciado na fase {V, ...} receba acento principal de sintagma (IPh ou PPh), com base em dados do inglês e do persa:<sup>112</sup>

(182) I'll probably [<sub>VP</sub> take [<sub>AspP</sub> the subway ]]

(183) Man ehtemaalan [<sub>VP</sub> [<sub>AspP</sub> esteyk mi-xor-am ]]

Eu provavelmente carne IND-comer-1SG

‘Eu provavelmente comerei carne’

(Inglês e persa; KAHNEMUYIPOUR 2005:138 (21))

Considerando a existência de AspP, projeção que licencia objetos logo abaixo de *vP* e que corresponde ao bloco pronunciado na proposta do autor, seu primeiro elemento receberá acento primário.<sup>113</sup> Sendo o clítico um elemento usualmente não acentuado, julgamos que

<sup>112</sup> Na visão fonológica tradicional de atribuição de proeminência, não há razões para se diferenciar, excetuando o acento principal de sentença – que depende da recursividade da língua – os acentos dos níveis menores que o domínio fonológico que abrange a sentença (cf. Nespor & Vogel 1986, Selkirk 1984, entre outros).

<sup>113</sup> Kahnemuyipour (2005) sustenta que a atribuição de acento ocorrerá iterativamente nos próximos blocos pronunciados, de tal forma que, numa oração transitiva simples, o sujeito também recebe acento, conforme os exemplos (‘1’ e ‘2’ indicam o acento principal de sentença e um acento de PPh, respectivamente).

(i) a. John saw Mary.  
2 1

sua margem esquerda não pode coincidir com a margem esquerda de um domínio de proeminência. De fato, Kahnemuyipour (2009) observa que o clítico auxiliar do armênio oriental é um clítico 2P na fase  $\nu P$ , o que dá suporte translinguístico para uma regra desse tipo. Confira os exemplos com diferentes elementos precedendo o clítico auxiliar (o elemento sublinhado é acentuado, e o clítico está em negrito):

- (184) a.  $\check{s}un-\text{\textcircled{a}}$  [<sub>AspP</sub> vaz-um **a** ]  
 cão-NOM correr-PROG AUX.3SG  
 ‘O cachorro está correndo’
- b. Es hivand- $\text{\textcircled{a}}$  [<sub>AspP</sub> chav **er** kaš-um ]  
 este paciente-NOM dor AUX.3SG.PST puxar-PROG  
 ‘Este paciente sentia dor’
- c. Ara-n [<sub>AspP</sub> girkh **a** aí-el ]  
 A.-NOM livro AUX.3SG.PRES comprar-PERF  
 ‘Ara comprou um livro/livros’
- d. Es  $\check{s}un-\text{\textcircled{a}}$  [<sub>AspP</sub> arag **a** vaz-um ]  
 este cão-NOM rapidamente AUX.3SG.PRES correr-PROG  
 ‘Este cão corre rápido’

(KAHNEMUYIPOUR 2009 (47), (51), (55), (56))

Tem-se em (184)a um verbo em  $Asp^0$ , em (184)b/c, um pré-verbo (que, juntamente com um verbo leve, forma um tipo de verbo composto) e um DP não-específico (interno a  $\nu P$ ), ambos em  $Spec, AspP$ ; e em (184)d, um advérbio de maneira, adjunto a  $AspP$ . Se essa análise estiver correta, o clítico está em segunda posição no bloco pronunciado da fase  $\nu P$ , o que torna a referência às fases sintáticas relevante dentro de uma visão dinâmica dos domínios prosódicos, segundo a qual eles são determinados pelas fases sintáticas, como defende Kahnemuyipour. Note-se que os fatos do armênio oriental não seriam compatíveis com IPh, nem com outro domínio prosódico fixo.

---

b. John preached to the people of Judea.  
 2 1

(Kahnemuyipour 2005:143 (34); (i)b retirado de Halle & Vergnaud 1987)  
 Ficamos neutros com relação à aplicação iterativa do algoritmo de Kahnemuyipour. Se ela for verdadeira, não influencia o que foi proposto para o bloco pronunciado na fase CP.

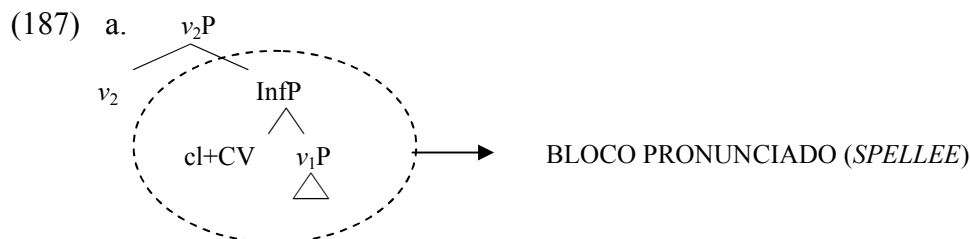
Podemos fazer um paralelo entre clíticos pronominais do PE em contextos não-finitos e os clíticos auxiliares do armênio oriental, pois, em contextos reduzidos, a ênclise é a regra geral em PE. De fato, o clítico nas infinitivas está num domínio prosódico mais baixo que IPh, já que este inclui via de regra toda a sentença. De acordo com os pressupostos assumidos anteriormente, o clítico sai da sintaxe como um proclítico ao verbo infinitivo, e ainda assim ele ocorre como enclítico:

(185) ( O presidente do clube quer encontrá-la hoje )<sub>IPh</sub>

A fim de resolver esse problema, propomos a regra de movimento em (186). Para a representação da inversão prosódica em (187)b, utilizamos, com base no trabalho de Embick & Noyer (2001), a notação em que o asterisco (\*) indica a relação de adjacência, e o sinal de adição ( $\oplus$ ), o *merger-m*(orfológico).<sup>114</sup>

(186) REGRA DE MOVIMENTO PÓS-SINTÁTICO REFERENTE À FASE {V, ...} (*versão 1*)

Inverta o clítico à direita da P<sub>Wd</sub> a que está associado se ele for o primeiro elemento do bloco pronunciado.

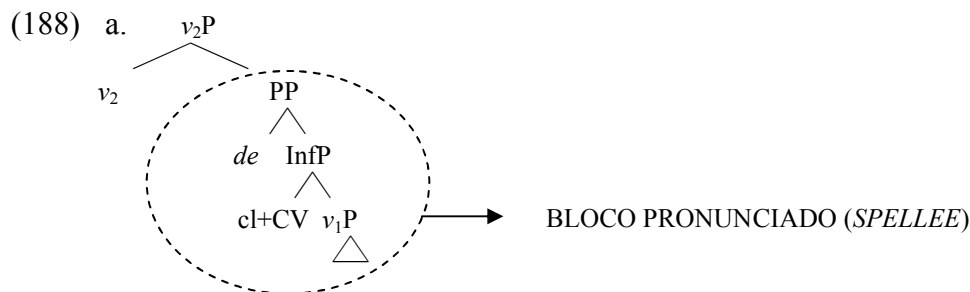


b. ( cl\*(V+v+Inf)<sub>P<sub>Wd</sub></sub> )<sub>P<sub>Wd</sub></sub> → (V+v+Inf $\oplus$ cl)<sub>P<sub>Wd</sub></sub>

Quanto ao clítico não-alçado em infinitiva iniciada por partícula, sua colocação depende da natureza do elemento que introduz o domínio infinitivo. Não há evidências para se assumir um distinto posicionamento das partículas infinitivas *a* e *de* que sofrem seleção-l(exical) por certos verbos de “reestruturação”, como veremos mais adiante. Contudo, sabe-se se pudermos provar que a natureza categorial da partícula leva a que ela se jainclupida na

<sup>114</sup> Evidências para o uso da inversão prosódica (e não abaixamento) serão apresentadas mais à frente.

segunda fase (junto com T, v), então o clítico será o primeiro elemento do bloco pronunciado. No caso da partícula *de*, o contexto para aplicação da regra (185) geralmente não é obtido, se essa for uma categoria lexical (preposição), como na representação abaixo:



Uma evidência para o pertencimento a fases distintas está relacionado à prosodização entre partícula, clítico e verbo. Como a partícula não tem proeminência própria, ela deve se ligar a um hospedeiro. A partícula *a* não sofre ressilabação com o clítico pronominal, mas *de* pode sofrer (cf. [djuver] ‘de o ver’, em que partícula, clítico e verbo formam uma palavra prosódica). Nesse caso, o clítico deixa de ser o primeiro elemento do bloco pronunciado. Portanto, temos uma única regra para os casos com e sem partícula.

O sistema apresentado até esta altura em linhas gerais terá seu funcionamento exemplificado na seção 2.3, (uma vez que o clítico é sempre alçado na “união de orações”). Dois tipos de operações pós-sintáticas são utilizadas, que refletem diferentes fases sintáticas: uma relacionada ao domínio lexical da sentença, outra referente ao domínio funcional. A colocação diferente das infinitivas não-pessoais face às infinitivas pessoais e as orações finitas parece ser compatível com a ideia de que a ênclise é um fenômeno não-unificado em PE, como apontou Galves (1992).

### 2.2.3 Síntese

Exploramos nas subseções anteriores os principais aspectos a respeito da natureza e da derivação dos clíticos pronominais, com enfoque no PE. Com respeito à natureza do clítico, vimos que ele pode ser encarado sob vários prismas:

### 2.3 A derivação de clíticos de infinitivas de “reestruturação”

- **Sintaticamente**, os clíticos pronominais podem ser de segunda posição (2P) ou adverbiais, sintagmas ou núcleos;
- **Morfologicamente**, os clíticos pronominais são um conjunto de traços- $\varphi$ , o que permite captar sua relação com afixos e com a concordância;
- **Prosodicamente**, os clíticos pronominais em PE podem ser afixais (adjuntos à palavra fonológica) ou internos (incorporados à palavra fonológica).

Quanto à derivação dos clíticos, estabelecemos os grandes tipos de propostas para os clíticos pronominais em PE, e nos identificamos como uma abordagem mista, pois consideramos que a sintaxe determina a posição do clítico e a colocação não-marcada, enquanto a (morfo)fonologia determina a colocação final do clítico. Estabelecemos também as linhas gerais da proposta de derivação para os clíticos em predicados complexos:

- **Na sintaxe**, os clíticos se movem para os núcleos de fase ou T, dado seu estatuto de alvos defectivos (cf. Roberts *a sair*), por concordância com um traço  $u[\varphi]$ . A subida de clíticos ocorre por meio de um traço  $u[\varphi]_{+EPP}$ , que é opcional em  $v_2$ , dado seu caráter defectivo.
- **Depois da sintaxe**, os clíticos podem se mover por dois tipos de operações pós-sintáticas: abaixamento se o clítico for alçado e não houver uma relação operador-variável (no que adaptamos proposta de Galves & Sandalo *a sair*), ou inversão prosódica se o clítico não for alçado e for precedido pela partícula *de* (por movimento opcional).

### 2.3 A DERIVAÇÃO DE CLÍTICOS DE INFINITIVAS DE “REESTRUTURAÇÃO”

Na presente seção exemplificamos as análises introduzidas anteriormente, especialmente com relação a outros itens da sintaxe que participam da derivação. Para tanto, apresentaremos primeiro os fatos sobre os clíticos alçados, depois sobre os clíticos não alçados em infinitivas sem partícula *e*, finalmente, sobre os clíticos alçados em infinitivas com partícula *a* ou *de*. Esse último ponto receberá mais atenção, dada a necessidade de especificar o estatuto categorial das partículas, sua relação prosódica com os clíticos e as distintas colocações manifestadas nesse contexto.

Todas as derivações partem da estrutura em (189), em que o clítico sofre movimento para o verbo infinitivo, dado o seu caráter de alvo defectivo, gerando uma configuração em que o clítico precede o complexo formado por V+v:

$$(189) \quad \begin{array}{c} [{}_{v^0} \text{cl} + [{}_{v^0} \text{V} + v]] \\ | \qquad \qquad | \\ i[\varphi] \qquad \{u[\varphi], i[V]\} \end{array}$$

A essa estrutura segue-se a concatenação do argumento externo em  $\text{Spec},vP_1$ , quando a estrutura argumental do infinitivo o requerer, e a concatenação de  $\text{Inf}^0$  com traços  $u[V]$  que exigem o movimento do complexo clítico+verbo. Como já mencionamos, a próclise sempre será gerada como *output* da sintaxe, em conformidade com o Axioma de Correspondência Linear formulado em Kayne (1994). Já a ênclise será derivada de duas maneiras, a depender do domínio em que o clítico se encontra.

### 2.3.1 Clíticos alçados

Continuemos a derivação em (189) a partir da concatenação do verbo regente em  $\text{Root}_2$  e sua identificação categorial, que acontece com seu movimento para  $v_2$ . Esse núcleo é identificado como  $\{u[D], i[V], u[T]\}$  (lembre-se que  $u[\varphi]$  não é associado a esse núcleo por sua característica de verbo de alçamento; a atribuição de um eventual papel temático ao DP é garantida, se  $v_2$  instanciar um verbo de controle, pela associação de  $u[D]$  a  $v_2$ ). Consideremos o caso em que  $v_2$  instancia um verbo de controle de sujeito (como *querer*): assim, o DP em  $\text{Spec},v_1$  deve se mover para  $\text{Spec},v_2$ , a fim de satisfazer o traço  $u[D]$  de  $v_2$  (assume-se que os DPs têm traços  $\{i[\varphi], i[D]$  e  $[\text{Caso}]\}$ ).<sup>115</sup>

$$(190) \quad \begin{array}{c} \bullet \text{---} \text{---} \text{---} \text{---} \text{---} \text{---} \bullet \\ \text{Agree } v_2 - \text{DP} \\ [{}_{v_2P} \text{DP } V_{\text{reg}} + v [{}_{\text{Root}2P} V_{\text{reg}} [{}_{\text{Inf}P} \text{cl} + V_{\text{inf}} + v + \text{Inf} [{}_{v_1P} \text{DP } \text{cl} + V_{\text{inf}} + v [{}_{\text{Root}1P} V_{\text{inf}} \text{cl}]]]]]]]] \end{array}$$

<sup>115</sup> Os clíticos só são  $i[\varphi]$ ; não têm traço de Caso pois, de outra forma, a ideia de alvo defectivo entraria em choque com o pressuposto de Chomsky (2001), segundo o qual a sonda não tem esse traço.

No próximo passo derivacional,  $T_1$  é concatenado, com o seguinte conjunto de traços:  $\{u[V], i[T], u[\varphi]_{+EPP}\}$ . O complexo verbal formado pelo verbo regente move-se para  $T_1$  para valorar  $u[V]$  em  $T_1$ , quando, automaticamente, os traços  $u[T]$  de  $v$  são valorados. Em seguida, o clítico em  $\text{Inf}^0$  é excorporado, para valorar o traço  $u[\varphi]_{+EPP}$ , gerando a seguinte configuração:

$$(191) \begin{array}{c} \bullet \text{---} \text{---} \text{---} \text{---} \bullet \\ \text{Agree } T_1 - \text{cl} \\ \bullet \text{---} \text{---} \bullet \\ \text{Agree } T_1 - v_2 \\ \bullet \text{---} \bullet \end{array} \begin{array}{l} [\text{T1P cl} + \text{V}_{\text{reg}} + \text{V} + \text{T}_1 [\text{v2P DP } \text{V}_{\text{reg}} + v [\text{Root2P } \text{V}_{\text{reg}} [\text{InfP eI} + \text{V}_{\text{inf}} + v + \text{Inf} \\ [\text{v1P DP}_{\text{AE}} \text{eI} + \text{V}_{\text{inf}} + v [\text{Root1P } \text{V}_{\text{inf}} \text{eI}]]]]]]]] \end{array}$$

Agora  $T_2$  é concatenado, com traços  $u[\varphi]$  herdados de C, na linha de Chomsky (2008), e também  $u[D]$ . Ocorre *Agree* primeiro com o clítico na borda de  $T_1$ , que sofre nova excorporação, e depois com o DP em  $\text{Spec},v_2\text{P}$ :

$$(192) \begin{array}{c} \bullet \text{---} \text{---} \text{---} \bullet \\ \text{Agree } T_2 - \text{DP} \\ \bullet \text{---} \text{---} \bullet \\ \text{Agree } T_2 - \text{cl} \\ \bullet \text{---} \bullet \end{array} \begin{array}{l} [\text{T2P DP cl} + \text{T}_2 [\text{T1P eI} + \text{V}_{\text{reg}} + \text{V} + \text{T}_1 [\text{v2P DP cl} + \text{V}_{\text{reg}} + v [\text{Root2P } \text{V}_{\text{reg}} [\text{InfP eI} + \text{V}_{\text{inf}} + v + \text{Inf} \\ [\text{v1P DP eI} + \text{V}_{\text{inf}} + v [\text{Root1P } \text{V}_{\text{inf}} \text{eI}]]]]]]]] \end{array}$$

A continuação da derivação acima tem consequências importantes para a colocação de clíticos. No caso em que a camada CP é preenchida por elementos com estatuto de proclisador, a regra de movimento pós-sintático para a fase  $\{T, v\}$  enunciada em (180) não se aplica, pois há uma relação operador-variável estabelecida entre C e  $T_2$ , como na representação simplificada da oração *Se tu me quiseres encontrar*:

$$(193) [\text{CP se } [\text{T2P tu me } [\text{T1P quiseres } [\text{v2P } [\text{InfP encontrar } [\text{v1P } [\text{v1}^0 \dots]]]]]]]]]$$

Se não houver elementos que exibam a função de operador na camada CP, o clítico ocupará o primeiro núcleo do bloco pronunciado, o que gera a aplicação da regra prevista em (178), por abaixamento de  $T_2$  para  $T_1$ , como na representação simplificada da oração *Posso-te encontrar*, gerando a estrutura em (194)b:

- (194) a.  $[_{T2P} [_{T2^0} te] [_{T1P} [_{T1^0} posso ] [_{v2P} [_{InfP} encontrar [_{v1P} [_{v1^0} . . . ]]]]]]$   
↑  
*abaixamento*
- b.  $[_{T2P} [_{T1P} [_{T1^0} posso + [_{T2^0} te + T_2]] [_{v2P} [_{InfP} encontrar [_{v1P} [_{v1^0} . . . ]]]]]]$

Com essas derivações para a colocação do clítico alçado, observa-se que ele se comporta como qualquer outro clítico de uma oração independente, como esperado.

### 2.3.2 Clíticos não alçados e não precedidos por partícula infinitiva

Quando o clítico não é alçado,  $T_1$  não é associado a  $u[\phi]_{+EPP}$ . A derivação sintática só se diferirá daquela apresentada na seção anterior quanto a esse aspecto. Portanto, apresentamos a representação final no passo derivacional correspondente a  $T_2$  abaixo:

- (195)  $[_{T2P} DP T_2 [_{T1P} V_{reg} + V + T_1 [_{v2P} DP V_{reg} + v [_{Root2P} V_{reg} [_{InfP} cl + V_{inf} + v + Inf [_{v1P} DP cl + V_{inf} + v [_{Root1P} V_{inf} cl]]]]]]]$

Quando a derivação alcança o núcleo C, a fase formada pelo sub-arranjo lexical  $\{V, Inf\}$  será enviada para *Spell-out*, momento em que a denominamos pelo termo “bloco pronunciado”. Consideramos nesta seção a situação em que não há uma partícula selecionada por  $v_2P$ ; portanto, o clítico estará necessariamente na margem esquerda do bloco pronunciado, uma posição de proeminência, situação que leva à aplicação da regra de movimento pós-sintático referente à fase  $\{V, \dots\}$  referida em (185). Verifiquemos a derivação do bloco pronunciado da fase  $\{V, Inf\}$  referente à oração *Vou encontrá-la*:

- (196) a. Na sintaxe:  $[_{Root2P} \dots [_{InfP} a + encontrar [_{v1P} \dots [_{Root1P} \dots]] ]]$
- b. Na interface com PF:  $(\underline{a}^*(encontrar)_{PWd})_{PWd} \longrightarrow (encontrá\oplus la)_{PWd}$   
*inversão prosódica*



Voltando à derivação em (195), é importante mencionar duas previsões relevantes da análise adotada.  $T_2$  (ou C) não poderiam instaurar *Agree* com o clítico, pois, mesmo ainda estando acessível, o DP em  $\text{Spec},v_2$  está mais próximo de  $T_2$ . Além disso, a estrutura adotada, aliada à noção de atração do núcleo mais próximo, tem uma consequência interessante para os tempos compostos, que sempre apresentam subida de clítico. Eles apresentam a seguinte estrutura, (em que AuxP e PartP são tipos específicos de vP, e Aux =  $V_{\text{reg}}$ ) (197)=(117)):

$$(197) \quad [_{\text{AuxP}} \text{Aux} [_{\text{PartP}} \text{Part} [_{\text{vP}} \text{DP } v [_{\text{RootP}} \mathbf{V}_{\text{inf}}]]]]]$$

Considerando o percurso da derivação apresentada de (190) a (192), podemos assumir o seguinte resultado para os tempos compostos:

$$(198) \quad [_{\text{T2P}} \text{DP } \text{cl} + \text{T}_2 [_{\text{T1P}} \text{Aux} + \text{V} + \text{T}_1 [_{\text{AuxP}} \text{Aux} [_{\text{PartP}} \text{cl} + \text{V} + \text{v} + \text{Part} [_{\text{vP}} \text{DP } \text{cl} + \text{V} + \text{v} [_{\text{RootP}} \mathbf{V}_{\text{inf}} \text{cl} ]]]]]]]]$$

Como se nota, a análise prevê automaticamente a subida obrigatória do clítico; para tanto, precisamos assumir tão-somente que Aux não tem traços  $u[D]$ , dado o seu caráter de verbo de alçamento (nunca atribuí papel temático ao DP). Dessa forma, se  $T_2$  tem necessariamente traços- $\phi$ , o clítico estará acessível. Posteriormente, outra relação de *Agree* ocorre entre  $T_2$  e o DP, para valoração de seus traços  $u[D]$ . Portanto, não precisamos fazer a assunção *ad-hoc* de que  $u[\phi]_{+EPP}$  seria obrigatoriamente associado ao  $T_1$  que seleciona o verbo auxiliar *ter*; porém, se existir o traço, o resultado será o mesmo, como esperado.

### 2.3.3 Clíticos não alçados e precedidos por partícula infinitiva

A presente seção é dividida em três subseções. Vamos primeiro analisar o estatuto das partículas *a* e *de*, para então descrever sua derivação e, finalmente, incluímos uma discussão sobre a validade da proposta, tendo em conta dados translinguísticos.

### 2.3.3.1 O estatuto categorial das partículas infinitivas

As partículas *a* e *de* que introduzem o domínio infinitivo selecionado por verbos de “reestruturação” têm sido tratadas ora em conjunto com outras preposições, ora como complementadores.<sup>116</sup> Essa ambiguidade categorial é muito frequente entre as línguas, o que às vezes pode gerar uma reanálise (cf., entre os trabalhos mais recentes sobre o assunto, Dubinsky & Williams 1995 e Roberts & Roussou 2003). Uma análise de tais partículas como complementadores é incompatível com a abordagem mono-oracional propugnada nesta tese. Nesta seção é nosso objetivo mostrar que, de fato, *a* e *de* no complemento de verbos de “reestruturação” não são complementadores, mas que a confusão em torno de sua categorização se deve à homofonia que tais elementos apresentam com outros itens lexicais.

Uma evidência que tem sido usada para aferir o estatuto de tais elementos é a própria colocação de clíticos. Por exemplo, Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005) atribuem a ênclise obrigatória em orações infinitivas introduzidas por *a* em PE *standard* ao fato de que a partícula *a* teria estatuto de verdadeira preposição, enquanto que as demais (*por, em, de* etc.) teriam um estatuto ambíguo entre preposições e complementadores. Magro (2005) segue a mesma hipótese de ambiguidade estrutural, porém acopla esse pressuposto com a teoria de dupla subcategorização dos verbos de “reestruturação” proposta por Martins (2000), e conclui que a partícula *de* seria mais frequentemente categorizada como complementador do que como preposição, o que explica sua tendência de impedir a subida do clítico.

Outra possibilidade de aferir o pertencimento da partícula a uma categoria ou outra se baseia em sua distribuição, iniciando complementos oracionais finitos ou nominais. Com base nesse critério, Gonçalves, Duarte & Miguel (*a sair*) apresentam a seguinte classificação tripartida para as partículas infinitivas:

---

<sup>116</sup> Usamos o termo “partícula” para indicar sua natureza de palavras presas (cf. Zwicky 1977 e Anderson 1992:204s) e de forma compatível com sua natureza categorial múltipla.

- (i) **Verdadeiras preposições**, que ocorrem em ambos os contextos, como é o caso da partícula *em* no exemplo *O João insistiu em brincar*;
- (ii) **Núcleos híbridos entre itens lexicais e funcionais**, que também ocorrem com pronomes dêiticos, mas não com complementos oracionais finitos nem nominais, como *de* no exemplo *O João proibiu a Maria de brincar / disso*;
- (iii) **Núcleos funcionais**, que só ocorrem em contextos infinitivos, como *para* em *O João pediu (à Maria) para sair*.

Considerando as partículas infinitivas *a* e *de* que iniciam as infinitivas de reestruturação, elas receberiam distintas classificações:

- *a* seria um núcleo funcional, pois só ocorre em contexto infinitivo:

(199) A Maria continuou a brincar / o trabalho.

- *de* seria um núcleo híbrido (no complemento de *deixar*), um núcleo funcional (no complemento de *acabar*) ou uma verdadeira preposição (no complemento de *haver e ter*):

(200) a. O Pedro deixou de escrever poemas / disso.

b. O João acabou de tomar banho / a composição.

c. A Felipa há-de angariar muitos votos / \*disso / \*uma casa.

d. A Antónia tem de estudar com mais afinco / \*disso / \*uma casa.<sup>117</sup>

Apesar de reconhecermos certo grau de ambiguidade entre preposições e complementadores, não apostaremos nesse tipo de argumento para explicar a natureza das partículas, nem o comportamento dos clíticos nesse contexto. De fato, a classificação de Gonçalves, Duarte & Miguel (a sair) parece captar um fato importante sobre tais itens, e tomaremos essa proposta como ponto de partida para sustentar a ideia de que, quando são núcleos funcionais, as partículas (*a* ou *de*) expressam aspecto; quando são núcleos híbridos, são preposições (só *de*). Por outro lado, as propostas que defendem uma ambiguidade entre

---

<sup>117</sup> Só é possível um complemento nominal nesse caso com *ter* funcionando como auxiliar possessivo.

preposições e complementadores apostam na **abordagem estrutural** para a variação na posição (e colocação) de clíticos, contra a qual nos pronunciamos anteriormente. Além disso, não encontramos evidências independentes que sustentem a ideia de que a partícula *a* esteja numa posição mais alta que *de*, o que permitiria explicar porque ela não funciona como elemento proclisador: estaria fora da oração em questão. Em vez disso, seguiremos uma abordagem prosódica que torna desnecessária a atribuição do caráter de proclisador a determinadas partículas.

A partícula infinitiva *a* ocorre no complemento dos seguintes verbos de reestruturação: *andar*, *chegar*, *começar*, *continuar*, *estar*, *ficar*, *passar*, *tornar*, *vir*<sup>118</sup> e *voltar*, sempre com estatuto de aspectualizador, conforme se depreende a partir dos exemplos abaixo, retirados de textos de PE:

- (201) a. A minha mãe estava doente, e, e depois pediu-me a mim para ench[er], para encher as chouriças, e eu era o que queria porque já há muitos anos eu lhe *andava a* pedir para me, para me deixar encher, ela nunca me deixava. (PE-CRPC)
- b. Tem a gente as cebolas, olhe, as uvinhas, nem as *chegámos a* comer, só somos dois. (PE-CRPC)
- c. “*Continua a* oferecer-nos nacos da tua bela prosa poética!” (PE- Gullander, 1975)
- d. Mas *estás a* ofender-me! (PE- Jorge, 1945)
- e. *Fico a* olhá-la (PE- Jorge, 1945)
- f. ... e [ele] vem para ali a dizer que, que tem até dívidas, até traz coisas falsificadas, de pessoas amigas que lhe *passam a* dizer que ele que tem dívidas, etc, etc. (PE-CRPC)
- g. ... depois tive lá então seis meses ao pé dele, tornei a vir para minha casa, *tornou-me a* mandar de avião. (PE-CRPC)

---

<sup>118</sup> O uso da preposição *a* com o verbo *vir* não é categórico. Quando não está expressa, o verbo veicula o sentido de movimento:

(i) Não me venham dizer que os gregos e os romanos aprendiam pela Iliada. (PE-Oral-CRPC)

- h. ... qualquer que seja a escolha que vier a ser tomada, haverá sempre alguém que entende que poderia ser outra e, por isso, é altura de dar voz às pessoas, sendo certo que este edifício, seja qual for a utilidade que lhe *venham a* dar, vai precisar de um grande investimento,... (PE-Web)
- i. *Voltava a* deitar-se no catre, sobre a pele de urso em que costumava dormir. (PE-Saramago, 1922)

Nos exemplos acima, podemos identificar os seguintes valores aspectuais para os verbos de “reestruturação”: **inceptivo** (*chegar a, começar a, passar a, vir a*); **progressivo** (*continuar a, estar a, ficar a*); e **habitual/iterativo** (*andar a, tornar a, voltar a*). A generalização que podemos obter é que a partícula *a* sempre expressa um valor aspectual [-TERMINATIVO]. Confirmação para essa ideia pode ser encontrada na **Construção Infinitiva Preposicional** (*Prepositional Infinitival Construction* - PIC), estudada por Raposo (1989). Essa construção apresenta distribuição complementar com as infinitivas de reestruturação, pois não ocorre necessariamente em contexto de complementação – como em (202)a – e permite infinitivo flexionado e um sujeito especificado – como em (202)b. Mesmo assim, a preposição *a* carrega igualmente o valor não-terminativo, especificamente progressivo.<sup>119, 120</sup>

(202) a. [Os meus alunos *a* copiar(em) no exame]! Que horror!

b. A Maria viu [os meninos *a* fumar(em)], mas eu não vi \_\_\_.

(RAPOSO 1989:280 (10)a, 281 (17))

<sup>119</sup> A construção é mais comumente referida como *infinitivo gerundivo*, por sua substituição por um gerúndio em PCI, em certas variedades do PE (especialmente do sul de Portugal) e em PB.

<sup>120</sup> Há variação (limitada) quanto à preposição selecionada pelos verbos em questão. Assim, *continuer* (‘continuar’) em francês permite um complemento iniciado por *a* ou por *de*:

(i) Daniel continue à/d’ écrire son travail.

D. continuer.PRES PRT escrever seu trabalho

‘Daniel continua a escrever seu trabalho’

(Rochette 1988: 247, nota 33)

A relação entre aspecto não-terminativo e *à*, por um lado, e entre aspecto terminativo e *de*, por outro, já fora mencionada por Rochette, e parece ser um fato pan-românico.

A partícula infinitiva *de*, por outro lado, pode ter dois valores, como já se mencionou. Com o verbo *acabar*, *de* parece ter um valor aspectual, porém [+TERMINATIVO]:

- (203) Bem, há duas coisas: a primeira foi tudo o que *acabei de* lhe dizer sobre África e o paralelismo ou a consonância entre a colonização e a descolonização. (PE-Web)

Com os demais verbos de reestruturação que selecionam *de*, como *deixar*, *haver* e *ter*, a referida partícula não tem valor aspectual, o que coincide com os resultados do teste distribucional sugerido por Gonçalves, Duarte & Miguel (*a sair*), pois em nenhum desses casos corresponde a um núcleo funcional:

- (204) a. O Papa defende certos valores e não *deixa de* os defender sempre que é preciso, onde é preciso e onde porventura é preciso mais coragem para os defender. (PE-Público)
- b. É muito aborrecido filmar onde outra pessoa já o fez. Por que razão é que *haveríamos de* o fazer? (PE-Diário de Notícias)
- c. *Temos de* lhes criar oportunidades para poderem exercer a sua profissão, provavelmente leccionando outras disciplinas, colaborando noutras actividades. (PE-Web)

A esta altura podemos voltar à estrutura sintática em que tais partículas são concatenadas a fim de verificar suas conseqüências para a questão da homofonia. Com base nos argumentos que acabamos de apresentar, somos levados a supor que o  $V_{reg}$  seleciona (exicalmente) um complemento que será categorizado como Asp ou P, que por sua vez se concatenará com InfP:

- (205) a. [<sub>V2P</sub> Root [<sub>AspP</sub> *a/de* [<sub>InfP</sub> [<sub>v1P</sub> . . . ]]]]
- b. [<sub>V2P</sub> Root [<sub>PP</sub> *de* [<sub>InfP</sub> [<sub>v1P</sub> . . . ]]]]

Nessa representação já se observa a homofonia entre dois itens lexicais com a mesma entrada de vocabulário (*de*): preposição e aspectualizador. No entanto, tendo em conta fatos relacionados à adjacência entre a partícula e o verbo que a segue, podemos observar um terceiro valor, como atestam os dados a seguir, testados com falantes nativos:

(206) A: Não é de hoje que o João se envolve em brigas com os vizinhos.

B: Pois, por isso é que ele tem de (\*sempre) gastar (sempre) dinheiro com advogados.

(207) A: É estranha a forma como essas crianças dançam.

B: É de se espantar que elas gostem de (sempre) olhar (sempre) para frente.

A adjacência entre partícula e verbo notada em (206) é esperada, dado o caráter de palavra presa que a primeira apresenta. Gonçalves, Duarte & Miguel (*a sair*) tentam explicar fatos desse tipo em termos da concatenação baixa de tais elementos. Nossa análise obtém resultado semelhante de outra forma, pois assumimos que os advérbios de VP estão adjuntos a *vP*. A possibilidade de intervenção do advérbio em (207) parece mostrar que a preposição aí é indistinta de um complementador, o que se observa por seu apagamento diante de complementos finitos: *Maria gosta (?de) que telefonem pra ela*, fenômeno designado como **queísmo** (cf. Salles 1992).

A partícula *a* também apresenta uso como complementador com valor final (*~para*) ainda no PE, o que pode ser verificado pela possibilidade de substituição de *a* pelo complementador finito *que*:<sup>121</sup>

(208) a. Muito mais haveria [a dizer] para o imediato com o projecto de melhoria do Núcleo Antigo... (*Jornal de Notícias*)

b. Muito mais havia [que dizer], e sobre a minha filhota, encheria páginas com muitas novidades mas hoje fico-me por aqui, festejando a triplicar por este ano que passou. (*www.escuta-sorriesente.blogspot.com*)

<sup>121</sup> O uso da partícula *a* como complementador é bem mais amplo no PCI. Cf. o exemplo:

(i) Pero de Faria se foi ao galeão, e teve com Dom Manoel de Lima, por parte do Governador, grandes satisfações, e desculpas, pedindo-lhe quizesse ir com êle [a vê-lo]... (PCI- Couto, 1542)

Nos casos em que *a/de* funcionam como complementadores, a oração infinitiva apresenta uma estrutura mais complexa, com todas as projeções funcionais, diferentemente do que ocorre em contexto de formação de predicado complexo. Isso explica a diferença observada anteriormente quanto à adjacência.

Note-se ainda a diferença quanto à possibilidade de interpolação com *de* selecionado por um verbo de “reestruturação” ou por um nome (nesse último caso há ambiguidade com um complementador, pois a infinitiva é não-reduzida):

(209) a. \*Maria há-de o não ver.

b. \*Ele começou por a não responder.

(210) a. No sentido de o não ver considerado... (*www.dgsi.pt*)

b. ...o direito de o não ver apresentado em forma gráfica... (*www.erc.pt*)

### 2.3.3.2 A derivação de clíticos em infinitivas iniciadas por partícula

Tendo estabelecido o estatuto categorial das partículas *a/de*, resta-nos verificar como se explica a colocação dos clíticos pronominais nas infinitivas por elas iniciadas. Dentro da perspectiva esboçada anteriormente, uma possibilidade seria invocar a diferente hierarquia estrutural entre as preposições *a* e *de*, juntamente com a assunção de que *a* estaria fora do bloco pronunciado. No entanto, não há evidências de que a primeira esteja numa posição mais alta que a segunda.

Defendemos em de Andrade (2009) que a diferença entre as partículas se deva a uma restrição de ordem prosódica e, portanto, de ocorrência bastante tardia na derivação, quando os domínios prosódicos já se formaram. A principal evidência da intervenção da prosódia diz respeito à aplicação de processos (morfo)fonológicos, que Vigário (2003:capítulo 7) denomina de **redução** e **lexicalização**. A redução consiste na transformação de uma vogal em semivogal, ou mesmo no apagamento da vogal. Já a lexicalização indica a fixação de duas formas como um único item lexical (e possivelmente deriva de um estágio de redução). Nesse sentido, interessa-nos observar que a partícula *de* pode sofrer redução ou lexicalização, a depender do contexto, porém *a* só manifesta



lexicalização. Esses fenômenos se relacionam com a possibilidade de próclise com *de*, e sua impossibilidade com *a*:

- (211) a. A ideia **de o** encontrar deixou-me contente. ([du]/[dju])  
 b. A ideia **do** João era sair. ([du]/\*[dju])  
 (VIGÁRIO 2003:317 (479))
- (212) a. \*A Maria continuou **a o** questionar enquanto se aprontava.  
 b. A Maria alegrou-se **ao** vê-lo.

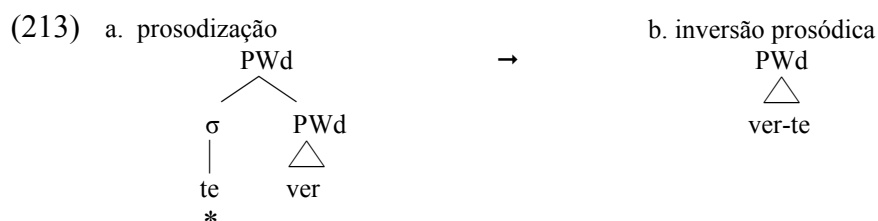
Há duas maneiras de explorar a diferença entre as partículas *de* e *a*, tendo em vista diferenças em áreas como:

- (i) a fonologia segmental: a partícula *a* não seria afetada pela regra de redução por ser uma palavra de um só segmento (cf. Bisol 2000);
- (ii) a fonologia prosódica: a partícula *a* sempre apresentará uma relação de adjunção a PPh, nunca a PWd, devido a restrições semânticas: ela é sempre uma palavra funcional que codifica aspecto (cf. texto acima; Selkirk 1995 e Vigário 1999).

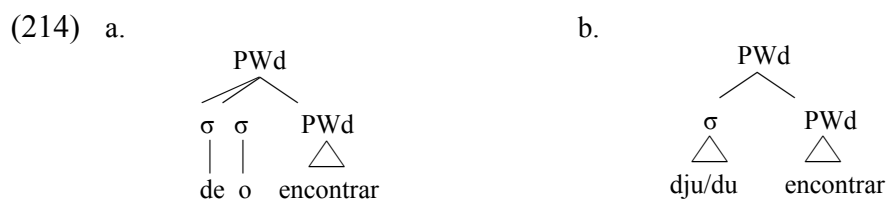
Vamos escolher a segunda opção, por lidar mais facilmente com os dados. De acordo com a teoria da interface sintaxe-prosódia proposta por Selkirk, à fronteira de determinadas categorias sintáticas corresponderá uma fronteira de categoria prosódica. Na sintaxe, parte-se do pressuposto de que somente categorias lexicais são relevantes para o estabelecimento de palavras prosódicas (PWd's). Portanto, um verbo em *v* (ainda uma categoria lexical, uma vez que abriga o argumento externo), pode ser incluído na mesma PWd com uma partícula mais acima em P (também uma categoria lexical), mas não com uma partícula em Asp (uma categoria funcional), que será prosodizada ao nível do PPh, mais acima. Isso tem consequência direta sobre a ocorrência de processos fonológicos como a ressilabação, que exige o pertencimento dos elementos relevantes a uma mesma palavra fonológica.

No caso da partícula *a*, a ressilabação não é possível porque assumimos que categorias funcionais como Asp, que inclui a partícula *a*, não fazem parte do bloco

pronunciado, porque pertencem a outro arranjo lexical.<sup>122</sup> Assim, o clítico pronominal fica na borda esquerda da PWd, logo após a atribuição de domínios prosódicos. A inversão prosódica ocorre como um mecanismo de último recurso, para retirar o clítico dessa posição, como mostram as representações abaixo:<sup>123</sup>



No caso da partícula *de*, temos duas situações. Se ela for categorizada como palavra funcional, a situação será semelhante à que representamos acima: a partícula será categorizada com o arranjo lexical seguinte, e o clítico pronominal será o primeiro elemento do bloco pronunciado. Nesse caso, ocorre a inversão prosódica, como em *de encontrá-lo*. Se a partícula tiver estatuto de palavra lexical, ela será prosodizada como em (214)a, o que levará à ressilabação em (214)b, com a vogal final da preposição [e] sofrendo redução, como em [dju], ou apagamento, [du].



<sup>122</sup> Nesse ponto divergimos da organização de fases proposta por Kahnemuyipour (2009), que postula que AspP pertence à primeira fase, como se vê em (184).

<sup>123</sup> Para (213)a, consideramos a seguinte generalização sobre a possibilidade de lexicalização (a partícula não é representada, mas é dominada por um PPh):

(i) Two function words may lexicalize as a single unit if they are dominated by the same segment of a prosodic (word) node. (Vigário 1999:281 (55)).

A representação em (214)a é baseada em Vigário (1999:281 (54)).

Portanto, a redução e a inversão prosódica seriam estratégias complementares para a obtenção de eurrítmia: a primeira evita o agrupamento de sílabas fracas, e a segunda, a ocorrência de uma sílaba fraca em uma posição de proeminência.

A análise apresentada pode ser estendida para além do domínio da fase  $\nu P$ , uma vez que processos semelhantes ocorrem com partículas ambíguas com complementadores, como em *gostei [dju] ver*.<sup>124</sup>

### 2.3.3.3 Excurso translinguístico

Nesta seção apresentamos dados de dialetos do italiano, extraídos de Manzini & Savoia (2005), que apresentam variação semelhante à encontrada no PE, em infinitivas introduzidas por partículas. Em seguida, comparamos dados do PE e do francês fornecidos por Lamiroy (1987) referentes à preposição *por/par*, que, apesar de ser selecionada por verbos de “reestruturação”, impede a subida do clítico.

#### (i) *de* (português) e *də* (dialetos italianos)

Manzini & Savoia (2005) apresentam os resultados de uma abrangente pesquisa sobre os dialetos do italiano e outras línguas românicas.<sup>125</sup> Com referência à colocação de clíticos em infinitivas eles apontam quatro padrões de colocação, sendo que um deles se aproxima daquele apresentado pelo PE: a ênclise é a regra geral, exceto quando há um marcador de negação sentencial ou elemento *qu-* no domínio infinitivo ou quando há determinadas partículas. Dentro desse grupo de dialetos, os autores ainda afirmam que alguns (p.ex. *Popoli*) contrastam as partículas correspondentes a *a/de* com *por*, as *a/de*

---

<sup>124</sup> Encontram-se, em autores do CTB nascidos no século XVI, alguns dados de próclise em contexto de infinitiva introduzida por partícula *a*:

(i) Ergueu-se a senhora Marquesa [a o receber] e steve em pé bom pedaço, antes que o fizesse assentar entre ella e Messer Lactancio. (PCI- Holanda, 1517)

A solução nesse caso pode se dever ao estatuto de complementador de *a*, pois tem aí um valor semântico de finalidade (correspondente a “para”). Assim, de acordo com os pressupostos anteriormente assumidos, temos uma infinitiva não-reduzida, e a regra a ser aplicada é aquela proposta em (180). Mesmo que esteja em início de fase, o clítico não vai sofrer inversão prosódica no PE, pois o que está em jogo é a relação com um operador.

<sup>125</sup> Agradeço a Rita Manzini pela indicação de seu livro e pela discussão relacionada, por ocasião do encontro do GT de Teoria da Gramática da ANPOLL, em 2009.

sempre com ênclise e *por* com variação na colocação; outros (p.ex. *S.Vittore, Roccasicura e Miranda*) apresentam ênclise com a partícula *a*, e variação com *de/por*, da mesma forma que o PE (todos os exemplos provêm de Manzini & Savoia 2005; *Pontecorvo* apresenta o segundo padrão, com a diferença de não ter a partícula *a*):

(215) *Popoli*

- a. tə=so            d'dittə    də 'far=lə  
2SG.DAT=ser.1SG dizer.PTCP de fazer=3SG.ACC  
'te disse para fazer isso'
- b. ε            m'mjɔjə a vɔ'der=tə  
ser.3SG melhor    a ver=2SG.ACC  
'é melhor ver-te'

(216) *Roccasicura*

- a. tə='dikə            də rə='fa  
2SG.DAT=dizer.1SG de 3SG.ACC=fazer  
'digo-te para não fazer isso'
- b. ε            m'mɛʎʎə ca'mar=rə/    a cca'mar=rə  
ser.3SG melhor    chamar=3SG.ACC/ a chamar=3SG.ACC  
'é melhor chamá-lo'

(217) *Pontecorvo*

- a. tə=so            d'diccə    də ʎə=ca'ma/    də 'camarə=ʎə  
2SG.DAT=ser.1SG dizer.PTCP de 3SG.ACC=chamar/ de chamar=3SG.ACC  
'te disse para chamá-lo'
- b. ε            m'mɛʎʎə ca'marə=ʎə  
ser.3SG melhor    chamar=3SG.ACC  
'é melhor chamá-lo'

Em regra geral, todos os dialetos que apresentam a partícula *a* têm ênclise nesse contexto, da mesma forma que na ausência de partícula – cf. (215)b, (216)b e (217)b. Isso se coaduna com a hipótese de que tais dialetos têm uma sensibilidade à prosódia semelhante ao PE. A questão que se coloca é a ênclise obrigatória com *de* – cf. (215)a, (216)a e (217)a. Nesse caso, Manzini & Savoia (2005) supõem que tal elemento não tem estatuto de operador. Na abordagem aqui oferecida, teríamos de avançar a hipótese de que *de* no referido dialeto não permitiria redução com o clítico. No entanto, somente uma investigação mais sistemática de dados como esses permitiria a confirmação ou infirmação da referida hipótese.

**(ii) *por* (português) e *par* (francês)**

Como já mencionamos anteriormente, as partículas *a* e *de* podem iniciar infinitivas de “reestruturação” e permitem a subida de clíticos. Um fato digno de nota é que alguns verbos que permitem “reestruturação” também selecionam a preposição *por*, mas nesse contexto a subida de clíticos é impossível:

- (218) a. \*O João acabou-se por esquecer da festa.  
b. O João acabou por se esquecer da festa.

(BRITO, DUARTE & MATOS 2003: 858 (50)c, (51)c)

Além do verbo *acabar*, que seleciona em outra acepção a partícula *de*, os outros verbos que selecionam *por* são *começar*, *estar* e *ficar*, que podem selecionar a partícula *a* em outra acepção:

- (219) a. É inevitável que *comece* por lhe perguntar se acha que estes 20 êxitos agora editados em CD traduzem os seus 20 anos de carreira? (*Jornal de Notícias*)  
b. O desabafo é de Luís Leitão, filho do homem de Manteigas assassinado há quatro anos – cujo cadáver ainda *está* por encontrar - e que a PJ diz ter sido morto pela mulher, mãe de Luís. (*Correio da Manhã*)

- c. É o regresso às aulas, “é um sonho que *ficou por* realizar em criança”, fruto das exigências da vida familiar que aguardava o apoio dos filhos para ajudarem a suportar as dificuldades que eram grandes. (*O Regional*)

Esses verbos, quando selecionam *a*, indicam aspecto progressivo. Quando selecionam *por*, indicam que a eventualidade ainda não ocorreu, o que pode ser captado pelo sentido passivo da infinitiva (especialmente quando selecionada por *estar* ou *ficar*).

Podemos encontrar uma explicação para os fatos do PE se olharmos para os dados de outra língua românica, o francês. Lamiroy (1987) notou que determinados verbos aspectuais do francês, como *finir* (‘acabar’) e *commencer* (‘começar’), quando seguidos pela preposição *par*, instanciam um “sequenciamento de eventos”, na terminologia da autora. A evidência apresentada nesse sentido é a possibilidade de complementos estativos quando o verbo seleciona *par*, mas não quando seleciona *de*:

- (220) a. Jean finit                    {par être irrité/ \*d’être irrité}  
J.    acabar.PST.3SG {por estar irritado/ de.estar irritado}  
‘Jean acabou ficando irritado (\*de ficar irritado)’
- b. Jean a                    commencé {par avoir un restaurant/ \*à avoir un restaurant}  
J.    AUX.3SG começar    {por ter    um restaurante/ \*a ter    um restaurante}  
‘Jean começou {por ter um restaurante / \*a ter um restaurante}’
- (LAMIROY 1987:284 (37); (38))

A explicação para o contraste diz respeito ao fato de estados serem eventualidades sem estrutura dinâmica interna. Portanto, a expressão do aspecto pelo verbo regente causa incompatibilidade semântica. Tal incompatibilidade é, no entanto, desfeita, a partir de certos mecanismos que impõem uma delimitação à eventualidade, como o uso da partícula *por*, e outros, como o uso de DPs plurais ou genéricos (remeto o leitor interessado em acessar todas as evidências ao artigo de Lamiroy). No PE, o contraste parece ser o mesmo, uma vez que frases semelhantes às de (220) só são possíveis se a partícula introdutora for *por*:

- (221) a. A Maria insistiu que o João deveria ir ao concerto com seu fato azul. Com isso, o João acabou {por /\*de} estar irritado.  
b. Como o João ganhou um prêmio na lotaria, queria investir em comércio. Assim, o João começou {por / \*a} ter um restaurante.

A interpretação desses exemplos varia de acordo com o verbo regente. Com *acabar por* a eventualidade expressa um significado mais involuntário, sendo que o contrário ocorre com *começar por*. Nos dois casos, pressupõe-se uma sequência de eventualidades, sendo que a descrita pela sentença em questão é a primeira ou a última relacionada.

Apesar de a análise mencionada acima ser descritivamente correta, ela não explica *per se* a impossibilidade de subida de clíticos quando há uma preposição *por*. Isso ocorre porque o argumento não pode ser estendido aos verbos *estar* e *ficar*. A derivação com estes é bastante diferente, pois o sujeito corresponde ao argumento interno do  $V_{inf}$ . Já com aqueles verbos, o sujeito pode ser o argumento interno ou externo do  $V_{inf}$ :

- (222) a. [A Maria]<sub>i</sub> está/fica por encontrar [ ]<sub>i</sub>.  
b. [O Pedro]<sub>i</sub> acabou/ começou por [ ]<sub>i</sub> voltar tarde.

Podemos buscar apoio no estatuto das preposições, como fizemos anteriormente. Dessa forma, a partícula *por* junto a *acabar/ começar* parece ter estatuto de verdadeira preposição, pois também pode ocorrer com complementos nominais.

- (223) a. O suposto impacto do meteorito acabou por [uma forma de chamar a atenção para a vila costeira]. (*Jornal Oeste Online*)  
b. Começou por [um duelo], à partida desigual, entre Trotsky, chefe do Exército Vermelho, e Stalin, secretário-geral do Partido comunista. (*Instituto Português de Relações Internacionais*)

Como vimos, as preposições podem ser ambíguas com complementadores. Uma evidência disso é a substituição do domínio infinitivo por um domínio finito iniciado pelo complementador *que*, pelo menos com o verbo *acabar*:

- (224) a. O João acabou por ficar irritado.  
b. Acabou que o João ficou irritado.

Já no complemento de *estar/ ficar, por* tem estatuto de núcleo funcional, cuja natureza atribuímos a um complementador. Dessa forma, supomos que o domínio infinitivo em todos esses casos apresentaria uma estrutura funcional completa, impedindo a ocorrência da reestruturação. De fato, *por* parece contribuir para a lexicalização de propriedades modais necessárias à definição da variável proposicional associada ao infinitivo. Essa sugestão seria compatível com a análise de sequenciamento de eventos, porém com a vantagem de oferecer o nível correto de generalização.

#### **2.3.4 Síntese**

Os dados discutidos na presente seção permitiram oferecer um quadro mais preciso das diferentes possibilidades de colocação para o clítico pronominal na construção de “reestruturação”. Seguindo os pressupostos delineados na seção 2.2, defendemos uma análise não-unificada para a colocação, que segue uma regra de motivação sintática no domínio da fase {T,v} outra de cunho prosódico na fase {V, ...}, que correspondem às possibilidades de clítico alçado e não-alçado, respectivamente. A motivação para a esta última é a atribuição de proeminência (acento principal de sentença) ao elemento na borda fonológica do bloco pronunciado correspondente à fase {V,...}.



Um aspecto principal dessa análise consiste no estatuto das infinitivas iniciadas por partícula, que podem ser rotuladas como Asp ou P, com base nos critérios apresentados por Gonçalves, Duarte & Miguel (*a sair*). A ideia, muito comum, de considerar tais elementos como complementadores foi atribuída à homofonia entre partículas e elementos de outras categorias. O fato de a partícula *a* sempre codificar aspecto não-terminado leva a que ela seja prosodizada numa fase superior, e assim o clítico pronominal fica numa posição de proeminência. A partícula *de* pode sofrer redução e ressilabação com o clítico pronominal porque pode ser prosodizada como categoria lexical. Assim, o clítico não fica não ocupa sozinho a posição de proeminência.

## 2.4 A DERIVAÇÃO DE CLÍTICOS DE INFINITIVAS DE “UNIÃO DE ORAÇÕES”

Nesta seção abordamos a posição e colocação de clíticos nas infinitivas de “união de orações”, correspondentes à construção denominada *Fazer*-infinitivo por Kayne (1975). A exposição será relativamente breve, pois aproveitaremos vários dos pressupostos adotados para a derivação nas infinitivas de “reestruturação”. A diferença é que, nos predicados complexos com verbos causativos, um clítico se move necessariamente para o domínio do  $V_{reg}$ , podendo corresponder tanto ao causado quanto ao argumento interno de  $v_1$ . Isso se deve ao caráter transitivo dos verbos causativos, um  $v^*$  que tem, portanto, um conjunto de traços- $\phi$  atraindo, por conseguinte, o clítico mais próximo.

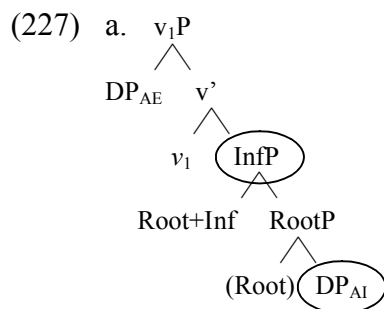
As derivações partem da estrutura em (225), que difere da estrutura básica para a reestruturação em (189) porque o infinitivo encerra uma estrutura nominal na camada Inf (e não verbal), derivada da incorporação de Root a Inf sem a camada  $v$  intermediária. Similarmente à reestruturação, o clítico sofre movimento para o verbo infinitivo, dado o seu caráter de alvo defectivo, gerando a seguinte configuração:

$$(225) \begin{array}{c} [_{Inf}{}^0 \text{cl} + [_{Inf}{}^0 \text{V} + \text{Inf}]] \\ | \qquad \qquad \qquad | \\ i[\phi], \qquad \qquad \{u[\phi], i[D], u[V]\} \end{array}$$

A essa estrutura segue-se a concatenação de  $v_1$  e do argumento externo (se o verbo infinitivo for transitivo). O núcleo  $v_1$  tem o seguinte conjunto de traços:  $\{u[D]_{+EPP}, i[\varphi], i[V]\}$ . O traço  $u[D]_{+EPP}$  gera o movimento obrigatório de uma projeção máxima para  $Spec, v_1P$ . Essa projeção máxima será o complemento de  $v_1$ ,  $InfP$ , que incluirá o DP argumento interno, uma vez que esse será o único sintagma disponível para movimento (se o argumento interno for cliticizado) ou o sintagma mais próximo, de acordo com a definição de localidade oferecida por Rackowski & Richards (2005), aplicada à representação arbórea em (227) ((226)=(140)):

(226) A goal  $\alpha$  is the closest one to a given probe if there is no distinct goal  $\beta$  such that for some X (X a head or maximal projection), X c-commands  $\alpha$  but does not c-command  $\beta$ .

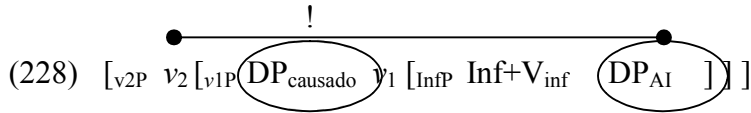
(RACKOWSKI & RICHARDS 2005:579)



Os possíveis alvos para a operação de *Agree* tendo  $v_1$  como sonda estão circulados acima (ambos têm um traço  $i[D]$ ). Numa árvore como (227)  $v_1$  não pode estabelecer *Agree* com o  $DP_{AI}$ , porque  $InfP$  é um alvo potencial mais próximo que pode se mover. Dessa forma, a identificação categorial do núcleo  $Root$  é mantida como princípio derivacional, e temos uma motivação independente para o movimento do XP que inclui o argumento interno.

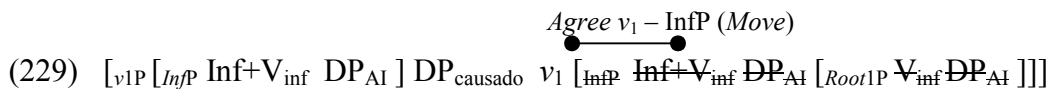
O movimento de  $InfP$  é semelhante a um *object shift*, pois se move para o  $Spec, v_1P$  mais externo. Uma breve comparação com a proposta de Roberts (*a sair*) demonstra que obtemos um resultado muito semelhante, porém sem a necessidade de vincular a noção de contrabando (*smuggling*) à existência de um núcleo funcional *Voice*, já que de qualquer forma, tem-se de postular a existência de um traço *EPP* nesse núcleo. A noção de “contrabando” visa a codificar a observação, feita originalmente por Kayne

(1975), segundo a qual o clítico não pode se mover por sobre o sujeito. Em termos dos pressupostos de localidade anteriormente estabelecidos, o  $DP_{causado}$  seria um interventor na relação de Agree entre  $v_2$  e o clítico referente ao argumento interno:



Além disso, uma vez que o contrabando não pode incluir o causado – pois, de outra forma, a ordem  $V_{reg} - V_{inf} - DP_{AI} - DP_{causado}$  não seria obtida – uma proposta que adota a noção de “contrabando” deve necessariamente identificar o elemento contrabandeado como uma projeção menor que  $v_1P$ . No entanto, fica a questão de explicar por que o  $V_{inf}$  não se move para  $v_1$ , como é de praxe.

Voltando à derivação, vejamos como se processa o movimento de  $InfP$ . Considere-se a representação estrutural em (229), para uma sentença em que os argumentos de um verbo transitivo são realizados como DPs plenos. Note-se que  $Inf$  tem o conjunto de traços  $\{i[D], u[V]\}$  ( $u[\varphi]$  já foi valorado), portanto, com seu movimento para  $Spec, v_1P$ , o traço  $u[V]$  em  $Inf$  também é valorado, num tipo de concordância reversa:



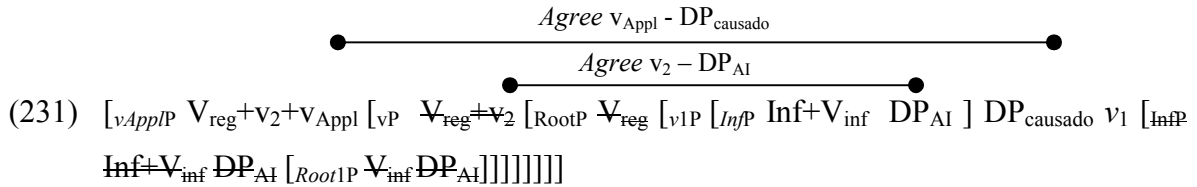
Em seguida,  $v_2$  é concatenado, com o seguinte conjunto de traços:  $\{i[V], u[T], u[\varphi]\}$ . Como os verbos causativos são triádicos, eles selecionam um núcleo aplicativo responsável pela valoração de um Caso dativo. De acordo com várias propostas, como Kayne (1984), Aoun & Li (1989), esse núcleo é projetado “ensanduichado” no próprio  $vP$  (um tipo de  $vP$  shell):



(Adaptado de ROBERTS *a sair*:157 (93))

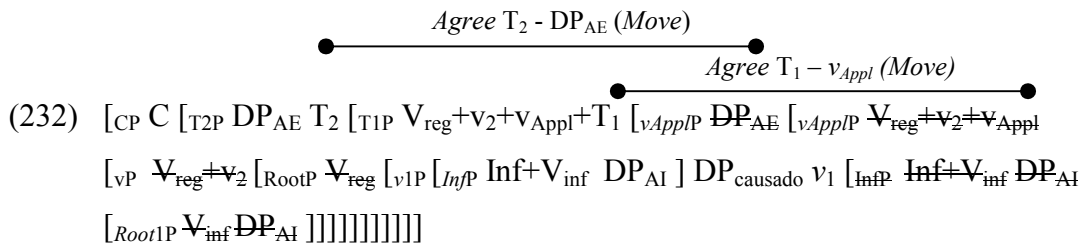
Aplicando-se a representação do  $vP$  complexo em (23) para a derivação em (229), temos a derivação seguinte.  $v_1P$  é o complemento de  $Root_2$ , porém não há um  $DP_{OI}$

que possa ser projetado independentemente; mesmo que houvesse um na numeração, o DP<sub>causado</sub> do domínio infinitivo ficaria sem ser licenciado, fazendo com que a derivação desmontasse. Assim,  $v_2$  entra em *Agree* com o DP<sub>AI</sub>, atribuindo-lhe acusativo. Depois,  $v_{AppI}$  é concatenado e entra numa relação de *Agree* à distância com o DP<sub>causado</sub>, o que leva ao seu licenciamento por meio da preposição “dummy” *a* (note-se que o movimento para Spec,  $v_{AppI}$  geraria uma construção de duplo objeto, não encontrada em português).



Algumas questões se colocam a respeito da derivação acima: (i) porque, desta vez, InfP não pode servir como alvo para *Agree* com  $v_2$ ? Ora, segundo a condição de (in)atividade formulada em Chomsky (2000, 2001), um elemento só pode servir como alvo numa relação de *Agree* se tiver traços não-interpretáveis não-valorados. O único traço não-interpretável que Inf possuía era  $u[V]$ , valorado “de carona” por meio de seu movimento para Spec, $v_1$ P. (ii) como  $v_2$  pode atribuir papel temático ao DP<sub>AE</sub> (representado na estrutura completa em (228))? Assume-se, similarmente a Roberts (*a sair*), que  $v$  incorpora-se a  $v_{AppI}$  (após o movimento de Root para  $v$ , para fins de identificação categorial da raiz).

Finalmente, as camadas mais altas de uma oração finita são concatenadas: T<sub>1</sub>, T<sub>2</sub> e C. O complexo verbal formado pelo verbo regente move-se para T<sub>1</sub> para valorar  $u[V]$  em T<sub>1</sub>, quando, automaticamente, os traços  $u[T]$  de  $v$  são valorados. O DP<sub>AE</sub> será movido para Spec,T<sub>2</sub> para ser licenciado com Caso nominativo, por *Agree* com os traços  $\{u[\phi], u[D]\}$  presentes nesse núcleo.



A derivação acima tratou da situação em que o verbo infinitivo é transitivo. Estamos agora em condições de encarar a outra possibilidade: o verbo infinitivo é intransitivo. Essa diferença tem consequências para a atribuição de Caso, como já comentado na Introdução. Repetimos os exemplos relevantes abaixo ((233)=(4)):

- (233) a. O João mandou-lhes comer a sopa.  
 b. O João mandou-os sair.

Aplicando os mesmos pressupostos da derivação de (229), (231)-(232) para uma sentença como (233)b, temos que InfP será movido sem argumento interno.<sup>126</sup> Quando concatenado,  $v_2$  licenciará o DP<sub>causado</sub> com Caso acusativo. A questão que resta é explicar o papel do núcleo  $v_{\text{Appl}}$  para a derivação. Não podemos fazer uma conexão entre a transitividade do verbo infinitivo e a projeção do núcleo  $v_{\text{Appl}}$  porque eles não estão numa relação de seleção. Este é um problema para nossa proposta; a sugestão, de caráter tentativo, que fazemos aqui passa pela postulação do movimento de  $v_1$  para  $v_2$ , e algum tipo de “checagem” em que  $v_{\text{Appl}}$  é projetado acima de  $v_2$  só se  $v_1$  tiver traços- $\phi$  completos.<sup>127</sup>

Podemos elencar pelo menos duas vantagens para a proposta acima delineada para a subida de clítico na “união de orações”, relacionadas a características que distinguem essa construção da “reestruturação”. A primeira é a impossibilidade de passivas encaixadas. Já vimos que o movimento de InfP, que relacionamos na verdade à nominalização do domínio infinitivo, opera um tipo de apassivação, ao inverter as relações hierárquicas entre os argumentos do verbo infinitivo. Isso, por si só, explicaria o estranhamento de aplicar uma segunda vez a apassivação. Uma motivação ainda mais crucial é a inexistência de uma projeção de Tempo encaixado com traços- $\phi$  completos, impossibilitando a valoração e “promoção” do DP argumento interno. Confira o exemplo abaixo ((234)=(5)):

- (234) a. O João não deixou o Mário apresentar o Pedro nessa noite.  
 b. \*O João não deixou ser apresentado o Pedro pelo Mário nessa noite.

<sup>126</sup> Se o verbo fosse inacusativo, só teria argumento interno, mas a relação de *Agree* de  $v_2$  com o DP (movido juntamente com InfP) seria igualmente garantida.

<sup>127</sup> Esperamos dar uma resposta para esse problema em trabalho futuro.

A segunda vantagem é a explicação para a impossibilidade de subida de um clítico referente ao argumento interno (objeto indireto). Voltando à hipótese acima delineada, consideramos que o núcleo  $v_{\text{Appl}}$  é responsável pela atribuição de dativo ao  $\text{DP}_{\text{causado}}$  se o verbo infinitivo for transitivo (um  $v^*$ ). No caso de objeto indireto selecionado pelo verbo infinitivo,  $v_{\text{Appl}}$  será projetado “ensanduichado” abaixo do ponto de projeção do  $\text{DP}_{\text{causado}}$ , e licenciará o Caso dativo no domínio infinitivo. Dessa forma, o movimento do clítico para o domínio alto em (235)b abaixo não tem motivação, pois ele já é licenciado no domínio de  $V_{\text{inf}}((235)=(6))$ :

- (235) a. O Zé mandou o Pedro telefonar ao João.  
 b.\*O Zé mandou-lhe telefonar o Pedro.

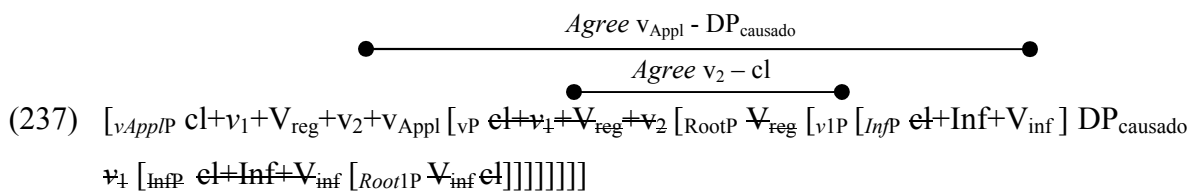
Apliquemos agora esse esquema de derivação às duas possibilidades gerais de cliticização no domínio infinitivo (do  $\text{DP}_{\text{AI}}$  ou do  $\text{DP}_{\text{causado}}$ ), para verificar quais são as posições finais do clítico em cada um desses casos. Em seguida, analisaremos a questão da colocação dos clíticos.

**(i) clítico = argumento interno**

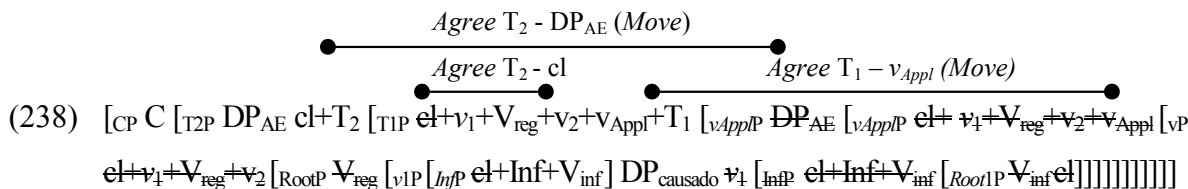
Abaixo apresentamos a derivação no mesmo ponto derivacional de (229), porém substituindo o  $\text{DP}_{\text{AI}}$  pelo clítico:

$$(236) \quad \begin{array}{c} \text{Agree } v_1 - \text{InfP (Move)} \\ \bullet \text{---} \bullet \\ [v_1\text{P} [ \text{InfP } \text{cl} + \text{Inf} + \text{V}_{\text{inf}} ] \text{DP}_{\text{causado}} v_1 [ \text{InfP } \text{cl} + \text{Inf} + \text{V}_{\text{inf}} [ \text{RootIP } \text{V}_{\text{inf}} \text{cl} ] ] ] \end{array}$$

O clítico se move para Inf, como apontado no início da seção em (225), e InfP é movido para  $\text{Spec},v_1\text{P}$ . Como consequência disso, o clítico ficará acessível para sofrer movimento como alvo defectivo para  $v_2$  por excorporação: esse é movimento responsável pela subida de clítico propriamente dita. Em seguida,  $v_{\text{Appl}}$  estabelecerá uma relação de *Agree* com o  $\text{DP}_{\text{causado}}$  (atribuindo-lhe Caso dativo com inserção automática de *a*):

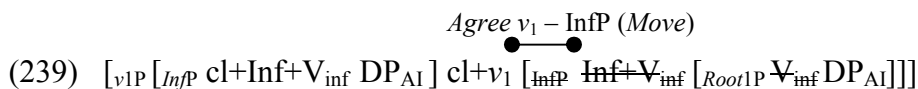


Finalmente, as demais categorias funcionais da estrutura são concatenadas:

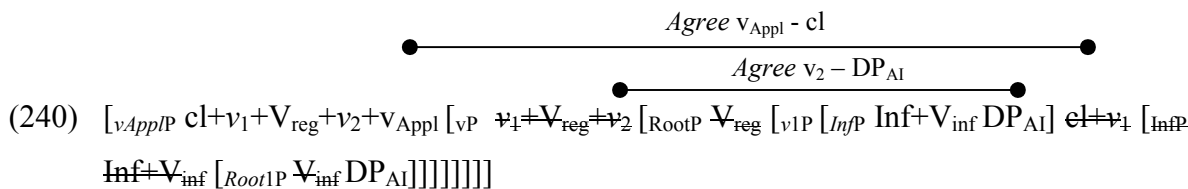


**(ii) clítico = causado**

Confira a derivação no mesmo ponto derivacional de (229), porém substituindo o  $DP_{causado}$  pelo clítico. Nessa representação,  $InfP$  é movido para  $Spec, v_1P$ :



Em seguida,  $v_2$  é concatenado e, se necessário,  $v_{Appl}$  também. Num verbo transitivo, o  $DP_{AI}$  será o elemento mais próximo de  $v_2$ , recebendo acusativo; e o clítico será o elemento mais próximo de  $v_{Appl}$ , que lhe atribui Caso dativo com inserção automática de *a*:



Finalmente, as demais categorias funcionais da estrutura são concatenadas, como mostrado abaixo, gerando o movimento do complexo verbal para  $T_1$  e do  $DP_{AE}$  para  $Spec, T_2$ :





posição do clítico, ou seja, a categoria a que ele está vinculado, e movimentos pós-sintáticos para derivar a colocação, quando necessário. Em resumo, adotou-se a ideia de que clíticos são um conjunto de traços- $\phi$  e configuram alvos defectivos, seguindo Roberts (*a sair*). Para a morfologia, adotamos em linhas gerais a proposta de Galves & Sandalo (*a sair*) para a colocação em orações independentes, aplicada ao clítico alçado; e postulamos uma regra de inversão prosódica, motivada na atribuição de proeminência ao primeiro elemento do bloco pronunciado. Nas seções 2.3 e 2.4 apresentamos exemplos de derivação para a “reestruturação” e para a “união de orações”.

Como é comum nos trabalhos em gramática teórica, algumas descobertas que esclarecem certo aspecto do conhecimento linguístico humano trazem ao mesmo tempo problemas para outros sistemas. Dessa forma, as implicações dessas propostas devem ser verificadas com relação a outros fenômenos do PE, como também de outras fases do português. Esse último aspecto será perseguido nos capítulos subsequentes. Assim, o presente capítulo abriu algumas expectativas sobre a empiria:

- (i) que fatores específicos influenciam a subida de clíticos?
- (ii) tais fatores, se realmente apontam para um abordagem funcional para a variação, podem ser atribuídos a que exigências das interfaces?

Os fatos e análises que relatamos anteriormente sobre os clíticos pronominais atestam a inadequação de uma proposta unificada para tais elementos. Isso poderá ter uma consequência positiva se conseguirmos mostrar que a variação e a mudança se conformam a essa observação. Se assim for, a análise aqui proposta pode representar uma contribuição para a compreensão dos clíticos de predicados complexos.



# 3

---

## A variação nos clíticos do português europeu: dados de “reestruturação”

O propósito deste capítulo é contribuir para a compreensão do fenômeno da subida de clíticos por meio da apresentação dos resultados de pesquisa empírica sobre a reestruturação em português europeu contemporâneo (PE). A partir de um *corpus* de textos orais e escritos, buscamos descrever a variação relativa à ocorrência do fenômeno, assim como os fatos de colocação de clíticos nesse conjunto de predicados complexos. Serão analisadas somente as infinitivas de “reestruturação”, uma vez que não obtivemos dados suficientes para descrever a variação nas infinitivas de “união de orações”.

O estudo quantitativo apresentado se justifica quanto ao estado da arte. Enquanto no castelhano há uma sólida literatura sobre o aspecto quantitativo da subida de clíticos – inclusive com um trabalho dedicado à implementação de ferramenta computacional para seleção de dados em *corpora* imensos, devido à baixa frequência do fenômeno na língua moderna (cf. Kertes 2006) –, há escasso material sobre o PE *standard*. Além disso, a análise de grupos de fatores que não haviam sido controlados em estudos anteriores – e de crucial importância para a compreensão da variação, como os contextos de colocação de clíticos –, confere maior rigor à análise empírica. Apesar de a quantidade de dados de PE trabalhada nesta tese ser menor que a dos trabalhos sobre o castelhano, será mostrado que os resultados são, em vários aspectos, paralelos.

A **abordagem funcional** para a variação na subida de clíticos em contexto de “reestruturação” pode ser explicitada com evidências empíricas, como fazem os trabalhos baseados em *corpora* (cf. Tognini-Bonelli 2001). Para o desenvolvimento do trabalho, na seção 3.1 é apresentada a metodologia de pesquisa sobre o *corpus* de PE. A seção 3.2 inclui os

resultados referentes à variação entre subida e não-subida nos dados do PE. Em 3.3 discutimos os significados da variação na subida de clíticos em termos de restrições funcionais. Em 3.4 são oferecidos os resultados referentes à variação entre próclise e ênclise, desconsiderando a opção pela subida. Por fim, em 3.5 são reunidas as conclusões do capítulo e as perspectivas de análise que se apresentam, a partir dos resultados alcançados.

### **3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA SOBRE OS DADOS DO PE**

O *corpus* do PE sobre o qual este estudo se baseia é composto por dois conjuntos de dados. Os dados da modalidade oral foram coletados eletronicamente por meio do *Corpus do Português* (Davies & Ferreira 2006), e são compostos, na maior parte, de entrevistas a jornais. No entanto, alguns dados são oriundos de entrevistas que seguem a metodologia de pesquisa sociolinguística. Já os dados escritos foram obtidos por meio de busca manual em quatro romances de autores portugueses nascidos no século XX. As fontes, tanto dos textos orais quanto dos escritos, encontram-se discriminadas no Anexo A. Os exemplos dos textos escritos são identificados com o sobrenome do autor e seu ano de nascimento. Os textos orais, apesar de serem identificados com a fonte original (sem data), são comparáveis aos textos escritos, por apresentarem falantes portugueses nascidos no século XX. O total de dados provenientes da modalidade oral foi de 482, e da modalidade escrita, 532, perfazendo o total de 1014 sentenças na primeira rodada. A comparação entre esses dois tipos de texto levou em conta a constatação de Davies (1995) sobre a relevância desse fator para a descrição da variação no castelhano. Faremos referência, prioritariamente, não à modalidade (oral/escrita), mas ao registro (formal/informal).<sup>128</sup>

A seleção dos dados levou em consideração os seguintes critérios. (i) Por falta de dados relevantes com predicados de união de orações, somente os predicados de “reestruturação” foram incluídos na pesquisa. (ii) Dado que a subida do clítico é obrigatória a partir de participios e gerúndios (cf. Duarte 2003; Magro 2004), a pesquisa restringiu-se a

---

<sup>128</sup> Isso se deve, em parte, ao fato de que não nos foi possível coletar um *corpus* da modalidade oral homogêneo em termos de registro. Outra razão diz respeito a uma possível confusão com o sentido gramatical do termo “modalidade”.

sequências com um verbo no infinitivo. Além disso, (iii) as sentenças em que a “reestruturação” pode ser barrada foram excluídas, como quando o complemento infinitivo é negado ou focalizado (cf. Gonçalves 1999). (iv) As interrupções na sequência de fala envolvendo intercalações ou clivagens também foram desconsideradas da contagem:

(244) Eu nisso costume aqui, rapariguitas novas, empregadas ou assim, que vêm, realmente até costume, *enfim*, dizer-lhes um certo número de coisas sobre o assunto. (PE- CRPC)

(v) Dados com *se* passivo ou nominativo (impessoal) também foram deixados de lado, uma vez que este último gravita em torno do verbo regente, e é por vezes difícil estabelecer a distinção entre os dois. A geração do clítico impessoal junto ao verbo regente segue de seu estatuto como clítico que “absorve” o Caso nominativo (cf. Duarte & Matos 1984). A análise encontra evidência no fato de ainda ser corrente no PB o uso dessa classe de clíticos em próclise a um semi-auxiliar, apesar da impossibilidade de subida de clíticos nessa língua (cf. Galves & Abaurre 1996: nota 12 e o exemplo (244) abaixo).<sup>129</sup>

(245) Um homem desses não se pode esquecer

(PB; MONTEIRO 1991 apud GALVES & ABAURRE 1996: 306)

Da mesma forma, exemplos com grupos clíticos incluindo *se* foram excluídos, mesmo no caso em que o *se* consiste em um dos tipos considerados neste estudo: *se* inerente ou *se* argumental (e, portanto, espúrio, conquanto derivado de outra forma clítica na morfologia).

(vi) Como já notado em Brito, Duarte & Matos (2003), em PE alguns verbos regentes que selecionam opcionalmente a preposição *por* não admitem subida de clíticos, como *acabar* e *começar* nos exemplos abaixo, também excluídos da contagem:<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Kertes (2006) considera os casos em que esse *se* aparece junto ao verbo infinitivo como exemplos de “descida” de clíticos. Pode-se evitar o recurso a esse termo se tivermos em conta que o clítico representado pode ser uma cópia mais baixa.

<sup>130</sup> Aos verbos *acabar* e *começar* podemos agregar *ficar* e *estar*, que, apesar de só ocorrerem no *corpus* seguidos da preposição *a*, podem ocorrer com a preposição *por*, como já aponado na seção 2.3.3.

- (246) a. A banda desenhada está vinculada a um determinado público, o que acabou *por* lhe impor, como referi, uma série de restrições ... (PE -*Público*)
- b. Francisco Balsemão começou *por* convidar-me – e insistiu – para as Finanças, o que recusei. (PE -*Web*)

Para o estudo da variação entre próclise e ênclise, as sentenças com um verbo regente no infinitivo ou gerúndio poderiam resultar em dados enviesados, dada a preferência pela subida com próclise na maioria dos ambientes em que ocorrem (orações adjuntas preposicionadas), como se mostra abaixo.

- (247) a. Alguém, no tribunal, é que tentou que ela ficasse internada mais tempo, para nos *poderem* tirar a sua posse. (PE- *Web*)
- b. E lembro-me de uma entrevista do Jorge Coroado, em que ele negava a existência da corrupção material mas admitia a corrupção moral, *querendo* referir-se, penso eu, às influências que os dirigentes podem ter nos árbitros. (PE- *Jornal de Notícias*)

No que se refere à classificação dos dados, foram considerados seis grupos de fatores além da variável dependente, que é a posição/colocação do clítico:

- (248) Grupos de fatores utilizados na classificação dos dados (variáveis independentes)
- a. Verbo regente
  - b. Coesão da sequência verbal
  - c. Morfologia do clítico
  - d. Função gramatical do clítico
  - e. Contextos de colocação de clíticos em PE
  - f. Registro
  - g. Partícula infinitiva

Informações sobre cada um dos fatores examinados serão apresentadas junto com os resultados. Vale dizer que os grupos (248)a-e são de ordem estritamente linguística, cuja escolha baseou-se em hipóteses levantadas na literatura. O grupo (248)f, que dá espaço a considerações de ordem sociolinguística, foi controlado tendo por base o contraste paralelo em castelhano, apontado primeiramente em Davies (1995). Nesse estudo, aponta-se que a modalidade oral apresenta maiores índices de subida de clíticos que a modalidade escrita. Interessantemente, o autor observa que essa tendência seria o contrário do esperado tendo em vista considerações de ordem diacrônica: como a subida de clíticos era obrigatória nos romances medievais, deveria apresentar-se um traço conservador. Finalmente, (248)g foi incluído em separado uma vez que as opções relativas à realização da variável dependente mudam de acordo a presença (e o tipo) de preposição complementadora; no entanto, o item também será discutido juntamente com a questão da coesão da sequência verbal.

Para a quantificação dos dados, fizemos uso do software *Goldvarb X* (Sankoff, Tagliamonte & Smith 2005). Seguimos a metodologia de pesquisa sociolinguística quantitativa (Tagliamonte 2006), com a apresentação de pesos relativos e do nível de significância dos resultados junto a cada tabela, e os princípios básicos estabelecidos no âmbito da linguística de *corpus* (cf. McEnery & Wilson 2001).

### 3.2 DESCRIÇÃO DA VARIAÇÃO ENTRE SUBIDA E NÃO-SUBIDA NO PE

Nesta seção apresentamos a questão da variação entre subida e não-subida, abstraindo a diferença entre as opções de colocação (próclise e ênclise). Por isso, todos os dados do *corpus* serão utilizados, a menos que indicado de outra maneira.

Nas páginas seguintes faremos referência a teorias funcionais que permitam explicar os múltiplos fatores de variação, já que elas embasam vários dos trabalhos que consultamos, os quais são comentados junto com os resultados. Essa escolha também deriva do fato de que a variação na gramática gerativa é ainda frequentemente reduzida a um parâmetro único ou mecanismo formal (cf. a reanálise do marcador sintagmático em Rizzi 1982; a dupla subcategorização, em Moore 1996; a incorporação V+V em Roberts 1997). Estudos que levam em consideração questões de gradiência ainda são escassos nessa perspectiva.

Nas subseções a seguir os resultados são agrupados em termos da investigação sobre um fator externo (registro) e quatro fatores internos (natureza do verbo regente; natureza do clítico; coesão da sequência verbal; e contextos de colocação de clíticos em PE). Em seguida, apresenta-se a síntese da seção.

### 3.2.1 Fator externo: o registro em PE

A relevância da modalidade oral/escrita e, conseqüentemente, do registro, tem sido apontada na literatura sobre variação na subida de clíticos em castelhano, e, por isso, a observação desse fator pareceu-nos crucial. Davies (1995:373s) observou uma diferença sistemática entre as modalidades oral e escrita num *corpus* amplo composto por textos de dez países hispano-falantes. Seus resultados mostram que a distância entre os índices de subida e de não-subida pode chegar a 30%, mas é menor em países hispânicos da América do Sul, em que se observa cerca de 10% de diferença em média. Metodologia semelhante foi aplicada por Cacoullos (1999) para estudar os dados relativos à sequência com um verbo finito e um gerúndio no castelhano. Uma vez que não pudemos obter uma quantidade de dados comparável de modalidade oral seguindo a metodologia de coleta de dados da sociolinguística, separamos os dados em termos de registro: informal (que inclui só os dados do CRPC), formal/entrevista e formal/romance. Apresentamos os dados com os pesos relativos referentes à primeira rodada.

**Tabela 4** – Subida de clíticos em PE de acordo o registro

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Informal</b>	57	56,4	.80	101
<b>Formal/entrevista</b>	138	36,2	.51	381
<b>Formal/romance</b>	171	32,1	.43	532

$$\chi^2 = 21.721; p < 0.001$$

Os resultados mostram uma participação mais clara da subida de clíticos em sentenças que representam o registro informal: 56,4%, contra 36,2% e 32,1% para as



entrevistas e os romances. Essa distinção se acentua ainda mais quando comparamos os pesos relativos: .80 contra .51 e .43, respectivamente.

No que tange ao significado dos dados do castelhano, Davies (1995) observa algo bastante interessante: os resultados são o contrário do esperado, em termos diacrônicos. Uma vez que a subida era obrigatória nos romances medievais, o caráter inovador da não-subida do clítico seria mais encontrado nos dados orais, porém é o inverso que se observa. Observamos que uma explicação em termos de uso pode envolver a distinção entre níveis de marcação (*markedness*) de tipos de discurso. Segundo Givón (1995), a ordem de palavras é mais flexível e pragmática no discurso oral (informal), e mais rígida e gramatical no discurso escrito (formal). Como o clítico não-açado representa a opção mais rígida, uma vez que o clítico fica junto ao verbo que o seleciona, essa generalização prevê que haja menos subida de clítico no discurso escrito (formal). Dessa forma, podemos reconciliar os resultados aparentemente contraditórios observados com esse grupo de fatores com a tendência geral de que dados conservadores sejam mais marcados. Essa explicação parece superior à ideia de que a diferença reportada se deva a uma influência da norma.<sup>131</sup>

Sendo o peso dos dados oriundos das entrevistas sociolinguísticas muito díspar dos demais dados, pareceu-nos correto separá-los da análise.<sup>132</sup> Tendo em conta que entrevistas e romances são gêneros intermediários entre os polos oral/escrito, podemos trabalhar com uma base de dados relativamente uniforme em termos de registro. De fato, podemos usar os dados escritos porque o fenômeno não é estigmatizado.

### 3.2.2 Fatores internos

Tendo em conta a eliminação dos dados oriundos do registro informal, obtivemos os resultados gerais elencados na Tabela 5. Dois outros grupos de fatores foram

---

<sup>131</sup> Em de Andrade (2008a), exploramos tentativamente a ideia de que a norma seria responsável pela diferença entre registros. No entanto, não encontramos referências claras contra o uso da subida do clítico nas gramáticas portuguesas e espanholas que consultamos. De acordo com Ana Maria Martins (c.p.), tais recomendações existem, porém duvidamos que isso seja suficiente para criar um efeito de estigmatização pois, de outro modo, o fenômeno seria muito raro no discurso monitorado, o que não é verdade.

<sup>132</sup> Seguimos aqui sugestão de Juanito Avelar.

previamente descartados da análise, por apresentarem sobreposição com grupos já presentes na análise: a pessoa do clítico (que concorre com a função do clítico) e a classe verbal (que concorre com a frequência verbal). Para a tomada de decisão sobre quais grupos inserir na análise, comparamos os resultados de qui-quadrado e, em segundo lugar, os resultados da estatística de comparação.

**Tabela 5** – Análises multivariadas da contribuição de fatores internos selecionados como significantes para a probabilidade de subida de clíticos

<i>Português Europeu Contemporâneo</i>			
<i>Média corrigida = .26</i>			
<i>Resultado da estatística de comparação = -418.242</i>			
<i>N total</i>	<i>913</i>		
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>
<b>Função do clítico</b>			
Grupos clíticos	8/ 9	88.9	.96
Éticos	16/ 31	51.6	.73
Dativos	113/ 223	50.7	.72
Acusativos	117/ 359	32.6	.48
Reflexivos e SE	55/ 291	18.9	.30
<i>Amplitude</i>			<u><i>66</i></u>
<b>Contexto sintático</b>			
Contexto de próclise	267/ 499	53.5	.76
Contexto de ênclise	42/ 414	10.1	.20
<i>Amplitude</i>			<u><i>56</i></u>
<b>Elementos intervinientes</b>			
Adjacência V-V	251/ 636	39.5	.55
Partícula a	44/ 179	24.6	.46
Sintagma lexical	4/ 11	36.4	.40
Partícula de	9/ 70	32,1	.25
Sintagma adverbial	1/ 17	5.9	.09
<i>Amplitude</i>			<u><i>45</i></u>
<b>Frequência verbal</b>			
Verbos frequentes	273/ 721	37.9	.54
Verbos infrequentes	36/ 192	18.8	.34
<i>Amplitude</i>			<u><i>20</i></u>

A exclusão dos dados de registro informal permite a obtenção de um modelo de variação mais confiável. Isso pode ser aferido tendo por base a comparação dos valores da média corrigida (*corrected mean*) e do resultado da estatística de comparação (*log likelihood*) da Tabela 5 com aqueles obtidos a partir do total bruto dos dados: .30 e -495.159, respectivamente. Tais valores, por serem mais altos, indicam que a análise se enfraqueceria com a inclusão dos dados oriundos do corpus informal.

Os dados estão organizados por ordem de relevância, considerando a amplitude de variação dos pesos relativos. Vamos discutir o significado dos grupos de fatores elencados na tabela nas subseções a seguir, assim como apresentar a motivação para tais resultados, em termos de uma análise baseada em restrições ligadas ao uso.

#### 3.2.2.1 A natureza do clítico em PE

Apresentamos nesta seção dois grupos de fatores relevantes, porém não incluídos em conjunto na análise multivariada: a função e a morfologia do clítico. A relação entre tais grupos de fatores pode ser compreendida a partir da noção de topicalidade, que os estudos funcionais normalmente identificam em *continua*, escalas ou hierarquias. A noção de topicalidade aqui está ligada a dois conceitos, segundo Givón (2001:capítulo 15): acessibilidade referencial e importância temática, dois aspectos pragmáticos da referência. A hierarquia de animacidade (também denominada hierarquia de topicalidade ou referencialidade) originalmente apresentada por Silverstein (1976) é codificada em torno dos conceitos de pessoa gramatical e de animacidade.

(249) pronomes de 1ª pessoa > pronomes de 2ª pessoa > pronomes de 3ª pessoa > nomes próprios > termos de parentesco > nomes humanos > nomes animados > nomes inanimados

Outros autores apresentaram hierarquias de topicalidade relativas a funções gramaticais. Tomamos por base o artigo de Farkas & Kazazis (1980) sobre os grupos clíticos do romeno. Nesse estudo, afirma-se que há um ordenamento imposto sobre os grupos clíticos orientado pelas escalas em (250)a,b:

(250) Hierarquia de topicalidade para o romeno

a. Ético > Alvo > Tema

b. 1 > 2 > 3

(FARKAS & KAZAZIS 1980: 77)

Dentro desse quadro, em que se verifica uma relação entre os dois fenômenos, vejamos em primeiro lugar os resultados referentes à função gramatical do clítico. Antes de mais, apresentamos o agrupamento de fatores considerado para a realização da análise multivariada. Os clíticos mais numerosos no *corpus* apresentam as funções de argumento interno não-preposicionado (clítico acusativo) e de argumento interno preposicionado (clítico dativo). Junto com os clíticos acusativos incluímos os clíticos predicativos e os sujeitos de oração pequena (exemplificados em (251)a-b abaixo), por apresentarem a mesma morfologia (e, possivelmente, o mesmo mecanismo de licenciamento).

(251) a. Actualmente ainda o pode ser mais, devido a questões de natureza orçamental.

(PE-*Jornal de Notícias*)

b. Se não parasse não morreria – e, de facto, o trabalho consegue manter-nos vivos. (PE- *Jornal de Notícias*)

Para além dos acusativos e dativos, foram consideradas duas grandes classes de clíticos. A primeira, os *Reflexivos e se*, inclui os clíticos reflexivos, inerentes e anticausativos, ilustrados em (252)a-c, respectivamente.<sup>133</sup>

(252) a. O Papa defende certos valores e não deixa de os defender sempre que é preciso... (PE- *Público*)

---

<sup>133</sup> De fato, a distinção entre reflexivos e inerentes é por vezes tênue, razão pela qual consideramos todos dentro do mesmo grupo, para efeito de quantificação. O critério adotado na classificação foi a substituição do clítico por um NP argumento. Quando ela fosse possível, o elemento foi considerado como reflexivo.

- b. Estou-me a lembrar também de uns textos do Aires de Ornelas – lugar-tenente de Sua Majestade -, em que ele diz que a geração de 90 trocou o decadentismo “fin de siècle” e o absinto pela África, enquanto oportunidade de vida activa e enérgica. (PE- *Web*)
- c. Claro que tudo isso estava ligado por uma ténue linha que de repente se poderia quebrar ... (PE-Jorge, 1946)

Por sua vez, os *Éticos* incluem os dativos éticos e os dativos possessivos, mostrados respectivamente em (253)a-b.

- (253) a. Eu até lhe posso juntar um bocadinho de água, tá um bocadinho grossa. (PE-CRPC)
- b. ...agora poderia pôr-lhe um braço sobre os ombros... (PE -Saramago, 1922)

Finalmente, os grupos clíticos foram contabilizados em separado, por apresentarem duas funções gramaticais (acusativo e dativo).

A partir dessa classificação, obtivemos os resultados reportados na Tabela 6. O conjunto dos clíticos reflexivos e *se* apresenta os menores índices de subida, com 18.9%. Em ordem crescente, apresentam-se os clíticos acusativos, com 32.6%, os clíticos dativos e os éticos, com 50.7% e 51.6%, e os grupos clíticos, com 88.9% de subida.

**Tabela 6** – Subida de clíticos em PE de acordo com a função do clítico

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Grupos clíticos</b>	8	88.9	.96	9
<b>Éticos</b>	16	51.6	.73	31
<b>Dativos</b>	113	50.7	.72	223
<b>Acusativos</b>	117	32.6	.48	359
<b>Reflexivos e SE</b>	55	18.9	.30	291

$$\chi^2 = 75.848; p = 0.0$$

Os dados da Tabela 6 podem ser explicados, em parte, com base na hierarquia de topicalidade em (250)a. Tendo em conta que a função “alvo” corresponde aos dativos simples e “tema” corresponde aos acusativos, a hierarquia prevê a distinção apontada entre acusativos e dativos. Se bem que a diferença entre éticos e dativos esteja na direção correta, ela não parece ser significativa, talvez devido ao pequeno número de dados no primeiro grupo. A menor subida verificada com os *clíticos reflexivos* e se é intuitivamente correta, dada a maior dependência sintática que os clíticos inerentes têm com o verbo lexical; além disso, os clíticos reflexivos devem se hospedar junto a um verbo com argumento externo (cf. Rosen 1989: 181-90). Ora, se tivermos em conta que os verbos formadores de predicado complexo geralmente não atribuem papel temático (dado o seu caráter de auxiliares), compreende-se por que tais clíticos não costumam ser alçados.

A noção de topicalidade também pode explicar por que os grupos clíticos apresentam uma taxa extremamente elevada de subida: a expressão de dois argumentos, sendo um deles necessariamente humano, por si só eleva a topicalidade do clítico em relação ao sujeito. Confira os exemplos abaixo, em que, dos nove dados encontrados no *corpus*, oito aparecem junto ao verbo superior. É interessante notar que (254)i – o único exemplo em que não houve subida –, apresenta um advérbio que quebra a adjacência entre verbo regente e verbo infinitivo, circunstância que desfavorece a subida:

- (254) a. A razão que conheço não lha posso dar. (PE- Jorge, 1946)
- b. ... afastai de mim este cálice, disse o outro, e não Lhe adiantaria nada, que outra vez lho tornariam a impor. (PE- Saramago, 1922)
- c. Gostaria de encontrar, nesta confusão, um sentimento que prevalecesse sobre os outros, de modo a poder responder, mais tarde, se lho vierem a perguntar ... (PE- Saramago, 1922)
- d. mas provavelmente o que terá pensado o prelado, nem tanto lho poderíamos exigir ... (PE-Escrito-Saramago, 1922)
- e. O que ele não sabe, nem ninguém lho pode dizer, é que o momento em que terá postos em si os esperançosos olhos do exército... (PE -Saramago, 1922)

- f. Diz aqui que Santo António com o sinal da cruz arrancou os olhos a um herege por castigo, e por compaixão lhos tornou a restituir. (PE -Saramago, 1922)
- g. Mas ele dizia a verdade, mas eu não lho podia mostrar ... (PE -Gullander, 1975)
- h. Mas eu sei, claro que sei, não vai ser uma miúda de rua que mo vai ensinar. (PE -Gullander, 1975)
- i. ... por isso, se virdes que alguém vos aparece com embelecocos e pretextos dilatários ou derrotistas vinde *logo* dizer-mo ... (PE- Saramago, 1922)

Quanto à pessoa do clítico, autores como Barry (1987), Myhill (1989) e Gill (2000) propuseram que ela pode ser considerada como um dos fatores responsáveis pela ocorrência da subida do clítico, como consequência da comparação entre seu nível de topicalidade face à topicalidade do sujeito no discurso. Para aferir isso, Myhill (1989) adota a seguinte hierarquia:

(255) Hierarquia de topicalidade para o castelhano

$2 > 1 > 3$  (humano singular)  $> 3$  (outros)

(MYHILL 1989: 358)

A partir daí, o autor compara a pessoa gramatical do clítico com a pessoa gramatical do sujeito. Dessa forma, a subida do clítico seria favorecida se o clítico estiver mais alto na hierarquia do que o sujeito. Note-se que o ordenamento entre 1<sup>a</sup>. e 2<sup>a</sup>. pessoas varia de língua a língua, porém participantes do discurso são sempre ranqueados acima de não-participantes (3<sup>a</sup>. pessoa).

Evidentemente, um estudo com o mesmo nível de detalhamento demandaria uma classificação dos sujeitos das respectivas sentenças e, conseqüentemente, investigação no nível discursivo. Portanto, foi incluída somente a quantificação apontando a pessoa gramatical do clítico. Se comparados os pesos relativos, os resultados parecem confirmar a hierarquia de topicalidade em (250)b:  $1 > 2 > 3$ , ou seja, com um ordenamento diferente do estabelecido para o castelhano. Os pesos relativos foram obtidos em rodada alternativa,

substituindo os dados presentes na Tabela 6. Note que o fator “clítico se” se sobrepõe ao fator “reflexivos e SE” na tabela anterior, razão pela qual não foi possível incluir ambos os grupos na análise multivariada. Além disso, o valor de qui-quadrado é menos significativo nesta tabela, em comparação com a tabela anterior.

**Tabela 7** – Subida de clíticos em PE de acordo com a pessoa do clítico (os colchetes indicam que os dados não foram contabilizados na análise multivariada)

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>1<sup>a</sup>. pessoa</b>	98	44.5	[.69]	220
<b>2<sup>a</sup>. pessoa</b>	24	39.3	[.66]	61
<b>3<sup>a</sup>. pessoa</b>	149	35.8	[.53]	416
<b>Se</b>	30	14.5	[.21]	207

$$\chi^2 = 47.683; p = 0.0$$

### 3.2.2.2 O contexto sintático em PE

O contexto sintático de colocação de clíticos é o segundo grupo de fatores mais relevante para a ocorrência de subida, como retomado na Tabela 8. A amplitude entre os valores de peso relativo é de 56. Essa relação não foi, até onde sabemos, observada anteriormente na literatura, uma vez que o único grande estudo baseado em *corpus* sobre a aplicação da subida de clíticos no PE (Davies 1997) não controlou o contexto sintático em que os clíticos aparecem.

**Tabela 8** – Subida de clíticos em PE de acordo com o contexto sintático

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Contexto de próclise</b>	267	53.5	.76	499
<b>Contexto de ênclise</b>	42	10.1	.20	414

$$\chi^2 = 190.019; p = 0.0$$

Os contextos de próclise são definidos pela presença de *elementos proclisadores* como o marcador de negação sentencial, certos sintagmas quantificados ou



focalizados, complementadores e certos advérbios, como observado em Salvi (1989), Martins (1994) e Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005), entre outros. Tais elementos têm em comum a ativação de um operador na periferia esquerda, no sentido de Klima (1964). Isso demonstra, de maneira não-trivial, que a posição (subida ou não-subida) e a colocação (próclise ou ênclise) estão fortemente relacionadas.

### 3.2.2.3 A coesão da sequência verbal em PE

A coesão da sequência verbal foi um grupo de fatores tratado especialmente por Cacoullos (1999:147). Ela inclui a questão entre seus “fatores mecânicos”, que consistem na presença de locativo ou de “material de classe aberta” entre os verbos do predicado complexo.<sup>134</sup> Relacionados a esse grupo de fatores encontram-se: a fixação da posição do auxiliar (em posição anterior ao verbo não-finito) e a perda da posição intermediária do clítico em castelhano.

A relevância desse grupo de fatores pode ser intuitivamente compreendida em termos da perda da sensação de unidade entre verbo regente e verbo não-finito quando há elementos intervenientes, especialmente os de natureza argumental. Já vimos na seção 1.2.3 que, enquanto o castelhano permite basicamente advérbios, elementos focalizadores e quantificadores flutuantes entre os dois verbos, o PE é mais liberal, pois sintagmas nominais com a função de sujeito também são permitidos. A essa lista incluímos também sintagmas preposicionais. Confira a Tabela 9. Nos itens “partícula *a*” e “partícula *de*”, somente os dados sem outro tipo de interveniência foram contabilizados. Já nos dados de “sintagma lexical” ou “sintagma adverbial” incluem-se casos com e sem partículas selecionadas pelo verbo regente.

---

<sup>134</sup> Outro grupo de fatores estudado por Cacoullos que tem relação com a coesão da sequência verbal consiste na ocorrência de gerúndios paralelos, no que ela chama de “construção de múltiplos gerúndios”. A tendência observada é a menor ocorrência de coordenação no domínio infinitivo - (i)a - em favor da coordenação da oração inteira - (i)b -, o que seria indicativo de que o domínio infinitivo deixa de ser visto como uma unidade independente.

- (i) a. La presión que se siente en... de que ha de estar **subiendo** y **bajando** (UNAM, 1976:16)  
‘A pressão que se sente em... de você ter de estar subindo e descendo’  
b. Además, en cualquier época, pues **estar trabajando** y **estar estudiando**, no se puede. (UNAM, 1976:16)  
‘Além do mais, em qualquer momento, bem, estar trabalhando e estar estudando, não dá’  
(Cacoullos 1999: 150 (11); 151 (13))

**Tabela 9** – Subida de clíticos em PE de acordo com a coesão da sequência verbal

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Adjacência V-V</b>	251	39.5	.55	636
<b>Partícula <i>a</i></b>	44	24.6	.46	179
<b>Sintagma lexical</b>	4	36.4	.40	11
<b>Partícula <i>de</i></b>	9	32,1	.25	70
<b>Sintagma adverbial</b>	1	5.9	.09	17

$$\chi^2 = 35.574; p < 0.001$$

Como se vê, os pesos relativos diminuem progressivamente, se compararmos as percentagens dos totais com adjacência V-V, com partícula *a*, com sintagma lexical (NP ou PP) e com partícula *de* (respectivamente, .55, .46, .40 e .25).<sup>135</sup> Advérbios são os elementos que mais desfavorecem a subida (apenas um dado de subida em 17 ocorrências). A partir disso, e incluindo a observação de que, nos dados sem subida com PPs, o sintagma preposicional sempre codifica um adjunto (e não um argumento dativo que o clítico redobra), podemos avançar a ideia de que a presença de elementos não-argumentais desfavorece a subida, como se verifica no par abaixo:

- (256) a. Bem me queria *a mim* parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais ... (PE- Saramago, 1922)
- b. Olhe, sabe *por acaso* dizer-me por que é que à torre da universidade chamam a cabra? (PE-CRPC)

Portanto, há evidências que demonstram a relevância do nível de coesão da sequência verbal sobre a subida de clíticos. Em conformidade com os resultados de Cacoullos (1999), a adjacência V-V é mais importante que a perda semântica expressa no

<sup>135</sup> Os valores relativamente altos das percentagens de subida com sintagmas lexicais e com a partícula *de* parecem se dever à pequena quantidade de ocorrências de cada um desses itens.

verbo regente, apontada na subseção seguinte, pois a amplitude de variação nos pesos relativos é de 60 e 29, respectivamente.

#### 3.2.2.4 A natureza do verbo regente em PE

Como já mencionado na seção 1.2, uma questão muito debatida no estudo da subida de clíticos consiste no conjunto de verbos que permitem essa construção. A dificuldade na apresentação de uma proposta definitiva parece estar atrelada à variação translinguística a que o conjunto de verbos regentes está sujeito. Duas foram as maneiras de classificar os verbos encontrados no corpus. Uma é exclusivamente sintática, e levou em consideração a distinção entre alçamento e controle (como já se viu, alguns verbos de controle manifestam subida de clíticos, de acordo com as classes listadas por Wurmbrand (2006): *tentar*, *ousar*, *conseguir*; “irrealis” como *querer*; e epistêmicos como *saber*).<sup>136</sup> Outra forma de classificar os verbos é de cunho semântico. Nesse caso, é possível explicar a ocorrência de verbos não mencionados nas listagens oferecidas na literatura a partir da distinção entre verbos “centrais” e “periféricos” quanto à ocorrência da subida de clíticos: os primeiros estão ligados os significados mais básicos, gramaticais, enquanto que os segundos, apesar de semanticamente relacionados aos primeiros, codificam informações mais precisas (cf. Wanner 1982).

(257) ... e as palavras já não lhe precisavam sair da boca. (PE- Gullander, 1975)

Seguindo uma classificação dos verbos a partir da perspectiva sintática apresentada em (22)a-b (capítulo 1), obtivemos os resultados organizados na Tabela 10, cujos pesos relativos foram obtidos em rodada alternativa, em substituição aos dados presentes na Tabela 11 mais à frente. Note-se que o valor de qui-quadrado e de  $p$  estão abaixo do limiar de significância (menor que 3.841 e maior que 0.05, respectivamente).

---

<sup>136</sup> Note-se que *ousar* não foi encontrado nos *corpora* de PE/PCI com uso indubitavelmente de subida. Esse verbo, que também tem uso como pronominal, foi encontrado na *internet*, no entanto:

(i) Essa ainda ninguém a ousou escrever (*Diário de Notícias*)

**Tabela 10** –Subida de clíticos em PE de acordo com a classe do verbo regente (os colchetes indicam que os dados não foram contabilizados na análise multivariada)

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Alçamento</b>	247	34.9	[.53]	708
<b>Controle de sujeito</b>	62	30.2	[.38]	205

$\chi^2 = 1.531; p = 0.215$  (não significativa)

Os verbos de alçamento exibem uma maior percentagem de subida de clíticos com respeito aos verbos de controle de sujeito, fato que já era esperado. No entanto, essa diferença pode ser devida à sorte, como sugerem os resultados de significância. Portanto, essa classificação dos dados foi julgada quantitativamente ineficaz.

Decidimos então abordar a natureza do verbo regente a partir de seu nível de gramaticalização, que se relaciona com a perda semântica e ao seu estatuto de (semi-) auxiliar. Para tanto, fizemos uso da noção de frequência, seguindo a teoria segundo a qual a repetição de um item lexical tem um papel relevante na implementação da gramaticalização (cf. Bybee 2003). Bybee demonstra que há uma relação entre o aumento no uso de determinados auxiliares e a generalização de significado: o verbo inglês *can*, que era específico para denotar habilidade mental (cf. o inglês antigo *cunnan* ‘saber’), passa a denotar habilidade (no sentido amplo) e, depois, possibilidade raiz. Tal processo foi acompanhado pelo aumento tanto da ocorrência do verbo, quanto dos contextos sintáticos em que ocorre (o que se relaciona à distinção entre *token* e *type frequency*). A noção de frequência foi verificada nos dados do castelhano de duas maneiras diferentes, que resumimos nos parágrafos seguintes.

Myhill (1989) encarou a relação entre o nível de gramaticalização do verbo regente e a ocorrência da subida de clíticos. Ele (p. 354) enfatiza que as listas de verbos de reestruturação apresentadas por vários autores, como Rizzi (1982) e Napoli (1981), entre outros, só contam parte da história, pois há que se distinguir entre verbos que são claramente aceitos na construção e outros que sofrem variação nos julgamentos de aceitabilidade, pelos falantes. Myhill confere, portanto, um papel central à semântica dos verbos; sua hipótese de variação é estabelecida assim:

[...] CC [clitic climbing – ALA] should be more likely when the finite verb represents a meaning which is commonly represented grammatically in the languages of the world and less likely when the meaning of the finite verb is less likely to be represented grammatically (Myhill 1989:354s).

A partir desse pressuposto, Myhill estabelece a seguinte hierarquia de classes verbais, de acordo com a probabilidade de ocorrência de subida de clítico, considerando uma relação indireta entre gramaticalização e frequência (mediada pela semântica lexical):

(258) Hierarquia de classes semânticas de verbos quanto ao seu nível de gramaticalização (e exemplos do castelhano)

Aspecto progressivo (*estar, ir, andar, venir* + gerúndio) >

Tempo futuro (*ir*) >

Modalidade epistêmica (*ir* (“irrealis”), *haber de, poder*) >

Movimento (*ir, venir*) >

Modalidade raiz/ deôntica (*tener, querer, poder, deber*) >

Aspecto inceptivo (*empezar, comenzar*)

(MYHILL 1989: 355ss, com adaptações)

Uma segunda abordagem para a gramaticalização estabelece uma conexão direta com a frequência verbal, como já observado por Davies (1997) para a subida de clíticos em português, e Cacoullos (1999) para o castelhano. A explicação para maiores índices de subida serem encontrados com os verbos mais frequentes deve-se ao processo de gramaticalização dos verbos que compõem o estudo, como já mencionado.

Como a aferição dos tipos semânticos propostos por Myhill (1989) demandaria um trabalho específico e sujeito a erros por ambiguidade, foi escolhido o segundo método, que relaciona a frequência do verbo regente no *corpus* com a subida de clíticos. Para tal classificação, dividimos o total de dados (913) pelo total de entradas verbais encontradas (26). Dessa forma, verbos que apresentaram mais de 35 ocorrências no *corpus* foram

classificados entre os mais frequentes. Em (259) encontra-se uma lista exaustiva dos predicados, classificados de acordo com a metodologia referida.<sup>137</sup>

- (259) a. Verbos frequentes: *querer, poder, dever, ter de, ir, vir a, começar a, estar a*;  
b. Verbos infrequentes: *tentar, desejar, esperar, pretender, procurar, conseguir, saber, haver de, tornar a, voltar a, costumar a, chegar a, acabar de, deixar de, ficar a, continuar a, andar a, precisar*.

A Tabela 11 mostra os resultados da quantificação obtida a partir dessa classificação. De fato, os verbos frequentes mostram cerca de 40% de subida de clíticos, contra cerca de 20% com os verbos infrequentes. A amplitude de variação entre seus pesos relativos foi de 20.

**Tabela 11** – Subida de clíticos em PE de acordo com a frequência do verbo regente

	<i>ocorrências de subida</i>			<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>	<i>N</i>
<b>Verbos frequentes</b>	273	37.9	.54	721
<b>Verbos infrequentes</b>	36	18.8	.34	192

$\chi^2 = 24.741; p < 0.001$

Os resultados alcançados na presente seção por um lado dão suporte à importância da auxiliabilidade para a subida de clíticos e, por outro, demonstram que a variação não se pauta pela distinção sintática entre alçamento e controle. Dessa forma, parece correto explorar a ideia de que a classe semântica tem uma influência sobre a ocorrência do fenômeno, mas só de forma indireta, pois o fator que parece ser realmente importante é a gramaticalização do verbo em causa.

<sup>137</sup> Os dados obtidos apresentam, como esperado, distribuição desigual. O leitor pode estar se questionando quanto à relevância da contagem de frequência num *corpus* tão pequeno. Para conferir maior fiabilidade ao teste, fizemos consultas por cada um dos verbos nos textos de PE (sécs. XIX e XX) disponíveis no *Corpus do Português* (cf. Davies & Ferreira 2006). A distribuição encontrada no referido *corpus* se repete, ao limiar de 1500 ocorrências, exceto com *ter de*, que estaria entre os frequentes, e disponibilizou 33 ocorrências no nosso *corpus*.

### 3.2.3 Síntese

Nesta seção apresentamos os dados relativos aos grupos de fatores julgados relevantes para explicar a variação na posição do clítico: junto ao verbo regente ou ao verbo infinitivo. Os seguintes eixos de variação parecem se delinear:

- o *grau de união oracional*, mensurado a partir do nível de coesão da sequência verbal e do nível de gramaticalização do verbo regente;
- o *grau de topicalidade*, mensurado pela maior topicalidade da sentença (ativação da periferia esquerda da sentença por um operador) ou do clítico (tendo em vista a maior hierarquia de função ou pessoa do clítico face ao sujeito).

## 3.3 PRINCÍPIOS CONDICIONADORES DA VARIAÇÃO NA SUBIDA DE CLÍTICOS

Os resultados relativos à variação na posição do clítico tiveram pelo menos alguns grupos de fatores claramente orientados por restrições de ordem funcional. Por isso, apresentamos nas subseções seguintes ilustrações de como os princípios de processamento de Hawkins (2004) e Givón (1983) lidariam com os resultados apontados. O argumento sofrerá pela falta de experimentos psicolinguísticos voltados para a verificação das hipóteses. No entanto, esperamos mostrar a plausibilidade de extensão dos dos princípios invocados à “reestruturação” a partir de sua aplicação a construções de diferentes línguas.

### 3.3.1 Princípios de natureza estrutural

Como a teoria de Hawkins implica o domínio de alguns conceitos básicos, apresentados a seguir.

#### (260) *Combination*

Two categories A and B are in a relation of combination iff they occur within the same mother phrase and maximal projections (phrasal combination), or if they occur within the same lexical co-occurrence frame (lexical combination)

(261) *Dependency*

Two categories A and B are in a relation of dependency iff the parsing of B requires access to A for the assignment of syntactic or semantic properties to B with respect to which B is zero-specified or ambiguously or polysemously specified.

(262) *A combinatorial or dependency domain* consists of the smallest connected sequence of terminal elements and their associated syntactic and semantic properties that must be processed for the production and/or recognition of the combinatorial or dependency relation in question.

(HAWKINS 2004:18 (2.1), 22 (2.2), 23(2.4))

Os termos utilizados por Hawkins são intencionalmente bastante amplos e incluem uma variedade de relações. Por exemplo, sob a noção de **combinação** incluem-se tanto as relações de combinação sintagmática (*phrasal combination*), que indica tão-somente o pertencimento a um mesmo sintagma, quanto a combinação lexical (*lexical combination*), que inclui relações entre itens lexicais, como a atribuição de papéis temáticos e a atribuição de Caso. A **dependência** pode envolver casos em que não há relação de combinação, como no caso do deslocamento *qu-* como em *onde você nasceu ~~onde~~*? No entanto, a maioria das relações envolve ambos os conceitos, e por isso são chamadas de **dependências combinatoriais**. O domínio de dependência ou de combinação (indicado pelo negrito) depende, portanto, do tipo de relação em causa: em *Quando o João terminará o livro?*, o domínio de atribuição de papel temático ao DP objeto é o VP em *Quando o João terminará o livro?*, porém o domínio de dependência operador-variável é a sentença inteira em *Quando o João terminará o livro **quando**?*

### 3.3.1.1 A minimização de domínios

Hawkins (2004), em revisão a trabalhos anteriores, propõe o seguinte princípio, que oferece uma possível explicação para a adjacência na sintaxe:



(263) *Minimize Domains (MiD)*

The human processor prefers to minimize the connected sequences of linguistic forms and their conventionally associated syntactic and semantic properties in which relations of combination and/or dependency are processed. The degree of this preference is proportional to the number of relations whose domains can be minimized in competing sequences of structures, and to the extent of the minimization difference in each domain.

(HAWKINS 2004:31 (3.1))

A MiD aplica-se muito claramente a relações de seleção (categorial ou semântica), e prevê uma preferência em favor da adjacência entre os elementos que estão em combinação ou dependência. Um exemplo: o verbo *contar* apresenta uma relação de dependência léxico-semântica com o PP iniciado por *com* em: *conto [com você] [durante a tarefa]*. Deve-se então considerar tanto o **domínio de reconhecimento de constituintes** – i.e., o menor conjunto de nós terminais e não-terminais necessários para reconhecer M (o nó-mãe) e todos os constituintes imediatos de M –, quanto o **domínio lexical** – i.e., o menor domínio suficiente para o processamento de combinações listadas no léxico e dependências. Dessa forma, a previsão de MiD para o domínio lexical é que qualquer separação de *conto* de *com você* atrasará o reconhecimento e a produção do esquema de coocorrência lexical (no caso, a atribuição de papel temático). Já para o domínio de reconhecimento de constituintes, e o que conta é o tamanho absoluto do domínio. Se o PP adjunto intervém entre V e o PP argumento, quanto maior o seu tamanho, menor será sua adjacência a V, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 12** – O ordenamento de PPs lexicalmente dependentes em inglês

N= 206	PPadj=2-3 palavras	:4-5	:6-7	:8+
[V PParg PPadj]	59% (54)	71% (39)	93% (26)	100%(32)
[V PPadj PParg]	41% (37)	29% (16)	7% (2)	0%(0)

(HAWKINS 2004:116, com adaptações)

Até onde sabemos, os predicados de reestruturação de línguas românicas não foram alvo de experimentos para verificar a relevância do processamento no favorecimento da adjacência entre os verbos que formam o predicado complexo. No entanto, pensamos ser possível estender o modelo mencionado acima para a compreensão da variação referente à coesão da sequência verbal, tendo em vista algumas evidências de línguas românicas. Em primeiro lugar, entre os verbos de reestruturação, há casos de variação entre o significado básico de movimento e o significado gramaticalizado de tempo, em que a adjacência parece ser decisiva para a interpretação gramaticalizada:

- (264) a. O carteiro *foi entregar* a encomenda que você esperava na sala.  
b. O carteiro *foi na sala entregar* a encomenda que você esperava.

A leitura preferencial de (264)b é aquela em que o infinitivo é uma oração adjunta (com apagamento do complementador *para*). Ou seja, em (264)b, *ir* e *entregar* são dois eventos independentes, que podem inclusive não estar numa relação de implicação (o carteiro pode ter ido até sala para entregar a encomenda, mas não a entregou). Tal observação relaciona-se ao requisito de união de eventos proposto por Napoli (1981).

Napoli (1981) argumentou que, na presença de efeitos de transparência como a subida de clíticos, um PP adjunto interveniente só pode fazer referência ao  $V_{inf}$ , pois uma vez que  $V_{reg}$  tem valor de auxiliar, ele forma com  $V_{inf}$  um só evento:

- (265) a. Voglio di nuovo imprigionar=li.  
querer.1SG de novo prender=3SG  
b. Li=voglio di nuovo imprigionare.  
3SG.ACC=querer.1SG de novo prender  
'Quero prendê-lo de novo'

(NAPOLI 1981:874 (100))

O adverbial *di nuovo* ('de novo') pressupõe que um evento do mesmo tipo ocorreu antes. Em (265)a, a pressuposição pode envolver tanto o evento de 'querer' (sem que tenha havido uma prisão) ou o evento de 'prender' (sem que tenha havido o desejo para isso). Já em (265)b parece não ser possível separar os dois eventos, e a pressuposição necessária diz respeito ao predicado *imprigionare* ('prender').

Predicados complexos de outras línguas também corroboram a relevância da adjacência entre os verbos relevantes. De acordo com Nakatani (2006), o *scrambling* de um argumento dativo em japonês que quebra a adjacência dos verbos formadores do complexo verbal dificulta o processamento da sentença (cf. o adjunto *byoositu-ni* ('para o quarto de hospital') em (266)b):

- (266) a. Syuzii-ga                      byoositu-ni                      tyuusyaki-o mot-te      ki-ta.  
 Médico.responsável-NOM quarto.de.hospital-DAT seringa-ACUS segurar-TE vir-PASS  
 'O médico responsável trouxe uma seringa para o quarto de hospital'
- b. Syuzii-ga                      [tyuusyaki-o mot-te]      byoositu-ni                      ki-ta  
 Médico.responsável-NOM [seringa-ACUS segurar-TE] quarto.de.hospital-DAT vir-PASS  
 'O médico responsável veio para o quarto de hospital segurando uma seringa'
- (Japonês; NAKATANI 2006:628 (7)a-b)

As sentenças acima apresentam um efeito de união de eventos ainda mais consistente que o verificado para as línguas românicas, pois os verbos relevantes encontram-se numa relação de co-lexicalização (são verbos seriais). Devido à intervenção do adjunto 'quarto de hospital', o verbo *mot* é interpretado em seu significado lexical ('segurar'). O significado serializado 'trazer' só está disponível na primeira sentença.

Em alemão, o efeito de adjacência é categórico: sua violação leva à agramaticalidade, com aplicação mais ampla do que os limites da "coerência" (o termo pelo qual a "reestruturação" é denominada nas línguas germânicas). Um constituinte extraposto não pode ocorrer entre os verbos numa relação de complementação, como se nota a partir da agramaticalidade de (267)b, em que *dafür* ('sobre isso') quebra a adjacência entre *entscheiden* ('decidir') e *versucht* ('tentado').

- (267) a. Ich habe [mich dafür zu entscheiden] versucht  
eu AUX.1SG 1SG.DAT para.isso PRT decidir tentar.PTCP
- b.\* Ich habe [[mich ~~dafür~~ zu entscheiden] dafür] versucht  
eu AUX.1SG 1SG.DAT PRT decidir para.isso tentar.PTCP
- c. Ich habe versucht [[mich ~~dafür~~ zu entscheiden] dafür]  
eu AUX.1SG tentar.PTCP 1SG.DAT PRT decidir para.isso  
'Tentei /tenho tentado decidir sobre isso' (BAYER, SCHMID & BADER 2005:92 (13))

Nos exemplos, *versuchen* e *entscheiden* formam predicado complexo. Quando a oração infinitiva inteira está extraposta, como em (267)c, a extraposição de *dafür* é permitida, pois não se criará uma violação da adjacência.

Os fatos mencionados sugerem que o requisito de adjacência pode tanto ser uma consequência de uma restrição independente na sintaxe quanto de um princípio cognitivo. No caso da reestruturação em PE, a segunda solução parece ser mais adequada, pois não se pode prever na sintaxe a agramaticalidade por quebra de adjacência. O que se nota é uma preferência pela ordem V-V, que podemos atribuir à intervenção do princípio de minimização de domínios em (263).

Podemos fazer a seguinte aplicação da MiD para a ocorrência da subida de clíticos. O clítico alçado e o  $V_{inf}$  estão numa relação de dependência combinatorial, por causa da atribuição de papel temático (e Caso, a depender do tipo de clítico). Se um XP ocorre entre  $V_{reg}$  e  $V_{inf}$ , haverá um atraso no reconhecimento dessa relação. Isso explicaria por que exemplos como (268)a abaixo são mais raros que (268)b, pois o domínio de atribuição de papel temático ao clítico é maior no primeiro que no segundo (os domínios têm, respectivamente, cinco e quatro palavras).<sup>138</sup>

---

<sup>138</sup> Hawkins (2004) propõe métricas mais complexas. Uma delas chama-se **razão de constituinte imediato (IC) para palavra** (*IC-to-word ratio*), e é medida dividindo a quantidade de constituintes (sintagmas) pela quantidade de palavras. Quanto maior a razão, menor será o domínio. No entanto, não utilizamos esse cálculo, pois ele só é relevante para a ponderação de peso de DPs/PPs. No caso da adjacência, o tamanho absoluto do XP interveniente é suficiente (cf. p. 115).

- (268) a. É claro que o Simpósio não foi pensado para esclarecer as pessoas, do ponto de vista que ***me está agora a referir...*** (PE- Web)  
b. ... que ***me está a referir*** agora

Além da diferença geral quanto à presença ou ausência de adjacência entre os verbos, sugerimos, de maneira exploratória, que o tipo de relação que o  $X^0/XP$  em causa apresenta face aos verbos que compõem o predicado complexo também influencia na possibilidade de interveniência. Assim, um XP argumental seria mais aceito que um XP adjunto, dada a relação de combinação que apresenta face ao  $V_{inf}$ . A isso podemos atribuir a maior aceitação da subida com sintagmas lexicais face à subida com sintagmas adverbiais, na Tabela 9. Tais resultados sugerem que as partículas infinitivas *a* e *de* têm estatutos diferentes: de fato, *a* marca aspecto não-terminativo e por isso apresenta relação de dependência combinatorial com o  $V_{reg}$ , enquanto o mesmo não observado com *de*. Dessa forma, podemos apresentar uma explicação para os resultados encontrados com o grupo de fatores “coesão da sequência verbal”.

### 3.3.1.2 A minimização de formas

Observamos, no que se refere ao grupo de fatores “frequência do verbo regente”, que os verbos frequentes no corpus são mais propensos a apresentar subida de clíticos. A motivação para tal classificação foi a teoria de Bybee (2003), segundo a qual a maior frequência de um item lexical está relacionada à maior gramaticalização da construção relacionada. Portanto, o constituinte onde se encontra o  $V_{inf}$  não é interpretado como um domínio independente daquele onde se encontra o  $V_{reg}$ .

Hawkins (2004) apresenta um princípio que vai ao encontro dessa correlação, o **princípio de minimização de formas**, formulado como segue:

- (269) *Minimize Forms (MiF)*

The human processor prefers to minimize the formal complexity of each linguistic form *F* (its phoneme, morpheme, word, or phrasal units) and the number of forms with unique conventionalized property assignments, thereby assigning more

properties to fewer forms. These minimizations apply in proportion to the ease with a given property P can be assigned in processing to a given F.

(HAWKINS 2004:38 (3.8))

A primeira parte de MiF prevê a tendência de perda fonológica das palavras em geral, e especialmente daquelas que sofrem gramaticalização. A segunda parte do enunciado em (269) prevê a perda semântica, ou seja, a tendência de que mais propriedades sejam expressas por menos formas.

MiF faz as previsões em (270). Depreende-se de (270)a que, com a atribuição de formas reduzidas a propriedades de alta frequência, e com a atribuição de formas mais complexas a propriedades de baixa frequência, o número total de unidades formais que precisam ser articuladas e processadas numa sentença e no uso em geral é menor. Efeitos de frequência na redução de formas se traduzem, portanto, numa minimização geral da articulação e do processamento. Já (270)b expressa o fato de inúmeras propriedades semânticas e sintáticas que ocorrem frequentemente na performance tenham prioridade de serem gramaticalizadas, ou seja, de passarem a fazer parte de um sistema gramatical por convenção.

(270) *Form minimization predictions*

- a. The formal complexity of each F is reduced in proportion to the frequency of that F and/or the processing ease of assigning a given P to a reduced F (e.g. to zero).
- b. The number of unique  $F_1:P_1$  pairings in a language is reduced by grammaticalizing or lexicalizing a given  $F_1:P_1$  in proportion to the frequency and preferred expressiveness for that  $P_1$  in performance.

(HAWKINS 2004:41 (3.13))

No caso da gramaticalização dos verbos de “reestruturação”, nota-se a minimização de formas em relação a propriedades. Tomemos, por exemplo, alguns usos do verbo *querer* selecionando um complemento infinitivo:

(271) Ambiguidade com *querer*

- a. Eles queriam estudar, não ficar na rua. (=preferir)
- b. Quero, em alguns anos, montar um negócio. (=pretender)
- c. Faz dias que a estrutura de gesso quer cair. (=poder)
- d. Ele quis muito ser admitido naquele emprego. (=desejar)

A verbo *querer* apresenta vários significados que podem ser identificados com outros verbos de “reestruturação”. Por essa razão, muitos desses verbos, como *desejar*, apresentam menor grau de conformidade ao princípio de minimização de formas, relativamente à forma *querer*.

A minimização de formas, de acordo com (270)a, é acompanhada por um aumento da frequência e da facilidade de processamento da cadeia sintática correspondente. Imagina-se, com relação à dependência estabelecida entre o clítico alçado e o  $V_{inf}$ , que a presença do  $V_{reg}$  será menos custosa para o processamento quanto maior for a sua frequência de uso. Se isso é verdade, podemos compreender os resultados mostrados na Tabela 11: verbos frequentes têm maior probabilidade de apresentarem clíticos alçados.

#### 3.3.2 Princípios de natureza pragmática

Apontamos a seguir dois princípios de natureza pragmática que podem explicar resultados apresentados anteriormente que vinculamos ao grau de topicalidade.

##### 3.3.2.1 A urgência de tarefas

Uma teoria de processamento baseada em valores pragmáticos dos itens lexicais é explorada por Givón (1983, *inter alia*). Se bem que essa seja uma teoria independente da descrita nas seções anteriores, pesquisas recentes na área de processamento têm apontado que fatores pragmáticos podem também ser relevantes para a explicação de algumas questões de ordem (cf. Hawkins 2004:122s). De fato, o grupo de fatores “função do clítico” parece ser orientado pela noção de topicalidade. Para tanto, Givón propõe que a hierarquia

mencionada recebe uma explicação independente a partir do critério quantitativo que mencionamos em seguida.

O princípio de **urgência de tarefas** é assim denominado, pois, de acordo com Givón (1983), a ordem de palavras se orienta pelo seguinte princípio psicológico: “realize primeiro a tarefa mais urgente” (*attend first to the most urgent task*). De forma resumida, podemos captar essa teoria da seguinte forma:

(272) *Urgência de tarefas*

Tomem-se dois constituintes ordenados [ $C_i C_j$ ]; se  $C_i$  e  $C_j$  diferem quanto a seus valores de P(redizibilidade) e I(mportância), então:

$$P_i > P_j$$

$$I_i > I_j$$

Ou ambos

(adaptado de HAWKINS 1994:217 (4.35))

O que está por trás do uso da noção de predizibilidade é o pressuposto de que itens menos predizíveis (com maior P) são mais difíceis de processar. A importância, medida a partir da continuidade de determinado participante no discurso subsequente, indica que o referente em questão tem de ser sinalizado como relativamente “novo”.

Givón (1983) estabelece a seguinte métrica para contabilizar os níveis de P e I. O nível de P(redizibilidade) é medido a partir da distância referencial: a lacuna entre a ocorrência prévia no discurso de um participante e sua ocorrência atual numa sentença, contada em termos do número de sentenças à esquerda (entre 1 e 20). Já o nível de I(mportância) é medido a partir da persistência: o número de orações à direita em que o participante mantém uma presença ininterrupta como argumento semântico da oração. Em ambos os casos, as máximas abaixo fornecem motivação para ambos os tipos de contagem:

- (273) a. What is continuing is more predictable.  
b. What is predictable is easier to process.

(GIVÓN 1983:12(6))



A partir da metodologia indicada, fizemos um teste para verificar a validade do algoritmo mencionado, com uma amostra de cem dados colhidos dos romances *A costa dos murmúrios*, de Lídia Jorge, e *Uma casa na escuridão*, de José Luís Peixoto.<sup>139</sup> Para tanto, excluímos os dados com clíticos reflexivos ou inerentes, visto que o referente do clítico seria igual ao referente do sujeito, impossibilitando assim a correta aplicação do teste. Para a contagem da distância referencial, seguimos a metodologia proposta por Givón (1983), com algumas adequações, especialmente no que se refere à variação entre discurso direto e indireto. Quando o clítico encontrado pertence a um trecho de discurso direto, os trechos de discurso indireto intervenientes são ignorados, e vice-versa. Comparamos a distância referencial do sujeito face à distância referencial do clítico, independentemente da complexidade estrutural do último elemento a que o clítico se refere: DP, NP, pronome, argumento nulo ou um predicado. Para a comparação de ordem, consideramos que a morfologia de concordância faz as vezes do sujeito.<sup>140</sup>

Os resultados de distância referencial obtidos são mostrados na Tabela 13. Os dados foram organizados quanto à efetiva ocorrência ou não-ocorrência de subida.

**Tabela 13** – Resultados de distância referencial com dados de subida de clítico

N= 100	Subida	não-subida	Total
Previsão correta	14	11	25
Empate	1	41	42
Previsão incorreta	6	27	33

Se ignorarmos os dados em que há empate nos valores de distância referencial, teremos no nível de acerto de 43% somente. Se considerarmos que os empates devem ser compreendidos como indicação de uso da opção não-marcada, ou seja, a não-subida, então o nível de acerto do teste passaria a 66% (41+25). Essa percentagem de acerto é

<sup>139</sup> A referência da obra de Peixoto, que não integra o corpus de PE analisado neste estudo, é a seguinte: PEIXOTO, José Luís. *Uma casa na escuridão*. São Paulo: Record, 2009.

<sup>140</sup> Para a implementação do algoritmo em (272) devemos assumir que o ordenamento toma por base o clítico face à morfologia de concordância que, segundo algumas teorias de sujeito nulo, é o elemento que realiza o sujeito propriamente dito.

significante, tendo em conta que outros grupos de fatores relacionados à complexidade de processamento da sentença propriamente dita não estão aí contabilizados.

A Tabela 14 abaixo apresenta os resultados de persistência, organizados em torno dos casos de efetiva ocorrência de subida ou não-subida. Nota-se que a quantidade de dados “críticos” para a avaliação do teste (eliminando os casos de empate) gera um percentual de 54% de acerto. Se tomarmos os dados de empate como indicativos da preferência pela opção não-marcada (a não-subida), obtemos 66% de acerto (32+34).

**Tabela 14** – Resultados de persistência com dados de subida de clítico

<b>N= 100</b>	<b>Subida</b>	<b>não-subida</b>	<b>Total</b>
Previsão correta	21	11	32
Empate	7	34	41
Previsão incorreta	14	13	27

Os resultados das tabelas acima sugerem que há um princípio geral que norteia as escalas de topicalidade com base em funções gramaticais e na pessoa do clítico. Dessa forma, os resultados obtidos nas Tabelas 6 e 7 podem receber uma motivação mais ampla. De fato, os trabalhos em Givón (1983) mostram correlações dos elementos nas diferentes hierarquias face às médias de distância referencial e persistência. Podemos fazer algo semelhante para os dados de subida de clíticos, comparando as médias de distância referencial dos clíticos alçados face aos clíticos não-alçados:

- média de DR com clíticos não-alçados: 6,37 sentenças

- média de DR com clíticos alçados: 7,05 sentenças

No geral, os bons resultados dos testes acima referidos dependem da consideração de dados de empate, o que, apesar de não descartar a relevância do princípio de urgência de tarefas, nos leva a pensar que a pragmática não tenha um efeito direto sobre a subida do clítico. Uma hipótese mais plausível é que a forma como a sintaxe codifica a estrutura informacional é crucial para a posição do clítico. Evidência disso pode ser obtida a partir de dados de colocação de clíticos em contexto de topicalização. No PE, os tópicos

são sempre externos à sentença, o que leva à ênclise, exceto se um proclisador, como a negação sentencial, estiver disponível, como no exemplo abaixo:

- (274) Mogueime, para encurtar caminho, atravessa o esteiro a vau por altura da Praça dos Restauradores, aproveitando a maré estar baixa. [...] **O segundo braço do esteiro não o pode Mogueime atravessar** a vau,.... (PE-Saramago, 1922)

Nesse trecho, a distância referencial do clítico face ao seu referente *o segundo braço do esteiro*, que é o tópico numa estrutura de Deslocamento à Esquerda Clítica, é mínima. Tendo por base essa ocorrência do antecedente do clítico, diríamos que esse pronominal é altamente previsível e, portanto, a não-subida é a opção esperada. Contudo, como veremos no capítulo 4, essa expectativa não é sempre verdadeira.

### 3.3.2.2 A estrutura da narrativa

Barry (1987) propõe, a respeito da colocação de clíticos no castelhano antigo, que a próclise está ligada aos contextos em que um *backgrounding* discursivo é utilizado, estando a ênclise ligada aos contextos de *foregrounding*. Enquanto estes desenvolvem a narrativa, aqueles trazem detalhes e informações adicionais, podendo constituir na inserção de diálogos, de comentários ao leitor, e na inserção de advérbios no início da sentença, que remetem a fatos já mencionados:

- (275) a. Por esto outrosí te=deven amar tus amigos (CD 222)  
Por isso outrossim 3SG.ACC=devem amar teus amigos  
'Por isso, da mesma forma teus amigos devem amar-te'
- b. Mas una cosa vos=quero dezir (UL 34)  
Mas uma coisa vos=quero dizer  
'mas uma coisa quero dizer-vos'
- c. E así las aventuras me=metieron en esto que vees (CD 221)  
E assim as aventuras me=meteram em isto que vês  
'E assim as aventuras me meteram nisso que você vê' (BARRY 1987: 216 (5b) (6b) (4b))

A motivação para essa correlação é, segundo o próprio autor sugere, indireta. De fato, as sentenças com *foregrounding* são normalmente V1, contexto que leva à aplicação da Lei de Tobler-Mussafia e à ênclise. Por outro lado, os contextos que envolvem *backgrounding* normalmente apresentam um operador de próclise. Barry (1987) enuncia sua proposta da seguinte maneira:

(276) A clitic pronoun precedes a finite verb unless the clause which contains it has a foregrounding function, in which case the clitic is postverbal.

(BARRY 1987: 215 (3))

De fato, a correlação apontada serve para explicar questões de variação que vão mais além da tradicional relação entre a relação operador-variável e a próclise. Sabe-se que os romances ibéricos medievais apresentavam dados em contextos de variação para a colocação, que podem ser compreendidos em termos da noção de *backgrounding* discursivo.<sup>141</sup> No entanto, como se daria a relação entre *backgrounding* discursivo e subida de clíticos?

Parece-nos que a relação entre *fore- e backgrounding* discursivo e colocação se enfraqueceu de alguma forma entre o PCI e o PE, uma vez que os contextos de próclise estão gramaticalizados; por outro lado, a relação entre tipos de discurso e posição do clítico permanece forte. Em primeiro lugar, já observamos que há uma forte correlação entre os contextos de colocação e a ocorrência de subida. Olhando para a distribuição dos clíticos alçados pelos contextos de colocação, nota-se que o número de sentenças que apresentam contexto de próclise é proporcional ao grau de formalidade do texto: 56.1% nos textos informais, 79.4% nas entrevistas e 93.3% nos romances. Esses resultados podem ser interpretados face à teoria de Barry como indicativos de que textos mais formais são menos dependentes do contexto, e portanto, o recurso ao *backgrounding* deve ser maior. O que surpreende é uma certa assimetria entre a quantidade de dados em contexto de próclise e a quantidade de alçamentos, quando comparamos a Tabela 15 abaixo com a Tabela 4. Dessa

---

<sup>141</sup> Sobre os contextos de variação para a colocação de clíticos no PCI (e PM), cf. a seção 4.1.

forma, nos textos orais há um “descolamento” entre a frequência de subida e de contextos de próclise, o que gera um maior número de dados de subida com ênclise.

**Tabela 15** – Distribuição de clíticos alçados pelo contexto sintático (PE)

<i>Registro</i>	<i>Contexto</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
<b>Informal</b>	Contexto de próclise	32	56.1%
	Contexto de ênclise	25	
<b>Formal/entrevista</b>	Contexto de próclise	108	79.4%
	Contexto de ênclise	28	
<b>Formal/romance</b>	Contexto de próclise	154	93.3%
	Contexto de ênclise	11	

O enigma mencionado pode ser compreendido se tivermos em conta que nos textos informais é corrente o uso de intercalações em que o falante tem sua atenção voltada para o ouvinte ou para si mesmo, em vez de estar atento ao assunto selecionado para o diálogo. É importante lembrar que esse é um dos contextos mencionados por Barry como típicos do contexto de *backgrounding* discursivo, como mostram os exemplos abaixo, extraídos do CRPC.

- (277) a. — Vens? Vou-te dar de lanchar, anda!  
 b. — Eu é que não tenho vida, não é, não tenho criada, não tenho vida para.. E os teus? Vens-os buscar?  
 c. — Aqui não há nada, nada! Estou-lhe a dizer, só agora, o que tá a aguentar sesimbra é esses pescadores que andam nesses barcos grandes. Vão, afoitam-se.

Apesar desse comportamento dos textos orais, podemos compreender a relação entre subida e os contextos de próclise por meio dos contextos de *backgrounding* discursivo. Em termos pragmáticos, os contextos de *backgrounding* favorecem a referência a elementos já mencionados no texto, com retomada pelo clítico em PE. Voltaremos à caracterização da relação entre tópicos e subida no capítulo 4, com enfoque em dados do português clássico.

### **3.3.3 A relação entre gramática e princípios cognitivos**

Chomsky (2005) reconhece a existência de um “terceiro fator” relevante para o *design* da linguagem humana, que consiste em princípios não-específicos à Faculdade de Linguagem. Segundo o autor, o terceiro fator pode se referir a vários subtipos: “a) principles of data analysis that might be used in language acquisition and other domains; b) principles of structural architecture and developmental constraints [...]” (p. 6). Ora, acreditamos que os princípios anteriormente citados que guiam a ocorrência da subida de clíticos são exatamente de natureza cognitiva ampla, encaixando-se na ideia de “terceiro fator” de Chomsky.

De fato, pelo menos os princípios formulados por Hawkins (2004) já foram interpretados em termos da noção de “terceiro fator” no trabalho de Mobbs (2008). Esse autor sugere que as tendências atribuídas por Hawkins ao processamento são inicialmente selecionadas pela gramática. Por exemplo, a tendência de se encontrar sequências de constituintes leves>pesados ou pesados>leves pode derivar da fixação do parâmetro que ordena um núcleo antes de seu complemento ou vice-versa. Tomando os princípios de Hawkins como princípios cognitivos mais gerais, Mobbs estabelece várias correlações com o *design* da própria Faculdade de Linguagem. Ou seja, os princípios são reais, mas não precisam ser interpretados como desafios à existência de um órgão dedicado à linguagem.

Quanto à relação entre FL e princípios de ordem pragmática, acreditamos que uma relação semelhante à que estabelece Mobbs pode ser aplicada, mas não vamos motivá-la aqui, por ultrapassar os objetivos do presente trabalho. Em termos cognitivos, podemos interpretar que a eficiência computacional também está pautada por requisitos de memória, que interage com a noção de topicalidade/ saliência. Chomsky (2001), por exemplo, motiva a noção de fases sintáticas com base na noção de eficiência computacional.<sup>142</sup>

---

<sup>142</sup> Agradeço a Ian Roberts pela indicação do texto de Mobbs (2008), e ao próprio Iain Mobbs pelo envio de sua dissertação.

Portanto, apesar de os princípios aqui apresentados serem regidos por restrições apontadas no campo funcionalista, eles podem ser reconsiderados em termos de princípios cognitivos que interagem com a gramática *per se*, ou seja, a Faculdade de Linguagem.

### 3.3.4 Síntese

Identificamos na presente seção a aplicação de quatro princípios cognitivos à posição do clítico que permitem explicar os resultados anteriormente apresentados:

- a minimização de domínios;
- a minimização de formas;
- a urgência de tarefas;
- a estrutura da narrativa.

Tais princípios demonstram tendências, não preveem resultados categóricos. Eles podem estar em competição, como parece ser o caso eventualmente entre os princípios estruturais e os princípios de natureza pragmática.

## 3.4 DESCRIÇÃO DA VARIAÇÃO ENTRE PRÓCLISE E ÊNCLISE NO PE

Após analisar e discutir a questão da posição do clítico (subida *versus* não-subida), apresentamos nesta breve seção a variação no que se refere aos padrões de colocação (próclise e ênclise), a fim de delimitar seus contextos. Para tanto, os dados são separados em termos da ocorrência do alçamento do clítico.

Para este grupo, os dados com o verbo regente na forma gerundiva ou infinitiva (pessoal) foram desconsiderados, gerando o total de 978 sentenças. A razão para isso é que tais formas verbais só aceitam um ou outro tipo de colocação, quando o clítico está alçado: os verbos regentes no infinitivo (pessoal) configuram orações adjuntas, e via de regra apresentam próclise. Já os gerúndios não aceitam a próclise (no entanto, não obtivemos qualquer exemplo de subida para gerúndio nos dados do PE). O seguinte exemplo ilustra a situação com um infinitivo:

(278) Paradigma disto será aquela estória do par que se ocupa a tirar as moscas de um frasco para as tornar a pôr num frasco. (Web)

### **3.4.1 Clíticos alçados**

Os clíticos alçados apresentam, como esperado, um comportamento semelhante a outros clíticos de orações independentes: eles seguem os contextos identificados pela presença de um elemento proclisador na sentença. Dessa forma, fica confirmada a hipótese nula, estabelecida na introdução desta tese, conforme o esquema em (279) (=8)/(9):

(279) a. Contextos de próclise obrigatória:           clítico-V<sub>finito</sub> V<sub>infinitivo</sub>  
      b. Contextos de ênclise obrigatória:           V<sub>finito</sub>-clítico V<sub>infinitivo</sub>

Seguindo o que já foi observado por outros autores (cf. Martins 1994), não consideramos a existência de contextos de variação no PE. Elementos pré-verbais que expressam focalizações são tratados como proclisadores, mesmo que não estejam acompanhados de itens lexicais específicos para esse fim, como *só* ou *até*:

(280) a. **Pela palavra** te posso dizer o que quiser – até te posso dizer que sou novo, ou velho, o que quiser, e tu, que sabes? (PE- Gullander, 1975)  
      b. E **isto** lhe deveríamos agradecer porque o seu tema, sendo de guerra e de cerco, portanto de virilidades superiores, dispensaria bem as delinquesências da prece... (PE- Saramago, 1922)

Apresentamos na Tabela 16 abaixo os dados que confirmam que os contextos de colocação de clíticos aplicam-se da forma esperada quando o clítico é alçado.



**Tabela 16** – Colocação de clíticos alçados pelo registro e contexto sintático (PE)

Registro	Contexto	ocorrências de próclise		Total
		N	%	N
Informal	Contexto de próclise	32	100.0	32
	Contexto de ênclise	0	0	25
Formal/entrevista	Contexto de próclise	108	100.0	108
	Contexto de ênclise	0	0	28
Formal/romance	Contexto de próclise	154	100.0	154
	Contexto de ênclise	0	0	11

Os resultados para os clíticos alçados sugerem que a colocação no domínio do verbo regente se baseia na presença de um operador, cuja ocorrência, por sua vez, parece estar vinculada à expressão do *backgrounding* de um evento, mais frequente em textos formais/escritos, como mencionado anteriormente.

### 3.4.2 Clíticos não alçados

No caso dos clíticos não alçados, a presença de um proclisador não tem influência sobre a colocação do clítico. Nesse caso, a prosódia é que tem influência definitiva. No caso das infinitivas não iniciadas por partícula o resultado esperado, como já comentado no capítulo 2, é que sempre haja ênclise, pois o clítico pronominal não tem apoio em outra palavra fraca antes do verbo. A previsão se confirma, à exceção de um caso desviante em 414 sentenças.<sup>143</sup> No caso dos clíticos não alçados e precedidos por partícula, a colocação depende da natureza da partícula: na presença da partícula *a*, tem-se ênclise; na presença da partícula *de*, tem-se próclise preferencial, como já descrito em vários manuais. De fato, é esse o resultado que encontramos.

<sup>143</sup> O dado em questão é o seguinte (note-se o contexto de próclise e a inexistência de hífen com o verbo regente para fins de classificação):

(i) Não é preciso haver sinais, nem placas - pois todas as pessoas sabem **onde** devem se colocar para apanharem o transporte colectivo. (PE-Escrito-Gullander, 1975)

**Tabela 17** – Colocação de clíticos não alçados pelo tipo de introdutor da infinitiva (PE)

	<i>ocorrências de próclise</i>		<i>total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
Ø	1	1.0	414
“a”	0	-	145
“de”	39	63.9	61

A hipótese que expusemos anteriormente consiste na dependência da colocação de clíticos nesse contexto face à prosódia. Sendo a próclise preferida quando há partícula *de*, a variação parece se concentrar em torno dos clíticos *lhe*, *o/a* e *se*, sendo que a próclise é claramente despreferida nesse último caso. Um estudo pormenorizado desses fatos demandaria mais subsídios. Apresentamos abaixo alguns exemplos de ênclise nesse contexto.

- (281) a. P- Então, o que é que o Presidente da República pensa? R- Isso *tem de perguntar-lhe* a ele! (PE- *Público*)
- b. Neste momento estamos justamente a esboçar a equipa que no futuro *há-de ocupar-se* deste tipo de controlo financeiro. (PE- *Jornal de Notícias*)
- c. O almuadem levantou-se tateando no escuro, encontrou a roupa com que *acabou de cobrir-se* e saiu do quarto. (PE-Saramago, 1922)
- d. "Um dia *hei-de encontrá-la*, face a face". (PE-Jorge, 1947)

### 3.4.3 O cruzamento entre posição e colocação de clíticos

Finalmente, podemos verificar os dados cruzando posição e colocação de clíticos, apresentados quanto ao contexto sintático na Tabela 18 abaixo. A tabela demonstra que as posições intermediárias face ao complexo verbal (subida com ênclise, não-subida com próclise) são relativamente marginais. A maior parte dos dados de subida estão vinculados ao contexto de próclise. No geral, a subida de clíticos é a opção não-marcada. A opção preferencial é a não-subida com ênclise, usada em quase 60% dos casos.

**Tabela 18** – Posição e colocação de clíticos em PE de acordo com o contexto sintático

	<i>Subida próclise</i>	<i>Subida ênclise</i>	<i>Não-subida próclise</i>	<i>Não-subida ênclise</i>
<b>Contexto de próclise</b>	294, 54%	0, -	17, 3%	225, 42%
<b>Contexto de ênclise</b>	0, -	64, 14%	23, 5%	355, 80%
<b>Total</b>	294, 30%	64, 6%	40, 4%	580, 59%

#### 3.4.4 Síntese

Vimos nesta seção que os clíticos alçados seguem os contextos sintáticos de colocação de clíticos. Por outro lado, os clíticos não alçados apresentam um comportamento que depende do tipo de partícula introdutora e, aparentemente, do contexto fonológico adjacente. Dessa forma, a descrição aqui realizada dá suporte às regras pós-sintáticas apresentadas no capítulo 2, que apresentam motivações distintas a depender da fase em que ocorrem: na fase {T, *v*} a regra é de cunho claramente sintático, enquanto na fase {V, ...} a regra faz referência a conceitos prosódicos.

### 3.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES E PERSPECTIVAS

O presente capítulo mostrou que a variação na subida de clíticos é determinada por múltiplos fatores. Os resultados na seção 3.2 dão suporte à abordagem funcional para a variação na subida de clíticos com infinitivas de “reestruturação”, em que foram arrolados fatores externos e internos que se mostraram relevantes para sua compreensão, com o auxílio de análise multivariada. Analisamos na seção 3.3 alguns princípios condicionadores que estariam na base dessas distinções. Finalmente, observamos na seção 3.4 que a variação entre próclise e ênclise faz eco à análise proposta no capítulo 2.

A questão que se coloca a partir de tais resultados é a possibilidade de compreensão de fases precedentes do português. Algumas questões que se colocam para a Parte III são as seguintes:

- (i) Os fatores que determinam a variação no PCI são os mesmos encontrados no PE?
- (ii) Tendo em vista que a ocorrência da subida de clíticos é limitada por princípios cognitivos mais amplos, as tendências encontradas se devem a mudanças na língua-I(nterna), na língua E(xterna) ou em ambas?

Avançaremos na investigação sobre a interface da sintaxe com a estrutura informacional no capítulo 4. Por ora, confirmamos o que havia apontado Suñer (1980): a ocorrência da subida de clíticos (em contexto de “reestruturação”) não pode ser atribuída a um fator único.

## Parte III

# O português clássico

- Que coisa é palavra, ou dição enclítica?

- Dição enclítica é aquela partícula, ou palavra, que perde o seu tom, e o põe na última sílaba da palavra antecedente, se é capaz dele.

- E que coisa é tom?

- É um certo jeito, ou diversidade de som, com que pronunciamos a mesma palavra, ou partícula.

*Jeronymo Contador de Argote*

In: “Regras da Lingua Portugueza,  
espelho da língua latina”  
(1725)



# 4

---

## Variação e mudança nos clíticos do português clássico: dados com verbos causativos e de “reestruturação”

Neste capítulo é nosso objetivo apresentar uma descrição da variação e da mudança nos clíticos do português clássico (PCI), tanto na construção de “reestruturação” quanto na construção de “união de orações”. Os dados, extraídos de textos de autores nascidos dos séculos XVI a XIX, serão exemplificados e comparados àqueles obtidos para o português europeu. Como já dito, também com relação ao PCI há, no geral, uma falta de pesquisas sobre a subida de clíticos, que é caudatária da sistematização relativamente recente de um *corpus* informatizado para essa etapa do português, o *Corpus Tycho Brahe* (CTB).

Na seção 4.1 é mostrada a metodologia de pesquisa adotada para os dados do PCI. Na seção 4.2 apresentamos a descrição da variação face à subida nos dados de “reestruturação”, em que os dados são separados por etapas, a fim de verificar a relevância dos grupos de fatores apontados no capítulo anterior. Na seção 4.3 oferecemos os dados de mudança para “reestruturação”, em termos da posição e da colocação do clítico. Em 4.4 os resultados referentes à variação e mudança entre as construções de “união de orações” e ECM são apresentados e discutidos. Em 4.5 propomos uma explicação para a mudança. Finalmente, 4.6 reúne as conclusões e perspectivas para o capítulo 5.

### 4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA SOBRE OS DADOS DO PCL

O *corpus* do PCI sobre o qual este estudo se baseia é composto por 25 textos do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (cf. *Corpus Tycho Brahe* 2008). As

referências dos textos utilizados podem ser consultadas no Anexo B. Os exemplos dos textos são identificados com o sobrenome do autor e seu ano de nascimento. O total de dados obtidos foi de 2.495 sentenças passíveis de “reestruturação” e 695 sentenças passíveis de “união de orações”. Para obtenção dos dados, fizemos uso de buscas com scripts em *Perl* (no caso dos textos morfologicamente anotados) e de buscas com *CorpusSearch* (no caso dos textos sintaticamente anotados).<sup>144</sup> Posteriormente, utilizamos a ferramenta de busca disponibilizada no sítio do CTB a fim de verificar a existência de dados eventualmente não contabilizados nas buscas originais.

A seleção dos dados levou em consideração vários dos critérios usados para a pesquisa sobre o PE, tais como: (i) a restrição da pesquisa a sequências com um verbo no infinitivo, já que a subida a partir de um particípio ou gerúndio mostrou-se categórica; (ii) a exclusão de sentenças em que a “reestruturação” pode ser barrada, como quando o complemento infinitivo é negado ou focalizado (cf. Gonçalves 1999); (iii) a exclusão de dados com interrupções na sequência de fala envolvendo intercalações ou clivagens; (iv) a exclusão de dados com *se* passivo ou nominativo (impessoal) ou com grupos clíticos incluindo *se*; (v) a exclusão de verbos que selecionam a partícula *por*.

No que se refere à classificação dos dados, foram considerados seis grupos de fatores além da variável dependente, que é a posição/colocação do clítico:

- (282) Grupos de fatores utilizados na classificação dos dados (variáveis independentes)
- a. Verbo regente
  - b. Coesão da sequência verbal
  - c. Morfologia do clítico
  - d. Função gramatical do clítico
  - e. Contextos de colocação de clíticos em PCI
  - f. Autor (e Tempo, via data de nascimento do autor)
  - g. Partícula infinitiva [reestruturação]/ Construção [união de orações]

---

<sup>144</sup> Os textos sintaticamente anotados limitaram-se a dois, disponíveis à época da coleta: *Reflexões sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a Fortuna* (Aires, 1705) e *Memórias do Marquês da Fronteira e d’Alorna* (M.<sup>es</sup> de Alorna, 1802).



Da mesma forma que no capítulo 3, as variáveis em (282)a-e representam fatores estritamente linguísticos. Um dos grupos de fatores apresenta classificação muito específica no PCI face ao que foi usado no PE, que são os contextos de colocação de clíticos. Nesse caso, além da ênclise categórica e da próclise categórica, encontramos elementos com flutuação na colocação, que foram divididos em dois contextos, de acordo com o que é assumido no trabalho de Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005) (o que está entre parênteses é a nossa adaptação):

- **Contextos de variação I:** verbo (regente) precedido por elementos não-proclisadores, como sujeito, advérbio ou PP;
- **Contextos de variação II:** verbo (regente) inicial em segunda coordenada ou precedido por uma oração dependente.

(282)f é usado ao mesmo tempo para identificar estilos pessoais e também para a subsequente indicação do período a que se vinculam os textos.<sup>145</sup> Finalmente, (282)g foi incluído em separado uma vez que as opções relativas à colocação do clítico na “reestruturação” mudam de acordo com a presença (e o tipo) de partícula infinitiva. Para efeitos da variação entre subida e não-subida, no entanto, o item será discutido juntamente com a questão da coesão da sequência verbal.

Para os dados de “união de orações”, as sentenças foram classificadas quanto aos mesmos grupos de fatores usados para a “reestruturação”, à exceção de (282)g, uma vez que os verbos causativos não selecionam partícula infinitiva. Em vez disso, foram classificadas as diversas construções em que o clítico ocorre (*Fazer-infinitivo*, *Fazer-por*, ECM).

---

<sup>145</sup> A tomada da data de nascimento como critério se deve à assunção de que a mudança linguística está relacionada ao processo de aquisição de linguagem, o que está de acordo com a visão gerativista.

## 4.2 VARIAÇÃO E MUDANÇA NO PCI QUANTO À POSIÇÃO DO CLÍTICO NA “REESTRUTURAÇÃO”

Nesta seção apresentamos os resultados de variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na construção de “reestruturação”. Primeiro, apresentaremos os resultados da análise multivariada, em que os dados foram divididos por períodos numa base de 75 anos. Ao final, apresentaremos os resultados por texto, a fim de oferecer uma compreensão mais granular da variação dentro dos períodos acima estabelecidos.

### 4.2.1 Resultados por período

Para a quantificação dos dados, fizemos uso do software *Goldvarb X* (Sankoff, Tagliamonte & Smith 2005). A fim de possibilitar a análise multivariada, os dados foram divididos em cinco grupos de 75 anos cada (exceto T1), com a seguinte distribuição geral:<sup>146</sup>

**Tabela 19** – Distribuição da subida de clítico com verbos de reestruturação em PCI

	<i>ocorrências de subida</i>		<i>Total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
<b>T1: 1500 – 1550</b>	337	94.1	358
<b>T2: 1551 – 1625</b>	606	84.1	723
<b>T3: 1626 – 1700</b>	341	62.6	545
<b>T4: 1701 – 1775</b>	372	57.4	648
<b>T5: 1776 – 1850</b>	110	48.7	226

A razão para considerarmos T1 (=1500-1550) em separado diz respeito ao comportamento quase-categórico da subida de clíticos nesse período, o que parece dar continuidade ao padrão encontrado no português antigo, de acordo com o observado por Martins (1994). A partir dessa tabela, já se pode perceber a principal alteração ocorrida no fenômeno: a percentagem de subida de clítico diminui progressivamente com o tempo. Tal

<sup>146</sup> Nesta seção seguimos prática semelhante de Alkmim (2001: capítulo 5).

#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

observação geral deve, no entanto, ser qualificada a partir dos resultados obtidos a partir dos grupos de fatores específicos identificados como relevantes para o português europeu.

Para a apresentação dos dados, seguiremos os critérios estabelecidos no capítulo 3, analisados nas subseções a seguir. A relevância entre os grupos de fatores foi estabelecida a partir de análise multivariada com os dados dos vários períodos. A amplitude entre os pesos relativos foi de 47 para o contexto sintático, 36 para a coesão da sequência verbal, 26 para a frequência do verbo regente e 14 para a função gramatical do clítico, ordem que seguimos abaixo para fins de apresentação dos resultados. Dada a menor quantidade de dados disponíveis em T1 e T5 (que reflete a menor quantidade de textos representativos dos respectivos períodos), a quantidade de grupos de fatores selecionados como significantes na análise multivariada foi menor nesses períodos. A não-seleção de um determinado grupo será indicada com colchetes vazios ([ ]) na coluna referente aos pesos relativos (PR).

##### 4.2.1.1 O contexto sintático em PCI

Na tabela abaixo agrupamos os contextos de variação I e II num único fator, uma vez que a diferença entre os resultados não foi muito significativa. O contexto de variação sempre apresenta valores intermediários de subida, em comparação com os dados nos contextos de próclise e de ênclise categóricas.

**Tabela 20** – Subida de clíticos em PCI de acordo com o contexto sintático

	T1			T2			T3			T4			T5		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR
Contexto:	216	96	[ ]	470	90	.58	263	69	.57	307	67	.60	82	67	.68
Próclise categórica	<b>225</b>			<b>521</b>			<b>378</b>			<b>454</b>			<b>119</b>		
Contexto:	118	92	[ ]	130	70	.31	73	51	.38	60	38	.32	21	27	.31
Variação	<b>128</b>			<b>184</b>			<b>142</b>			<b>156</b>			<b>76</b>		
Contexto:	3	60	[ ]	8	44	.17	5	20	.16	5	13	.09	7	22	.25
Ênclise categórica	<b>5</b>			<b>18</b>			<b>25</b>			<b>38</b>			<b>31</b>		
<b>TOTAL subida</b>	<b>337</b>			<b>608</b>			<b>341</b>			<b>372</b>			<b>110</b>		
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>358</b>			<b>723</b>			<b>545</b>			<b>648</b>			<b>226</b>		

A tabela mostra que os contextos sintáticos para colocação de clíticos sempre foram relevantes para a ocorrência de subida, porém de forma menos significativa em T1. Em T1 os dados em contexto de ênclise categórica eram muito poucos e por isso o resultado encontrado nesse período não é muito confiável. Os contextos de colocação categórica parecem ter passado por um período de transição de T2 para T3, e estabilizam seus níveis de subida de clítico a partir de T3 (a subida em ambiente de próclise categórica fica ao nível de 65-75%, e no ambiente de ênclise categórica, ao nível de 15-25%). Por outro lado, no contexto de variação a diminuição da subida ocorre de forma progressiva durante todo o período estudado. Nesse sentido, parece correto escolher o contexto de variação como crucial para a descrição e tratamento teórico da mudança, que empreenderemos na seção 4.5.

#### 4.2.1.2 A coesão da sequência verbal em PCI

No que se refere à coesão da sequência verbal, agrupamos os dados em três grupos de fatores: (i) adjacência V-V; (ii) interveniência por partícula infinitiva, e (iii) interveniência por sintagma (NP, PP ou AdvP). Como já comentamos na Introdução, o português clássico apresenta maior liberalidade de interposição de elementos entre  $V_{reg}$  e  $V_{inf}$ . Nota-se inclusive a combinação de mais de um sintagma entre os verbos, normalmente um D/NP sujeito e um advérbio, sem impedimento da subida do clítico, como mostra (283)a-b:

- (283) a. Não me pude eu então de *escusar* de fazer o que me elle pidia, inda que algum tanto receava a yda, assi por ser terra nova, & de gente atraídoada, como porque inda então não tinha mais de meu que sós cem cruzados, por onde não esperava fazer là proveito. (PCI-Pinto, 1510).
- b. e ela, mudando a côr em um suspiro, entre algumas lágrimas e com tão discretas razões que as não saberei eu agora referir com a perfeição própria ( pôsto que algumas palavras eram de linguagem alheia ), contou o seguinte (PCI-Lobo, 1579).

#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

- c. Persuado-me *quis assi a Fortuna com grande proporção pagar-me* no ânimo deVossa Mercê a falta que me fizeram outros. (PCI-Melo, 1608).
- d. *Começava já o povo a amotinar-se* por parte do Vigário geral, que actualmente os governava, pessoa sem dúvida benemérita, e benquista de todos. (PCI- Barros, 1675).

A subida de clítico com o padrão de interveniência em (283)a-b cessa de existir após o século XVI. A coesão verbal não tem um efeito significativo sobre a variação em T1, diferentemente do que se observa nos períodos subsequentes, o que parece se coadunar com a grande liberalidade de ordenamento de constituintes nesse período. Isso se replica nos resultados da Tabela 21 a seguir.

**Tabela 21** – Subida de clíticos em PCI de acordo com a coesão da sequência verbal

	T1			T2			T3			T4			T5		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR
Adjacência V-V	218	96	[ ]	404	84	.46	241	62	.46	301	58	.48	77	50	.53
	<b>226</b>			<b>476</b>			<b>387</b>			<b>518</b>			<b>152</b>		
Partícula infinitiva	84	90	[ ]	172	90	.68	88	75	.70	64	63	.66	32	53	.54
	<b>93</b>			<b>191</b>			<b>117</b>			<b>101</b>			<b>60</b>		
NP, PP ou AdvP	35	89	[ ]	32	57	.19	12	29	.22	7	24	.20	1	7	.10
	<b>39</b>			<b>56</b>			<b>41</b>			<b>29</b>			<b>14</b>		
<b>TOTAL subida</b>	<b>337</b>			<b>608</b>			<b>341</b>			<b>372</b>			<b>110</b>		
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>358</b>			<b>723</b>			<b>545</b>			<b>648</b>			<b>226</b>		

Os dados mostram que a diferença de percentagem nos dados com ou sem interveniência é muito pequena em T1. De T2 a T4 a variação passa a seguir um padrão orientado pela presença ou ausência de sintagma interveniente, mas a presença de partícula infinitiva parece se comportar *pari passu* com o contexto de adjacência V-V. Esse resultado se difere daquele observado em PE, em que os dados com adjacência V-V apresentam 39% de subida, contra 20% nos dados com partícula, o que nos leva a questionar a que se deve essa diferença entre PE e PCI.

Apesar de não oferecermos uma análise aprofundada da questão, supomos que ela esteja relacionada à grande variação de uso das partículas *a* e *de* nesse contexto, em seguimento ao padrão observado em fases mais remotas do português (cf. Mattos e Silva 2001 sobre o português antigo). Alguns exemplos representativos dessa variação são os seguintes:

(284) DESEJAR Ø/DE

- a. Se vós tendes por desprêzo compor livros de cavalarias, eu vos desengano que pertencem mais cousas ao bom autor dêles que a um dos Letrados, Filósofos ou Juristas com que *desejais de* vos parecer, porque lhe importa saber a geografiados Reinos e províncias do mundo, para encaminhar por elas a sua história; (PCI-Lobo, 1549).
- b. amar a uma pessoa, que obriga e sujeitar a nossa vontade, é ter-lhe amor por qual ela é, e por essa a *desejamos Ø* unir connosco , por natural appetite ; (PCI-Lobo, 1549)

(285) DEVER Ø/DE

- a. Por vida minha, que está ele em mi tão mal empregado, como me *deve de* achar mal empregada algum juiz meu a mesma vida por que o juro, e que só para gastar em juramentos falsos *deviam de* deixar-me. (PCI-Melo, 1608)
- b. se o devo *Ø* esperar , eu o sei. (PCI-Melo, 1608)

(286) HAVER Ø/DE

- a. Se a vaidade fosse uma virtude, só nos *havia de* inspirar meios virtuosos; (PCI-Aires, 1705).
- b. só então consideramos o muito que custou a alcançar, e o pouco que o *havemos Ø* possuir. (PCI-Aires, 1705).

(287) IR Ø/A<sup>147</sup>

- a. Talvez as desagradáveis fossem em maior número, se eu *fosse a* compará-las, mas entendo que não vale a pena. (PCI-Ortigão, 1836).

---

<sup>147</sup> Semelhantemente a *vir*, porém com variação muito limitada (há somente um exemplo com *a*).

#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

- b. Vou escrever ao Jeco sobre o caso do Pedro, que naturalmente te não *iria* Ø ver em Lisboa . (PCI-Ortigão, 1836)

A variação no uso das partículas *a/de* está limitada aos verbos mencionados, no nosso corpus. Aparentemente, não é possível atribuir essa opcionalidade a qualquer característica morfossintática ou mesmo fonológica. Investigamos o significado modal de verbos como *dever* e *haver*, em que parece haver uma tendência à correlação entre uso da partícula *de* e a modalidade deôntica, como sugerem os exemplos abaixo.

- (288) a. As imagens invésíveis, posto que as nunca vemos, muitas vezes as devemos de buscar e querer ver com a vertude da pintura , assi para lhes pedir e rogar, como para n'ellas contemplar; (PCI-Holanda, 1517)
- b. Essa levantastes vós tanto sôbre as estrêlas (disse Solino) que se devia de agasalhar com elas no Céu e enjeitar a pousada desta Aldeia. (PCI-Lobo, 1579)
- c. O Rey Bata pondo em conselho isto que lhe tinhão dito estes pescadores, lhe aconselharão os seus que em todo caso se devia de tornar, visto não estar o tempo para elle poder esperar mais uma hora [...] (PCI-Mendes Pinto, 1510)
- (289) a. ¿que terra de vaidade é essa, que sem ser Cabo da Boa Esperança, não há chegar-lhe ao cabo, nem dobrar-lhe mais que os perigos? (PCI-Chagas, 1631)
- b. E neste ponto era inexorável, porque não havia dobrar-se por rogos nem importunações , e muito menos por valias ou cartas de recomendação. (PCI-Sousa, 1556)
- c. Porém eu não quis e julguei muito mais decoroso para mim entregar à minha própria conduta a refutação de uma calúnia, que por si mesma se havia desfazer, sem fazer entrar as duas Côrtes em uma discussão ridícula, que sempre me seria odiosa. (PCI-M.<sup>esa</sup> Alorna, 1750)

Nos exemplos acima, *dever de* correlaciona-se com a modalidade deôntica, com expressão de uma sugestão ou obrigação, enquanto *haver Ø* indica modalidade epistêmica, indicativa de possibilidade ou probabilidade de ocorrência de um evento. No entanto, essa correlação não é perfeita nos dados que estudamos, o que pode indicar que o significado da partícula *de* já estava em processo de desbotamento e seu uso estava conectado a determinados itens lexicais.

Em termos formais, podemos postular que a seleção lexical desses verbos não estava estabelecida, o que levava a um uso irregular da partícula. Nesses contextos, processos de extensão de uso de  $\emptyset$  (no caso de *dever*) e *de* (no caso de *haver*) tiveram lugar: há só 14 sentenças com *dever de* contra 157 sem partícula; e 9 sentenças sem partícula contra 321 com *haver de*. Junto a isso, é plausível postular que a restrição sobre coesão da sequência verbal era menos forte do que se observa em PE, não sendo sensível à presença de uma partícula somente (fato que decorre dos resultados observados para T1 na Tabela 21). Dessa forma, é possível compreender por que a presença de uma partícula não tem um efeito sobre a coesão da sequência verbal.

#### 4.2.1.3 A natureza do verbo regente em PCI

Quanto à natureza do verbo regente, testamos, da mesma forma que no capítulo 3, os resultados de frequência, que por sua vez é indicativa de seu nível de gramaticalização. Como esperado, a frequência de alguns verbos foi diferente no PCI, em comparação com o PE. Isso está indicado na lista abaixo, em que os verbos classificados diferentemente aparecem em negrito.

- (290) a. Verbos frequentes: *querer, poder, dever (de), ter de, ir (a), vir (a), **saber***;  
b. Verbos infrequentes: ***começar a, estar a, (in)tentar, desejar (de), esperar, pretender, procurar, conseguir, haver (de), tornar a, voltar a, costumar a, chegar a, acabar de, deixar de, ficar a, continuar a, andar a, sair a, tomar, soer, estimar.***



#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

Essa lista foi obtida a partir do mesmo critério classificatório mencionado na seção 3.2.2.4, ou seja, a divisão do total de dados pelo número de entradas verbais no corpus (2495/ 29 = 86). Na tabela 22 apresentamos os resultados diacrônicos referentes a esse fator.

**Tabela 22** – Subida de clíticos em PCI de acordo com a frequência do verbo regente

	T1			T2			T3			T4			T5		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR
Verbos frequentes	279	96	.57	560	87	.54	292	65	.54	345	60	.54	91	49	[ ]
	<b>290</b>			<b>644</b>			<b>443</b>			<b>572</b>			<b>185</b>		
Verbos infrequentes	58	85	.23	48	60	.17	49	48	.30	27	35	.21	19	46	[ ]
	<b>68</b>			<b>79</b>			<b>102</b>			<b>76</b>			<b>41</b>		
<b>TOTAL subida</b>	<b>337</b>			<b>608</b>			<b>341</b>			<b>372</b>			<b>110</b>		
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>358</b>			<b>723</b>			<b>545</b>			<b>648</b>			<b>226</b>		

A diferença entre verbos frequentes e infrequentes é estatisticamente significativa em todos os períodos, exceto em T5, quando se apresenta o menor número de dados. Mais uma vez, nota-se um período de transição em T2 e a partir de T3 a percentagem de subida com os verbos frequentes fica acima dos 50%, e o dos infrequentes, abaixo desse limiar. Entre os verbos encontrados na lista dos infrequentes em (290)b, os últimos quatro foram encontrados só em PCI: *sair a*, *soer*, *tomar*, e *estimar*. Entre esses, *soer* ainda permite um complemento infinitivo; os demais não. Apresentamos abaixo os exemplos em que tais verbos foram usados no corpus, acompanhados da indicação de outro(s) verbo(s) da mesma classe semântica:

(291) SAIR A [~IR]

- a. Martim Afonso soube de sua ida, e o *saiu a receber* fóra , mostrando-se-lhe Dom Estevão carregado, e de poucos cumprimentos [...] (PCI- Couto,1542)
- b. por êle deixava Ocho, riquíssimo Rei dos Persas, de sair de casa por não dar certas moedas de ouro às mulheres que o *saíam a receber* como era costume daquele Reino, como conta Plutarco. (PCI- Lobo, 1579)

- c. Saiu de tarde a fazer doutrina, e a este acto *sairam* também a *acompanhá-lo* os antigos discípulos dos Padres, que ali tinham habitado (Barros, 1675).
- d. Aqui *saiu* a *recebê-los* com todo o Pará o Governador, e Capitão Geral André Vidal de Negreiros, Soldado de coração tão valente, e duro para a guerra, como agora com lágrimas enternecido Católico, vendo um rebanho de feras convertido em ovelhas, e submeter o pescoço ao jugo de Cristo a ferocidade. (PCI- Barros, 1675).
- e. Esperava-se segunda jornada, quando com segundo prémio *saiu* o libréu a *entregá-lo* por mandado de seu senhor, aonde achasse a mais estremada formosura. (PCI- Barros, 1675).
- f. parecendo hum Elias abrazado no zello de Deos, quando tornara pello mayor bemda Religiaõ, e nos intentos em que a temia descahida, *sahia* a *encontralos* tão vehemente, que o fogo do espirito acendia em ardentes cores ao rosto, sem que nestas materias a achasse timida o respeito da mayoria, nem particular o da amizade. (PCI- Céu, 1658).
- (292) SOER [~COSTUMAR]  
Mas porque a minha mofina é tal , que por mais males, que eu espere, muito mais *me soem vir*, me vem a ser necessário pôr a mira alta ao remédio, a ver se posso ficar onde e como desejo. (PCI- Melo, 1608)
- (293) TOMAR [~ESPERAR]<sup>148</sup>  
a. Lá o *tomara ver*, para que a nossa não tivera este impedimento. (PCI- Vieira-Cartas, 1608)  
b. Cuido que tenho respondido à paixão com que Vossa Senhoria me escreve sôbre a matéria , e , de caminho , digo a Vossa Senhoria que *me tomara* já *ver* livre de tanto temporizar com êstes Ministros soberbos e altivos , que tudo nos disputam e tudo exigem de nós. (PCI-Brochado, 1651)

---

<sup>148</sup> Gramaticalizado como interjeição (*tomara que...*).

#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

- c. Agradeço a Vossa Paternidade o desejo com que me tomara ver Enviado dessa Cúria, mas como o meu merecimento é mais curto de vista do que o afecto que Vossa Paternidade me mostra , não descubro em mim aquêlê talento que é necessário para exercitar essa função [...](PCI-Brochado, 1651)
- d. Tomara eu pagar bem a Vossa Senhoria a bela relação de novas que me faz nesta sua carta, e *tomara* também *referi-las* com Vossa Senhoria, porque ambos temos mais que dizer do que dizemos. (PCI-Brochado, 1651).
- e. ¡*Tomara converter-me* tôda em parabéns e mandar a Vossa Excelência nesta carta uma festa bem alegre , pelo gôsto que tivemos hoje de ver fora da cama a minha querida Mãe! (PCI- M<sup>esa</sup> Alorna, 1750)

#### (294) ESTIMAR [~QUERER, DESEJAR]

- a. Ora não quero dizer mal do norte, que nos trouxe cá a Vossa Mercê e creio haverá trazido agora novas de quem Vossa Mercê deixou e de quem eu muito as estimara saber. (PCI-Melo, 1608).
- b. Encontrou a boa ocasião de um negociante francês chamado Monsieur Dupont, que se recolhe para Paris, e *estimaram* os pais *aproveitar-se* dela para que o levasse consigo e lhe servisse de guia [...] (PCI-Gusmão, 1695).
- c. e eu particularmente *estimarei segui-la*, tomando o primeiro voto do Licenciado, que por hóspede , estudioso e cortesão se lhe deve o lugar (PCI-Lobo, 1579).

Tais exemplos demonstram que a (des)gramaticalização de itens lexicais específicos pode (retirar ou) incluir determinados itens lexicais da lista dos verbos de “reestruturação”. Tais itens, por serem pouco frequentes, fixaram-se em usos específicos, o que lhes retirou o estatuto de auxiliares.

#### 4.2.1.4 A natureza do clítico em PCI

Para o estudo da natureza do clítico no PCI, consideramos somente sua função gramatical, classificada em três grupos de fatores: (i) **Dativos e grupos clíticos** (dativos propriamente ditos, dativos éticos e dativos contraídos com acusativos como *nolo/a*, *volo/a*,

*mo/a, to/a*); (ii) **Acusativos** (incluindo clíticos oriundos de orações pequenas); (iii) **Reflexivos e se** (inerente). Como se mostra na tabela abaixo, a variação em T1 e em T5 mostrou-se pouco significativa, e nos demais períodos a generalização é que os clíticos *Reflexivos e se* têm níveis menores de subida em comparação com os demais clíticos. Por outro lado, a percentagem de subida com dativos e grupos clíticos face àquela encontrada com os acusativos foi irrelevante em alguns períodos, como em T2. Isso demonstra que fatores pragmáticos como a hierarquia de topicalidade não eram diretamente relevantes para a posição do clítico, nesse período.

**Tabela 23** – Subida de clíticos em PCI de acordo com a função do clítico

	T1			T2			T3			T4			T5		
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR
Dativos/ Grupos cl	92 97	94	[ ]	180 209	86	.52	100 157	63	.51	143 215	66	.61	37 62	59	[ ]
Acusativos	155 169	91	[ ]	309 363	85	.54	181 262	69	.57	169 295	57	.48	50 113	44	[ ]
Reflexivos e SE	90 92	97	[ ]	119 151	78	.36	60 126	47	.34	60 138	43	.35	23 51	45	[ ]
<b>TOTAL subida</b>	<b>337</b>			<b>608</b>			<b>341</b>			<b>372</b>			<b>110</b>		
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>358</b>			<b>723</b>			<b>545</b>			<b>648</b>			<b>226</b>		

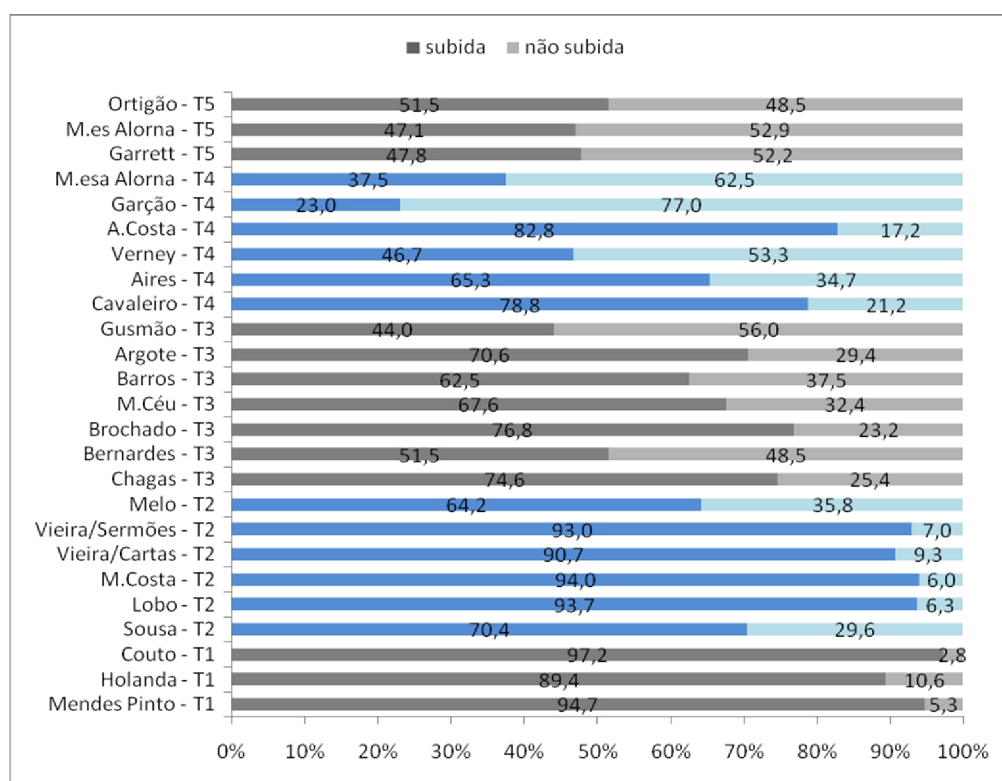
#### 4.2.2 Resultados por texto

Apresentamos os resultados gerais de subida em cada texto. Na Figura 1, os textos são identificados por seu autor e ordenados por ordem de nascimento de baixo para cima, com os períodos identificados por cores distintas. Assim, podemos observar o padrão geral de subida em cada período e os autores que “destoam” dessa tendência. O autor que mais utiliza a subida é Couto (1542), com 97,2%, e o que menos a usa é Garção (1724), com 23,0%. Até o início do século XVII (incluindo aí Manoel da Costa e as duas obras de Vieira) era comum que a subida apresentasse índices iguais ou superiores a 90%. A principal exceção a esse quadro é Sousa, com 70,4%; Holanda, apesar de ter um índice um pouco menor, aproxima-se do resultado de seus contemporâneos, com 89,4%. Melo –

#### 4.2 Variação e mudança no PCI quanto à posição do clítico na “reestruturação”

nascido no mesmo ano que Vieira, 1608 – e os autores subsequentes manifestam a variação de forma mais consistente. De fato, a partir desses textos a ocorrência da subida de clíticos vai se tornando cada vez menos frequente.

**Figura 1** – Subida de clíticos no PCI por texto (dados de “reestruturação”)

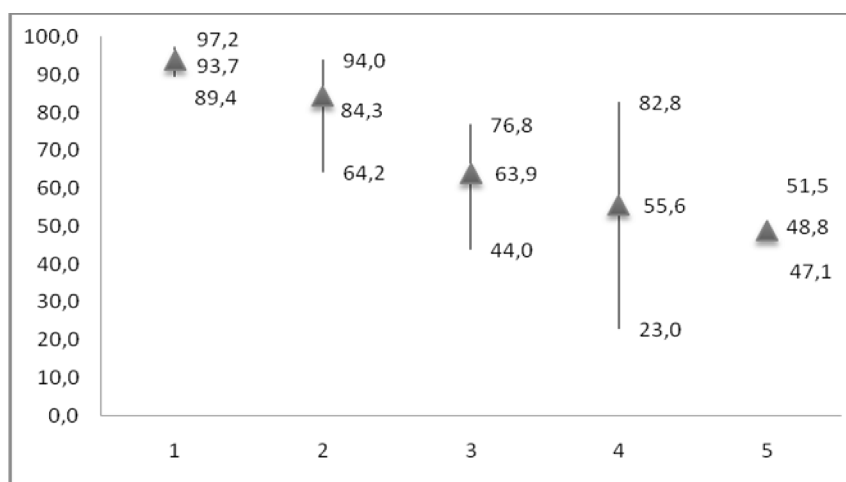


Devido à grande variação entre os textos, a identificação da mudança pode se tornar relativamente difícil, gerando variadas interpretações dos padrões de frequência. Por exemplo, a diminuição da subida parece sofrer uma inflexão em T5, se compararmos os resultados aí encontrados com autores classificados em T4, como Garção e a M.<sup>esa</sup> de Alorna, que apresentam índices bem mais baixos de subida que autores posteriores, como Verney e Aires. No entanto, essa aparente recuperação dos valores da subida de clíticos pode ser atribuída ao maior uso de dados em contexto de próclise pelos autores inseridos em T5, como mostrado na Tabela 20.

A Figura 2 ilustra a amplitude de variação em cada período, e a média. Em T1 a variação entre os autores é relativamente pequena (89,4–97,2%). Em T2 a amplitude de

variação aumenta para a casa dos 30 pontos (64,2–94,0%), o que se mantém em T3 (44,0–76,8%). Já em T4 a distância de uso da subida de clítico entre os autores torna-se altamente variante, com uma diferença de cerca de 60 pontos entre a menor taxa de uso por Garção, nascido em 1724 (22,7%) até a maior taxa com António da Costa, nascido em 1714 (82,8%). Finalmente, em T5 a variação fica, de novo, muito parecida entre os autores: 47,1% de subida com o M.<sup>es</sup> de Alorna contra 51,5% com Ortigão; porém, diferentemente de T1, a frequência encontrada é bem menor.

**Figura 2** – Amplitude de variação e média da subida de clíticos no PCI, por período



Apesar de a variação ter sempre existido, os resultados sugerem uma mudança em duas etapas. No século XVIII (T4 no nosso esquema) a subida de clíticos passou por uma reorganização, quando o fenômeno passa a ter um uso marcado, com aplicação menor que 50% nos contextos de variação. No entanto, já antes disso, considerando-se a grande diferença encontrada entre os autores em T2 e T3, o século XVII parece ser um período de transição entre dois padrões de uso da subida do clítico, em que o fenômeno deixa de ter um uso relativamente estável na língua.

### 4.2.3 *Síntese*

Nesta seção apresentamos os dados relativos à aplicação da subida de clíticos na construção de “reestruturação”, por períodos de 75 anos e por texto. Quanto aos resultados de variação, observamos padrões semelhantes aos encontrados para o PE, porém com menor grau de confiabilidade em alguns períodos, dada a menor quantidade de dados disponíveis para pesquisa. Algumas diferenças também foram apontadas:

- quanto ao **contexto sintático**, os dados em contexto de variação têm valores de subida sempre intermediários com relação aos contextos categóricos de próclise e de ênclise, porém essa distinção não era relevante no período T1 (1500-1550);
- quanto à **coesão da sequência verbal**, os dados com partículas infinitivas apresentam níveis tão ou mais altos de subida que os dados com adjacência V-V, o que está relacionado em parte à gramaticalização em processo desses itens lexicais, mas sobretudo à menor relevância dessa restrição;
- quanto à **natureza do verbo regente**, notou-se o mesmo padrão de preferência de subida com os verbos mais frequentes, só não significativa no período T5 (1776-1850). Observamos também que alguns verbos com subida de clítico passaram a não mais apresentar o fenômeno em PE;
- quanto à **natureza do clítico**, observamos sua função gramatical, em que a diferença entre clíticos *reflexivos e se* face aos demais clíticos se manteve, porém a diferença entre acusativos e dativos não foi consistente em todos os períodos.

Na observação da mudança por texto, é notável a variação do fenômeno entre os autores, iniciada mais claramente a partir do início do século XVII e tornando-se mais elevada no século XVIII. No século XIX os autores passam a utilizar a subida em pouco menos de 50% dos dados.

### 4.3 A VARIAÇÃO “UNIÃO DE ORAÇÕES” VERSUS ECM

Quanto aos resultados relativos à variação na posição do clítico com verbos causativos, tendo em conta sua diferença face aos verbos de “reestruturação”, a que aludimos no capítulo 2, não se observa mudança na posição do clítico a partir da distribuição geral dos dados, como podemos observar a partir da Tabela 24.

**Tabela 24** – Distribuição da subida de clíticos com verbos causativos em PCI

	<i>ocorrências de subida</i>		<i>Total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
<b>T1: 1500 – 1550</b>	174	100.0	174
<b>T2: 1551 – 1625</b>	176	99.4	177
<b>T3: 1626 – 1700</b>	88	96.7	91
<b>T4: 1701 – 1775</b>	176	99.4	177
<b>T5: 1776 – 1850</b>	76	100.0	76

Tais resultados demonstram que, para o estudo da mudança, devemos abordar os dados a partir das construções selecionadas pelos verbos causativos. Para tanto, explicitamos os critérios usados para diferenciar a construção de “marcação excepcional de Caso” (ECM) da construção de “união de orações”.

A “união de orações” pode ser instanciada pelas construções *Fazer*-infinitivo e *Fazer-por*. A distinção entre as duas não causa dúvidas quando todos os argumentos de um  $V_{inf}$  transitivo estão expressos, como nos exemplos abaixo:

- (295) a. E logo deram posse daquelas terras ao Governador, que as mandou actualmente tomar por Dom Garcia de Castro, que foi em companhia dos Embaixadores, que lhas foram entregar; (PCI-Couto, 1542).
- b. que os prelados das Religiões sejam tais que as façam guardar a seus religiosos, nem consintam que de público ou secreto as contradigam , e se houver algum religioso desobediente nesta parte , seja mandado para fora do Maranhão. (PCI-Vieira-Cartas, 1608).



Em (295), o clítico pronominaliza o argumento interno do  $V_{inf}$  e o argumento externo/causado é expresso por um DP que é iniciado pela preposição *por* (ou *de*) na construção *Fazer-por* e pela preposição *a*, na construção *Fazer-infinitivo*.

No entanto, como apontamos em de Andrade (2010b), o argumento externo/causado pode estar nulo, o que dificulta a identificação das referidas construções (no exemplo abaixo, o causado parece ser um *pro* arbitrário na terminologia da TRL, visto que a forma clítica *lha* pronominaliza os objetos direto e indireto do verbo triádico *dar*). Nesse caso, é impossível decidir se a referida frase é um caso de *Fazer-Infinitivo* ou de *Fazer-Por*. Por isso, não faremos distinção entre tais tipos de “união de orações”.

(296) Enquanto lha mandava dar, foi cousa de espanto e que deu muito que cuidar à mãe e aos de casa, o que viram no minino: (PCI-Sousa, 1556).

Na construção de “marcação excepcional de Caso” (ECM), o  $V_{reg}$  atribui Caso acusativo ao DP argumento externo/causado. Por hipótese, todos os casos de clíticos não-alçados representam casos de ECM, uma vez que a subida do clítico em contexto de “união de orações” é obrigatória, como já visto na seção 2.4. Além disso, quando um clítico referente ao causado é alçado e a marcação de acusativo num DP é visível, a sentença também foi classificada como caso de ECM. Confira os exemplos abaixo:

(297) a. Quere o Embaixador que o busquem sem advertência para receber um enviado em "roba de chambre" ou *fazer esperá-lo* até se vestir, e quere que, no mesmo tempo, haja outras visitas contra a ordem do ceremonial. (PCI-Brochado, 1651).  
 b. e *mandava-a cerzir a baeta*, ao que ele assistia dando a sua sentença, pondo os óculos e colocando-se ao lado da velha numa posição caricata. (PCI-M.<sup>es</sup> Alorna, 1802).

Seguindo esse raciocínio, há ambiguidade entre ECM e “união de orações” nas seguintes situações, exemplificadas nos exemplos mais abaixo:

- (i) o causado não está expresso por um DP e um clítico de 3<sup>a</sup>. pessoa está alçado [ $V_{inf}$  é monádico].
- (ii) o causado não está expresso por um DP, e um clítico de 1<sup>a</sup>. ou 2<sup>a</sup>. pessoa está alçado [ $V_{inf}$  é monádico ou diádico].

(298) porque a tradição, e a história a *fazem renascer* a cada instante (PCI-Aires, 1705)

(299) Folgara que me *mandaram fazer* despropósitos tôda a vida e que eu os fizera sem carranca nem esgravatar com o juízo (PCI-Chagas, 1631)

Em outros termos, a ambiguidade surge quando o clítico assume a função gramatical de causado, e não é possível identificar qual dos dois verbos atribui Caso ao clítico:  $V_{reg}$  ou  $V_{inf}$ , pois, no primeiro caso, ambos podem atribuir Caso acusativo; e, no segundo, a morfologia do clítico impede a identificação do caso e, conseqüentemente, da estrutura em questão.<sup>149</sup>

Com base nesses critérios, observamos a ocorrência dessas construções no nosso corpus de PCI, em que utilizamos somente percentagens (uma análise multivariada não seria produtora, dada a quantidade relativamente pequena de dados).

#### ***4.3.1 Resultados por período***

Considerando os critérios acima indicados para distinguir entre os tipos de construções, obtemos a quantificação apontada na Tabela 25, em que, como esperado, os dados de não-subida aparecem todos junto à construção de ECM.

---

<sup>149</sup> A metodologia que utilizamos é sujeita a uma margem de erro, se considerarmos que os clíticos dativos podem instanciar, em alguns casos, acusativos preposicionados. No entanto, acreditamos que esse uso corresponda a uma minoria dos dados, que podem ser desambiguados quando há um DP marcado pela preposição *a*, que o clítico redobra.

**Tabela 25** – Construções selecionadas por verbos causativos em PCI, por período (entre parênteses estão indicados os dados de não-subida)

	T1		T2		T3		T4		T5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>União de Orações</b>	143	80	107	60	45	49,5	61	34,5	30	39,5
<b>Ambíguas</b>	30	17	61	34	37	40,5	106	60	43	56,5
<b>ECM</b>	1	3	9 (1)	6	9 (3)	10	10 (1)	5,5	3	4
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>174</b>		<b>177</b>		<b>91</b>		<b>177</b>		<b>76</b>	

A partir da tabela, observa-se que a percentagem de união de orações diminui paulatinamente de T1 até T4, parecendo sofrer uma leve recuperação em T5, de 5%. Tais resultados parecem ser inversamente proporcionais à quantidade de orações ambíguas, que chegam a um nível máximo em T4. Já a quantidade de dados claramente classificados como ECM parece manter-se mais ou menos estável, no nível de 10%. Apesar da pequena quantidade de dados, há uma participação mais clara de dados ECM a partir de T2.

O quadro obtido dialoga com as previsões feitas por Martins (2004), que identifica a tendência ao uso do infinitivo não-reduzido a partir do século XVI (com estrutura funcional mais complexa), se bem que a partir de premissas bastante distintas. Martins atribui a seguinte motivação para o uso de infinitivos flexionados no complemento de verbos causativos: haveria ambiguidade entre infinitivo flexionado e não-flexionado, especialmente em construções coordenadas com elipse do verbo causativo. Essa ambiguidade teria se expandido para outros contextos, nomeadamente aqueles em que o infinitivo é selecionado por um verbo de “reestruturação”, e seria especialmente encontrada até o século XVI, devido ao uso ainda comum do infinitivo flexionado independente, exemplificado abaixo:

- (300) a. e sobre todo esto mandamus e houtorgamus que se algũu de nos ueher que  
aquesta nossa partizõ queyra britar ou desfazer, peyte áá outra parte aguardante.  
C. mrs. uelhus da moheda corredia en Portugal e o prazo ficar en sa forteleza

e uala pera todo senpre (Documento notarial, ano de 1287. Maia 1986: 250. Cf. p. 763)

b. mandamos peytar à parte aguardante C maravedis

e [o prazo ficar en sa forteleza]

(MARTINS 2004 (35))

No exemplo (300)b acima, composto a partir de (300)a, o constituinte entre colchetes pode ser interpretado como um uma oração independente de infinitivo flexionado com valor optativo,<sup>150</sup> ou como uma oração dependente com infinitivo flexionado e elipse do verbo causativo. A partir de construções como essas o infinitivo flexionado (e a construção ECM) teriam sofrido extensão para o complemento de verbos causativos e perceptivos.

Nosso estudo não inclui verbos no infinitivo flexionado, pois esse é um contexto em que a subida do clítico é impossível. No nosso caso, é a ambiguidade entre “união de orações” e “marcação excepcional de Caso” que seria responsável pela dificuldade de identificação de estruturas em que o infinitivo é pessoal, porém não-flexionado.<sup>151</sup> Nosso trabalho com os dados do corpus, confirmada por observação de Trannin (2009) – que estuda as construções causativas também sem clíticos – mostra que não há um aumento do uso de infinitivos com flexão explícita. Portanto, a teoria de Martins (2004) poderia explicar o surgimento da construção, mas não a implementação da mudança, a menos que esta seja reenquadrada em termos de uma preferência de uso de estruturas ambíguas com infinitivo não-flexionado como casos de infinitivo pessoal (ECM), em vez de casos de “união de orações”.

A razão pela qual esperaríamos uma preferência pela construção ECM é obscura, apesar de podermos intuí-la a partir dos dados do PE. Segundo Roberts (2007), dados ambíguos favorecem a mudança na direção da opção não-marcada. Se isso é verdade,

---

<sup>150</sup> Essa interpretação também é possibilitada pela exiguidade de uso dos sinais de pontuação, em alguns textos do português antigo, combinada com o uso da conjunção *e* como advérbio introdutor de orações (cf. Ribeiro 1995). “C maravedis” indica cem unidades de moeda.

<sup>151</sup> O infinitivo pessoal é aquele que tem um sujeito especificado, sem flexão, e está disponível em outras línguas românicas, como o castelhano:

(i) Antes de actuar Caballé, el publico estaba expectante. (Sitaridou 2000:63 (1))

Antes de atuar Caballé o público estava expectante

‘Antes de Caballé atuar, o público estava ansioso’

por que a oração infinitiva com uma estrutura funcional mais enriquecida seria não-marcada face à outra opção, ou seja, a oração infinitiva reduzida? Tentaremos responder a essa questão na seção 4.4. Tendo em conta os dados do PE, há razões para se esperar que a “união de orações” seja uma construção marcada face a ECM com os verbos causativos, pois, como observam Gonçalves & Duarte (2001):

- (i) A construção *fazer-por* não é mais utilizada em PE;
- (ii) A construção *fazer*-infinitivo só é plenamente aceitável se o causado estiver cliticizado, como demonstra o exemplo abaixo.

(301) a. ?O professor deixou tossir os miúdos antes de lhes fazer a pergunta.

b. O professor deixou-os tossir antes de lhes fazer a pergunta.

(GONÇALVES & DUARTE 2001: 657 (5)b, (6)b)

Pelo relato de Duarte (2003), sabemos também que os perceptivos só permitem a “união de orações” em contextos em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo (inergativo ou inacusativo), enquanto a construção ECM tem aceitação com qualquer verbo, como mostram os contrastes em (302) e (303).

(302) a. As pessoas, com as chuvas, viram cair flocos de neve...

b.\*O professor viu concluir o trabalho aos alunos.

(303) a. O professor viu [os alunos concluir o trabalho].

b. O professor viu [os alunos concluírem o trabalho].

(DUARTE 2003: 650 (40)b, 651 (41)b, (42)b, (43)b)

Por essas razões, vamos classificar as orações ambíguas juntamente com casos de ECM, em algumas quantificações posteriores. Essa decisão tem por objetivo simplificar a apresentação dos dados, sem ter a pretensão de impor um viés interpretativo a partir da gramática atual.

#### **4.3.2 Resultados por texto**

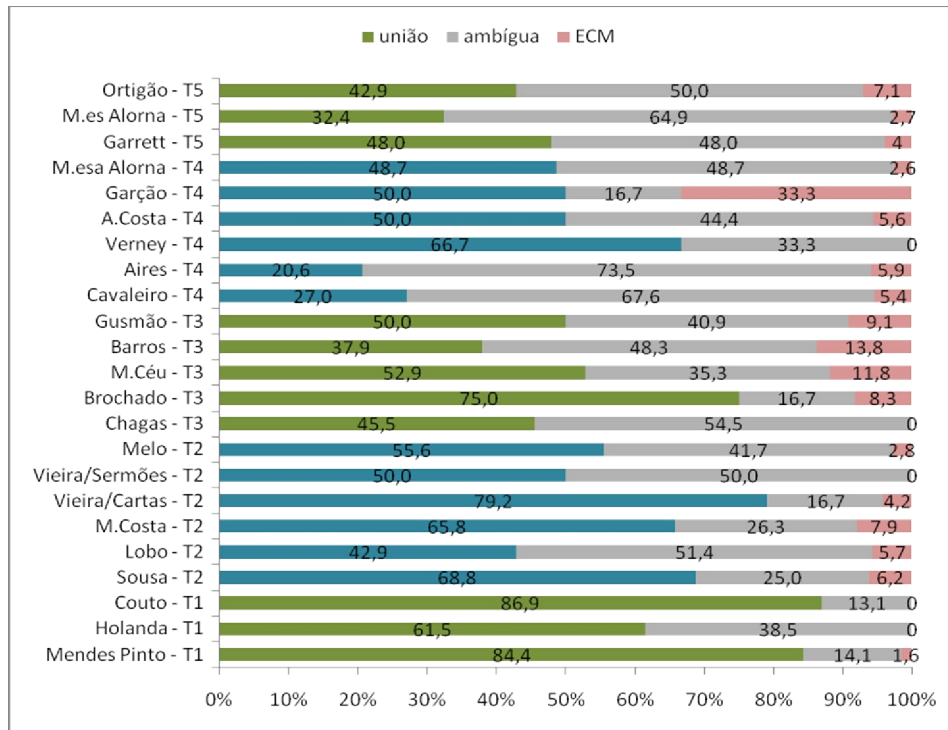
Considerando a variação entre construções, os resultados por texto apresentam, da mesma forma que na subida de clíticos em contexto de “reestruturação”, grande variação entre os autores, como se observa na Figura 3. Essa figura não inclui dados referentes aos textos de Argote (n.1676) e de Bernardes (n.1644), pela inexistência, nesses textos, de dados com clíticos gerados no complemento de verbos causativos.

Tendo em conta os dados em que a opção pela “união de orações” está comprovada, parece haver uma situação de variação ainda mais presente que na “reestruturação”, porém com a mesma tendência geral de diminuição na formação de predicados complexos. Mendes Pinto (n.1510) e Couto (n.1542) têm índices de uso de “união de orações” muito próximos, em torno dos 85%, porém seu contemporâneo Holanda (n.1517) tem um índice de 61,5%. Os autores de T2 apresentam uma variação maior no índice de “união de orações”, e uma percentagem de ECM que varia de 0% a 7,9%. Há uma variação ainda significativa em T3 e em T4. Já antes de T5, com António da Costa (n.1714), os valores de “união de orações” parecem se estabilizar entre 40% e 50%. A exceção a esse padrão é o M.<sup>es</sup> de Alorna, que apresenta 32,5% de dados comprovadamente de “união de orações”.<sup>152</sup> Aires é o autor com menor índice (20,6% de dados não-ambíguos de “união de orações”).

---

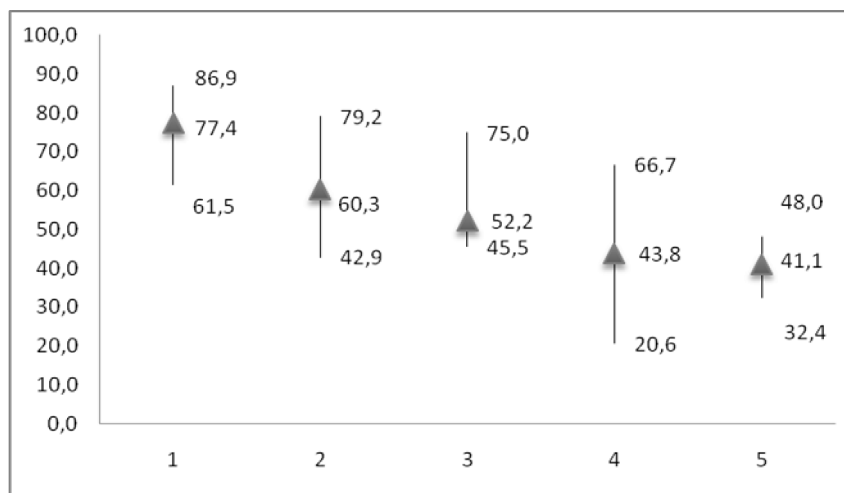
<sup>152</sup> Garção e Verney foram os autores que menos usaram construções causativas com clíticos (menos de 10 ocorrências). Atribuímos a isso o valor destoante de ECM (33,3%) encontrado com Garção.

**Figura 3** – Construções selecionadas por verbos causativos no PCI por texto



Na Figura 4 abaixo temos uma visão geral da amplitude de variação e média em cada período. Podemos notar que, semelhantemente ao encontrado com os dados de subida de clíticos com “reestruturação”, em T4 a variação alcança um nível máximo e em T5 a identificação da “união de orações” passa a ser um fenômeno marcado.

**Figura 4** – Amplitude de variação e média de uso de “união de orações” no PCI, por período



#### 4.3.3 Síntese

Os dados apresentados na presente seção mostram que clíticos não-alçados no complemento de verbos causativos eram um fenômeno muito raro, durante todo o PCI. No entanto, se tomarmos os resultados referentes às construções selecionadas pelos verbos causativos, podemos perceber uma mudança bastante semelhante àquela observada para a “reestruturação”, em que os predicados complexos se manifestam em pelo menos 85% dos casos, no período T1, e terminam no período T5 com cerca de 50% dos casos (sem considerar os dados ambíguos com a construção ECM).

#### 4.4 A COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS DE PREDICADOS COMPLEXOS DO PCL

Apresentamos a seguir um apanhado dos dados de colocação de clíticos no PCI, em que consideramos em conjunto dados de “reestruturação” e de “união de orações”. Da mesma forma que no capítulo 3, excluimos os dados em que o  $V_{reg}$  é uma forma gerundiva ou infinitiva, o que rendeu um total de 2.973 dados. Por clareza da exposição, apresentamos primeiro os dados com clíticos alçados, e em seguida os dados de clíticos não alçados.



Finalmente, apresentamos os resultados do cruzamento entre posição e colocação de clíticos no tempo.

#### 4.4.1 Clíticos alçados

Com os clíticos alçados, os resultados seguem os contextos de colocação de clíticos, como esperado.<sup>153</sup> Aqui vale a pena tecer duas observações metodológicas. Primeiro, consideramos como ênclise ao  $V_{reg}$  também os clíticos que não são ligados por hífen ou aglutinação ortográfica com o verbo regente. Um dos poucos casos encontrados no corpus é mostrado em (304). Segundo, os poucos casos de mesóclise que encontramos, entre os quais se inclui a sentença em (305), foram considerados como ênclises para fins de contagem.

(304) E o que hoje se pinta, onde se sabe pintar, que é sómente em Italia, podemos lhe chamar tambem antigo, sendo feito hoje em este dia. (PCI-Holanda, 1517)

(305) E se um principe não é papa, poder-me-ha elle perdoar esse pecado? (PCI-Holanda, 1517)

Os dados de colocação são mostrados na Tabela 26 abaixo, em que são exibidos o número e percentagem de próclises. Nota-se uma quantidade razoavelmente alta de próclises em contexto de variação, que diminui drasticamente em T4 e em T5. Como na Tabela 13, o número de dados em contexto de ênclise é muito reduzido, o que faz sentido dentro da observação de que a subida é privilegiada pela presença de elementos proclisadores.

---

<sup>153</sup> A única exceção à colocação esperada consiste no seguinte exemplo de “união de orações”:

(i) Lhe mandou pagar a pipa , e o vinho em dobro (PCI-M.Costa, 1601)

**Tabela 26** – Próclise com clíticos alçados em PCI, por período e contexto sintático

	T1		T2		T3		T4		T5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contexto:	272	100	560	100	312	100	399	100	106	100
Próclise Categórica	<b>272</b>		<b>560</b>		<b>312</b>		<b>399</b>		<b>106</b>	
Contexto:	147	86	144	80	92	94	74	71	22	41
Varição	<b>171</b>		<b>180</b>		<b>98</b>		<b>104</b>		<b>54</b>	
Contexto:	0	0	1	8	0	0	0	0	0	0
Ênclise categórica	<b>3</b>		<b>12</b>		<b>8</b>		<b>10</b>		<b>11</b>	
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>446</b>		<b>752</b>		<b>418</b>		<b>513</b>		<b>171</b>	

#### 4.4.2 Clíticos não alçados

Os clíticos não alçados constituem a menor parte dos dados no PCI. Subdividimos esse grupo de acordo com o tipo de introdutor da infinitiva:  $\emptyset$ , *a* ou *de* (no caso da “união de orações”, nunca haverá partícula introdutora da infinitiva). Aqui, também como no PE, a variação na colocação se limita às infinitivas introduzidas pela partícula *de*; nas demais, a ênclise é obrigatória.

**Tabela 27** – Próclise com clíticos não alçados pelo tipo de introdutor da infinitiva (PCI)

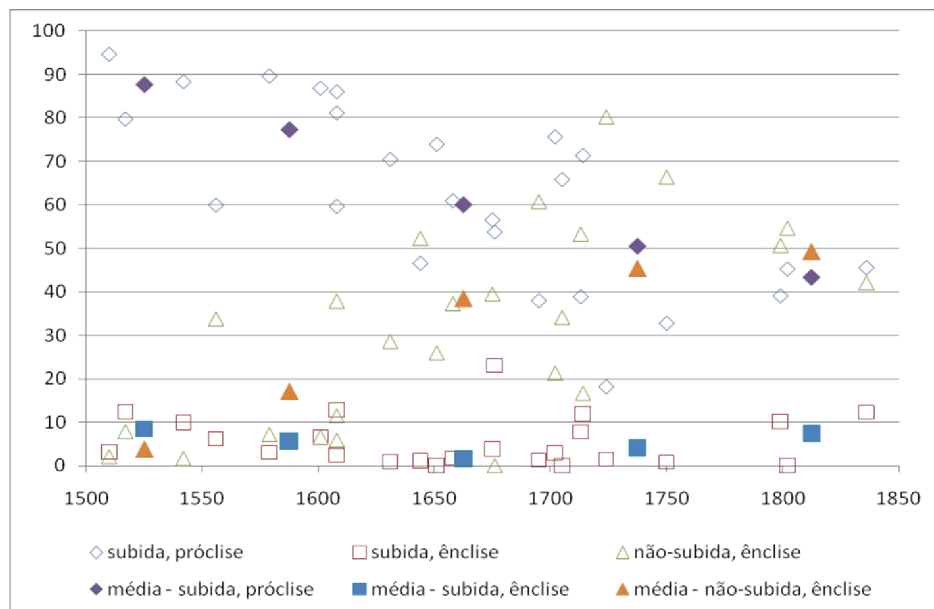
	T1		T2		T3		T4		T5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
$\emptyset$	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>7</b>		<b>88</b>		<b>155</b>		<b>223</b>		<b>79</b>	
“a”	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>1</b>		<b>4</b>		<b>22</b>		<b>14</b>		<b>7</b>	
“de”	7	88	6	50	1	7	5	24	4	18
	<b>8</b>		<b>12</b>		<b>14</b>		<b>20</b>		<b>22</b>	
<b>TOTAL clíticos</b>	<b>16</b>		<b>104</b>		<b>188</b>		<b>257</b>		<b>108</b>	

Quanto aos clíticos não alçados iniciados por *de*, a variação é generalizada, e não parece haver nenhum tipo de clítico pronominal que estabeleça uma preferência de colocação. Diferentemente do PE, a colocação preferencial quando o clítico não é alçado é a ênclise. Seguindo o raciocínio apontado no capítulo 2, podemos imaginar que o ritmo da língua desfavorece a ressilabação entre *de* + clítico pronominal, no PCI. As razões específicas para esse fato, no entanto, devem ser buscadas em evidências de fonologia histórica do PCI.

#### 4.4.3 O cruzamento entre posição e colocação de clíticos

Finalmente, vale a pena verificar como as opções de colocação se comportam face às opções de posição do clítico. Para tanto, organizamos os dados na Figura 5, excluindo os dados com partícula *de*, em que a próclise ao  $V_{inf}$  é possível.

**Figura 5** - Cruzamento entre posição e colocação de clíticos no PCI (dados de “reestruturação”, sem partícula *de*)



Da mesma forma que no PE, a opção “intermediária” de ênclise ao  $V_{reg}$  é uma opção marginal. De fato, a variação ocorre entre a próclise ao verbo regente e a ênclise ao

verbo infinitivo. A manutenção da ênclise ao verbo regente como opção marginal pode ser atribuída ao fato de que os dados em contexto de ênclise obrigatória são sempre em menor quantidade que os dados em outros contextos, aliado ao fato de que a subida é desfavorecida no referido contexto.

#### **4.4.4 Síntese**

Nesta seção observamos que, com os clíticos alçados, a colocação segue os contextos sintáticos relevantes estabelecidos para as orações independentes. Já com os clíticos não alçados a colocação é sensível à presença e tipo de partícula introdutora do domínio infinitivo. Dessa forma, não há alteração drástica face ao que foi observado para o PE, com a exceção de que, nos casos em que o  $V_{reg}$  seleciona a partícula *de*, a ênclise é a opção privilegiada em PCI, diferentemente do que se observa para o PE.

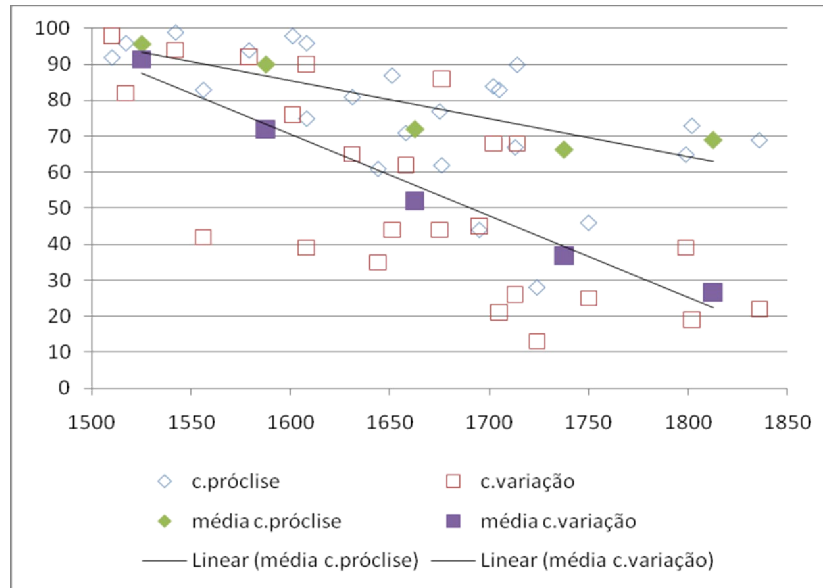
### **4.5 À GUISA DE CARACTERIZAÇÃO DA MUDANÇA (OU POR QUE A SUBIDA CAI)**

Nesta seção temos o objetivo de investigar as razões para as mudanças observadas nos contextos de reestruturação e de união de orações. Começaremos abordando os dados de “reestruturação”, em que, segundo os pressupostos assumidos nesta tese, há mudança na manifestação dos predicados complexos. Ao final da exposição, buscaremos relacionar essa mudança àquela observada na formação de predicados complexos com verbos causativos, nos quais se manifesta a competição entre “união de orações” e ECM.

Uma vez que estamos lidando com uma mudança na frequência de determinada construção, e não no seu total desaparecimento, é necessário separar os dados que melhor manifestam a mudança em causa. Como já apontado no capítulo 3 e na seção 4.2.1.1, os contextos de colocação de clíticos têm especial relevância sobre a ocorrência da subida de clíticos. Por essa razão, apresentamos abaixo os dados da Tabela 20 num gráfico que compõe os dados por autor com as médias por período, discriminados quanto aos contextos

de próclise categórica e de variação, deixando de lado o contexto de ênclise categórica, em que a subida é claramente despreferida.

**Figura 6** - Subida de clíticos de acordo com o contexto sintático no PCI (dados de “reestruturação”, sem contexto de ênclise)



Os resultados mostram que há um descompasso quanto à evolução dos dados nos diferentes textos, exceto entre T2 e T3, quando o desenvolvimento dos contextos de próclise e de variação é paralelo. Após T3, há uma manutenção da subida no contexto de próclise, e portanto, um progressivo distanciamento da subida no contexto de variação: enquanto a percentagem no primeiro se estabiliza, ela continua caindo no segundo caso. Isto confirma a importância do contexto de variação como locus privilegiado de observação da mudança com os dados de “reestruturação”.

A centralidade do contexto de variação pode ser compreendida se tivermos em conta que a subida de clíticos tem uma relação com a estrutura informacional da sentença. Mais especificamente, além dos elementos proclisadores, outros elementos com saliência ocupavam a periferia esquerda da sentença e também propiciavam a subida do clítico no PCI. Seu desaparecimento dessa posição, acompanhado por uma mudança no seu estatuto informacional, implicou o “esvaziamento” do contexto de variação para a colocação de

clíticos em favor da ênclise categórica (exceto quando o elemento ainda apresenta estatuto de foco, como se mencionou na seção 3.4).

Considerando que a mudança, tanto na reestruturação quanto na união de orações, se situa na passagem entre os períodos que designamos de T3 e T4, temos o seguinte planejamento para as próximas seções. Primeiro, verificaremos como se opera a conexão entre subida de clíticos e estrutura informacional. Em seguida vamos reportar as características atribuídas à sintaxe e à estrutura informacional em duas grandes épocas do PCI – PCI I (1500-1700) e PCI II (1701-1850), tendo por base o ano de nascimento do autor – e as previsões daí advindas. Na terceira subseção buscaremos identificar como a mudança sintática relacionada pode ter um efeito sobre o valor de marcação da subida de clíticos. Finalmente, trataremos dos dados com verbos causativos, relacionando-os à mudança encontrada com os verbos de “reestruturação”. Nosso objetivo será mostrar que uma vez que a subida de clíticos não é um fenômeno que apresenta variação livre, a mudança a ela relacionada pode ser compreendida como reflexo de alterações na maneira como a sintaxe codifica relações discursivas, em diferentes épocas da história do português.

#### ***4.5.1 A conexão entre posição dos clíticos e estrutura informacional***

Nesta seção vamos defender e explicitar a conexão entre posição do clítico e estrutura informacional. Em 4.5.1.1 vamos apresentar uma proposta para o papel informacional da subida de clíticos. Nas subseções 4.5.1.2 e 4.5.1.3 vamos apresentar duas distinções: primeiramente no nível “paradigmático”, entre clíticos alçados e não-alçados; e depois no nível “sintagmático”, entre o clítico e outros elementos da sentença. A oposição entre paradigma e sintagma refere-se ao sentido saussureano dos termos, e tem o objetivo de facilitar a exposição. Antes de tudo, devemos apresentar uma justificativa para o direcionamento pelo qual optamos.

A **estrutura informacional**, termo inaugurado por Halliday (1967), ainda é alvo de acirradas controvérsias a respeito de seus conceitos básicos, de sua adequada integração com outros módulos da gramática, e dos fenômenos linguísticos que ela é capaz de explicar. A definição mais simples para o termo envolve o pareamento de estruturas

léxico-gramaticais com proposições, via esquemas mentais dos interactantes (cf. Lambrecht 1994), envolvendo portanto o estudo das relações pragmáticas de tópico e foco, o que permite situar o campo de estudos como a própria interface entre sintaxe e discurso (cf. Erteschik-Shir 2009). Isso, por si só, abre o leque de assuntos que podem ser alvo de análise a partir de um viés informacional, como a ordem de palavras, a entonação e a expressão morfológica dos argumentos verbais. Em contrapartida, observa-se a tendência, por parte de alguns pesquisadores da área, em buscar identificar entidades linguísticas que sejam “imunes” a considerações informacionais.

A posição/colocação dos pronomes clíticos é exatamente um dos temas postos em suspeição quanto ao seu interesse para os estudos em estrutura informacional. Para Lambrecht, por exemplo, a ordem das expressões pronominais face aos demais elementos da sentença tende a ser fixada por regras da gramática, diferentemente da ordem de elementos com estatuto de sintagma (1994:202). Contudo acreditamos que há razões para se questionar esse pressuposto. Se tomarmos em consideração que a existência de contraste entre possibilidades de ordenamento alternativas é o critério crucial para que um fenômeno receba uma explicação de cunho informacional, é correto defender a ideia de que a posição do clítico (mas possivelmente não sua colocação) satisfaça essa exigência. Já apresentamos anteriormente (cf. (168) no capítulo 2) que a semântica veiculada pelo clítico alçado reflete o fato de que o referente do clítico passa a ter uma interpretação pressuposta existencialmente, diferentemente do que se observa com o clítico não-alçado, que advém de um domínio intensional, selecionado pelos verbos que estabelecem um predicado complexo. Logo abaixo apresentaremos uma explicação informacional para esse fato.

Nas subseções a seguir, utilizaremos a representação de partição da sentença proposta por Erteschik-Shir (1997), denominada de **estrutura-f(ocal)**. Nessa representação, sempre há um tópico primário, que é o elemento tomado como base para a avaliação do valor de verdade da sentença; ele é representado como um elemento [ ]<sub>TOP</sub> não-dominado, ou seja, que está fora do domínio do foco [ ]<sub>FOC</sub>. No entanto, é possível encontrar elementos pressupostos (não-focais) dentro do domínio do foco. Tais elementos serão marcados como um [ ]<sub>TOP</sub> dominado por [ ]<sub>FOC</sub>.

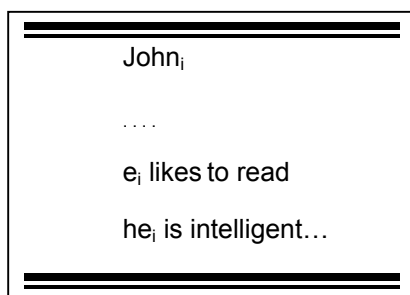
Erteschik-Shir (1997) adota a metáfora do arquivo proposta por Reinhart (1981) para a organização do conjunto-contexto. O arquivo é composto por um conjunto de “cartões” e um conjunto de regras que determinam as mudanças no arquivo induzidas por um enunciado. Os cartões têm um cabeçalho (*heading*), determinado no momento em que ele é criado; e um conjunto de entradas (*entries*) que lhe vão sendo adicionadas ao longo da interação. As regras expressas nos enunciados são: a regra de FOCO, de TÓPICO e de PREDICAÇÃO. A primeira instrui o interlocutor a localizar no “topo” do seu arquivo um cartão existente com o cabeçalho e índice requeridos. A segunda faz com que o ouvinte ou abra um novo cartão ou localize um cartão existente para então colocá-lo no topo do arquivo. A terceira leva o interlocutor a avaliar o predicado com respeito ao tópico que o encabeça. Se essa avaliação for verdadeira, ocorre a ATUALIZAÇÃO dos cartões relevantes.

Nos termos da metáfora do arquivo, o enunciado em (306) leva à criação de um cartão para *John* que fica no “topo” do arquivo, e recebe duas entradas. A interpretação do pronome é totalmente derivável da interpretação do cabeçalho, como se nota na figura.

(306) *John* likes to read. *He* is intelligent.

(ERTESCHIK-SHIR 1997:76 (41))

**Figura 7** – Ilustração de cartão seguindo a metáfora de arquivo



No que se refere à relação entre entradas e cabeçalho, dois tipos de dependência são expressos pela teoria:



- *dependência-R(eferencial)*: envolve a introdução de um novo cartão no arquivo do interlocutor, cuja referência é atribuída meramente em termos da predicação em que ele ocorre. Isso ocorre quando um pronome estabelece correferência no discurso; ou seja, ele é livre na sentença em que se encontra.
- *dependência-I(dentificacional)*: não envolve a confecção de um novo cartão no arquivo do interlocutor. A “identidade” do elemento dependente é fixada face ao sujeito ou a um operador.

A dependência-R é regida pela **Restrição de Tópico**, pois assume-se que é marcada a situação em que o objeto é tomado como tópico principal. Isso só é possível em casos simétricos, em que tanto o sujeito quanto o objeto são candidatos à topicalidade, e o sujeito não se qualifica como tópico potencial.

(307) TOPIC CONSTRAINT

- i. \*TOP<sub>i</sub> [SUBJECT<sub>TOP-Sub</sub> [. . . NP<sub>i</sub> . . . FOC-sub]<sub>FOC</sub>
- ii.  $\left\{ \begin{array}{l} \text{SUBJECT}_{\text{TOP}} [. . . ]_{\text{FOC}} \\ \text{sTOP}_t [. . . ]_{\text{FOC}} \end{array} \right\} > \text{TOP}_i [\text{SUBJECT} [. . . \text{NP}_i . . . ] ]_{\text{FOC}}$   
(ERTESCHIK-SHIR 1997:165)

Ambos os pontos mencionados acima expressam o mesmo fato: o objeto não é o elemento preferido para assumir da posição de tópico principal; o asterisco na linha (i) se refere a uma situação bastante marcada. Na linha (ii), especifica-se que o tópico não-marcado pode ser ou o sujeito, ou o tópico de “enquadre”  $\text{sTOP}_t$  (*stage topic* para Erteschik-Shir). Nesse caso, o valor de verdade da sentença é estabelecido a partir de um argumento espaço-temporal, expresso ou nulo.

A dependência-I é regida por uma restrição estrutural, chamada de **Restrição de Sujeito**, que prevê que esse tipo de dependência possa ocorrer somente numa estrutura-f canônica, na qual há identificação entre sujeito e tópico, de um lado, e entre foco no predicado e VP, de outro. Dessa forma, trata-se de uma restrição mais forte que a Restrição de Tópico:

(308) SUBJECT CONSTRAINT

SUBJECT<sub>TOP</sub> [. . . X . . . ]<sub>FOC</sub>

s<sub>TOP</sub>

<I-dependency

(ERTESCHIK-SHIR 1997: 221)

No português europeu, essa distinção será relevante porque separa contextos de ênclise no primeiro caso, e contextos de próclise no segundo, em que os clíticos são afetados por ambos os tipos de dependência. Quando há um proclisador, deve ocorrer a identificação do elemento focalizado face a um operador. Em ambos os casos, o clítico advindo de um domínio intensional pode “ganhar” uma pressuposição de existência, derivada do seu estabelecimento, no discurso, de uma relação com o tópico primário. Vejamos a seguir como isso ocorre.

#### 4.5.1.1 O papel informacional do clítico

A presente seção tem como ensejo a seguinte pergunta: a subida do clítico é indício de que tipo de relação informacional? A ideia mais comumente aceita é que todo pronome expressa um tópico, que alguns identificam, de forma um pouco tautológica, como um **tópico familiar**, a fim de diferenciá-lo dos demais tópicos da sentença (cf. Hinterhölzl & Petrova 2010). No entanto, é necessário oferecer uma caracterização mais precisa.

Partiremos de um dos poucos estudos disponíveis sobre o tema, o trabalho de Gill (2000), que trabalha com a noção de cadeias discursivas. A autora postula, tendo por base o castelhano moderno, que a não-subida é a posição *default* do clítico, enquanto a subida “[...] will function to keep the discourse topic salient, where there is a new sentence topic or to ground new information by linking it to the previous referent” (Gill 2000:86). Para melhor compreensão dessa proposta, veja-se o contraste entre os trechos discursivos abaixo:

(309) Yo<sub>i</sub> estoy encantado con las huertas,

Eu estou encantado com as hortas,

y todas las tardes me paseo<sub>i</sub> por ellas un par de horas.

e todas as tardes 1SG.INH passeio por elas um par de horas

**[Mi padre]<sub>j</sub> quiere llevar=me<sub>i</sub> a ver sus<sub>j</sub> olivares, sus viñas, sus cortijos;**

meu pai quer levar=1SG.ACC a ver seus olivais, suas vinhas, suas fazendas

pero nada de esto Hemos visto aún.

mas nada de DEM.MASC 3SG.AUX ver.PTCP ainda

No he<sub>i</sub> salido del lugar y de las amenas huertas que le=circundan.

não 3SG.AUX sair.PTCP do lugar e de as agradáveis hortas que 3SG.ACC=circundam

‘Estou encantado com as hortas, e todas as tardes passeio nelas durante um par de horas. Meu pai quer me levar (PE: quer levar-me) para ver seus olivais, suas vinhas, suas fazendas, mas não vimos nada disso ainda. Não saí do lugar e das hortas agradáveis que o circundam’

(Pepita Jiménez, 47 – GILL 2000:169 (160))

(310) Antes me canso yo<sub>i</sub> que él<sub>j</sub>,

Antes me canso eu que ele

y no queda vericuerdo, ni lugar agreste, ni cima de cerro escarpado

e não fica lugar.afastado, nem lugar agreste nem alto de monte escarpado

en estas cercanías, adonde no lleguemos.

Em estas cercanias aonde não chegemos

**[El señor Vicario]<sub>j</sub> me<sub>i</sub>=va reconciliando mucho con el clero español,**

O senhor Vigário 1SG.ACC= vai reconciliando muito com o clero espanhol

a quien algunas veces he tildado yo<sub>i</sub>, hablando con usted, de poco ilustrado.

a quem algumas vezes 3SG.AUX apelidei eu falando com você de pouco ilustrado

Cuánto más vale, me=digo<sub>i</sub>, a menudo, [este hombre]<sub>j</sub>, lleno de candor

quanto mais vale 1SG.DAT=digo a miúdo este homem cheio de candura

y de buen deseo

e de bom desejo

‘Eu me canso antes que ele, e não há cafundó, nem lugar agreste, nem pico de monte escarpado nessa redondeza aonde não chegemos. O senhor Vigário tem me reconciliado (PE: tem-me reconciliado) com o clero espanhol, que taxei algumas vezes, ao falar contigo, de pouco ilustrado. Vira e volta penso o quanto mais vale esse homem, cheio de candura e de boas intenções’

(Pepita Jiménez, 75 – GILL 2000:170 (161))

Gill interpreta que em (309) o **tópico de sentença** *mi padre* seria tão ou mais saliente que o referente do clítico (uma pista disso é a inclusão de ambos os elementos como sujeito de 1ª. pessoa do plural na oração posterior ao trecho em negrito). Já em (310) o clítico mantém sua saliência depois do trecho em negrito, e por isso a subida “marca” que esse elemento se refere a um **tópico de discurso**, ou seja, uma expressão tópica cujo referente é pragmaticamente saliente além dos limites de uma única sentença.

Antes de avaliar essa proposta devemos compreender o que vem a ser “saliência” e como quantificá-la. Esse termo está vinculado ao campo da acessibilidade de referentes nos esquemas mentais dos interactantes. A saliência é um dos sentidos que o termo “dado” pode adquirir: um termo **dado/saliente** corresponder a “that knowledge which the speaker assumes to be in the consciousness of the addressee at the time of the utterance” (Chafe 1976:30; cf. também Prince 1981). Nesse sentido, só há duas possibilidades de um referente ser saliente: ou ele já foi explicitamente introduzido no discurso ou está presente no contexto físico da enunciação (ou é tratado “como se” satisfizesse uma dessas duas possibilidades). Se um elemento é inserido na enunciação *E* e ele não é saliente na mente do interlocutor no momento em que *E* está sendo pronunciada; pelo contrário, ele é **novo/inativo** (cf. Chafe 1987 e Lambrecht 1994). A partir daí, faz sentido postular que a saliência possa ser quantificada, *grosso modo*, em termos da distância referencial: “[...] among discourse-old information, that which has been mentioned more recently in general is treated as more familiar, in the sense of being more salient, than that which has been mentioned less recently” (Ward & Birner 2006:171).

Com base nesses conceitos, voltemos agora aos exemplos oferecidos por Gill. Em (309), o **tópico de sentença** *mi padre* é inserido; trata-se de um elemento referencialmente inativo. Por outro lado, a primeira sentença de (310) apresenta dois participantes já referidos anteriormente (por alguma razão o autor julga necessário reforçar

na memória que o sujeito da frase em negrito deva ser expresso por um DP, e não por um pronome). Nesse caso, haveria uma situação em que o tópico do discurso e o tópico da sentença têm ambos alta saliência, respectivamente o narrador e *el señor Vicario*. Vamos representar a estrutura informacional das sentenças acima na Figura 8.

Nas representações, interpretamos que a subida não ocorre em (309) pois o sujeito e o objeto estão incluídos no foco de predicado. Há um tópico de enquadre, representado por um argumento espaço-temporal nulo. Assim, *mi padre* e o clítico são elementos tópicos dentro do domínio do foco, porém não estabelecem relação prévia entre si. A subida, portanto, não ocorre.<sup>154</sup> Já em (310) *el señor Vicario* e o clítico são respectivamente um tópico primário e um tópico secundário. Note-se que a relação entre ambos havia sido estabelecida previamente, e a subida do clítico marca o fato de que a oração é interpretada com relação ao clítico, coindexado com o tópico subordinado.

**Figura 8** - Ilustração de esquema informacional para subida/ não-subida

<p><b>A. Não-subida</b></p> <p><math>sTOP_i</math> [ [Mi padre]<sub>TOP</sub> quiere llevar [ -me]<sub>TOP</sub> a ver sus olivares, sus viñas, sus cortijos ]<sub>FOC</sub></p> <p>TOP primário: e {argumento espaço-temporal}</p> <p><b>B. Subida</b></p> <p><math>TOP_{i-sub}</math> [ [El señor Vicario]<sub>TOP</sub> [ [<sub>TOP</sub> me]<sub>i</sub> va reconciliando con el clero español... ]<sub>FOC</sub> ]<sub>FOC-sub</sub></p> <p>TOP primário: <i>El señor Vicario</i>   TOP secundário: <i>me</i></p>
--

O exemplo em (310) ilustra o caso em que há simetria entre dois tópicos. Contudo, há ainda outra possibilidade para a subida do clítico, em que ocorre sua identificação face a um operador e, depois, sua referência no discurso. Nesse caso, o clítico se relaciona com uma variável que por sua vez é ligada por um operador. Ele não poderá assumir a função de tópico primário, de acordo a Restrição de Sujeito. Uma ilustração de que a negação precisa operar sobre um tópico, a fim de elevá-lo à condição de tópico

<sup>154</sup> A correlação tópico/dado e foco/novo não está sendo considerada à risca: sabe-se que um foco pode se referir a um elemento previamente enunciado (cf. Lambrecht 1994:211ss) e um tópico pode ser um elemento novo/inativo, como no caso de *mi padre* em (309). O autor defende tal ideia ao salientar que tópico e foco são relações pragmáticas que determinados referentes estabelecem com as proposições em que figuram.



ser depreendido a partir do seguinte comentário de Chierchia (2003) sobre a ambiguidade da sentença em (313)a, se interpretada a partir da forma lógica em (313)c:

- (313) a. Lia acredita que um amigo dela será reprovado.  
 b. Lia acredita que [um amigo<sub>i</sub> dela [e<sub>i</sub> será reprovado]]  
 c. [um amigo<sub>i</sub> dela [Lia acredita que e<sub>i</sub> será reprovado]]

Segundo Chierchia, “[...] há um determinado amigo de Lia, Hugo, e Lia acredita que Hugo será reprovado. *Aqui, estamos colocando Lia numa relação direta com Hugo*: Lia atribui a propriedade de ser reprovado a um indivíduo específico.”(2003:463; ênfase acrescentada). Ora, essa observação encontra uma explicação em termos de tal relação entre tópicos ter sido estabelecida no discurso anterior (cf. Lambrecht 1994:148).

Uma implicação importante dessa proposta que encara o clítico como um tópico secundário acima diz respeito à baixa aplicação da subida ao clítico *se* reflexivo, em contraste com sua quase-obrigatoriedade com o *se* passivo, como se observa a partir dos exemplos abaixo.<sup>155</sup>

- (314) a. e, como no dia dos anos de Vossa Excelência Ø<sub>i</sub> tive a consolação de receber uma carta sua, quando Ø<sub>i</sub> acabava de enfeitar-me, tive com isto uma espécie de ilusão agradável [...] (PCI-M.<sup>esa</sup> Alorna, 1799)  
 b. Tem Solino muita razão (disse Dom Júlio) e se assim forem [os diálogos]<sub>i</sub> como Ø<sub>i</sub> se podem formar com a prática de alguns que estão presentes, bem se autorizara a opinião do Doutor, pôsto que a minha fique de vencida com a ventagem que aqui tem a prática das escrituras alheias . (PCI-Lobo, 1579)

O *se* reflexivo é correferente com o sujeito. Ora, como um elemento, para ser um tópico secundário, depende de sua relação com outra entidade, o clítico não poderá ser

<sup>155</sup> Lembramos que o segundo exemplo não faz parte da quantificação cujos resultados apresentamos na seção 4.2.

identificado como tal.<sup>156</sup> Já o *se* passivo, se interpretado sob a ótica da análise de Raposo & Uriagereka (1996), tem uma função argumental como argumento sintaticamente ativo e é indistinto do *se* impessoal. O elemento pré-verbal - *os diálogos*, em (314)b - é um tópico primário, e o *se* faz referência ao tópico secundário, que é o agente da ação.

Outra implicação da proposta, de cunho mais conceitual, diz respeito à compreensão das razões pelas quais esse contraste semântico se limita aos predicados de “reestruturação”. Observa-se que não há a necessidade de distinguir entre tópicos pressupostos e não-pressupostos no domínio de uma oração independente, uma vez que a sentença em causa apresenta um valor de verdade. Contudo, quando há um predicado complexo, a proposição secundária aí contida denota uma intensionalidade. Nesse domínio, está em jogo não um valor de verdade, mas a crença a respeito de mundos possíveis. Um outro exemplo de construção que envolve uma predicação secundária e, portanto, a distinção entre juízos *de re* e *de dicto* é a **Construção de duplo objeto**, cujo argumento recipiente tem existência pressuposta.

(315) a. Ede promised his fortune to a martian.

b. Ede promised a martian his fortune.

(BRANDT 2000 (3))

Em (315)b, *a martian* (‘um marciano’) tem existência pressuposta, derivada de seu escopo amplo face ao verbo intensional *promise* (‘prometer’). Sua leitura *de re* fica evidenciada pela impossibilidade de acrescentar algo como *...but the martian turned out to be a fake* (‘...mas o marciano era, na verdade, um impostor’) sem prejuízo à gramaticalidade da sentença.<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> Há uma possibilidade de satisfação dessa exigência, quando o tópico primário for distinto do sujeito sintático, e houver uma relação entre ele e o clítico. O clítico *se* inerente, por outro lado, não estabelece qualquer referência, e fará parte do domínio do foco juntamente com o verbo.

<sup>157</sup> Mais um vez, nota-se uma contraparte informacional. Polinsky (1994) o recipiente da DOC é um tópico secundário, pois não pode ser focalizado com *only* (‘só’), diferentemente do argumento tema: *?They gave (only the boy) a sandwich* (‘eles deram um sanduíche só para o garoto’).



#### 4.5.1.2 A posição do clítico e sua saliência no discurso

Se a identificação de tópicos secundários baseia-se na sua referência no discurso precedente, em conexão com o tópico primário, e considerando que tais tópicos secundários podem “assumir” a posição de tópico primário numa estrutura-f subordinada, espera-se que clíticos alçados sejam relativamente salientes no plano do discurso anterior, em contraste com os clíticos não-alçados. Essa expectativa pode ser sintetizada na seguinte generalização:

(316) A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS E SUA REFERÊNCIA NO PLANO DISCURSIVO

A subida do clítico se correlaciona com a referência a um tópico mais saliente, enquanto a não-subida ocorre quando o clítico se refere a um tópico menos saliente, que é usualmente identificado como tópico do discurso.

Duas biografias presentes no CTB foram utilizadas para verificar esse tipo de previsão, uma vez que têm tópicos de discurso retomados repetidamente: *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* (Sousa, 1556) e a *Vida do Apostólico Padre António Vieira* (Barros, 1675). Confira primeiro os exemplos com clíticos não alçados:

- (317) a. Aqui ([o Frei Bertolameu]<sub>i</sub>) perdia os estribos e, Ø<sub>i</sub> desconfiando de si, Ø<sub>i</sub> resolvia-se em dar a vida primeiro que o consentimento; e Ø<sub>i</sub> pedia a [Nosso Senhor]<sub>j</sub>, com veementíssimo affecto, que Ø<sub>j</sub> fosse servido de lhe<sub>i</sub> desviar [esta carga]<sub>k</sub>, que havia por manifesta tentação, com que o inimigo pretendia derribá-lo<sub>i</sub>. (PCI-Sousa, 1556)
- b. Deixadas estas faíscas do seu fogo, e chegados os 24 de Outubro do mesmo ano de 1654, soltou [o Padre ANTÓNIO VIEIRA]<sub>i</sub> da Ilha de São Miguel para o porto de Lisboa em um navio Inglês. Ø<sub>i</sub> Metido no Oceano<sub>j</sub>, como se o<sub>i</sub> esperasse no campo para outra vez assaltá-lo<sub>i</sub> [aquele bravo elemento]<sub>j</sub>, saiu contra ele<sub>i</sub> com represadas fúrias. Talvez temiam [os espíritos malignos]<sub>k</sub> [a guerra]<sub>i</sub>, que<sub>i</sub> lhe<sub>i</sub> havia de fazer [aquela vida]<sub>i</sub>; e como Ø<sub>k</sub> não puderam afogá-la<sub>i</sub> no primeiro naufrágio, intentaram o segundo. (PCI-Barros, 1675)

Nos trechos em (317), o tópico do discurso identifica-se com os temas das biografias em questão: o Frei Bertolameu dos Mártires e o Padre António Vieira, respectivamente. Confira agora dois casos com clíticos alçados:

- (318) a. ([eu]<sub>j</sub>) Bem suspeito que [Vossa Reverência]<sub>i</sub> se enfasiará de tanto lhe<sub>i</sub> repetir a diligência dos pobres, mas nisto Ø<sub>i</sub> me<sub>i</sub> há-de perdoar; é meu ofício, Ø<sub>j</sub> sou despenseiro da [fazenda dos pobres]<sub>k</sub>. Ø<sub>j</sub> Não a<sub>k</sub> herdei, não a<sub>k</sub> ganhei, Ø<sub>j</sub> queria-a<sub>k</sub> repartir como manda seu Senhor. (PCI-Sousa, 1556)
- b. e igualmente sepultará a dor, por mais que provocada, as injúrias, e afrontas, que se fizeram [àqueles Apostólicos Varões]<sub>i</sub>, que<sub>i</sub> deixando o sossego de suas pátrias por Ø<sub>i</sub> irem salvar almas às brenhas, Ø<sub>i</sub> acharam na empresa a mais indigna contrariedade, não nos inimigos da Fé<sub>j</sub>, mas entre os<sub>k</sub> que<sub>k</sub> a<sub>j</sub> deviam pregar. (PCI-Barros, 1675)

Os exemplos em (318) demonstram que os tópicos de discurso não são estáticos e impassíveis de alteração. Em (318)a, o Frei Bertolameu dirige-se em carta ao seu governador de arcebispado, Frei João de Leiria, que passa a ser o tópico do discurso; já em (318)b, o autor refere-se à Companhia de Jesus. É interessante notar que Barros fala como se fosse o próprio Vieira, defendendo o trabalho dos jesuítas diante de seus opositores.<sup>158</sup> Essa estratégia parece servir justamente à troca do referente que serve usualmente como tópico do discurso por outros elementos: no caso, o pronome *os* recupera o referente *os mais vigorosos contrários / eclesiásticos*, enunciado duas frases antes: “Os mais vigorosos contrários, como instrumentos mais opostos a ruína, eram Eclesiásticos, acendendo-lhes a inveja o fogo contra a Companhia de JESUS; porque viam todas as aldeias debaixo só de sua disciplina”. (PCI-Barros, 1675)

Em suma, os exemplos acima confirmam a generalização em (316), pois os clíticos que fazem referência a tópicos de sentença - que coincidem com os elementos mais

---

<sup>158</sup> Agradeço a Charlotte Galves por sugerir a investigação sobre as narrativas e por me chamar a atenção para esse tipo de “discurso indireto livre”.

salientes no discurso - são alçados. Tomamos o tópico de sentença como um elemento inserido na oração imediatamente anterior (ou na mesma frase, considerando a existência de relações de hipotaxe/parataxe), com participação mais pontual no texto que o tópico de discurso.

#### 4.5.1.3 A posição do clítico e sua saliência na sentença

Um corolário da generalização em (316) aplicada ao plano da sentença pode ser expresso como a seguir:

(319) A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS E SUA SALIÊNCIA NO PLANO SENTENCIAL

A subida do clítico tende a ocorrer quando o clítico tem saliência maior ou igual que a saliência de outros tópicos presentes na sentença.

Vejamos a ilustração dessa generalização em dados do PCI I, primeiro com a não-subida, e depois com a subida do clítico. A sentença em (320) expressa um foco apresentacional, em que um tópico de enquadre assume o papel principal para a avaliação da sentença, entendido como “o lugar de onde o farsante foi trazido”. Nesse caso, tanto o elemento novo *quatro [homens]* quanto o clítico fazem parte do domínio do foco, pois a proposição está sendo avaliada face ao contexto espaço-temporal. Isso é condizente com a representação dada para a não-subida no Figura 8.

(320) Outro<sub>i</sub> [farsante], gerado deste<sub>j</sub> depois que o<sub>j</sub> matara, sendo cego<sub>k</sub>, Ø<sub>i</sub> cegou mais, para o<sub>k</sub> não ser. Pouca terra sobre seus olhos o<sub>i</sub> alumia; muita sobre seus membros o<sub>i</sub> exalta. Quatro foram trazê-lo<sub>i</sub>, para dele serem trazidos porque Ø<sub>i</sub> foi protector dos protectores. (PCI-Bernardes, 1644)

No caso acima a saliência do clítico é virtualmente a mesma que a do sujeito. No entanto, também há o caso em que o sujeito é mais saliente que o clítico, e ocupa a posição de tópico primário (sem que isso implique a existência de um tópico secundário).

(321) Ficou [o Mago]<sub>i</sub> aturdido, imaginando que Pedro<sub>j</sub> adivinhara, e Ø<sub>i</sub> começou a confessá-lo<sub>j</sub> por profeta, em que habitava o verdadeiro Deus, e a rogar-lhe que vencesse com a bondade a sua malícia, e que ele faria penitência e o ajudaria a pregar a verdade. (PCI-Bernardes, 1644).

No caso da subida, devemos distinguir duas situações. Numa, o clítico objeto pode assumir a posição de tópico principal na estrutura-f subordinada, e portanto, será o elemento com maior saliência na sentença.

(322) Levado [o soldado]<sub>i</sub> ali, com efeito, informaram a Talássio<sub>j</sub> do que se tinha passado, o qual<sub>j</sub> por três dias continuou em dar-lhe<sub>i</sub> as consolações e doutrinas em tal caso oportunas, e no quarto Ø<sub>j</sub> o<sub>i</sub> veio a reduzir a que contasse o que lhe sucedera. (PCI-Bernardes, 1644)

Nesse caso, *no quarto* é um tópico de enquadre; tanto o sujeito nulo quanto o clítico são elementos salientes no discurso, mas o contexto leva a que o objeto seja interpretado como tópico secundário (e principal na estrutura subordinada). Isso pode ser compreendido a partir do fato de que *Talássio* é um personagem secundário na narrativa. A seguinte representação em estrutura-f é atribuída à sentença:

(323) TOP<sub>i-sub</sub> [ [Talássio]<sub>TOP-Sub</sub> [veio a reduzir [o soldado]<sub>i</sub> ]<sub>FOC</sub> ]<sub>FOC-Sub</sub>

Quando há uma dependência-I instaurada na sentença, como em (324), não é possível que o objeto tenha maior saliência que o sujeito. Nesse caso, o clítico, se alçado, é identificado como um tópico secundário, devido à pressuposição de existência que “ganha” ao estar no escopo de um operador afetivo (para simplificação, mais uma vez apresentamos o caso da negação). Nesse caso, o sujeito nulo é que assume o papel de tópico primário, como se vê na estrutura-f em (325).

(324) Uma das grandes penas com que Deus ameaçava pelo propheta Amós [os ricos e poderosos]<sub>i</sub> d'aquelle tempo (como pudera tambem ameaçar os do nosso) era que  $\emptyset_i$  edificavam palacios magnificos, e [casas de prazer para delicia]<sub>j</sub>; mas que  $\emptyset_i$  não as<sub>j</sub> haviam de lograr ... (PCI-P<sup>e</sup>.Vieira-Sermões, 1608)

(325) [os ricos e poderosos daquele tempo]<sub>TOP</sub> não [ [as]<sub>TOP</sub> haviam de lograr ]<sub>FOC</sub>

Os resultados expostos na seção podem ser sintetizados como na Figura 9, logo abaixo, que enfoca a questão da saliência na sentença.

**Figura 9** - Saliência na sentença e subida/ não-subida

<b>A. Não-subida</b>	
s <sub>TOP</sub> [[X] <sub>TOP</sub> ... [Y <sub>CL</sub> ] <sub>TOP</sub> ] <sub>FOC</sub>	⇒Ativação: x ~ y
[X] <sub>TOP</sub> [ ... [Y <sub>CL</sub> ] <sub>TOP</sub> ] <sub>FOC</sub>	⇒Ativação: x > y
<b>B. Subida</b>	
TOP <sub>i-sub</sub> [ [X] <sub>TOP</sub> [ ... [Y <sub>CLi</sub> ] <sub>TOP</sub> ] <sub>FOC</sub> ] <sub>FOC-Sub</sub>	⇒Ativação: y > x
[X] <sub>TOP</sub> OP <sub>i</sub> [ ... [Y <sub>CL</sub> ] <sub>TOP</sub> Z <sub>i</sub> ... ] <sub>FOC</sub>	⇒Ativação: y ~ x

#### 4.5.1.4 Síntese

Nesta seção apresentamos uma caracterização do papel informacional da posição do clítico. Nela, o clítico alçado foi identificado como um tópico usualmente secundário, ou seja, uma entidade que tem uma relação com o tópico primário. Já o clítico não alçado, segundo essa proposta, é mera parte do domínio do foco. Além disso, identificamos a saliência (ou ativação) do clítico em dois níveis: discursivo e sentencial. O clítico alçado apresentou maior saliência em ambos:

- no nível do discurso, porque se vincula a um “tópico de sentença”, cuja referência é mais recente na memória do interlocutor;
- no nível da sentença, a consequência é que o clítico, apesar de ser um tópico secundário, tenha saliência igual ou maior que o tópico primário (sendo que este é identificado usualmente com o sujeito da oração).

#### 4.5.2 A expressão sintática da estrutura informacional

Na presente seção buscamos sistematizar como a sintaxe nos dois períodos do PCI expressa noções da estrutura informacional, e qual a influência disso sobre o fenômeno de subida de clíticos. Para tanto, explicitaremos a relação entre sintaxe e discurso primeiro no PCI I, depois no PCI II, e em seguida apresentaremos um teste quantitativo a fim de avaliar hipóteses anteriormente postas.

A razão para emprendermos esse tipo de estudo decorre da expectativa de as generalizações expostas em (316) e (319) serem estáveis durante o tempo. Assim, é possível estabelecer propostas sobre a variação entre os autores, mas não ainda uma explicação para a queda da subida de clíticos na história do português. Contudo, se pudermos identificar o recurso sistemático a tópicos e focos marcados na sintaxe, é provável que isso tenha um efeito sobre a expressão de tópicos primários e secundários.

##### 4.5.2.1 Sintaxe e discurso no PCI I

Vamos abordar a seguir as posições relevantes que construções com tópicos e focos marcados ativam na sentença, e qual sua consequência para a expressão da subida de clíticos. Para a identificação de correlações entre sintaxe e discurso, são usados critérios pragmáticos e prosódicos, esses últimos possíveis a partir de evidências de colocação de clíticos.

O PCI I, como também o português antigo (PA), apresentava duas posições de tópico: um externo e outro, interno à sentença, de acordo com Ribeiro (1995) e Paixão de Sousa (2004), entre outros. Uma evidência disso é a colocação de clíticos nessa gramática, que segue restrições puramente prosódicas (lei de Tobler-Mussafia), e poderá variar a depender de se o elemento que o precede for um tópico interno ou externo.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Conforme Galves & Sandalo (*a sair*), se o *output* da sintaxe gerar a colocação do clítico em início de sentença, a inversão prosódica será responsável por gerar a ênclise, exceto em alguns casos nos quais há integração prosódica do tópico externo ao restante da sentença.

- (326) A COLOCAÇÃO DE CLÍTICOS NO PCL I (# = fronteira sintática e fonológica)
- a. #XV → próclise categórica
- b. X#V → ênclise preferencial (PAIXÃO DE SOUSA 2004: 164 (61))

Além de consequências prosódicas, espera-se que haja uma correlação entre as posições sintáticas dos ditos tópicos e seus valores informacionais; no entanto, não é isso que a maioria os estudos sobre o PCL tem afirmado. Isso pode ser observado a partir da definição de tópico interno como uma posição que abriga qualquer “constituente de VP”, referencial ou não (Paixão de Sousa 2004:164). Isso deriva do pressuposto de que o PCL I (e o PA) eram línguas V2 até certa altura (até o início do séc. XVI para Ribeiro 1995 *et seq.*; e até o início do séc. XVIII para Galves, Britto & Paixão de Sousa 2005, entre outros trabalhos relacionados).<sup>160</sup> Para evitar confusão, vamos chamar o elemento que ocupa essa posição sintática de “constituente V2”, e o tópico externo de “constituente externo”, fazendo referência tão-somente à ordem.

Duas construções informacionalmente marcadas têm sido atribuídas à ativação por um constituinte externo: o deslocamento à esquerda com clítico e a topicalização sem retomada, sendo que ambas podem ter um valor contrastivo opcional. O **deslocamento à esquerda com clítico** (DEC)<sup>161</sup> tem seu estatuto de tópico externo comprovado pela ênclise do pronome presente na predicação, de acordo com o esquema em (327). Essa construção exibe um tópico cujo papel argumental na sentença é veiculado pelo clítico. Sua posição de destaque está em consonância com o **Princípio de separação entre papel e referência** de Lambrecht (1994), segundo o qual não se pode introduzir um tópico e fazer referência a ele na mesma oração. O DEC pode ter dois valores textuais: a mera introdução de um tópico novo – cf. (328) – ou a reativação de um tópico que acaba de ser mencionado para colocá-lo numa relação de contraste com outro item do discurso – cf. (329).

<sup>160</sup> Torres Morais (1995) propõe que a mudança ocorreu no início do século XIX pois considera sua difusão na comunidade linguística. Contudo, Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005) postulam que o ponto relevante esteja um século antes, tendo em conta o ponto de reanálise.

<sup>161</sup> O DEC é denominado em inglês de *Clitic Left Dislocation* (CLLD).

- (327) a. Mas [os santos e apóstolos e mártires] *quem os* quizer bem pintar, emite ao seu capitão e Nosso Salvador, que nenhuma outra regra lhes posso para isso dar maior. (PCI-Holanda, 1517).
- b. Novos delitos se hão de inventar para mi, que, [como não custam por agora mais que uma leve diligência,] [emprêgo tão barato] *quem* deixará de *o* provar, a trôcode ver consumido êste portento de maldades, em cuja ruína consiste o remédiode muitos? (PCI-Melo, 1608).
- (328) a. [A memória de Deus contínua] não se tem sem solidão, [a mortificação contínua] não se tem sem amor de Deus, [o contínuo amor de Deus] *não o* podeis ter sem vos aborrecer a vós; (PCI-Chagas, 1631)
- b. O conhecer porém, que descobrir o intento da partida era excitar à mesma impedimentos; e que ausentar-se oculto, e sem o dar a saber a ElRei, seria tão feio no Mundo, como quem deixava ultrajados os respeitos da Majestade de um Soberano, em cujo coração fora com tanta particularidade admitido; e era o torcedor, em que se via a grande alma de VIEIRA, que sabia conhecer o delicado do respeito, e da gratidão. [A parte, que neste problema escolheu,] *não a* poderíamos escrever, senão com temerosa pena ; (PCI-Barros, 1675)
- c. Meta cada hum a mão em sua consciencia, e achará a prova do que digo, que este mundo he huma ladroeira, ou feira da ladra, em que todos chatinaõ interesses, creditos, honras, vaidades, e [estas couzas] *naõ as* pode haver sem mais, e menos: e em mais, e menos vay o furto, quando cada hum toma mais do que se lhe deve, ou quando dá menos do que deve. (PCI-M.Costa, 1601)

Nesse último caso o DEC parece estar acompanhado por um foco contrapressuposicional (provavelmente recaindo sobre a negação), pois a intenção comunicativa parece ser a de desfazer uma expectativa atribuída ao estado mental do interlocutor. Já a **topicalização sem retomada** (TSR) também está vinculada a um tópico externo, o que pode ser verificado uma vez que, quando há um pronome (desta vez não-correferente com o tópico), ele é enclítico (cf. Torres Morais 1995:325s) - exceto nos casos em que há um proclisador no âmbito da sentença. O valor contrastivo dessa topicalização nos *Sermões* (mas não nas



*Cartas*) de Vieira foi estudado por Galves (2002), e de fato esse tipo de exemplo permite recuperar com confiabilidade a existência do elemento externo. É interessante notar que, diferentemente do foco contrastivo expresso pelo DEC, a expressão da negação não é necessária na TSR, uma vez que o contraste entre itens é estabelecido no discurso:

- (329) a. [Na outra vida] [ha-de-**nos** pagar Deus as boas obras com a posse da glória];  
 [n'esta vida] [*já* nol-**as** começa a pagar com a segurança d'ella]. (PCI-Vieira, *Sermões*, 1608)
- b. se [a lisonja] os iguala ao Sol, [a censura] [sabe compará-**los** ao Cometa]; (PCI-Aires, 1705)

Dessa forma, o preenchimento da posição externa nem no DEC nem na TSR é favorece claramente a subida, apesar de ser encontrada a seguinte proporção de subida: 12/15 com DEC e 2/4 com TSR. Isso ocorre porque, apesar de o clítico ser correferente com o tópico no caso do DEC, quase todos os casos encontrados no corpus de PCI apresentaram um proclisador – mais usualmente *não*, mas também *ninguém* ou *quem*.<sup>162</sup> Na TSR não há uma previsão sobre a saliência do clítico, que dependerá de sua relação com outros itens discursivos.

A ativação do constituinte V2, por outro lado, tem sido associada a duas construções informacionalmente marcadas: a topicalização V2 e a focalização V2. Mais uma vez, a principal evidência disso é a colocação de clíticos, que é necessariamente proclítica nessa etapa, devido à ativação da camada CP. De fato, há duas opções de análise para exemplos como (321), com um objeto frontado e um sujeito pós-verbal novo/inativo:

<sup>162</sup> O único exemplo sem proclisador que encontramos contraria nossa expectativa. Nesse caso, o clítico, se alçado, seria enclítico, uma combinação de posição/ colocação marginal durante a história do português.

(i) [O cuidado da salvação eterna, que São Nilo intimou ao imperador,]<sub>i</sub> visto tocar naquele *Unum necessarium* que a todos toca igualmente, quero recomendá-**lo**<sub>i</sub> mais a todos, referindo um caso, que passou pelo mesmo santo, e tanto será mais útil aos leitores quanto cada um souber dar-lhe ponderação mais profunda. (PCI-Bernardes, 1644)

ou há um foco contrastivo em *isto* ou um foco apresentacional em *os teólogos do Paganismo*, e o elemento frontado é um tópico:<sup>163</sup>

(330) [...] aos enamorados sucede muitas vezes aumentarem o seu mal com as extravagantes diligências que executam, e procurando dar-lhe remédio o fazem incurável. Parece-me [que isto nos quiseram dizer *os teólogos do Paganismo* em uma das fábulas que ordenaram]. (PCI-Cavaleiro, 1702)

Vamos assumir, para o exemplo específico acima, que estamos diante de um caso de **focalização V2** (FOC-V2), em que *isto* funciona como foco contrastivo. Já o exemplo em (322) abaixo será tomado como um caso de **topicalização V2** (TOP-V2), em que *esta* tem uso como tópico de listagem.

(331) Sabidos pel[o menino]<sub>i</sub>; os Rudimentos, lhe<sub>i</sub> Ø<sub>j</sub> ensinará a Sintaxe simples, que Ø<sub>j</sub> dará duas, ou três vezes, e sabida esta, se quiser lhe<sub>i</sub> Ø<sub>j</sub> poderá ensinar os Rudimentos da língua Latina até os Pretéritos, e no entrento o<sub>i</sub> Ø<sub>j</sub> obrigará a por algum livro, ou carta reger a Sintaxe, e Gramática Portuguesa, advertindo ao não embarçar, e a quando Ø<sub>i</sub> encontrar Idiotismos, Ø<sub>j</sub> dizer-lhe<sub>i</sub> que pertencem à [Sintaxe figurada]<sub>k</sub>. [Esta<sub>k</sub> lhe<sub>i</sub> começará a ensinar Ø<sub>j</sub> quando [o menino]<sub>i</sub> entrar a aprender os Pretéritos da Gramática Latina], de sorte que quando Ø<sub>i</sub> acabar de saber os Rudimentos todos da Gramática Latina, saiba inteiramente toda esta Gramática Portuguesa. (PCI-Argote, 1676)

---

<sup>163</sup> Há grande debate na literatura sobre como distinguir entre tópicos e focos nesse contexto, basicamente derivada da impossibilidade de acesso a evidências de ordem prosódica ou interacional (pares de pergunta-resposta). Ribeiro (1995) considera que o foco pré-verbal pode ser realizado:

- Por elementos novos/inativos (i.e. não introduzidos previamente à enunciação);
- Por elementos com estatuto de operador, muitos dos quais estabelecem um foco estreito.

Torres Morais (1995:355ss) segue pressupostos semelhantes, e acrescenta um requisito de contrastividade ao foco pré-verbal. Dessa forma, defende, *pace* Martins (1994), que até o século XVIII o constituinte pré-verbal pode ter valor de tópico, pois, em muitos casos:

- Ele não apresenta valor de ênfase ou contrastividade, pré-requisito à realização do foco pré-verbal;
- Ele é seguido por um verbo e um enclítico.

O que nos interessa nos exemplos acima é a relação entre tais usos e a subida de clíticos. Diremos que tanto na TOP-V2 quanto na FOC-V2 o elemento frontado é o tópico primário, e o clítico, que também funciona como objeto, estabelece uma relação mais próxima com esse elemento, com o que assume a função de tópico secundário:

- (332) a.  $\left\{ \begin{array}{l} [\text{isto}]_{\text{FOC}} \\ \text{aquilo} \end{array} \right\} ]_{\text{TOP}} [[\text{os teólogos do paganismo } [\text{nos}]_{\text{TOP}} \text{ quiseram dizer}]_{\text{FOC}}$   
 b.  $[\text{esta}]_{\text{TOP}} [ [\text{o professor}]_{\text{TOP}} [\text{lhe}]_{\text{TOP}} \text{ começará a ensinar}]_{\text{FOC}}$

Durante o PCI I, a primeira expectativa é que a posição do sujeito reflita mais de perto seu nível de saliência pragmática. Vamos analisar até que ponto isso verdade em 4.5.2.3.

#### 4.5.2.2 Sintaxe e discurso no PCI II

No PCI II, observa-se uma reorganização da periferia esquerda da sentença, com impacto sobre a posição do sujeito. Seguindo os pressupostos levantados em Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005), o período que aqui denominamos sumariamente como PCI II já configura em grande medida o mesmo sistema que a gramática do PE contemporâneo, com os dados refletindo competição com a gramática do PCI I. De acordo com essa linha de pesquisas, não há mais uma posição para tópicos (ou focos) marcados interna à sentença. A seguir apresentaremos algumas evidências favoráveis a essa ideia.

Primeiramente, consideremos os casos de topicalização. Os tópicos são sempre externos tanto no DEC, que está presente em ambas as gramáticas, quanto na nova construção de topicalização (TOP), em que, segundo Raposo (1998), a conectividade temática (e casual) é estabelecida por meio do movimento de um operador para a periferia esquerda da sentença. A externalidade na TOP pode ser evidenciada pela colocação enclítica que prevalece aí (exceto quando há um proclisador interno à sentença), o que deriva do fato de o tópico estar adjunto a CP.

(333) A DERIVAÇÃO DA TOPICALIZAÇÃO NO PCL II

[Esse livro], [CP/IP [Op]<sub>k</sub> [dou-te [t]<sub>k</sub> amanhã]]

(RAPOSO 1998)

Ambar (1999) oferece mais um argumento para a externalidade do tópico em português. Sua análise de frases como as que vemos abaixo consiste exatamente na hipótese a que não aderimos para explicar (331), com a diferença de o constituinte estar externo aqui mas não no PCI I: *isto* é um tópico externo e sobre *os reis* recai o acento de foco apresentacional:<sup>164</sup>

(334) a. Isto fazem os reis quando viajam.

b. Isto disseram-lhe os reis.

c. \*Isto lhe disseram os reis.

(AMBAR 1999: 30 (15)a; 41 (38))

No caso do DEC, Raposo (1998) considera a existência de uma estrutura muito semelhante, exceto no que se refere à existência do operador, visto que o elemento que opera a conectividade temática (e casual) é o clítico. Nesse contexto, espera-se que o clítico seja alçado (confira o exemplo (274) no capítulo 3 e a discussão a ele relacionada):

(335) A DERIVAÇÃO DO DESLOCAMENTO À ESQUERDA COM CLÍTICO NO PCL II

[O livro], [CP/IP [dou-[o]<sub>k</sub> ao Pedro [cv]<sub>k</sub> amanhã]]

(RAPOSO 1998)

Como consequência da reorganização sintática entendida como perda do sistema V2, ocorre a mudança no que se refere à ordem entre verbo e sujeito (cf. Paixão de Sousa 2004). A variação no que se refere à posição do sujeito tinha uma contraparte informacional, como já dito, pois ocorria frequentemente em favor da presença de um elemento saliente no início da sentença. Já no PCI II o sujeito tende a ocorrer numa posição fixa, independentemente de seu nível de saliência, em frases informacionalmente não-

---

<sup>164</sup> A construção de focalização com próclise é possível com um valor avaliativo:

(i) Isto lhe fazem os reis! (Ambar 1999:41 (40))

marcadas. A subida de clíticos ocorre menos porque há uma maior incidência de sujeitos novos/inativos, que não podem exercer a função de tópico nem estabelecer qualquer relação com o clítico. O clítico, no entanto, tende a assumir uma pressuposição de existência em contexto de próclise categórica.

- (336) a. Com [o Conde de Penafiel]<sub>i</sub> aconteceu o mesmo: ele<sub>i</sub> namorava minha tia Luiza e [minha Avó queria casá-lo<sub>i</sub> com sua filha Frederica, a mais feia de todas as irmãs,] ainda que não a menos espirituosa porque era dotada de muito talento, mas por quem [o Conde]<sub>i</sub> não tinha a menor simpatia. (PCI-M.<sup>es</sup> Alorna, 1802)
- b. [Os pequenos]<sub>i</sub> não devem sair nunca da areia, mesmo da areia húmida, porque a humidade do mar não constipa nem produz reumatismos, cura-os. [Os pequenos]<sub>i</sub> como devem andar nas praias é nus. [Como Ø<sub>i</sub> se<sub>j</sub> devem enxugar da onda é na areia quente [pelo sol]<sub>j</sub>.] (PCI-Ortigão, 1836)

No exemplo (337)a, *minha Avó* é um elemento novo/inativo que faz parte do domínio do foco; o clítico não tem nenhuma relação prévia com esse elemento, portanto não ocorre a subida. Em (337)b, o clítico (interpretado como passivo) corresponde ao elemento que é o tópico secundário, sendo o sujeito nulo o tópico primário.

#### 4.5.2.3 Subida de clíticos, tópicos e sujeitos em dois períodos do PCI

A partir dos pressupostos apresentados anteriormente, o estudo sobre os constituintes que antecedem o grupo verbal (ou o clítico, se alçado com interpolação) pode indicar uma correlação com mudanças na estrutura informacional. Para tanto, observe a Tabela 28, em que os dados foram classificados quanto à precedência por um proclisador, por um XP interno (para averiguar isso, observamos a existência de um complementador ou pronome relativo numa posição mais alta) ou por um XP ambíguo entre interno ou externo à sentença. Finalmente, os dados em início de sentença ou de segunda coordenada foram

agrupados, indicando a não-existência de elemento precedente. A quantificação é feita a partir dos períodos indicados na introdução à seção – PCI I e PCI II.<sup>165</sup>

Na tabela observa-se que, enquanto as percentagens permanecem numa hierarquia semelhante de um período ao outro, os pesos relativos sofrem alteração: aumentam aqueles em que um proclisador está envolvido (nas linhas “operador” e “XP interno”). Quanto ao XP interno/externo, a subida sofre uma queda de .52 a .23. Os grupos verbais em início de oração sofreram uma pequena queda, de .21 a .19. Ao olhar para os resultados de percentagem, os dados referentes a XPs ambíguos (entre a posição interna e externa) apresentam ainda comportamento muito interessante, se comparados com os do XP interno: no PCI I ambos os tipos de XP apresentavam subida sob uma percentagem semelhante; já no PCI II a percentagem de subida com XPs ambíguos cai para a metade dos dados de XPs internos.

**Tabela 28** – Distribuição da subida de clíticos pelo tipo de elemento precedente em dois períodos do PCI

	PCI I				PCI II			
	N / Tot		%	P.Rel.	N / Tot		%	P.Rel.
<b>Operador</b>	727/	852	85	.56	303/	443	68	.63
<b>XP Interno</b>	234/	294	80	.47	84/	140	60	.56
<b>XP Ambíguo</b>	201/	252	80	.52	43/	132	33	.29
<b>Não há</b>	66/	134	49	.21	24/	103	23	.19

Os resultados dessa tabela podem mostrar que a mudança efetuada na periferia esquerda da sentença de um período ao outro do português clássico foram determinantes para a ocorrência do fenômeno. No PCI I, de acordo com a hipótese V2, havia uma posição de tópico interna e outra externa à sentença. Uma boa quantidade de dados ambíguos era de fato interpretada como tópicos internos, o que, de acordo com a hipótese mencionada anteriormente, favorecia largamente a subida. Já no PCI II a posição de tópico interno

<sup>165</sup> Para a obtenção dos pesos relativos na Tabela 30, substituímos o grupo de fatores em questão ao grupo que codifica os contextos sintáticos de colocação de clíticos, a fim de evitar superposição. No caso da Tabela 31, o grupo em questão foi incluído aos fatores mencionados na seção 4.1. Eliminamos os dados em que o  $V_{reg}$  é não-finito, pois envolvem a tomada de decisão do estatuto de proclisador de preposições que iniciam orações adjuntas. O total de dados em ambas as tabelas foi, portanto, 2.350.

deixou de estar disponível; isso fez com que os dados ambíguos fossem analisados prioritariamente como tópicos externos, que normalmente não funcionam como tópicos principais, com o qual o clítico se relaciona (à exceção de quando há DEC). Portanto, esses dados apontam para a relevância da ativação de uma posição de tópico na sintaxe, para a ocorrência da subida de clíticos.

Uma outra maneira, mais indireta, de olhar para a mudança na subida em termos de organização da estrutura informacional envolve a observação dos manifestação do sujeito (realização e posição), que exploramos em de Andrade (2010a). Os resultados aparecem na Tabela 29 mais abaixo, em que a análise multivariada só julgou como estatisticamente relevantes os dados do PCI I. Nota-se, outrossim, que  $V_{reg} S V_{inf}$  tem menores índices que os observados com sujeitos nulos nos dois períodos, o que pode ser atribuído à quebra de adjacência entre os verbos. Os demais fatores parecem indicar uma relação com a saliência do próprio sujeito no PCI I. Assim, observe-se que há uma probabilidade (e porcentagem) um pouco maior de subida com sujeitos pré-verbais realizados que com sujeitos nulos; e um pouco maior com sujeitos pós-verbais (do tipo  $V_{reg} V_{inf} S$ ) que com sujeitos pré-verbais. Se sujeitos realizados (mas não sujeitos nulos) podem manifestar, às vezes, elementos novos/inativos, isso demonstra que o clítico apresenta maior topicalidade na sentença em que ocorre. Isso é condizente com a generalização que apresentamos em (319).<sup>166</sup>

**Tabela 29** – Distribuição da subida de clíticos pelo tipo de sujeito nos dois períodos do PCI

	PCI I			PCI II		
	N / Tot	%	P.Rel.	N / Tot	%	P.Rel.
$V_{reg} V_{inf} S$	95/ 111	86	.57	15/ 32	47	[ ]
$S V_{reg} V_{inf}$	426/ 508	84	.52	205/ 349	59	[ ]
$V_{reg} S V_{inf}$	34/ 71	48	.20	2/ 16	12	[ ]
<b>sujeito nulo</b>	673/ 842	80	.50	232/ 421	55	[ ]

<sup>166</sup> A expressão gramatical dos diferentes estatutos informacionais que um item pode assumir tem sido identificada a partir da oposição entre **acentuação** ou **expressão lexical plena**, para itens novos/inativos, e **atenuação fonológica** e **codificação pronominal, flexional ou zero** na morfologia (cf. Lambrecht 1994:95s).

Os resultados de peso relativo nessa tabela podem apontar, além do mais, para o fato de que no PCI I havia maior correlação entre estrutura informacional e sintaxe, como esperado. A não-obtenção de resultados mais expressivos deriva em parte do fato de que numa gramática V2 há várias posições de sujeito disponíveis. Dessa forma, podemos encontrar elementos com variados níveis de ativação na posição pré-verbal; o mesmo se nota quando aos elementos em posição pós-verbal.

No caso do sujeito pós-verbal, temos uma situação complicadora, que é a existência de duas construções para sua derivação: a **inversão românica** e a **inversão germânica**, aquela identificada pelo não-movimento do sujeito, diferentemente desta (cf. Paixão de Sousa 2004). Com as sentenças em contexto de “reestruturação”, a distinção entre os dois tipos de inversões é possível a partir da posição relativa do sujeito frente ao  $V_{reg}$  somente, ou ao  $V_{reg}$  e  $V_{inf}$ .<sup>167</sup>

(337)  $V_{reg}$  S  $V_{inf}$

- a. que lá **me** poderia *Deos* abrir algum caminho (PCI-Mendes Pinto, 1510)
- b. como **me** hei *eu* de injuriar de que me conheçam? (PCI-Melo, 1608)
- c. mas, nisto mesmo, **nos** quis *o destino* contrariar (PCI-M.<sup>es</sup> Alorna, 1802)

(338)  $V_{reg}$   $V_{inf}$  S

- a. como **Vos** não hei-de louvar *eu*, Deus da minha alma, em todo lugar e tempo? (PCI-Sousa, 1556)

<sup>167</sup> No plano das orações com verbos de “reestruturação”, como esperado, a redução da frequência de uso da inversão germânica é mais drástica que aquela observada para a inversão românica, como se nota a partir da tabela a seguir, em que o total de construções foi dividido pelo total de sentenças do *corpus*. No entanto, no PE, orações como (i)a são muito mais aceitáveis que (i)b, o que pode estar relacionado à disponibilidade de movimento Aux-para-C.

	<i>PCI I</i>	<i>PCI II</i>	% de queda
Inversão românica	6,90	3,77	45%
Inversão germânica	4,50	1,83	59%

- (i) a. Quais das seguintes quantias poderá o João pagar sem receber troco?
- b. ?Quais das seguintes quantias poderá pagar o João sem receber troco?



- b. Mas qual é, ou póde ser a razão porque onde dois homens tão grandes, tão qualificados e tão santos, como Job e São Paulo, não reconhecem nada de culpa, **Ih'a** haja de arguir *Deus*, e pedir-lhes conta? (PCI-P<sup>e</sup>.Vieira, *Sermões*, 1608)
- c. Sendo assim, não **o** pode vencer *a vaidade* (PCI-Aires, 1705)

Sem entrar em detalhes de estrutura, é coerente postular que nas sentenças em (337) o sujeito está no domínio do  $V_{reg}$ , resultando numa inversão germânica. Já em (338), ele ocupa uma posição baixa, no domínio do  $V_{inf}$ , e posteriormente esse núcleo é alçado por sobre o sujeito. O valor textual esperado desta última construção é a introdução de um elemento novo, mas isso não é sempre verdade, como se nota a partir dos exemplos: a ocorrência do pronome *eu*, do nome *Deus* (um referente compartilhado), e do DP *a vaidade*, muito recorrente no texto de Aires, demonstram que também há DPs acessíveis, que permitem a subida do clítico nesse contexto.<sup>168</sup>

Por outro lado, os dados abaixo se conformam com a codificação informacional, por apresentarem sujeitos novos/inativos na posição pós-verbal:

- (339) a. Como, logo, poderão agradar-lhe os que não fogem do perigo, antes o amam e buscam? (PCI-Bernardes, 1644)
- b. Achando-se este santo varão (que foi grande no século, e depois maior no seguimento do Evangelho) retirado dos tumultos do povoado em uma igreja de São João Baptista, cuja vida imitava, vieram a visitá-lo Teofilato, metropolitano de Calábria, e Leão Doméstico, conde governador da mesma cidade, ambos varões doutíssimos, e outros muitos senhores e sacerdotes e gente do povo. (PCI-Bernardes, 1644).

Se enfocarmos as opções relativas à realização do sujeito, também se nota variação quanto ao nível de ativação, pois o sujeito realizado pode retomar um elemento já

---

<sup>168</sup> Isso pode ser um problema para propostas que assumem que a estrutura informacional “lê” a estrutura sintática, nos moldes do Algoritmo de Mapeamento Restritivo enunciado em (171). No entanto, cf. a seção 4.5.3.1 para uma proposta que contorna esse problema, ao assumir o movimento do InfP para Spec, vP em PCI I. Para os sujeitos pós-verbais do castelhano moderno, cf. Bok-Bennema (2005).

ativo no texto, enquanto o sujeito nulo pode retomar tanto elementos que acabaram de ser mencionados quanto tópicos antigos. Paixão de Sousa (2004; 2009) apontou que sujeitos nulos tinham um uso muito amplo no PCI I. Seus requisitos de identificação diferem-se em muito daqueles presentes no PB ou PE, em que a tendência parece ir na direção da preservação da referência do sujeito nulo face ao referente com função de sujeito no discurso anterior. No exemplo abaixo, *polvos* e *peixes maiores* alternam-se como sujeitos nulos. A troca do tópico primário para *peixes maiores* ocorre logo após a enunciação desse elemento como parte do predicado. Paixão de Sousa (2009) sugere a seguinte explicação para esse curioso padrão, aos olhos do leitor atual: havia uma forte correlação entre a interpretação como sujeito nulo e a noção de agentividade.

(340) O mar destas partes he muito abundante de polvos<sub>i</sub>; tem [este marisco]<sub>i</sub> hum capello, sempre cheio de tinta muito preta; e esta he sua defesa dos [peixes maiores]<sub>j</sub>, porque quando  $\emptyset$ <sub>i</sub> vão para os<sub>i</sub> apanhar,  $\emptyset$ <sub>i</sub> botão-lhes aquella tinta diante dos olhos, e faz-se a agua muito preta, então  $\emptyset$ <sub>i</sub> se acolhem. Tomão-se á frecha, e assovião-lhe primeiro; tambem se tomão com fachos de fogo de noite. Para se comerem os açoitão primeiro, e quanto mais lhe derem então ficão mais molles e gostosos. (*F. Cardim, séc.XVI*) (PAIXÃO DE SOUSA 2009:14)

Se sujeitos nulos em PCI I podiam eventualmente ser discursivamente salientes, como no trecho em questão, espera-se que isso se relacione com a variação na posição do clítico: no caso em que há troca de tópicos, o clítico tende a ser identificado como tópico secundário. A variação mencionada pode ser responsável pela diferença nos índices de subida de clítico entre dois autores do PCI I quase-contemporâneos, Vieira (nos *Sermões*) e Sousa (com respectivamente 93% contra 70,4% de clíticos alçados). Seus índices de subida são classificados face à realização do sujeito abaixo.

**Tabela 30** – Ocorrência da subida de clíticos quanto à realização do sujeito em dois textos de autores quase-contemporâneos

	<b>Vieira: Sermões</b>		<b>Sousa: A vida de D.Frei Bertolameu dos Mártires</b>	
	<b>N / Total</b>	<b>%</b>	<b>N / Total</b>	<b>%</b>
<b>Sujeito realizado</b>	58 / 67	86	17 / 21	80
<b>Sujeito nulo</b>	55 / 55	100	36 / 54	67
<b>TOTAL</b>	122		75	

Apesar de a quantidade proporcional sujeitos nulos ser muito maior em Vieira do que em Sousa (72% contra 45% do total de dados passíveis de reestruturação), o primeiro usa a subida consistentemente nas sentenças em que há sujeito nulo, mas não o segundo. Nesse caso, o comportamento de Vieira pode ser explicado de duas maneiras: o sujeito nulo pode ser menos saliente, por retomar tópicos de continuidade; ou eventualmente, ele pode não ser interpretado como tópico principal, se houver um argumento acusativo topicalizado e o clítico for um argumento dativo, por exemplo. Um estudo mais aprofundado para as razões dessa diferença é, no entanto, uma tarefa que ultrapassaria nos nossos objetivos.

Em suma, o maior nível de subida de clíticos no PCI I face ao PCI II parece ser um resultado de características da estrutura informacional dessa gramática, manifesta em termos sintáticos por meio da identificação sistemática de tópicos no início da sentença, cuja estrutura será explorada mais à frente. A relevância da posição de tópico nos esquemas mentais dos interlocutores pode ser percebida a partir das estratégias de continuidade e troca de tópicos realizados como sujeitos nulos.

#### 4.5.2.4 Síntese

Apresentamos uma visão geral da relação entre sintaxe e discurso em dois períodos do português clássico, que denominamos de PCI I e PCI II. Tendo por base as generalizações apresentadas na seção anterior a respeito da saliência do clítico alçado no discurso e na sentença, apresentamos algumas correlações entre construções marcadas e subida de clíticos:

- No PCI I, a TOP-V2 e a FOC-V2 favorecem a subida;
- No PCI II, não há estrutura informacionalmente marcada favorecedora.

Além disso, como a posição dos elementos na sentença apresentava no PCI I maior conformidade com requisitos informacionais, e havia maior uso de sujeitos nulos, os contextos para ocorrência da subida eram mais frequentes. Esse quadro mudou a partir do momento em que a posição de “tópicos internos” deixou de estar disponível, e o sujeito pré-verbal tendeu a apresentar mais elementos novos/inativos. Dessa forma, a subida de clíticos passou a ficar restrita a contextos com proclisadores, que estão relacionados à focalização.

#### **4.5.3 A mudança sintática e seus efeitos sobre a marcação**

Defendemos nas seções anteriores que a subida de clíticos expressa um conceito vinculado à estrutura informacional: um tópico secundário. Observa-se também que em diferentes épocas do português a sintaxe marca diferentemente algumas relações de tópico e foco, com consequência para a ocorrência da subida de clíticos. Na presente subseção discutimos mais sobre os traços formais presentes numa determinada gramática e sua relação com a marcação (*markedness*) de determinados fenômenos variáveis, tais como a subida de clíticos.

Nas subseções abaixo os efeitos da marcação nos dois grandes períodos em que foi dividido o português clássico – PCI I e PCI II – são observados, primeiramente quanto à manifestação da “reestruturação”, e depois quanto à formação da “união de orações”.

##### **4.5.3.1 A marcação e a manifestação da “reestruturação”**

Para estabelecer a mudança na marcação, nos valem das propostas de Roberts (2007) e Roberts & Roussou (2003), que supõem haver uma estrutura de preferência para a aquisição de valores paramétricos pelo aprendiz de língua. Essa concepção está centrada na noção de gatilho (*trigger*), uma estrutura parcial de enunciado que expressa um parâmetro:

(341) TRIGGER

A substring of the input text S is a trigger for a parameter  $P_i$  if S expresses  $P_i$ .

(ROBERTS 2007:133 (8))

Dessa forma, o gatilho deve ser um resultado necessário da fixação do parâmetro na gramática em questão. Todo gatilho está associado a um parâmetro, e todo parâmetro apresenta um valor *default*, que auxilia na tarefa de aquisição. No caso do parâmetro V2, o gatilho para a aquisição são os dados que expressam inequivocamente o movimento do verbo para C, combinado ao movimento (opcional no PA e no PCI I) de um XP para Spec,CP. Considerando a proposta de marcação baseada de Roberts & Roussou (2003), o valor marcado é aquele que envolve mais traços formais. Portanto, o valor *default* do parâmetro é não-V2.

No caso da subida de clíticos, temos duas maneiras de encarar o problema da marcação: em termos formais ou empíricos. Retomando a proposta para a derivação da subida de clíticos presente no capítulo 2, temos que a derivação em que  $T_1$  tem um traço  $u[\varphi]_{+EPP}$  gera a subida de clíticos, enquanto a derivação que não tem esse traço apresenta a não-subida. Portanto, em termos formais a derivação em (343)b é menos marcada que aquela em (343)a.<sup>169</sup> É importante lembrar que, de acordo com os pressupostos adotados, não é necessário postular qualquer traço suplementar para que ocorra *Agree* entre o clítico e  $v_1$ , pois aquele elemento é um alvo defectivo de  $v$ : este núcleo tem sempre traços  $u[\varphi]$ , que buscam traços semelhantes no clítico.

(342) a.  $[T2P [T1P T_1 : u[\varphi]_{+EPP} [v2P [Root2P [v1P [Root1P ]]]]]$  (subida)b.  $[T2P [T1P [v2P [Root2P [v1P [Root1P ]]]]]$  (não-subida)

Se tomarmos somente essa perspectiva sobre a marcação, diríamos que o padrão de mudança observado na história do português é do marcado para o não-marcado. Isso está de acordo com a observação de Roberts: “Since parametric changes arise through P-ambiguity

<sup>169</sup> Essa perspectiva sobre a marcação deriva da visão de marcação de Chomsky (1965), que atribui os valores marcados à periferia.

and opacity/ complexity of the trigger, with the less complex structure being preferred, then parametric change will be in the direction of unmarked values” (2007:255).

Empiricamente, a marcação reflete a tendência observada nos textos quanto à frequência de ocorrência do fenômeno. Dessa forma, até 1700 diríamos que a subida de clíticos é não-marcada, pois ocorre em mais de 50% dos ambientes relevantes. Diante disso, coloca-se a questão de explicar por que a subida era tratada pelos autores como um fenômeno não-marcado até o século XVIII. Quanto a esse aspecto, seguimos ainda Roberts (2007), que atribui, como faceta do conservadorismo do aprendiz, a tendência de atribuir valores marcados a um grupo de núcleos funcionais:

(343) For a class of heads H, uEPP for  $H_{uF} \neq v \Rightarrow [+EPP] / v_{[+EPP]}$   
[- EPP] (ROBERTS 2007: 274)

Em outras palavras, esse esquema prediz que, se EPP for o valor não-marcado para um conjunto H de núcleos funcionais, há uma tendência de uniformização, e  $v$  também terá EPP como valor não-marcado. Ou seja, o deslocamento do objeto para Spec, $vP$  ocorrerá obrigatoriamente na língua em questão, gerando OV como passo derivacional.

A fim de verificar essa hipótese, vejamos se essa solução é válida para o período em que o português era V2. Para tanto, consideremos os dados do PA na Tabela 31. Os dados de XV(S), XXV e XSV podem representar casos de OV expressos na estrutura final. Se OV é um passo derivacional de línguas com EPP não-marcado, os dados de V(C/X), que são a maioria dos casos, podem ser derivados envolvendo o movimento do objeto para Spec, $v_2$ , seguido do movimento do verbo para C. Nos casos de SV(C/X) e SXV, o XP movido para Spec, $C_2$  corresponde ao sujeito. Nos casos de XSV, o sujeito ocuparia uma posição em Spec, $T_2$  e outro constituinte se move para Spec,  $C_2$ .<sup>170</sup>

<sup>170</sup> Apresentamos as estruturas com o intuito de ilustrar o argumento, sem a pretensão de oferecer uma análise acurada dos fatos. No tentanto, considerando a ideia da geração de OV como passo derivacional necessário, note-se que em subordinadas finitas tanto SV quanto VS eram encontradas, o que mostra que o verbo passava por um núcleo da camada flexional (T), o que impediria a manifestação do *object shift* no *output* das encaixadas.

(i) a. Chegado o tempo da monção, começou outra vez a excitar diferentes affectos no coração delRei o sentimento, de que Portugal perdesse um Varão incomparável, como o Padre ANTÓNIO VIEIRA. (PCI-Barros, 1675)

**Tabela 31** – Ordem de constituintes em sentenças independentes em dois textos do PA

	<i>Diálogos de S.Gregório</i>		<i>Crônica de D.Pedro</i>	
	Séc. XIV		Séc. XV	
	N	%	N	%
<b>SV(C/X)</b>	398	17,0	403	18,7
<b>XV(S)</b>	562	24,0	573	26,6
<b>SXV</b>	87	3,7	84	3,9
<b>XXV</b>	48	2,0	49	2,2
<b>XSV</b>	46	1,9	28	1,3
<b>V (C/X)</b>	1072	45,9	894	41,5
<b>VS</b>	100	4,2	100	4,6
<b>VXS(X)</b>	22	0,9	22	1,0
<b>TOTAL</b>	2335	99,6	2153	99,8

Fonte: Ribeiro (1995:156, quadro 4.1), com adaptações

Na estrutura abaixo, voltada para o PCI (não para o PA), considera-se que  $C_1$  (e não  $C_2$ ) é a categoria onde o  $V_2$  se manifesta. Portanto, o clítico é movido para  $C_1$ , o mesmo núcleo que abriga o verbo.<sup>171</sup> Nessa estrutura, a opcionalidade não está expressa pela opcionalidade de um traço  $u[\varphi]$ ; o traço  $u[D]$  está associado a traços- $\varphi$ , e permite o movimento de elementos XP ou  $X^0$ . Por outro lado, o traço  $u[D]$  de  $v_2$  pode tanto atrair o InfP quanto um DP incluído em InfP (como o sujeito encaixado). No segundo caso, o clítico é incapaz de verificar seus traços com  $C_1$ , pois a essa altura o domínio encaixado sofre *Spell-out* (note-se que  $u[D]$  em  $T_2$  é opcional).

(344) ESTRUTURA DE ORAÇÃO COM PREDICADO DE REESTRUTURAÇÃO NO PCL I

[  $C_2$  [  $C_1$  :  $u[V],(u[D]+EPP)$  [  $T_2$  :  $(u[D]+EPP)$  [  $T_1$  [  $v_2$  :  $u[D]+EPP$  [  $V_2$  [  $v_1$  [  $V_1$  ]]]]]]]]]

- b. deram-lhes notícia das novas Leis, do melhoramento do trato, que haviam de ter; e que à sombra do governo dos Padres seriam vassallos de um Rei, que os amava, como aos seus Portugueses; e que vivendo entre eles **aprenderiam** eles, e seus filhos a Lei 11 de Deus, que os criara para os fazer felizes, e gloriosos depois da morte em eterna vida. (PCI-Barros, 1675)

Agradeço a André Antonelli por chamar-me a atenção para esses dados.

<sup>171</sup> No PA, o clítico se moveria para um núcleo funcional ainda mais alto, em consonância com os dados de interpolação generalizada; cf. Namiuti (2008) e a seção 5.1.1.

Observe agora a estrutura proposta para a subida de clíticos no período que inclui o PE em (345). Ao que se observa, o número de categorias com traço-EPP não é muito diferente de uma estrutura para a outra. No entanto, parece haver motivação para se pensar que, se pelo menos um núcleo da camada CP manifestar um traço-EPP de maneira sistemática, a tendência é que *v* também o faça.

(345) ESTRUTURA DE ORAÇÃO COM PREDICADO DE REESTRUTURAÇÃO NO PCL II/ PE

[ C<sub>2</sub> [ C<sub>1</sub> [ T<sub>2</sub> u[D]+EPP [ T<sub>1</sub> u[V], (u[φ]+EPP) [v<sub>2</sub> [V<sub>2</sub> [ v<sub>1</sub> [ V<sub>1</sub> ]]]]]]]]]]]

Voltaremos à derivação de sentenças com reestruturação no português clássico na seção 5.1.1. Para o momento, essa ideia nos leva a compreender a opcionalidade na subida no caso do PCl de uma maneira bastante distinta da que havíamos proposto para o PE. Ao mesmo tempo, ela sugere que a mudança na marcação quando à aplicação da subida de clíticos se deve à perda de traços-EPP em C e *v* em conjunto, o que está de acordo com a tendência de mudança em favor do não-marcado, em termos de traços formais.

#### **4.5.3.2 A marcação e a formação da “união de orações”**

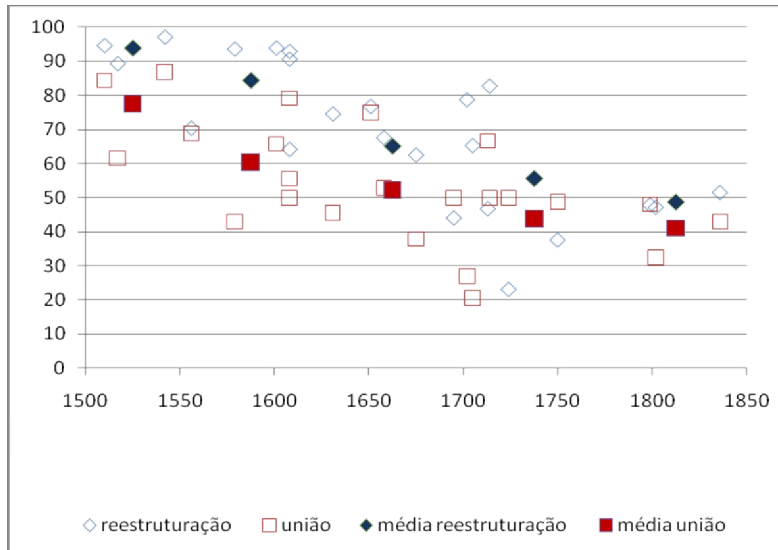
Como vimos em 4.3, a subida de clíticos é praticamente obrigatória no complemento de verbos causativos. Porém, se classificamos os dados em termos da distinção entre “união de orações” e ECM, nota-se uma tendência de menor uso daquela construção ao longo do tempo. A primeira questão que isso suscita é: será que essa queda está relacionada à queda na subida de clíticos, com os verbos de “reestruturação”? Caso positivo, que modelo explicativo permite explicar a forma como os dois processos históricos se relacionam?

Para tanto, apresentamos na Figura 10 uma comparação dos valores de subida de clíticos com reestruturação e de união de orações (eliminando os dados ambíguos), por autor e por média (considerando ainda os períodos T1 até T5). Nota-se uma notável correlação entre os dois processos, com a diferença de a queda na reestruturação ser mais clara, pois apresenta uma média inicial muito mais alta: 93%-84%-65%-55%-48%, contra



77%-60%-52%-43%-41% com a união de orações. Por outro lado, esta última apresenta níveis mais estáveis nos últimos períodos.

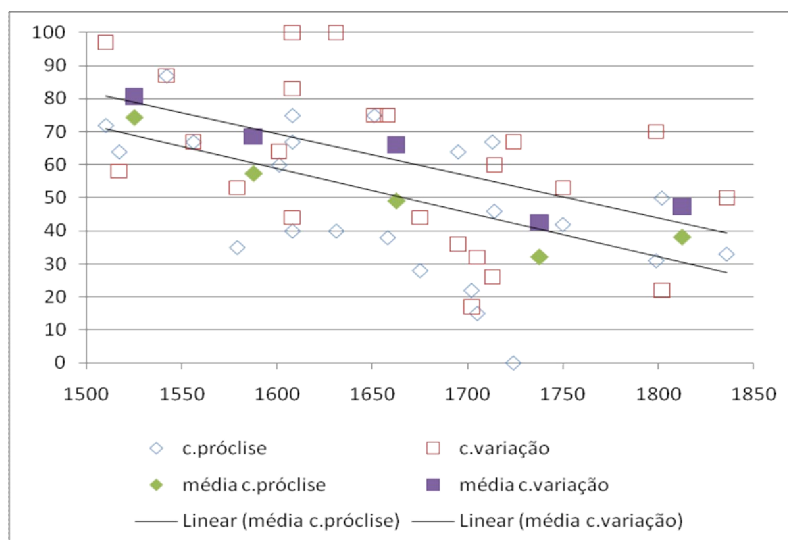
**Figura 10** - Comparação entre formação de “união de orações” e manifestação da reestruturação por subida de clíticos no PCI



Como devemos interpretar a queda na formação da “união de orações”? A solução mais simples para o caso é atribuir a mudança ao mesmo fator que apontamos para a mudança com os verbos de “reestruturação”: as alterações na forma como a sintaxe veicula valores discursivos. Contudo, a tarefa demanda que reconheçamos a diferença de seleção de complementos reduzidos e não-reduzidos, uma vez que que ECM envolve a seleção de um complemento TP, enquanto a “união de orações” envolve um complemento infinitivo *vP*, categoria sem valor temporal e sem a capacidade de sofrer *Agree* (e portanto, de gerar movimento) do sujeito encaixado para seu especificador. Portanto, essa conexão com a estrutura informacional deve ocorrer de maneira mais indireta do que no caso da “reestruturação”. Uma evidência para isso é que a formação da “união de orações” não tem qualquer correlação com os contextos de colocação de clíticos. A ativação da periferia esquerda da sentença na frase em questão é neutra quanto à seleção de uma estrutura reduzida ou não-reduzida. Na verdade, esse é um resultado esperado se o núcleo funcional do domínio finito que atrai o clítico do domínio infinitivo é *v*, e não T. Sobre isso, compare

os resultados de formação de união de orações separados entre os contextos de próclise categórica e os contextos de variação, na Figura 11, com aqueles obtidos para a subida de clíticos na reestruturação, na Figura 6.

**Figura 11** - Formação de “união de orações” de acordo com o contexto sintático no PCI (dados com verbos causativos, sem contexto de ênclise)



A mudança no fronteamento de constituintes, que está conectada à perda do parâmetro V2, confere a explicação necessária para a queda na seleção da estrutura reduzida condizente com a “união de orações”, por parte dos verbos causativos (e perceptivos). Como se sabe, a perda de V2 leva à fixação do sujeito em Spec,TP, independentemente de seu estatuto informacional na sentença (cf. Kiparsky 1997 para essa observação na história do inglês). Portanto, esperamos que a mudança sintática ocorrida no século XVIII se reflita no domínio dos verbos infinitivos, que passam a ter, como opção não-marcada, pelo menos TP (se não tiverem também CP).

Uma possível crítica à ideia exposta acima diz respeito à curva de mudança, que se inicia muito antes que o século XVIII, conforme a Figura 7. Podemos atribuir essa diferença de *timing* da mudança à influência dos dados ambíguos entre “união de orações” e ECM, que tenderiam a favorecer uma análise em termos de “união de orações” no PCI I.

Uma evidência que pode ser aduzida a favor dessa ideia é a quantidade de uso de *mandar* seguido por um CP finito nos dois períodos, como se nota abaixo.

**Tabela 32** – Seleção de CP finito por *mandar* no PCI I e no PCI II

	<i>PCI I</i>	<i>PCI II</i>
“mandar que”	38 (13,1%)	10 (19,6%)
“mandar” (total)	289	51

Apesar de o número total de ocorrências ser maior no PCI I, que pode ser atribuído aos assuntos de que tratam os textos, a percentagem de *mandar que* sobre o total de casos de *mandar* (causativo) aumenta no PCI II. Se a seleção de um CP finito e de um TP infinitivo são fatos paralelos, ou seja, remetem à seleção de um complemento oracional pelos verbos causativos, espera-se que, quando esse complemento for infinitivo, ele seja interpretado como uma forma nominal, não como uma forma verbal, no PCI I. O uso muito restrito do infinitivo flexionado também favorece esse tipo de interpretação.

#### 4.6 CONCLUSÕES PRELIMINARES E PERSPECTIVAS

Neste capítulo foram apresentados os resultados de pesquisa sobre dados de clíticos em predicados complexos do português dos séculos XVI a XIX, tanto com verbos causativos quanto com verbos de “reestruturação”. Observamos uma tendência de queda na subida de clíticos, e queda na expressão da “união de orações” face à construção ECM com os verbos causativos.

Quanto à colocação de clíticos, tendência muito semelhante à observada para o PE se observou, com a diferença de os verbos de “reestruturação” que selecionam a partícula *de* apresentarem mais casos de ênclise ao infinitivo que na língua moderna.

Finalmente, propusemos uma explicação para a mudança, de uma perspectiva tanto sintática quanto informacional. Em **termos informacionais**, observamos que a subida costuma ocorrer quando o clítico apresenta maior saliência face a outros elementos da oração. Isso foi possível a partir da definição do clítico alçado como um tópico secundário.

Assim, com a perda de uma posição de “constituente V2” na periferia esquerda da sentença, a expressão da saliência foi alterada, com efeito sobre a expressão das relações anafóricas intersentenciais, verificada também em termos da ocorrência de sujeitos nulos. Isso gera a redução do clítico como “tópico secundário”, pois há mais casos de sujeitos novos/inativos. Com isso, a subida do clítico é mais encontrada em frases com elementos proclisadores, que fazem com que o clítico receba uma interpretação de pressuposição de existência. Em **termos sintáticos**, a generalização da ênclise e do sujeito pré-verbal, ocorrida no século XVIII de acordo com Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005), identificada como a perda do parâmetro V2, teria sido responsável pela queda na subida de clíticos e da formação da “união de orações”. O primeiro fato foi explicado a partir da presença de um traço-EPP num núcleo da camada CP (e também da camada *v*P). Isso faz com que o movimento do clítico seja tomado como fato não-marcado. A segunda mudança estaria vinculada à fixação da posição de sujeito, que teria propiciado que a construção ECM tenha um estatuto não-marcado face à “união de orações”, pois é formada a partir de um complemento infinitivo que tem uma projeção funcional para a qual o sujeito se move.

A aparente superposição de análises receberá uma melhor motivação no próximo capítulo, e pois será julgada necessária para explicar a implementação da mudança. Esta parece se iniciar um século antes do ponto de inflexão localizado no início do século XVIII, com o aumento da variação entre os autores. Portanto, ainda há uma tarefa a cumprir, que é identificar por que ocorre esse período de “transição”, e como ele se relaciona com as hipóteses de mudança apresentadas neste capítulo.

# 5

---

## A subida de clíticos em perspectiva: a implementação da mudança no português e mais além

Este capítulo é devotado a uma análise da implementação da mudança na subida de clíticos em diferentes estágios do português europeu e uma análise translinguística. Nosso objetivo aqui é mostrar que uma correta compreensão da mudança pela qual sofreu o português e outras línguas românicas deve levar em conta tanto evidências informacionais quanto sintáticas.

O texto se organiza da seguinte maneira. Na seção 5.1 apresentamos uma análise para o problema da manifestação relativamente prematura da queda da subida face ao início do português europeu moderno, de acordo com a proposta de periodização de Galves, Namiuti & Paixão de Sousa (2006), com base em evidências relativas ao uso de estrutura de tópico marcado. Na seção 5.2 serão discutidos os parâmetros envolvidos na manifestação da subida de clíticos: primeiro, discute-se a relação com o parâmetro V2, tendo em vista a mudança semelhante verificada no castelhano; e em seguida, discute-se a correlação entre línguas de sujeito nulo e línguas que manifestam subida de clítico, com enfoque no francês e no PB. Finalmente, 5.3 conclui o capítulo e estabelece conexões com os resultados alcançados nos capítulos precedentes.

### **5.1 INTER-RELAÇÕES ENTRE MUDANÇAS: NA ESTRUTURA INFORMACIONAL E NA SINTAXE**

Vários trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre o CTB compartilham a ideia de que a mudança sintática que vem sendo referida como a perda de um sistema V2

tem repercussões em diversos aspectos da gramática do português clássico. Confirmamos essa tendência a partir dos dados expostos no capítulo 4, em que o século XVIII é identificado como o ponto de virada para uma gramática que manifesta a subida de clíticos como uma opção marcada. Isso nos leva a atribuir os períodos que denominamos anteriormente de PCI I e PCI II como representativos de gramáticas distintas, em conformidade com a proposta de periodização para o português apresentada em Galves, Namiuti & Paixão de Sousa (2006).

A nova periodização baseia-se no conceito de competição de gramáticas (Kroch 1989 *et seq.*), e estabelece três períodos distintos para a história do português, diferentemente de outros autores, que tratam o português clássico como um período já com características sintáticas muito similares às encontradas no PE (cf. p.ex. Martins 1994). Segundo as autoras, a passagem do português antigo para o período denominado de *português médio* ocorre no século XIV, e a passagem deste para o português europeu moderno se dá no século XVIII. A principal evidência aduzida para esse fim é a posição/colocação de clíticos: enquanto o português antigo seria um sistema com interpolação generalizada em orações dependentes, e ênclise preferencial, o português médio seria um sistema com interpolação limitada à negação e próclise preferencial; finalmente, e o português europeu moderno apresenta ênclise preferencial (permanecendo a interpolação da negação e de alguns outros elementos prosodicamente funcionais nos dados dialetais do PE, conforme Magro 2008).

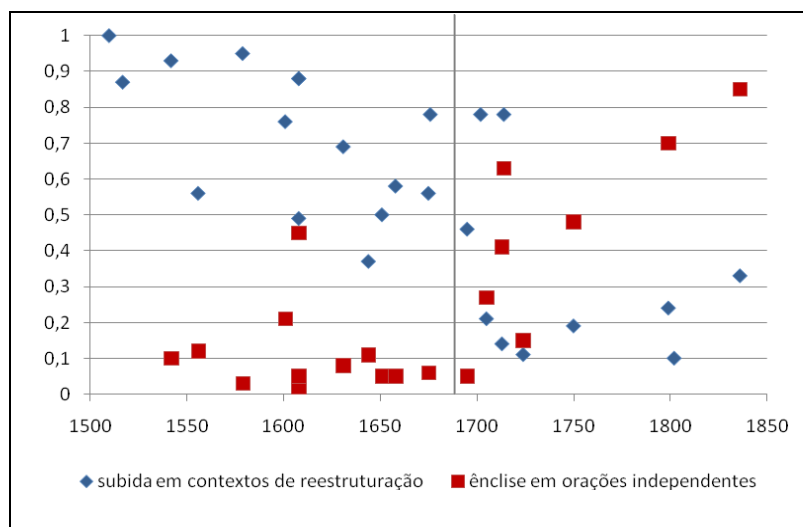
No que se refere à passagem do português médio (que inclui o PCI I) para o PE que inclui o PCI II), é interessante sobrepôr a evidência apresentada por Galves, Namiuti & Paixão de Sousa (2006) com aquela obtida para a datação da mudança na frequência da subida de clíticos. Apesar de a correlação entre as mudanças na posição e na colocação do clítico coincidirem em torno de 1700, nossos dados nos levam a perceber uma forte variação na subida em dados de autores nascidos no século XVII: portanto, o “início da queda” ocorre um século antes da mudança sintática identificada como a perda do parâmetro V2.

A questão que se coloca diante desse quadro é explicar essa “gradualidade” na implementação da mudança. A hipótese que apresentamos deriva da correlação entre

estrutura informacional e subida de clíticos: esperamos que tenha havido um período de alteração no uso de construções informacionalmente marcadas, que levou à mudança gramatical apontada. O reflexo dessa alteração no uso teria sido automático para a ocorrência da subida de clíticos, mas não tanto para a colocação, pois esta era regida por requisitos prosódicos. Vejamos os resultados observados na Figura 12.

Nos dados notam-se momentos de aparente complementaridade, alternados por épocas com diferente expressão da variação. Dessa forma, no século XVI os textos apresentam todos índices muito altos de subida, à exceção de Sousa (n.1556), que parecem assim dar continuidade a um padrão encontrado no português antigo. No século XVII os dados de colocação mantêm-se largamente estáveis (com a exceção de dois autores), enquanto os dados de subida apresentam ampla variação. No primeiro quartel do século XVIII essa variação abrange ambos os fenômenos. Em seguida, enquanto os dados de subida fixam-se em valores inferiores aos 50%, os dados de colocação apresentam um progressivo favorecimento da ênclise. Dessa forma, ambos os fenômenos se intersectam na virada para o século XVIII. Essa mudança tem sido caracterizada como a perda do parâmetro V2, com consequências para a posição de sujeitos e para a colocação de clíticos. As evidências para isso são a diminuição das ordens V-S frente à ordem S-V-cl e o aparecimento da nova construção X-S-V-cl, em que o sujeito, quando coocorrente com outro tópico, aparece numa posição interna à sentença, conforme Paixão de Sousa (2004). Dessa forma, apesar de imaginarmos que a mudança na subida de clíticos a partir do século XVII seja o reflexo de uma mudança independente, vamos explorar a hipótese de que se trata de uma mudança no uso, interligada à mudança paramétrica ocorrida no século XVIII.

**Figura 12** - Comparação entre subida em contextos de reestruturação e ênclise em orações independentes, em contextos de variação para a colocação de clíticos do PCI (dados de ênclise de Galves, Britto & Paixão de Sousa 2005)



Portanto, vamos tratar: em 5.1.1, da ocorrência da subida no português antigo e em outros romances medievais, julgada relativamente estável a partir dos trabalhos consultados; em 5.1.2, apresentamos as evidências de instabilidade atribuídas ao português médio, especialmente dos séculos XVI e XVII; em 5.1.3, apresentamos uma proposta para a implementação da mudança, tendo em conta as diferentes etapas do português.

### 5.1.1 A estabilidade da subida no português antigo

Apesar de nossa pesquisa não ter incluído dados do português antigo, para a compreensão da implementação da mudança é relevante relacionar os resultados obtidos na Figura 12 com a expectativa que se forma para o período anterior. Espera-se que a subida tenha sido não-marcada no PA, da mesma forma que se observa no século XVI. De fato, Martins (1994; 2004) observa que a não-subida do clítico nas fontes escritas ao longo do português antigo é quantitativamente insignificante.

Dados de outras línguas românicas são coincidentes com o que Martins (1994) menciona. Por exemplo, em pesquisa sobre o catalão, S. Fischer (2000) não encontra nenhum caso de não-subida, considerada portanto como fenômeno obrigatório tanto com



clíticos argumentais quanto com os adjuntos (como *y* ‘lá’). Isso demonstra que os romances medievais apresentavam gramáticas muito semelhantes em termos das propriedades de seus núcleos funcionais.

- (346) a. Fort ho=volria                    saber  
           forte 3sg.acc=querer.3sg.pst saber  
           PE: ‘Urgentemente queria-o saber’
- b. e null    home no y=poch                    abitar;  
           e nenhum homem não lá=poder.3sg.pres Morar  
           ‘E nenhum homem podia viver lá’

(Catalão antigo; FISCHER 2000 (13), (11))

Se a subida de clíticos for de fato (quase-)obrigatória no português antigo, como esperamos, é necessário apresentar uma explicação para isso. Ora, de acordo com a proposta apresentada no capítulo anterior, a subida está vinculada à expressão da estrutura informacional, refletida na sintaxe em termos da ativação da camada CP. Para tanto, não é necessário postular que o clítico se movia para uma posição de tópico (ou foco, segundo algumas análises, como Rivero 1991), nem que ele tinha um estatuto de XP; a presença de um traço EPP como estando na base do movimento já é indicativa da existência de um contraste semântico, sem a necessidade de vincular o clítico a uma posição em que realiza traços como [+TÓPICO] ou [+FOCO] (cf. Gallego 2007 para uma defesa desse ponto de vista).

A solução pode estar de fato na posição mais alta que o clítico ocupa: C<sub>2</sub>, ou Force, nos termos de Rizzi (1997). Dessa forma, a interpolação generalizada e a subida obrigatória do clítico seriam interligadas. Nessa posição, e não em T1, seria realizado o traço u[D], responsável pelo movimento de um XP ou de um clítico, já que os traços-φ estão vinculados à definitude. O traço D especificamente pode ser satisfeito por um XP movido para Spec, CP, que será conseqüentemente marcado como elemento saliente; ou pela inserção de um complementador (finito ou não-finito; cf. Roberts & Roussou 2003 para a relação entre as categorias C, D e P); note-se que o complementador era frequentemente nulo na fonologia. No primeiro caso, o clítico estará em conformidade com a lei de Tobler-Mussafia; no segundo caso, deverá sofrer inversão prosódica no

componente pós-sintático, como se observa a partir dos exemplos seguintes - já do período médio, uma vez que foram extraídos de Duarte Galvão (n. 1435) porém representativos da gramática em questão:

(347) a. [...] e por se nom achar escrito nada das cousas, que se neste cazamento fizeraõ, nem como foram, se nom poz aqui mais, que sómente cazar ElRey [...]

b. Diguaõ-no hos que se ally acharão, porque nom he em my dizelo

(NAMIUTI 2008:88 (91); 90 (95))

Em consonância com a hipótese lançada na seção 4.5.3, considera-se também que *v* tinha o mesmo conjunto de traços, permitindo ampla variação na ordem e os efeitos de extração longa. Essa característica de *C* e *v* pode ser usada para caracterizar o que se tem designado como “uma língua voltada para tópicos”, seguindo o trabalho seminal de Huang (1984). O movimento do clítico para *C*<sub>2</sub> leva-o à “borda” da sentença, e garante a propriedade discursiva de definitude/ especificidade, correlacionada com a subida de clíticos.

Vejamos um exemplo de derivação. Quando *v*<sub>2</sub> é concatenado, seus traços poderão ser satisfeitos pelo movimento do constituinte InfP inteiro, pois, de acordo com Rackowski & Richards (2005), uma projeção máxima pode se mover para o especificador. Em seguida, *T*<sub>1</sub> busca satisfazer seu traço *u*[*V*], o que só é possível com *V*<sub>reg</sub> - apesar de esse elemento estar mais distante de *T*<sub>1</sub> que *V*<sub>inf</sub>, uma vez que os traços do verbo infinitivo estão sintaticamente inativos (seus traços não-interpretáveis já foram checados no âmbito de InfP), não consistindo, portanto, num alvo possível para a relação de *Agree*.

(348) [<sub>T1P</sub> *V*<sub>reg</sub>+*T*<sub>1</sub> [<sub>v2P</sub> [<sub>InfP</sub> *cl*-*V*<sub>inf</sub> [<sub>SBJ OBJ</sub>] ] *V*<sub>reg</sub> [<sub>InfP</sub> .... ]]]

No próximo passo derivacional, *C*<sub>1</sub>, da mesma forma que no português médio, teria o traço *u*[*V*], que leva ao movimento do verbo; e o clítico estará suficientemente próximo de *C*<sub>2</sub> para sofrer movimento, já que foi movido no bojo de InfP para Spec,*v*<sub>1</sub>P. Em seguida, *C*<sub>2</sub> é concatenado; confira a representação final abaixo, em que “*C*” representa um complementador que sofre *merge* em *C*<sub>2</sub>:





no plano da mesma gramática. Em outras palavras, o estilo dos textos seiscentistas expressa mudanças na língua; disso deriva o uso de estruturas informacionalmente marcadas com reflexos na colocação de clíticos e na posição do sujeito. Dessa forma, a autora defende que esse período, em termos estruturais, não deve ser tratado como período especial, mas como uma continuação da gramática medieval, desde o século XV.

Essa caracterização do português médio como uma época de instabilidade também encontra evidências no plano da estruturação da informação. No que se refere especificamente à expressão sintática da focalização, Ribeiro (2007) demonstra que no século XVI os textos deixam de manifestar a focalização por fronteamto de certos tipos de constituintes, como aqueles que representam sintagmas descontínuos (o quantificador face ao DP, e o antecedente face ao CP relativo, como se vê em (340)). Em seguida, e manifestando-se nos textos a partir dos séculos XVII e XVIII, aparecem construções clivadas (invertidas e básicas, como em (341)):

(352) a. Muyto é boa cousa a oraçõ dos monges (*Flos Sanctorum*, séc.XIV)

b. Todo é verdade quanto dizes (*Diálogos de São Gregório*, séc.XIV)

(RIBEIRO 2007:535 (8)a,f)

(353) a. A estes é que na Conjugação Passiva chamamos compostos (*Argote*, séc.XVII)

b. Foi Vossa Eminência quem me conduziu à presença de Sua Alteza Real (*M.<sup>esa</sup> Alorna*, séc.XVIII)

(RIBEIRO 2007:536 (11)b,(12)b)

O que essa caracterização do período médio pode nos revelar a respeito da variação na posição dos clíticos, face à mudança na colocação de clíticos? Ora, se é basicamente a mesma estrutura que subjaz aos dados, espera-se que mudanças no uso da língua tenham reflexo direto sobre fenômenos que estão na interface entre sintaxe e discurso, enquanto outros fenômenos, cuja expressão é propriamente sintática, apresentariam esse efeito num momento posterior, em que alterações no uso tenham um efeito sobre a gramática. Nos nossos dados, a subida de clíticos passa a apresentar notável variação nos 1600. A distância entre os autores alcança seu ápice no início dos 1700, para

depois tornar-se bastante marcada. Se uma análise como a apresentada no capítulo anterior estiver correta, a caracterização da variação e mudança na subida de clíticos se localiza no entrecruzamento entre a própria estrutura informacional e sua expressão sintática. Sua exata descrição está além dos limites deste trabalho, mas há vários inícios de que ela é verdadeira.

Vimos que a mudança na expressão de estruturas informacionalmente marcadas tem um efeito sobre a expressão da saliência de diferentes elementos (identificados como itens discursivos). Uma forma de mensurar a instabilidade na expressão discursiva da estrutura informacional é verificando o número de algumas das construções mencionadas no corpus estudado sobre o total de sentenças dos textos.<sup>174</sup> Esses resultados aparecem na tabela a seguir.

**Tabela 33** – Uso de estruturas informacionalmente marcadas no PCI

	T1		T2		T3		T4		T5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>DEC</b>	36	0,88	74	0,47	58	0,66	58	0,53	33	0,42
<b>TOP/FOC-V2</b>	175	4,29	386	2,48	244	2,80	117	1,08	32	0,41
<b>TOTAL de sentenças</b>	<b>4072</b>		<b>15551</b>		<b>8697</b>		<b>10807</b>		<b>7802</b>	

Fonte: Dados do Corpus Tycho Brahe coletados por Alba Gibrail

A partir da tabela observa-se que há uma queda expressiva no percentual de uso, tanto da DEC quanto da TOP/FOC-V2, de T1 para T2. No entanto, essa queda não mantém sua trajetória, pois em T3 – período logo anterior à mudança gramatical, que vai de 1625 a 1700 – há uma leve recuperação do uso dessas construções. Se verificarmos os resultados de autor a autor, nota-se também que enquanto a média expressa em T1 apresenta certa estabilidade entre autores, o mesmo não pode se aplicar a T2 ou T3, em que

<sup>174</sup> Agradeço a Alba Gibrail por disponibilizar os números absolutos de DEC e TOP/FOC-V2. O total de sentenças foi obtido por contagem automática sobre os textos morfológicamente anotados, a partir do tratamento computacional aplicado aos textos por Pablo Faria.

se nota grande variação, como já apontado em Galves (2003), Paixão de Sousa (2004), entre outros. Isso nos leva a crer que a variação na língua que se expressa mais claramente nos 1600 pode e deve ser relacionada à mudança gramatical ocorrida nos 1700, em conformidade com os dados de subida de clítico apresentados anteriormente.

### 5.1.3 *A mudança na língua e a mudança na gramática*

Para o estabelecimento do elo de causalidade entre mudança na língua e na gramática numa abordagem preocupada com a adequação explicativa, é necessário ter em conta o processo de aquisição da linguagem. Essa relação já estava prefigurada nos primeiros trabalhos para a perspectiva formal de mudança, como Lightfoot (1979), que atribuem um impacto dos dados linguísticos primários (PLD) sobre a fixação de parâmetros. Talvez pelo fato de o estudo de efeitos discursivos sobre a sintaxe a partir de uma perspectiva formal ter se desenvolvido mais ou menos na mesma época, até há pouco tempo sua aplicação ao domínio dos estudos históricos vinha sendo largamente ignorado. As razões para isso decorrem não só da dificuldade em se caracterizar a interface entre sintaxe e discurso, mas também de assunções sobre a gramática universal. Quanto ao primeiro aspecto, Benincà (2006) nota com muita clareza que as posições de tópico e foco na sintaxe não estão ligadas a uma caracterização pragmática específica: “unfortunately, these phenomena [of the left periphery] have inherited labels that seem to refer to pragmatics more than to syntax and misleadingly suggest an overlapping of these two levels” (p. 54). Em segundo lugar, a partir da **Hipótese uniformitária** adotada por Roberts (2007), espera-se que o uso de tópicos e focos seja sempre a mesma em diferentes épocas de uma dada língua.<sup>175</sup> Se considerarmos que os conceitos de **relação** e **expressão pragmática** têm uma conexão, apesar da separação proposta por Benincà, é possível conceber que a diferente expressão da pragmática na sintaxe tenha contribuído para uma mudança paramétrica.

---

<sup>175</sup> A hipótese uniformitária foi lançada por Croft (2003), e expressa a seguinte ideia: “the languages of the past ... are not different in nature from those of the present (p. 233).”

Esse caminho já foi trilhado antes, porém a relação entre mudança no uso e na gramática resta ser explicitada. De fato, a proposta para a perda da próclise apresentada por Torres Morais baseia-se na natureza do traço responsável pelo movimento de XP que assume a condição de constituinte interno:

O que propomos, portanto, é que [...] há uma mudança paramétrica na valência do traço-NP tópico, o qual de forte passa a fraco, levando à perda da possibilidade de a topicalização ser realizada no interior de CP. (Torres Morais 1995:346)

Sem entrar nos detalhes sobre a formalização da mudança, a questão que a proposta acima nos coloca é: por que o traço responsável pelo movimento se perde? Uma consequência da adoção do conceito de **gatilho** de mudança, já mencionado em (332), é que um dado parâmetro, para ser corretamente fixado, depende da existência de dados que o expressem. A alteração nos dados, por sua vez, é de ordem extra-sintática: ou atrelada ao contato de línguas ou a mudanças na morfologia ou no uso de determinadas construções, o que está de acordo com a **Princípio da inércia** de Keenan: “Things stay as they are unless acted on by an outside force or decay” (2002:2).

A relevância da estrutura informacional no sentido de modificar os dados linguísticos primários, e gerar, portanto, opacidade num determinado parâmetro, recebe um modelo explicativo no trabalho de Hinterhölzl (2004). Segundo esse autor, a mudança gradual nos textos reflete opções permitidas pela gramática dentro de um certo espaço, que podem ser exploradas por falantes inovadores para obter certos efeitos comunicativos em situações discursivas específicas. Essa área de opcionalidade limitada está ligada ao campo da forma estilística, ou seja, a estrutura informacional, expressa por meio de regras periféricas. Hinterhölzl enfatiza que o termo “periferia” não deve ser associado à periferia do modelo de gramática – ou seja, às interfaces de PF e LF; pelo contrário, as chamadas regras periféricas são parte da sintaxe estrita, diferenciando-se das chamadas regras “nucleares” em termos dos traços que são verificados num e noutro caso. Isso se reflete na fixação do parâmetro V2 do alto alemão antigo até o alemão moderno, que teria ocorrido a partir no aumento do uso da regra de focalização; depois de atingido um certo patamar, o movimento para essa posição passa a ser parte da gramática nuclear. A expressão do foco



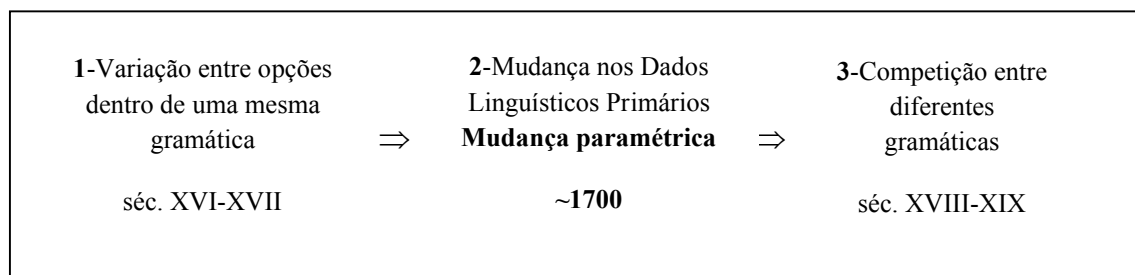
propriamente dito também muda, uma vez que constituintes com foco amplo são pronunciados num sintagma entoacional em separado:<sup>176</sup>

(354) weil der Hans die Maria getroffen hat | gestern in Wien  
 porque DET.MASC H. DET.FEM M. encontrar.PTCP AUX.3SG ontem em Viena  
 ‘Porque o H. encontrou a Maria ontem em Viena’

(HINTERHÖLZL 2004: 150 (30))

Essa perspectiva pode ser aplicada à passagem das línguas românicas medievais para as línguas modernas no sentido inverso. Ou seja, se é verdade que os romances medievais compartilhavam o parâmetro V2, põe-se em causa não a generalização do fronteamto, mas sua progressiva diminuição. Especificamente, o que se espera é que as opções permitidas pelo sistema entrem numa relação de competição, em certa altura. Tal competição se expressa provavelmente no campo do registro, em que as construções mais típicas da informalidade/ oralidade têm maior frequência e, portanto, maior representatividade nos Dados Linguísticos Primários. Voltando à Tabela 33, observa-se a queda no fronteamto para Spec,CP muito fortemente de T1 para T2, o que nos leva a fixar o momento de “competição entre opções” no final do século XVI. A isto se segue a **reanálise por abdução** que consiste na própria mudança paramétrica. A competição entre gramáticas é o processo seguinte, em que a mudança paramétrica se estende pela comunidade de falantes. Confira o esquema na Figura 13.

**Figura 13** - Esquema de mudança baseada na estrutura informacional



<sup>176</sup> De fato, a mudança na estrutura informacional pode também ser encarada a partir de mudanças prosódicas, como uma de suas formas de expressão/marcação. Cf. p.ex. Speyer (2005) sobre a queda da topicalização em inglês.

Se uma só mudança sintática é responsável tanto pela mudança na subida de clíticos quanto pela mudança na colocação de clíticos, espera-se que fenômenos dependentes diretamente da sintaxe – e não da estrutura informacional – expressem a mudança paulatinamente após esse período. De fato, a subida de clíticos expressa a variação já no período correspondente à etapa “1”, devido à sua conexão com estrutura informacional. A colocação de clíticos, por outro lado, é sensível a requisitos de ordem fonológica e sintática, sendo muito indiretamente afetada por alterações na expressão da estrutura informacional. Isso pode ser verificado a partir da maior tendência enclítica encontrada em textos como os *Sermões* de Vieira e a *Arte de Furtar* de Manoel da Costa, localizados na etapa “1”, como reflexos da variação permitida no âmbito de uma mesma gramática; e, de forma diferente, nos textos pertencentes à etapa “3”, que expressam não uma mera variação, mas a competição entre diferentes parâmetros, e gramáticas.<sup>177</sup>

Se tal proposta estiver na direção correta, devemos considerar que há inter-relações entre a estrutura informacional e a sintaxe, entre a frequência de certas construções e a mera existência de determinados padrões. Portanto, apesar da observação de Ribeiro, segundo a qual “não se deve pensar em definir uma gramática pelo maior ou menor uso de certas construções” (1995:56), o mapeamento de sua frequência pode se mostrar útil como motivação para mudanças paramétricas, ou reflexos que possam advir delas. A relevância dessa tese consiste no fato de que não houve, na história do português europeu, evidência de contato massivo entre falantes de línguas tipologicamente distantes nessa época, nem de alterações significativas na expressão de traços morfológicos.

---

<sup>177</sup> Ilza Ribeiro colocou a questão de como diferenciar as etapas “1” e “3”. Imaginamos que tal distinção signifique a limitação da variação a determinados contextos no primeiro caso. Em termos práticos, se na etapa “1” a variação na subida de clíticos ocorria dentro do âmbito de uma gramática V2, postulamos que a subida ocorria necessariamente na ocorrência de FOC-V2 ou TOP-V2, estando a não-subida limitada aos demais contextos. Já na a etapa “3” a não-subida poderia ocorrer em contexto de FOC-V2 ou TOP-V2, quando constituiria a expressão de uma gramática não-V2. No entanto, essas observações são de caráter estipulativo e precisam ser verificadas.

## 5.2 OS PARÂMETROS ENVOLVIDOS

Nesta seção relacionamos dados de outras línguas românicas envolvendo queda ou desaparecimento da subida de clíticos com dois parâmetros bem documentados na literatura. Primeiro, trataremos de línguas que perderam o parâmetro V2, de acordo com as análises de diversos autores, mas que ainda apresentam subida (com índices decrescentes de ocorrência); em seguida, estará em causa as línguas que perderam (ou estão em fase de perda) do parâmetro do sujeito nulo, fato que parece se correlacionar com a perda da subida de clíticos.

### 5.2.1 O parâmetro V2; o castelhano

Como já comentamos, os romances medievais apresentavam subida obrigatória, da mesma forma que o português antigo - segundo nos informam os estudiosos sobre esse período da língua. Diferentemente do português, no entanto, línguas como o castelhano parecem ter passado somente por uma mudança, que normalmente está vinculada a duas outras restrições: o parâmetro V2 e a lei de Tobler-Mussafia, que parecem atuar em conjunto para gerar os clíticos 2P. A conexão se encontra no fato de que tais línguas apresentam uma primeira posição de prominência informacional e prosódica, incompatível com a realização de um elemento desprovido de acento, como os clíticos.

Segundo Wanner (1996), há duas maneiras de se encarar o fenômeno dos clíticos 2P: um implica considerar que o clítico está incorporado ao elemento em primeira posição, e ocupa a segunda posição por uma regra fonológica; outro consiste em dizer que o clítico é de fato adverbial, e não precisa sofrer mudança de colocação por uma regra pós-sintática. Na verdade, essa segunda opção gera um output condizente com a análise de clítico 2P, mas por definição deve ser distinta do primeiro caso.

(355) a. [S [X=cl]<sub>P1</sub> V<sub>P2</sub> Z ]

b. [S X<sub>P1</sub> [cl=V]<sub>P2</sub> Z ]

(adaptado de WANNER 1996:538 (3))

Uma terceira opção que tem sido proposta na literatura, sem entrar em conflito com o requerimento de que a língua seja V2, consiste em assumir que o clítico ocupa sozinho a segunda posição, e V2 se aplica no nível da camada TP (cf. Fontana 1993).

(356) [S X<sub>P1</sub> cl<sub>P2</sub> [TP Y<sub>P1</sub> V<sub>P2</sub> Z ]

A análise de Rivero (1991) é compatível com esse tipo de pressuposto. Ela considera que a passagem de uma gramática com subida obrigatória para outra em que a subida de clíticos é um fenômeno variável é dependente da própria natureza dos clíticos, que seriam XPs no castelhano antigo, e depois passam a ser X<sup>0</sup>s. Para tanto, a autora considera, em seguimento a visão já expressa em Rivero (1986), que clíticos comportavam-se como DPs na sintaxe. Como evidências para tal, apresenta dados de interpolação e de subida de clíticos, com aparente paralelismo com DPs, que parecem sofrer focalização (envolvendo movimento longo no segundo caso):

(357) a. Quien te= algo prometiere (Cor. 125)

quem 2SG.DAT= algo prometer.COND.3SG

‘aquele que prometeria algo a você...’

b. A ella merçet pido (B.S.Or. 3b)

A Ela mercê peço

‘Peço a ela (sua) misericórdia’

(Castelhano antigo; RIVERO 1986: 777 (3)a, 779 (9)b)

(358) a. Qui la= quisiere uender al monasterio (DLE 50 (1228))

quem a= quiser vender ao monastério

‘Quem quiser vendê-la ao monastério...’ (PE: ‘Quem a quiser vender ao monastério...’)

b. Qui esta nuestra uendida... quisiere crebantar... aya la ira de Dios

Quem esta nossa promoção quiser quebrantar tenha a ira de Deus

‘Que aquele que queira quebrar nossa promoção tenha a ira de Deus’

(DLE 173(1224))

(Castelhano antigo; – RIVERO 1991:255 (18)a (17)a)

Para Rivero, o clítico ou o DP adjunto a I' expressa a focalização. Como XPs também podiam ser focalizados, ao lado do clítico, e devido ao estado prosodicamente fraco que os clíticos têm (e ainda tinham, se considerarmos evidências como a impossibilidade de coordenação, apontadas por Cardinaletti & Starke 1999), Rivero é levada a assumir que clíticos são XPs na sintaxe, mas X<sup>0</sup>s na fonologia.<sup>178</sup> Essa análise seria uma alternativa à que expusemos em 5.1.1, porém ao custo de assumir várias estipulações, além do que “it overlooks the operational constraints on such NP and pronoun placements” (Wanner 1996: 542, n.4).

Wanner (1982) também relaciona a perda da subida obrigatória com a mudança no padrão de colocação de clíticos, ou seja, a decadência da lei de Tobler-Mussafia, porém sem a conexão com a mudança no estatuto do clítico de XP a X<sup>0</sup>. Esta seria, de acordo seu trabalho de 1996, resultante da ambiguidade entre uma gramática que expressa clíticos 2P de acordo com a representação (355)a ou (355)b na sintaxe. Já a subida obrigatória no castelhano medieval seria uma consequência da posição do clítico na primeira posição, aliada à inexistência da restrição sobre a coesão da sequência verbal, resultados em grande medida paralelos aos encontrados com os autores do CTB da primeira metade do século XVI. Segundo o autor, “the unitary nature of the restructured verbal constituent does not hold in the older language since the two verbal elements are frequently separated by secondarily intercalated material of variable length and constitution” (1982:138). Alguns exemplos relevantes são os seguintes:

(359) a. Como vos= podedes luego desto vengar (20R 253:15)

como 2PL.INH poder.2PL logo disto vingar

‘Como vocês podem vingar-se logo disto’

b. Sy ... nosotros lo= podieremos, como suso dicho es, fazer (Cor 49)

Se nós 3SG.ACC pudéssemos como acima dizer.PTCP é fazer

‘Se ... nos pudéssemos, como foi dito acima, fazer isso’

(WANNER 1982 :138 (12)d, (12)e)

<sup>178</sup> Se se quiser manter a correlação entre clíticos e X<sup>0</sup>s, essa análise incorre em problemas, pois, como observa Martins (2002), as evidências favoráveis ao uso como pronomes fracos só se aplicam a *i* e *ende* (~en), pronomes oblíquos que se perderam no curso da história do português.

A mudança para o castelhano moderno parece ter partido das possibilidades existentes no castelhano antigo em (360)-(362), somadas à nova possibilidade de “incorporação” dos verbos regente e infinitivo, em conformidade com Rizzi (1982). Ou seja, em semelhança às chamadas “construções absolutas” em que só há um verbo não-finito (opcionalmente com um verbo regente elíptico), teria se criado a nova construção  $[V_{reg} V_{inf}] -cl$ , aliada também à reanálise de (363) como um caso de ênclise ao verbo regente.

(360) Construções em ordem direta

a. X cl- $V_{reg}$   $V_{inf}$

b. |  $V_{reg}$ -cl  $V_{inf}$

(361) Construções absolutivas

a. C cl- $V_{inf}$

b. |  $V_{inf}$ -cl

(362) Construções em ordem inversa

$V_{inf}$  cl  $V_{reg}$

O único fato que Wanner (1982) não estabelece com clareza (diferentemente do que faz no texto de 1996) é que a obrigatoriedade da subida não depende da colocação, mas da posição necessariamente alta do clítico nos romances medievais. A ordem variável dos constituintes e o requerimento do movimento de DPs e do clítico para um núcleo funcional na periferia da sentença nos levam a crer que haja uma correlação entre a ativação do parâmetro V2 e a ocorrência da subida de clíticos, e além disso, que o fenômeno terá aplicação não-marcada numa língua que apresente esse parâmetro aliado à manifestação de sujeitos nulos.<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> Ian Roberts (c.p.) observou que o Sardo, e dialetos italianos meridionais como o Napolitano e o Salentino ainda apresentam contextos em que a subida de clíticos é obrigatória, apesar de também terem perdido o estatuto de línguas V2, de acordo com as análises tradicionais. No entanto, isso pode ser atribuído ao fato de que o infinitivo nessas línguas é muito restrito; assim, a subida ficou confinada a determinados verbos auxiliares que ainda selecionam infinitivo, como o correspondente a *poder*.

### 5.2.2 O parâmetro do sujeito nulo; o francês e o PB

Desde o trabalho de Kayne (1989), a subida de clíticos têm sido atribuída como uma consequência da fixação do parâmetro do sujeito nulo. Como já mencionado no capítulo 1, a ideia se baseia na capacidade da categoria Infl *l*-marcar seu complemento VP, e este, por sua vez, “percola” essa marcação para o complemento infinitivo (um CP, nessa abordagem) tornando-o transparente para o movimento não só de clíticos, mas de outros elementos. Essa primeira assunção tem como motivação a rica morfologia flexional das línguas de sujeito nulo, que “realiza” o próprio sujeito ou o “identifica”, a depender da teoria (cf. respectivamente, Alexiadou & Anagnostopoulou 1998 e Rizzi 1986). A outra assunção feita pelo autor diz respeito ao fato de que os clíticos variam nas línguas quanto à posição sintática a que estão vinculados: eles podem se mover até V ou, mais acima, até Infl. No primeiro caso, a subida fica bloqueada por requisitos de localidade: nos termos da TRL, o domínio de regência do verbo matriz não “alcança” o domínio lexical que o clítico ocupa. Já o segundo tipo de línguas manifesta a subida, de forma opcional.

Alguns autores têm sido inspirados por Kayne (1989), e propuseram não só uma correlação entre subida de clíticos e a existência do parâmetro de sujeito nulo numa dada língua, mas vincularam ambos os fenômenos à possibilidade de inversão do sujeito. Na sincronia, Solà (2002) repagina a análise de Kayne com base em evidências do catalão. O autor identifica uma língua de sujeito nulo com a possibilidade de ocorrência de inversão livre, possibilitada pelo licenciamento do sujeito no domínio lexical. Em termos formais, a categoria T sofreria *Agree* com o DP, sem o traço EPP. Da mesma forma, T<sub>def</sub>, projetado no domínio encaixado, seria igualmente inerte, conquanto incapaz de licenciar o sujeito. Consequentemente, tal barreira torna-se “transparente” para o movimento-A. A opcionalidade da subida é conectada à possibilidade de licenciar o clítico no domínio matriz, que por sua vez depende da projeção da categoria Agr<sub>O</sub>. Na diacronia, Lightfoot & Rodrigues (2003) baseiam-se no movimento do VP para a periferia esquerda do domínio encaixado, seguindo os trabalhos seminais de Kayne (1975) e Burzio (1986). Especificamente, Lightfoot & Rodrigues também correlacionam a perda da inversão do sujeito com a perda da subida de clíticos, como reflexo do fato de que ambos os processos

competem em termos do movimento para a mesma posição: ou do DP ou do VP para Spec,FP.

A proposta de Kayne parece captar uma correlação crucial: a assunção que relaciona a natureza “forte” de Infl com a presença de sujeitos nulos. Dessa forma, seguindo a conexão estabelecida inicialmente por Taraldsen (1980), Roberts (2008) formaliza a natureza pronominal de T nas línguas de sujeito nulo como reflexo da presença de um traço  $u[D]_{+definido}$ , que implica a especificação de seus traços- $\phi$ , permitindo, por sua vez a relação entre esse núcleo e o alvo defectivo *pro*, um pronome fraco que sofre “apagamento” sob essa condição. Dentro desse quadro, a presença de traços- $u[\phi]$  numa categoria da camada flexional nas línguas românicas modernas expressa uma faceta dessa maior “especificidade” ou “definitude” expressa na morfologia dessas línguas. A segunda assunção feita por Kayne parece derivar da primeira, ou seja: línguas que apresentam um T com maior especificação de traços apresentam subida. Se T é “empobrecido” com relação a certos traços- $\phi$ , ele tende a não apresentar sujeitos nulos, pois ele não tem a especificação necessária para valorar alvos defectivos: *pro* ou clíticos. Essa formalização está em consonância com a observação de Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005) a respeito da colocação de clíticos em PB e em PE: os primeiros estariam conectados ao verbo, e os segundos ao domínio flexional. No entanto, é importante ressaltar que esse é um epifenômeno da diferença em termos de traços funcionais de T em uma e outra língua, e não uma característica idiossincrática dos clíticos. Uma evidência favorável a essa ideia pode ser encontrada p.ex. no trabalho de Negrão & Viotti (2008), autoras que apontam para a extensiva amplitude de alternâncias de transitividade no PB, que pode ser interpretada como reflexo do fato de que a posição Spec,TP nessa língua é altamente empobrecida, pois não faz exigências formais ou semânticas a respeito do DP com a qual sofre *Agree*.

Acreditamos que essa maior especificação de Infl nas línguas de sujeito nulo é a propriedade central, e a única necessária para derivar a correlação com a subida de clíticos. As demais correlações, em parte derivadas da concepção tradicional de parâmetros como um “feixe de propriedades”, podem ter validade limitada a certas línguas. Esse é o caso da correlação entre inversão livre e sujeito nulo estabelecida pelos autores que reinterpretaram





com validade não só para os verbos causativos, mas também para os verbos de “reestruturação”. No caso dos causativos, exemplos representativos da “união de orações” como em (366) só se manifestam de maneira muito restrita, em textos ligados ao registro formal; na linguagem coloquial, só é possível a expressão da construção ECM, conforme J. de Andrade (2002):

- (366) a. Eu mandei escrever os alunos. (PB: ??)  
 b. Eu mandei-os escrever. (PB: ??)

No caso dos verbos de “reestruturação”, dados coletados por Reis (2008) parecem sugerir a independência entre os domínios finito e não-finito:

- (367) a. O Pedro quer fazer ELE o trabalho.  
 b. O Pedro tem feito ELE o trabalho. (REIS 2008:14)

Os exemplos foram interpretados pela autora à luz da proposta de Gonçalves & Costa (2002) para os verbos auxiliares, segundo a qual há a impossibilidade de duas posições de sujeito serem expressas com verdadeiros auxiliares. Tendo em conta a contraparte de (367)a em PE é boa, mas não a de (367)b, tais autoras defendem a ideia de que há no PE uma estrutura bioracional no primeiro caso, e mono-oracional no segundo, como já mencionado no capítulo 1. No caso do PB, tais resultados sugerem, no âmbito dos verbos de “reestruturação”, que há uma projeção de T encaixado. A consequência disso para a derivação é que o sujeito será movido para Spec,TP encaixado, e será o elemento mais próximo para a checagem do traço u[D]<sub>-definido</sub> existente na categoria flexional T<sub>2</sub>:

- (368) [<sub>T2P</sub> DP T<sub>2</sub> [<sub>T1P</sub> T<sub>1</sub>+V+V<sub>reg</sub> [<sub>v2P</sub> V<sub>reg</sub>+v [<sub>RootP2</sub> V<sub>reg</sub> [<sub>TP</sub> ~~DP~~ [<sub>InfP</sub> e<sub>t</sub>+V<sub>inf</sub>+v  
 [<sub>v1P</sub> ~~DP~~ e<sub>t</sub>+V<sub>inf</sub>+v [<sub>RootP1</sub> V<sub>inf</sub> e<sub>t</sub> ]]]]]]]]]

O tipo de mudança encontrado no PB torna a subida de clíticos um fato bastante marginal, o que dá suporte à diferença do complemento infinitivo nessa língua face ao francês.

Concomitantemente a esse desenvolvimento, os clíticos objeto têm sido substituídos por pronomes fracos em PB; porém, quando ainda se observa a realização de clíticos, espera-se que a subida ainda se manifeste, pelo menos a partir do complemento de auxiliares plenos, devido à sua estrutura sintática mais simplificada.<sup>180</sup>

Se os dados sincrônicos de línguas de sujeito nulo embasam a correspondência entre sujeitos nulos e subida de clíticos, outros dados de natureza diacrônica ou comparativa parecem contradizer uma implicação de natureza biunívoca. O que se percebe, de fato, é uma correlação de mão única: se uma língua apresenta sujeitos nulos e clíticos, certamente ela também apresentará subida de clíticos; mas não o inverso.<sup>181</sup> Notem-se, nesse sentido, as seguintes evidências coletadas na literatura. A evidência sincrônica consiste em dados de línguas não-indo-europeias, especialmente as da família kru (tronco níger-congo). Em bété, nota-se que o clítico objeto dos verbos com traço [-AUXILIAR] correspondentes a ‘preparar’ e ‘comer’ se move para junto da flexão (ou do item de polaridade), o que está de acordo com a parte da teoria de Kayne (1989) que correlaciona a posicionamento do clítico em línguas de sujeito nulo junto à flexão – cf. (369).<sup>182</sup> No entanto, essa não é uma língua *pro-drop*, como ilustrado em (370).

(369) a. wá kʷá-ʔó [t p̄] kà m̄  
 3PL FUT+CL-Q t preparar C sair  
 ‘eles vão preparar isso?’ (PE: eles vão prepará-lo?)

b. à nʷ [t l̄] kò ʔɛ  
 1PL NEG+CL t comer C terminar  
 ‘nós não acabamos de comer isso’ (PE: não o acabamos de comer)

(Bété; HAVERKORT 1990:149, (13)b; (15)b)

<sup>180</sup> A principal situação em que os clíticos ainda podem subir em PB é na sequência verbal com um participio envolvendo um clítico de 3ª. pessoa acusativo, como em *Não o tinha visto*. Galves, Ribeiro & Torres Morais (2005) atribuem essa possibilidade à aquisição tardia desse tipo de clítico. Para mais “resquícios” do fenômeno no PB, cf. Comrie (1982), que analisa textos literários de Jorge Amado. Uma perspectiva diferente é interpretar que alguns clíticos sofreram reanálise como sendo gerados no domínio do verbo regente, como no caso do *se* passivo/impessoal ou dos clíticos “éticos”, conforme dados apontados por Cyrino (c.p.).

<sup>181</sup> A se considerar o PB, diríamos mais apropriadamente, de línguas de sujeito nulo consistente, em se considerando que o PB expressa um sujeito nulo parcial. Segundo Ian Roberts (c.p.), os dialetos italianos setentrionais configuram exceções a essa generalização, fato que não pudemos verificar.

<sup>182</sup> Nessa língua, o clítico, ao incorporar-se a Infl, gera alteração na qualidade da vogal ou no tom: kɛ (fut) >> kʷá (FUT+3PL); ní (NEG) >> nʷ (NEG+1PL).

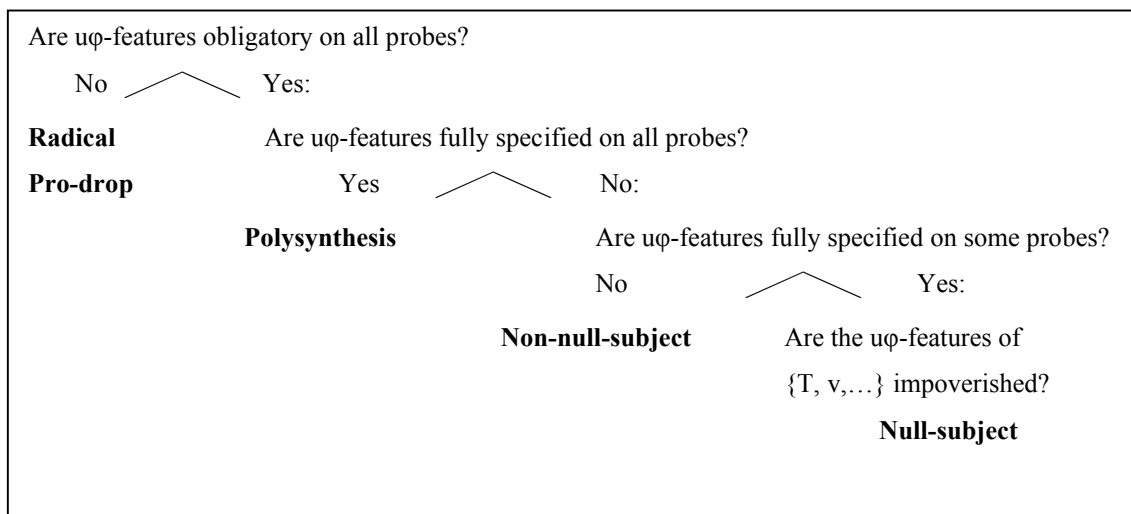
- (370) \*(wà) yī dù lè mī  
3PL FUT vilarejo ALL sair  
'eles vão (sair) para o vilarejo'

(Bété; HAVERKORT 1990:150, (18)b)

A evidência diacrônica advém da observação de Wanner: “No other change in French can be correlated with this development. The subject clitics were already near-obligatory during the entire evolution, a fact which frustrates attempted configurational and typological argumentations in the vein of the Pro-drop parameter” (1987: 361). Martins (2000) faz eco a essa observação, comparando-a aos resultados oferecidos por Adams (1987): “Being so, it is not likely that the loss of pro-drop and the narrowing of the set of CC predicates in French are manifestations of the same grammatical change” (p. 185).

Apesar desses dados, vale a pena buscar uma correlação, mesmo que ela não se aplique na sua forma mais forte; isso pode ser feito de duas maneiras. Uma, de natureza informacional, defende que a subida está vinculada primariamente à estruturação da informação, e a ativação de sujeitos nulos é uma expressão morfológica da marcação de tópicos. Outra é puramente morfológica, e relaciona a expressão dos sujeitos nulos à exigência de concordância. As duas visões não são incompatíveis, se considerarmos que as línguas do mundo apresentam diferentes estratégias para expressar noções de cunho informacional.

Podemos apresentar, para tanto, uma evidência de cunho teórico, e outra de cunho empírico. A **primeira** está vinculada à concepção de parâmetros de acordo com uma hierarquia (cf. Roberts & Holmberg 2010). Dois tipos de línguas associadas à “proeminência de tópicos na sintaxe” podem ser relacionadas, nesse modelo: as línguas românicas de sujeito nulo estariam num nível mais “baixo” que as línguas pro-drop radicais, como o chinês; a diferença entre esses dois tipos de língua está no fato de a primeira apresentar obrigatoriedade de concordância com traços- $\phi$ , enquanto que a segunda não tem uma expressão morfológica da relação com os tópicos, pois os pronomes sujeito seriam concatenados em LF:

**Figura 14** - Proposta de hierarquia de parâmetros

Fonte: Roberts & Holmberg (2010)

A **evidência empírica** deriva de pesquisas em aquisição, que começaram a observar a relação entre subida de clíticos e o parâmetro do sujeito nulo. De acordo com Rodríguez-Mondoñedo, Snyder & Sugisaki (2006), semelhantemente aos sujeitos nulos, a subida de clíticos é usada desde os primeiros estágios da aquisição do castelhano, sem passar por um estágio em que a não-subida é consistentemente escolhida em vez da subida. Isso não é estranho se tanto a subida de clíticos quanto o sujeito nulo expressam, de diferentes maneiras, a referência a tópicos, e se a criança sabe manipular essa distinção desde fases muito tenras de seu desenvolvimento cognitivo.

### 5.3 ENVOI

O presente capítulo é composto por duas seções. Na primeira, observamos os dados do português em diferentes épocas, buscando elaborar melhor a forma como ocorreu a implementação da mudança na subida de clíticos. Observamos que há, de fato, três etapas no que se refere a esse fenômeno, que refletem, *grosso modo*, os três períodos da periodização do português proposta por Galves, Namiuti & Paixão de Sousa (2006). No português antigo a subida é obrigatória, e derivada do movimento do clítico para o núcleo

mais alto da estrutura oracional. No português médio, a posição dos clíticos passa a ser uma categoria funcional mais baixa no domínio de CP, e o fenômeno passa a ser opcional; a partir do século XVI, e mais claramente no século XVII, há grande variação na expressão da subida, derivada da mudança na saliência de expressões referenciais, assim como no uso de construções informacionalmente marcadas. Essa variação gera uma opacidade nos dados linguísticos primários e a mudança para uma gramática não-V2, em que a subida de clíticos passa a ser um fenômeno marcado. O esquema abaixo representa a implementação da mudança.

**Figura 15** - A subida de clíticos face aos períodos da história do português

Subida categórica	↔	V2 alto, com interpolação generalizada
Subida opcional, não-marcada	↔	V2 baixo, sem interpolação generalizada
Subida opcional, marcada	↔	Pro-drop sem V2

Na segunda seção foram observados dois parâmetros que têm, de um forma ou de outra, sido relacionados à expressão da subida de clíticos: o parâmetro V2 e o parâmetro do sujeito nulo. A ativação do primeiro estaria ligada à não-marcação da subida de clíticos; uma língua V2 parece ter menos exigências de ordenamento e ao mesmo tempo o requerimento de que os clíticos sejam pronunciados numa posição alta da estrutura sintática. Já o parâmetro do sujeito nulo tem sido apontado como aquele que permite a manifestação da subida de clíticos, uma relação que parece ser não-biunívoca, mas de fato verdadeira no sentido de que a morfologia dessas línguas permite codificar com maior precisão conceitos da estrutura informacional. No entanto, algumas línguas de sujeito não-nulo que também possuem clíticos podem também expressar a subida de clíticos.

Buscamos indicar no presente capítulo que a mudança em parâmetros não só tem reflexos sobre o uso, mas também reflete alterações na frequência de construções específicas. Cabe ao linguista histórico enfrentar a difícil tarefa de depreender uma gramática a partir de padrões de uso. No estabelecimento de tais conexões, não há ainda

receitas infalíveis. Buscamos, nos capítulos precedentes, encontrar evidências de diversos tipos em favor da natureza de interface do fenômeno em pauta – ligados à derivação da posição e colocação de clíticos, à variação na subida, e à mudança na expressão dos diferentes tipos de predicados complexos.

Nesse sentido, cumpre destacar a caracterização do clítico alçado como um elemento que, mediante a presença de um traço-EPP, adquire a função de tópico no nível informacional. Esse aspecto consiste num ponto de união entre as diferentes etapas do português e entre as diferentes línguas que expressam a subida de clíticos. Para tanto, a estrutura sintática menos enriquecida dos infinitivos como um InfP contribui decisivamente para permitir que o movimento do clítico ocorra. Caso contrário, o traço- $u[\phi]_{+EPP}$  pode ser valorado por um DP, e como não tem uma função específica para o sistema gramatical em causa, perde sua razão de ser e deixa de fazer parte do núcleo funcional relevante. Essa parece ter sido a dinâmica do desaparecimento da subida de clíticos no francês e no português brasileiro. Aqui só pudemos esboçar os contornos desse programa de pesquisa, cuja implementação depende de perseverança com o objetivo de verificar a hipótese da conexão entre estrutura informacional e mudança sintática no português.





## Conclusão

---

Apresentamos uma análise para a subida de clíticos na história do português europeu, relacionando-a ao domínio da estrutura informacional, uma parte da gramática que estabelece a interface entre sintaxe e discurso. Para abordar a questão, nos propusemos a abordar o problema de forma a que a derivação estrutural e as evidências relacionadas à variação e à mudança entrassem num certo nível de interação. Para tanto, o texto se desenvolveu a partir do exame do estado da arte sobre a formação de predicados complexos, passando pelo estudo do português europeu moderno, para então retroceder no tempo até o português clássico.

A partir da caracterização dos diagnósticos e das restrições à formação de predicados complexos, chegamos à conclusão de que a melhor representação para eles é como estruturas sempre mono-oracionais. A diferença entre a “reestruturação” e a “união de orações” se deve basicamente à transitividade do predicado que “rege” o complemento infinitivo; de forma semelhante observa-se uma diferença face aos verbos auxiliares plenos, que também entram naquela estrutura, porém são concatenados como “verbos leves”. Essa perspectiva permitiu conceber, sem a necessidade de assunções suplementares, que a fronteira entre os domínios finito e não-finito tem a transparência necessária à influência por características do domínio superior, mais especificamente à presença de elementos proclisadores.

Quanto à variação, apontamos quatro fatores como sendo estatisticamente relevantes: os contextos sintáticos para colocação de clíticos, a natureza do clítico, a coesão da sequência verbal e a natureza do verbo regente. Apesar de ser caracterizado como um sistema complexo e sujeito a restrições de processamento, o movimento do clítico faz parte da sintaxe estrita, e, mais especificamente, à presença de um traço-EPP junto a uma categoria da camada IP. Para tanto, nos embasamos numa diferença semântica expressa em termos da pressuposição de existência do referente do clítico.

Junto com o problema da variação entre subida e não-subida, também tratamos de outro eixo de variação, aquele representado pela ênclise e próclise. Tais manifestações do clítico

foram separadas e atribuídas a componentes distintos no modelo de gramática adotado: respectivamente, a sintaxe e a morfologia. A colocação de clíticos no domínio finito foi caracterizada como reflexo de uma operação pós-sintática de abaixamento, e no domínio infinito, a expressão da inversão prosódica, nos termos do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída.

De posse de uma compreensão mais detalhada do funcionamento do fenômeno na língua moderna, passamos a interrogar os dados do português clássico, para compreender os fatores responsáveis pela variação e mudança relacionada à expressão dos dois tipos de predicados complexos que foram alvo da pesquisa. Notou-se que, enquanto a “reestruturação” apresentou queda na manifestação da subida de clíticos, a “união de orações” apresentou diminuição face a uma construção bioracional, a “marcação excepcional de Caso”. Buscamos estabelecer que ambas as mudanças de frequência foram afetadas pela perda do parâmetro V2, ocorrida na virada para o século XVIII. No entanto, a expressão da estrutura informacional já desde o século XVI vinha passando por grandes mudanças no plano do uso, que se refletiram diretamente na grande variação na subida verificada entre os autores que compuseram o nosso corpus de português europeu. Essa conexão entre estrutura informacional e o fenômeno da subida de clíticos foi possibilitada pela caracterização do clítico alçado como um tópico no plano informacional.

Portanto, em termos da teoria de mudança sintática, defendemos a ideia de que a alteração na expressão dos gatilhos (*triggers*) possa ser o reflexo da mudança em padrões do “acondicionamento da informação”. Um programa de investigação que siga essa direção deve buscar evidências nas duas tradições de pesquisa principais na linguística, representadas pelas perspectivas formal e funcional. Em vez de encarar isso como sinal de inadequação epistemológica, pensamos que, a depender do fenômeno estudado, tal estratégia é inescapável à adequada consecução do trabalho sobre os dados históricos. Nesse sentido, consideramos correta a observação de Nascimento: “teríamos vantagens em tentar articular modelos de análise linguística que privilegiam as funções com aqueles que privilegiam a forma da linguagem, estando atentos às especificidades de cada um deles [...] se levarmos [as diferenças entre os modelos] em conta, muitas questões colocadas como problemas vão se mostrar desnecessárias e outras, mais interessantes, vão surgir” (1990:97,95).

## Referências

---

- ADAMS, Marianne. *Old French, Null Subjects and the Verb Second Phenomenon*. Tese (Doutorado em Linguística). Los Angeles: UCLA, 1987.
- ADGER, David. Pronouns postpose at PF. *Linguistic Inquiry* 38:2, p. 343-349, 2007.
- AISSIN, Judith L. & PERLMUTTER, David M. Clause reduction in Spanish. In: PERLMUTTER, David M. (ed.) *Studies in Relational Grammar 1*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983 [1976], p. 360-403.
- ALEXIADOU, Artemis & ANAGNOSTOPOULOU, Elena. Parametrizing Agr: word order, verb-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory* 16:3, p. 491-539, 1998.
- ALKMIM, Mônica G. R. de. *As Negativas Sentenciais no Dialeto Mineiro: uma abordagem variacionista*. Tese (Doutorado em Linguística). Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- ALSINA, Alex. *The role of argument structure in grammar: evidence from Romance*. Stanford: CSLI, 1996.
- AMBAR, Maria Manuela. "Aux-to COMP" and Lexical Restrictions on Verb Movement. In: CINQUE, Guglielmo *et al.* (eds.) *Paths Towards Universal Grammar: studies in Honor of Richard S. Kayne*. Washington: Georgetown University Press, 1994, p. 1-23.
- AMBAR, Maria Manuela. Aspects of Focus in Portuguese. In: TULLER, Laurence & REBUSCHI, Georges. (eds.) *The Grammar of Focus*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999, p. 23-53.
- ANDERSON, Stephen. *A-Morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ANDERSON, Stephen. *Aspects of the Theory of Clitics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DE ANDRADE, Aroldo. The application of clitic climbing in European Portuguese and the role of register. Ms. 2008a. [Submetido para publicação em Proceedings of the Hispanic Linguistics Symposium 2008, Québec]
- DE ANDRADE, Aroldo. A subida de clíticos em português clássico: descrição e implicações teóricas. Ms. 2008b. [Submetido para publicação nos Textos Seleccionados do XXIV Encontro da APL, Braga]
- DE ANDRADE, Aroldo. A morfossintaxe de clíticos de predicados complexos do Português Europeu. Ms. 2009. [Submetido para publicação nos Anais do Encontro de 2009 do GT de Teoria da Gramática da Anpoll, Brasília]
- DE ANDRADE, Aroldo. The clitic climbing - information structure connexion. Ms. 2010a [Apresentado no *Linguistic Evidence/2010*, Tübingen]

- DE ANDRADE, Aroldo. A subida de clíticos e o estatuto do complemento de verbos causativos do português clássico. *Anais do SETA* 4, p. 84-98, 2010b. [Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/963/653> Acesso: 4 maio 2010]
- DE ANDRADE, Aroldo. Complex Predicates at the Syntax-semantics Interface. *Em preparação*.
- DE ANDRADE, Juliana Campos. *As construções causativas do português do Brasil na perspectiva da Gramática Gerativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- AOUN, Joseph & LI, Yen hui Audrey. Scope and Constituency. *Linguistic Inquiry* 20:3, p. 141-172, 1989.
- ARONOFF, Mark. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976.
- ARTEAGA, Deborah L. *Obviation in Romance: Diachronic and Synchronic Perspectives*. Lanham: University Press of America, 1995.
- AUTHIER, J. Marc & REED, Lisa A. Against restructuring in modern French. *UPenn Working Papers in Linguistics* 14:1, 2008.
- AZEVEDO, Filipe. *Vertentes: O funcionamento da Língua*. Ms. 2004 [Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/drfilipeaz/PagsParali/Func-Ling.htm> Acesso: 11 nov. 2009.]
- BAKER, Mark C. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- BAKER, Mark C. *The Polysynthesis Parameter*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996.
- BAKER, Mark. Clitic climbing and the boundedness of head movement. In: VAN RIEMSDIJK, Henk. (ed.) *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 369-376.
- BARBOSA, Pilar. Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects. In: HALPERN, Aaron L. & ZWICKY, Arnold M. (eds.) *Approaching Second: Second position clitics and related phenomena*. Stanford: CSLI Publications, 1996, p. 1-40.
- BARBOSA, Pilar. Clitics: a window to the Null Subject Parameter. In: COSTA, João (ed.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 31-93.
- BARBOSA, Pilar. Deslocação local, cliticização e *spell-out* cíclico. *Diacrítica* 22:1, p. 131-156, 2008.
- BARRY, A. K. Clitic Pronoun Position in Thirteenth-Century Spanish. *Hispanic Review* 55:2, p. 213-220, 1987.
- BAYER, Josef; SCHMID, Tanya & BADER, Markus. Clause union and clausal position. In: DEN DIKKEN, Marcel & TORTORA, Christina (eds.) *The Function of Function Words and Functional Categories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 79-113.
- BELLETTI, Adriana. *Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax*. Turin: Rosenberg & Sellier, 1990.
- BENINCÀ, Paola. Complement Clitics in Medieval Romance: The Tobler-Mussafia Law. In: BATTYE, Adrian & ROBERTS, Ian G. (eds.) *Clause Structure and Language Change*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 325-344.

- BENINCÀ, Paola. A Detailed Map of the Left Periphery of Medieval Romance. In: ZANUTTINI, Raffaella *et al.* (eds.) *Crosslinguistic Research in Syntax and Semantics: Negation, Tense and Clausal Architecture*. Washington: Georgetown University Press, 2006, p. 53-86.
- BIBERAUER, Theresa & RICHARDS, Mark. True Optionality: when the grammar doesn't mind. In: BOECKX, Cedric (ed.) *Minimalist Theorizing*. Amsterdam: John Benjamins, 2006, p. 35-67.
- BIBERAUER, Theresa & ROBERTS, Ian. *Negative words and related expressions: a new perspective on some familiar puzzles*. Ms. 2010 [Apresentado no Workshop *Gramaticalização: Abordagens Formais e Funcionais*, 26-27 Abr. 2010, Campinas]
- BISOL, Leda. A Elisão, uma Regra Variável. *Letras de Hoje* 35:1, p. 319-330, 2000.
- BOECKX, Cedric & GALLEGÓ, Ángel J. *Clitic Climbing by (Long Distance) Agree*. Ms. 2008. [Disponível em: [http://seneca.uab.es/ggt/membres/professors/gallego/pdf/Boeckx\\_Gallego\\_clitics.pdf](http://seneca.uab.es/ggt/membres/professors/gallego/pdf/Boeckx_Gallego_clitics.pdf). Acesso: 20 fev. 2009]
- BOK-BENNEMA, Reineke. Moving verbal complexes in Spanish. In: BROEKHUIS, Hans *et al.* (eds.) *Organizing Grammar: Linguistics studies in Honor of Henk van Riemsdijk*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 43-52.
- BOK-BENNEMA, Reineke. Clitic climbing. In: EVERAERT, Martin & VAN RIEMSDIJK, Henk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. vol. I. Malden, MA: Blackwell, 2006, p. 469-518.
- BOK-BENNEMA, Reineke & KAMPERS-MANHE, Brigitte. Transparency Effects in the Romance Languages. In: MAZZOLA, Michael L. (ed.) *Issues and Theory in Romance Linguistics: Selected Papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIII* (April 1-4, 1993). Washington: Georgetown University Press, 1994, p. 199-218.
- BORER, Hagit. *Parametric variation in clitic constructions*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1981.
- BOŠKOVIĆ, Željko. D-Structure, Theta-Criterion, and Movement into Theta-Positions. *Linguistic Analysis* 24:3-4, p. 247-286, 1994.
- BOŠKOVIĆ, Željko. *The Syntax of Nonfinite Complementation: an economy approach*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- BRANDT, Patrick. In the Double Object Construction. In: DE HOOP, Helen & VAN DER WOUDE, Ton (eds.) *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2000, p. 31-44. [Disponível em: <http://web.uni-frankfurt.de/fb10/brandt/inthedoc.pdf> Acesso: 1.fev. 2010.]
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês & MATOS, Gabriela. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês & FARIA, Isabel. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. rev.aum., Lisboa: Caminho, 2003, p. 795-867.
- BURZIO, Luigi. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- BYBEE, Joan (2003) Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency. In: JOSEPH, Brian D. & JANDA, Richard D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 602-623.
- CABLE, Seth. *Restructuring in English*. Ms. 2004. [Artigo apresentado no *Workshop in Syntax and Semantics*. Disponível em: <http://people.umass.edu/scable/papers/English-Restructuring.pdf> Acesso: 15 jul 2007]

- CACOULOS, Rena Torres. Construction frequency and reductive change: diachronic and register variation in Spanish clitic climbing. *Language Variation and Change* 11:2, p. 143-170, 1999.
- CARDEIRA, Esperança. *Entre o português arcaico e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2005.
- CARDINALETTI, Anna & REPETTI, Lori. The Phonology and Syntax of Preverbal and Postverbal Subject Clitics in Northern Italian Dialects. *Linguistic Inquiry* 39:4, p. 523-563, 2008.
- CARDINALETTI, Anna & ROBERTS, Ian. Clause Structure and X-Second. In: CINQUE, Guglielmo. (ed.) *The Cartography of Syntactic Structures*. Vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 2003 [1991], p. 123-166.
- CARDINALETTI, Anna. & SHLONSKY, Ur. Clitic Positions and Restructuring in Italian. *Linguistic Inquiry*, 35:4, p. 519-557, 2004.
- CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michael. The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In: VAN RIEMSDIJK, Henk (ed.) *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 145-233.
- CHAFE, Wallace. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Topics and Point of View. In: LI, Charles (ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 25-55.
- CHAFE, Wallace. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, Russell. (ed.) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987, p.21-52.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Topics in the Syntax and Semantics of Infinitives and Gerunds*. Tese (Doutorado em Linguística). Amherst: University of Massachusetts at Amherst, 1984.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad. Luís Arthur Pagani; Lúgia Negri; Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: Eduep, 2003.
- CHOI, Kiyong. The Structure of Constituent Negation in English. *Studies in Generative Grammar* 14:2, p. 187-197, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding: the Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995a.
- CHOMSKY, Noam. Bare Phrase Structure. In: WEBELHUTH, Gert. (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program: Principles and Parameters in Syntactic Theory*. Oxford (UK)/Cambridge (USA): Blackwell, 1995b, p. 383-439.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David & URIAGEREKA, Juan. *Step by Step*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael. *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001, p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana. *Structures and Beyond: the Cartography of Syntactic Structures*. Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 104-131.
- CHOMSKY, Noam. Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry* 36:1, p. 1-22, 2005.

- CHOMSKY, Noam. On phases. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos & ZUBIZARRETA, Maria Luisa (eds). *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008, p. 133-166.
- CINQUE, Guglielmo. On si constructions and the theory of Arb. *Linguistic Inquiry* 19:4, p. 521-581, 1988.
- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, Guglielmo. “Restructuring” and the order of aspectual and root modal heads. In: CINQUE, Guglielmo & SALVI, Giampaolo. (eds.) *Current studies in Italian syntax: Essays offered to Lorenzo Renzi*. Amsterdam: Elsevier, 2001, p. 137-155.
- CINQUE, Guglielmo. A note on “restructuring” and quantifier climbing in French. *Linguistic Inquiry* 33:4, p. 617-636, 2002.
- CINQUE, Guglielmo. “Restructuring” and functional structure. In: BELLETTI, Adriana. (ed.) *Structures and Beyond: the Cartography of Syntactic Structures*. vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 132-191. [publicado originalmente em 2001]
- CINQUE, Guglielmo. *Restructuring and Functional Heads: the Cartography of Syntactic Structures*. vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CINQUE, Guglielmo & RIZZI, Luigi. The cartography of syntactic structures. *CISCL Working Papers* 2, 2008. [Disponível em: [http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc\\_pub/cinque-rizzi2008-The\\_cartography\\_of\\_Syntactic\\_Structures.pdf](http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc_pub/cinque-rizzi2008-The_cartography_of_Syntactic_Structures.pdf). Acesso:6 jun. 2009]
- CINTRA, Luis Felipe Lindley. Les anciens textes non littéraires, classement et bibliographie, *Revue de Linguistique Romane* 27, p. 40-58, 1963.
- COLLINS, Chris. A smuggling approach to the passive in English. *Syntax* 8:2, p. 81-120, 2005.
- COMRIE, Bernard. Remarks on clitic climbing in Brazilian Portuguese. *Lingua* 58:3-4, p. 243-265, 1982.
- COMRIE, Bernard. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CORPUS TYCHO BRAHE. 2008. [Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/> Acesso: 2 dez. 2008]
- CORVER, Norbert & DELFITTO, Dennis. On the nature of pronoun movement. In: VAN RIEMSDIJK, Henk (ed.) *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999, p. 599-661.
- COSTA, JOÃO. *Word Order Variation: A constraint-based approach*. The Hague: Holland Academic Graphics, 1998.
- COSTA, João & DUARTE, Inês. Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistics* 1:2, p. 159-176, 2003.
- CROFT, William. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CYRINO, Sonia. The loss of clitic climbing in Brazilian Portuguese revisited. Ms. 2008 [Texto apresentado no *X Diachronic Generative Syntax – Cornell University*]

- CYRINO, Sonia & MATOS, Gabriela. Anáfora do Complemento Nulo: Anáfora profunda ou de superfície? Evidência do Português Brasileiro e Europeu. *Letras de Hoje* 41:1, p. 121-141, 2006.
- DAVIDSON, Donald. The logical form of Action Sentences. In: RESCHER, Nicholas. *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1967, p. 81-95.
- DAVIES, Mark. Analyzing Syntactic Variation with Computer-Based Corpora: The Case of Modern Spanish Clitic Climbing. *Hispania* 78: 2, p. 370-380, 1995.
- DAVIES, Mark. A corpus-based approach to diachronic clitic climbing in Portuguese. *Hispanic Journal* 17: 93-111, 1997.
- DAVIES, Mark & FERREIRA, Michael J. *Corpus do Português: 1300s-1900s*. 2006. [Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.]
- DÉCHAINED, Rose-Marie & WILTSCHKO, Martina. Decomposing pronouns. *Linguistic Inquiry* 33: 3, p. 409-442, 2002.
- DEN DIKKEN, Marcel. Phase Extension: Contours of a theory of the role of head movement in phrasal extraction. *Theoretical Linguistics* 33:1, 1-42, 2007.
- DEPIANTE, Marcela A. On Null Complement Anaphora in Spanish and Italian. *Probus* 13:2, p. 193-221, 2001.
- DIESING, Molly. *Indefinites*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DOSUNA, Julián Méndez. Fusion, fission, and relevance in language change: de-univerbation in Greek verb morphology. *Studies in Language* 21:3, p. 577-612, 1997.
- DUARTE, Inês. Subordinação completiva – as orações complexas. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. 6.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p. 593-651.
- DUARTE, Inês & MATOS, Gabriela. Clíticos e sujeito nulo em Português: para uma teoria de pro. *Boletim de Filologia* 29, vol 1.4, p. 479-538, 1984.
- DUBINSKY, Stanley & WILLIAMS, Kemp. Recategorization of Prepositions as Complementizers: The Case of Temporal Prepositions in English. *Linguistic Inquiry* 26:1, p. 125-137, 1995.
- EMBICK, David. Linearization and Local Dislocation: Derivational Mechanics and Interactions. *Linguistic Analysis* 33:3-4, p. 303-336, 2003.
- EMBICK, David & NOYER, Ralf. Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry* 32:4, p. 555-595, 2001.
- ERTESCHIK-SHIR, Nomi. *The Dynamics of Focus Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ERTESCHIK-SHIR, Nomi. *Information Structure: The syntax-discourse interface*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- FARKAS, Donka & KAZAZIS, Kostas. Clitic pronouns and topicality in Rumanian. In: KREIMAN, Jody & OJEDA, Almerindo E. *Papers from the sixteenth regional meeting – Chicago Linguistic Society*. Chicago: CLS, 1980, p. 75-82.
- FISCHER, Susann. Obligatory Clitic Climbing in Old Catalan. *Linguistics in Potsdam* 9, p. 63-76, 2000.



- FOLLI, Raffaella & HARLEY, Heidi. Causation, Obligation, and Argument Structure: On the Nature of Little v. *Linguistic Inquiry* 38:2, p. 197-238, 2007.
- FONTANA, Josep M. *Phrase Structure and the Syntax of Clitic in the History of Spanish*. Tese (Doutorado em Linguística). Philadelphia, PA: University of Pennsylvania, 1993.
- FRANKS, Steven & KING, Tracy Holloway. *A Handbook of Slavic Clitics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FROTA, Sónia & VIGÁRIO, Marina. Efeitos de Peso no Português Europeu. In: MATEUS, Maria Helena Mira & CORREIA, Clara Nunes (eds.) *Saberes no Tempo: Homenagem a Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 315-333.
- GALLEGO, Ángel J. *Phase Theory and Parametric Variation*. Tese (Doutorado em Linguística). Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.
- GALVES, Charlotte. Clitic-placement in European Portuguese: evidence for a non-homogeneous theory of enclisis. *Anais do Workshop sobre Português*. Lisboa: APL, 1992, p. 61-80.
- GALVES, Charlotte M. Chambelland. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *DELTA* 6:2, 1990, p. 255-271.
- GALVES, Charlotte. Agreement, Predication and Pronouns in the History of Portuguese. In: COSTA, João. (ed.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.143-168.
- GALVES, Charlotte. *Ensaaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GALVES, Charlotte. Syntax and Style in Padre Antonio Vieira. *Santa Barbara Portuguese Studies* VI, p. 387-403, 2002.
- GALVES, Charlotte. & ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no Português Brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba & BASÍLIO, Margarida (orgs.) *Gramática do Português Falado, vol. IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP / São Paulo: Fapesp, 1996, p. 273-320.
- GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics* 4: 1, p. 39-67, 2005.
- GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A, KEMMLER, R. & SCHAFER-PRIEß, B. (orgs.) *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone and diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006, p.45-74.
- GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza & TORRES MORAIS, Maria Aparecida. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 4:2, p. 143-177, 2005.
- GALVES, Charlotte & SANDALO, Filomena. Clitic-placement in Modern and Classical Portuguese. *MIT Working Papers in Linguistics* 47, p. 115-128, 2004.
- GALVES, Charlotte & SANDALO, Filomena. From Intonational Phrase to Syntactic Phase: the grammaticalization of enclisis in the history of Portuguese. Ms. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, *a sair*.

- GILL, Deborah Jean. *An anaphoric approach to clitic position in Spanish*. Tese (Doutorado em Espanhol). Los Angeles: University of Southern California, 2000.
- GIVÓN, Talmy. (ed.) *Topic Continuity in Discourse: A quantitative cross-language study*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: An Introduction*. Vol. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- GIVÓN, Talmy. Multiple routes to clause union: the diachrony of complex verb phrases. In: GIVÓN, Talmy. *The Genesis of Syntactic Complexity: Diachrony, Ontogeny, Neuro-Cognition, Evolution*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009, p. 61-96.
- GOODALL, Grant. *Parallel Structures in Syntax: coordination, causatives and restructuring*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GOODALL, Grant. Wanna-contraction as restructuring. In: GEORGOPOULOS, Carol & ISHIHARA, Roberta (eds.) *Interdisciplinary approaches to language: essays in Honor of S.-Y. Kuroda*. Dordrecht/ Boston/ London: Kluwer, 1991, p.239-254.
- GONÇALVES, Anabela. Aspectos da reestruturação sintáctica em Português Europeu: as construções com os verbos modais. *Actas do IX Encontro da APL*. Lisboa: APL, 1993.
- GONÇALVES, Anabela. Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In Gonçalves, Anabela et al. (orgs.) *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*, Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 7-50.
- GONÇALVES, Anabela. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português Europeu*. Tese (Doutorado em Linguística). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1999.
- GONÇALVES, Anabela. Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do português europeu. In: DUARTE, Isabel; BARBOSA, Joaquim; MATOS, Sérgio & HÜSGEN, Thomas (orgs.) *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. 2002.
- GONÇALVES, Anabela & COSTA, Teresa da. *(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares: descrição e implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri/ Associação de Professores de Português, 2002.
- GONÇALVES, Anabela & DUARTE, Inês. Construções causativas em português europeu e em português brasileiro. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2001, p. 657-671.
- GONÇALVES, Anabela; DUARTE, Inês & MIGUEL, Matilde. On the status of prepositions in infinitival verb complements. Ms. *a sair* [Actas do VI Congreso de Lingüística General – Universidade de Santiago de Compostela].
- GONÇALVES, Anabela & MATOS, Gabriela. Reestruturação e Anáfora do Complemento Nulo em Português Europeu. In: FROTA, Sónia & SANTOS, Ana Lúcia. *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, 2008, p. 207-233
- GONZÁLEZ LÓPEZ, Verónica. *Spanish Clitic Climbing*. Tese (Doutorado em Espanhol). University Park, PA: Pennsylvania State University, 2008.

- GRIMSHAW, Jane. Form, function, and the Language Acquisition Device. In: BAKER, Carl Lee & MCCARTHY, John (eds.) *The Logical Problem of Language Acquisition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981, 165-182.
- GUERON, Jacqueline & HOEKSTRA, Teun. T-chains and auxiliaries. In: HOEKSTRA, Teun & SYBESMA, Rint & *et al.* (eds.) *Arguments and Structure: studies in the architecture of the sentence*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2004 [1988], p. 145-178.
- HAEGEMAN, Liliane. *The syntax of negation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HAEGEMAN, Liliane. *Thinking syntactically: a guide to argumentation and analysis*. Malden, MA/London/Sydney: Blackwell, 2006a.
- HAEGEMAN, Liliane. Clitic climbing and the dual status of *sembrare*. *Linguistic Inquiry* 37:3, p. 484-501, 2006b.
- HAEGEMAN, Liliane & RIEMSDIJK, Henk van. Verb Projection Raising, Scope and the Typology of Rules Affecting Verbs. *Linguistic Inquiry* 17:3, p. 417-466, 1986.
- HALLE, Morris & MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, Kenneth & KEYSER, Samuel Jay. *The View from Building 20: Essays in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111-176.
- HALLE, Morris & VERGNAUD, Jean-Roger. *An essay on stress*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on Transitivity and Theme in English: Part 2. *Journal of Linguistics* 3: 199-244, 1967.
- HALPERN, Aaron. *On the placement and morphology of clitics*. Los Angeles, CA: CSLI, 1995.
- HAVERKORT, Marco. Clitic climbing and barrierhood of VP. In: HUTCHINSON, John P. & MANFREDI, Victor (eds.) *Current approaches to African Linguistics*. Vol. 7. Dordrecht: Foris, 1990, p. 145-158.
- HAWKINS, John A. *A performace theory of order and constituency*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HAWKINS, John A. *Efficiency and Complexity in Grammars*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HEINE, Bernd & KUTEVA, Tania. *Language Contact and Grammatical Change*. Cambridge: Cambridge Univesiy Press, 2005.
- HIGGINBOTHAM, James. On Semantics. *Linguistic Inquiry* 16:4, p. 547-593, 1985.
- HINTERHÖLZL, Roland. Language Change versus Grammar Change: What diachronic data reveal about the distinction between core grammar and periphery. In: FUB, Eric & TRIPS, Carola (eds.) *Diachronic Clues to Synchronic Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2004, p. 131-160.
- HINTERHÖLZL, Roland & PETROVA, Svetlana. From V1 to V2 in West Germanic. *Lingua* 120: 2, p. 315-328, 2010.
- HOLMBERG, Anders. Remarks on Holmberg's Generalization. *Studia Linguistica* 53:1, 1999, p. 1-39.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HORNSTEIN, Norbert. Movement and control. *Linguistic Inquiry* 30:1, p. 69-96, 1999.

- HUANG, C.-T. James. On the distribution of reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry* 15:4, p. 531-574, 1984.
- HUTCHINSON, Amélia P. & LLOYD, Janet. *Portuguese: An Essential Grammar*. London: Routledge, 1996.
- HUYBREGTS, M. A. C. The weak adequacy of context-free phrase structure grammar. In: DE HAAN, Ger J.; TROMMELEN, Mieke & ZONNEVELD, Wire (eds.) *Van periferie naar kern*. Dordrecht: Foris, 1984, p. 81-99.
- JONES, Michael Allan. *Sardinian Syntax*. London: Routledge, 1993.
- KAHNEMUYIPOUR, Arsalan. Towards a phase-based theory of sentential stress. *MIT Working Papers in Linguistics* 49 (*Perspectives on Phases*), p. 125-146, 2005.
- KAHNEMUYIPOUR, Arsalan. Dynamic computation of linguistic processes. Ms., 2009. [Handout apresentado na Georgetown University]
- KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert Verlag, 2000.
- KAYNE, Richard. Datives in French and English. In: *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris, 1984, p. 193-202.
- KAYNE, Richard. *French syntax: the transformational process*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.
- KAYNE, Richard S. Null Subjects and Clitic Climbing. In: JAEGGLI, Osvaldo & SAFIR, Kenneth J. (eds.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989, p. 239-261.
- KAYNE, Richard S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- KAYNE, Richard S. *Parameters and Universals*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KEENAN, Edward L. Explaining the creation of reflexive pronouns in English. In: MINKOVA, Donka & STOCKWELL, Robert (eds.) *Studies in the History of English: A Millennial Perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002, p. 325-355.
- KERTES Gábor. *Subida de clíticos em corpora electrónicos: Análisis automático de textos em español peninsular moderno*. Dissertação (Mestrado em Filologia Espanhola). Szeged (Hungria): Szegedi Tudományegyetem, 2002. [Disponível em: <http://tesina.galleus.com/kertes.gabor.subida.de.cliticos.2002.pdf> Acesso: 22 jan. 2007]
- KIPARSKY, Paul. The rise of positional licensing. In: VAN KEMENADE, Ans & VINCENT, Nigel. (eds.) *Parameters of morphosyntactic change*. Oxford: Oxford University Press, 1997, 460-493.
- KLAVANS, Judith L. The independence of syntax and phonology in cliticization. *Language* 61:1, p. 93-120, 1985.
- KLIMA, Edward S. Negation in English. In: FODOR, Jerry A. & KATZ, Jerrold J. (eds.) *The Structure of Language: Reading in the Philosophy of Language*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1964, p. 246-323.
- KORNFILT, Jaklin. NP-movement and “Restructuring”. In: FREIDIN, Robert (ed.) *Current Issues in Comparative Grammar*. Dordrecht/London/Boston: Kluwer, 1996, p. 121-147.
- KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change* 1:3, p. 199-244, 1989.

- KROCH, Anthony. Morphosyntactic Variation. In: BEALS, K. et al. *Papers from the 30<sup>th</sup> Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Vol. 2: The Parasession on Variation and Linguistic Theory. Chicago: CLS, 1994, p. 180-201.
- KROCH, Anthony. Syntactic Change. In: BALTIM, Mark & COLLINS, Chris. (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, MA: Blackwell, 2001, 299-729.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAKA, Itziar. *Negation in Syntax: On the nature of functional categories and projections*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1990.
- LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form: Topic, focus and the mental representation of discourse referents*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- LAMIROY, Béatrice. The complementation of aspectual verbs in French. *Language* 63: 2, p. 278-298, 1987.
- LANDAU, Idan. *Elements of control: structure and meaning in infinitival constructions*. Dordrecht/ Boston/ London: Kluwer, 2000.
- LASNIK, Howard. Verbal Morphology: *Syntactic Structures* meets *The Minimalist Program*. In: CAMPOS, Héctor & KEMPCCHINSKY, Paula (eds.) *Evolution and revolution in Linguistic Theory*. Washington, DC: Georgetown University Press. 1995, p. 251-275.
- LASNIK, Howard & KUPIN, Joseph. A Restrictive Theory of Transformational Grammar. *Theoretical Linguistics* 4:3, p. 173-196, 1977.
- LEGATE, Julie Anne. Some Interface Properties of the Phase. *Linguistic Inquiry* 34:3, p. 506-516, 2003.
- LEONETTI, M. La subordinación sustantiva: las subordinadas enunciativas en los complementos nominales. In: BOSQUE, Ignacio & DEMONTE, Violeta (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999, p. 2084-2104.
- LIGHTFOOT, David. *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- LIGHTFOOT, David & RODRIGUES, Cilene. Subject Inversion and Clitic Climbing. *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 12, p.115-139, 2003.
- LUJÁN, Marta. Clitic promotion and mood in Spanish verbal complements. *Linguistics* 18:5/6, p. 381-484, 1980.
- LUNGUINHO, Marcus Vinícius da Silva. Dependências morfossintáticas: a relação Verbo Auxiliar-Forma Nominal. *Revista de Estudos da Linguagem* 14:2, p. 457-489, 2006.
- MAGRO, Catarina. O fenómeno de Subida de Clítico à luz de dados não-standard do PE. Ms, 2004. [Disponível em: [http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/pdfs\\_publicacoes/magro\\_2004.pdf](http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/pdfs_publicacoes/magro_2004.pdf) Acesso: 1. mar 2008.]
- MAGRO, Catarina. Introdutores de orações infinitivas – o que diz a sintaxe dos clíticos. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2005, p. 649-664.
- MAGRO, Catarina. *Clíticos: Variações sobre o Tema*. Tese (Doutorado em Linguística) Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.

- MANZINI, Rita. *Restructuring and Reanalysis*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1983.
- MANZINI, M. Rita & SAVOIA, Leonardo M. Clitics: Cooccurrence and Mutual Exclusion Patterns. In: RIZZI, Luigi (ed.) *The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2: The Structure of CP and IP. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 211-250.
- MANZINI, M. Rita & SAVOIA, Leonardo M. 2005. *I dialetti italiani e romanci: Morfossintassi generativa*. Vol. 3. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2005.
- MARANTZ, Alec. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. *Penn Working Papers in Linguistics* 4 vol. 2, p. 201-225, 1997.
- MARANTZ, Alec. Phases and Words. New York: CUNY, Ms., *a sair*. [Disponível em: [http://homepages.nyu.edu/~ma988/Phase\\_in\\_Words\\_Final.pdf](http://homepages.nyu.edu/~ma988/Phase_in_Words_Final.pdf) Acesso: 6 maio 2009]
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.
- MARTINS, Ana Maria. A Minimalist Approach to Clitic Climbing. In: COSTA, João. (ed.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 169-190. [publicado originalmente em 1995]
- MARTINS, Ana Maria. Tipologia e mudança linguísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol. *Santa Barbara Portuguese Studies* VI, p. 340-386, 2002.
- MARTINS, Ana Maria. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. BRITO, Ana Maria; FIGUEIREDO, Olívia & BARROS, Clara (orgs.) *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 197-225.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: Morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAX PLANCK Institute for Evolutionary Anthropology. *The Leipzig Glossing Rules: Conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses*. Ms. 2008. [Disponível em: [http://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/LGR09\\_02\\_23.pdf](http://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/LGR09_02_23.pdf) Acesso: 30 Ago. 2009.]
- MCENERY, Tony & WILSON, Andrew. *Corpus Linguistics*. 2.ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- MEILLET, Auguste. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Honoré Champion, 1965 [1912], p. 130-148.
- MOBBS, Iain. 'Functionalism', the design of the language faculty, and (disharmonic) typology. Dissertação (MPhil in Linguistics). Cambridge: University of Cambridge, 2008.
- MONTEIRO, José Lemos. Quem disse que não há infixos em Português? *Cadernos do II CNLF* 1998. [Disponível em: [http://www.filologia.org.br/cong\\_iicnlf.html](http://www.filologia.org.br/cong_iicnlf.html) Acesso: 20 nov. 2009]
- MOORE, John C. *Reduced constructions in Spanish*. New York & London: Garland, 1996.

- MOORE, John C. Object controlled restructuring in Spanish. In: GERDTS, Donna B.; MOORE, John & POLINSKY, Maria (eds.) *Hypothesis A / Hypothesis B: Linguistic Explorations in Honor of David M. Perlmutter*. Cambridge, MA: MIT Press, *a sair*.
- MUSSAFIA, Alfredo. Enclisi o proclisi del pronome personale atono quale oggeto. *Romania* 27, p. 145-146, 1888.
- MYHILL, John. The grammaticalization of auxiliaries: Spanish clitic climbing. In: AXMAKER, Shelley; JAISSE, Annie & SINGMASTER, Helen (eds.) *Proceedings of the 14<sup>th</sup>. Annual meeting of the Berkeley Linguistics Society: General session and Parasession on Grammaticalization*. Berkeley: University of California at Berkeley, 1989, p. 352-363.
- NAMIUTI, Cristiane. *Aspectos da História Gramatical do Português: Interpolação, Negação e Mudança*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- NAKATANI, Kentaro. Processing complexity of complex predicates: a case study in Japanese. *Linguistic Inquiry* 37: 4, p. 625-647, 2006.
- NAPOLI, Donna Jo. Semantic interpretation vs. lexical governance. *Language* 57:4, p. 841-887, 1981.
- NASCIMENTO, Milton. Teoria gramatical e “mecanismos funcionais de uso da língua”. *DELTA* 6:1, p.83-98, 1990.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati & VIOTTI, Evani *Estratégias de impessoalização no português brasileiro*. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. (orgs.) *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 179-203.
- NESPOR, Marina & VOGEL, Irene. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NIKOLAEVA, Irina. Secondary topic as a relation in information structure. *Linguistics* 39:1, p. 1-49, 2001.
- NYROP, K. *Grammaire historique de la langue française*. Tome 3.<sup>ème</sup>, 4.<sup>ème</sup> partie: Formation des mots. 2.ed.rev. Paris: Alphonse Picard & Fils, 1936.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *A Língua Portuguesa, 1400 a 1600: Aspectos de História e Gramática*. Ms. 2009. [Projeto de Pesquisa apresentado ao DLCV-FFLCH-USP.]
- PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1990.
- PESETSKY, David. *Paths and Categories*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1982.
- PESETSKY, David. *Zero syntax II: An essay on infinitives*. Ms. Cambridge, MA: MIT, 1992. [Disponível em: <http://web.mit.edu/linguistics/people/faculty/pesetsky/infins.pdf>. Acesso: 6 dez 2006]
- PESETSKY, David & TORREGO, Esther. Tense, Case and the Nature of Syntactic Categories. In: GUÉRON, Jacqueline & LECARME, Jacqueline (eds.) *The Syntax of Time*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004, p. 495-538.

- PICALLO, Carme. Modal verbs in Catalan. *Natural Language and Linguistic Theory* 8:2, p. 285-312, 1990.
- PIRES, Acrísio. *The Minimalist Syntax of Defective Domains: gerunds and infinitives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.
- POLINSKY, Maria. Double objects in causatives: toward a study of coding conflict. *Studies in Language* 19, p. 129-221, 1994.
- POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, universal grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20:3, p. 365-424, 1989.
- POSTAL, Paul. *On raising: one rule of English grammar and its theoretical implications*. Cambridge, MA: MIT Press, 1974.
- PRINCE, Ellen F. Toward a Taxonomy of Given-New Information. COLE, Peter (ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.
- RACKOWSKI, Andrea & RICHARDS, Norvin. Phase Edge and Extraction: A Tagalog Case Study. *Linguistic Inquiry* 36:4, p. 565-599, 2005.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. On the Null Object in European Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo & SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986, p. 373-390.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18:1, p. 85-110, 1987.
- RAPOSO, Eduardo. Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo & SAFIR, Kenneth. (eds.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989, p. 277-305.
- RAPOSO, Eduardo. Definite/Zero Alternations in Portuguese: Towards a Unification of Topic Constructions. In: SCHWEGLER, Armin; TRANEL, Bernard & URIBE-ETXEBARRIA, Myriam. (orgs.) *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 1998, p. 197-212.
- RAPOSO, Eduardo & URIAGEREKA, Juan. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory* 14:4, p. 749-810, 1996.
- RAPPAPORT, Gilbert C. On anaphor binding in Russian. *Natural Language and Linguistic Theory* 4:1, p. 97-120, 1986.
- REINHART, Tanya. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica* 27, p. 53-94, 1981.
- REIS, Fernanda Elena de Barros. *Verbos auxiliares no Português Brasileiro*. Ms. 2008. [Relatório Parcial de atividades de Iniciação Científica-CNPq]
- RENZI, Lorenzo. Two types of clitics in Natural Languages. *Rivista di Linguistica* 1:2, p. 355-372, 1989.
- RIBEIRO, Ilza M. O. *A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- RIBEIRO, Ilza. As mudanças sintáticas do PE – questões sobre periodização. In: CASTILHO, Ataliba et al. (orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2007, p. 529-547.



- RICHARDS, Marc. *Deriving the edge: what's in a phase?* Ms., University of Leipzig, 2006. [Disponível em: <http://www.uni-leipzig.de/~muellerg/ri1.pdf>. Acesso: 18 set. 2009.]
- RIVERO, Maria-Luisa. Parameters in the typology of clitics in Romance and Old Spanish. *Language* 62:4, p. 774-807, 1986.
- RIVERO, Maria-Luisa. Clitic and NP Climbing in Old Spanish. In: CAMPOS, Héctor & MARTÍNEZ-GIL, José. *Current Studies in Spanish Linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1991, p. 241-282.
- RIZZI, Luigi. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.
- RIZZI, Luigi. On Chain Formation. In: BORER, Hagit (ed.) *The Syntax of Pronominal Clitics*. (*Syntax and Semantics* Vol. 19). New York: Academic Press, 1986, p. 65-96.
- RIZZI, Luigi. *Relativized Minimality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. (ed.) *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337.
- RIZZI, Luigi. Some notes on Romance cliticization. In: *Comparative Syntax and Language Acquisition*. London: Routledge, 2000, p.96-122.
- ROBERTS, Ian. Restructuring, Head Movement and Locality. *Linguistic Inquiry* 28:3, p. 423-460, 1997.
- ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ROBERTS, Ian. Taraldsen's Generalisation and Language Change: Two Ways to Lose Null Subjects. Ms. 2008. [Disponível em: [people.pwf.cam.ac.uk/mtb23/NSP/Ian%20on%20BP%20and%20French.doc](http://people.pwf.cam.ac.uk/mtb23/NSP/Ian%20on%20BP%20and%20French.doc). Acesso: 1. Dez 2008.]
- ROBERTS, Ian. Smuggling and FOFC. [Disponível em: [http://research.ncl.ac.uk/linearization/Smuggling\\_and\\_FOFC\\_for\\_Barcelona%5B1%5D.pdf](http://research.ncl.ac.uk/linearization/Smuggling_and_FOFC_for_Barcelona%5B1%5D.pdf) Acesso: 25 maio 2010]
- ROBERTS, Ian. *Agreement and Head Movement: clitics, incorporation and defective goals*. Ms., *a sair*.
- ROBERTS, Ian & HOLMBERG, Anders. Introduction: Parameters in Minimalist Theory. In: BIBERAUER, Theresa; HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian & SHEEHAN, Michelle. *Parametric variation: null subjects in Minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1-57.
- ROBERTS, Ian & ROUSSOU, Anna. *Syntactic Change: a minimalist approach to grammaticalisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ROCHETTE, A. *Semantic and syntactic properties of Romance Sentential Complementation*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1988.
- RODRÍGUEZ-MONDOÑEDO, Miguel; SNYDER, William & SUGISAKI, Koji. Clitic Climbing in Child Spanish and the Theory of Parameters. In: TARAPORE, D.; FLOREANO, D & KELLER, L. *Supplement to the Proceedings of the 29<sup>th</sup> Boston University Conference on Language Development*. Boston University, 2006, p. 358-364.
- ROORYCK, Johan. Against Optional Movement for Clitic Climbing. In: MAZZOLA, Michael L. (ed.) *Issues and Theory in Romance Linguistics: Selected Papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIII*. Washington: Georgetown University Press, 1994, p. 417-443.

- ROSEN, Sara Thomas. *Argument structure and complex predicates*. Tese (Doutorado em Linguística) Boston, MA: Brandeis University, 1989.
- ROUVERET, Alain. Cliticização e tempo em português europeu. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17, 1989, p. 9-37.
- ROUVERET, Alain. Clitics, subjects and tense in European Portuguese. In: VAN RIEMSDIJK, Henk (ed.) *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 639-677.
- ROUVERET, Alain & VERGNAUD, Jean-Roger. Specifying Reference to the Subject: French Causatives and Conditions on Representations. *Linguistic Inquiry* 11:1, p. 97-202, 1980.
- SALLES, Heloísa M.M. L. *Preposições do Português*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- SALLES, Heloísa M.M. L. Infinitive clauses as substitutes for subjunctive clauses. In: PÉREZ-LÉROUX, Maria Teresa. & ROBERGE, Yves (eds.) *Romance Linguistics Theory and Acquisition: Selected Papers from the 32<sup>nd</sup> LRSL*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 197-208.
- SALLES, Heloísa M.M. L. Exceptional Case Marking in Brazilian Portuguese. In: BATLLORI, Montse; HERNANZ, Maria-Lluïsa; PICALLO, Carme & ROCA, Francesc (eds.) *Grammaticalization and Parametric Variation*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 72-81.
- SALVI, Giampaolo. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. *Medievo Romanzo* XV: 2, p. 177-210, 1990.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali & SMITH, Eric. (2005). *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto. [Disponível em: [http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm) Acesso: 10 jul 2008]
- SCHÜTZE, Carson T. Serbo-Croatian Second Position Clitic Placement and the Phonology-Syntax Interface. *MIT Working Papers in Linguistics* 21, p. 373-473, 1994.
- SELKIRK, Elizabeth. *Phonology and Syntax: The relation between sound and structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.
- SELKIRK, Elisabeth. 1995. The prosodic structure of function words. In: BECKMAN, Jill; DICKEY, Laura Walsh; & URBANCZYK, Suzanne (eds.) *Papers in Optimality Theory*. Amherst, MA: GLSA Publications, 1995, p. 439-70.
- SILVERSTEIN, Michael. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W. (ed.) *Grammatical categories in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976, p. 112-171.
- SITARIDOU, Ioanna. *The Synchrony and Diachrony of Romance Infinitives with Nominative Subjects*. Tese (Doutorado em Linguística). Manchester: University of Manchester, 2002.
- SOLÀ, Jaume. Clitic Climbing and Null Subject Languages. *Catalan Journal of Linguistics* 1, p. 225-255, 2002.
- SONG, Jae Jung. Nonperiphrastic Causative Constructions. In: HASPELMATH, Martin; DRYER, Matthew S.; GIL, David & COMRIE, Bernard (eds.) *The World Atlas of Language Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, 2008. [Capítulo 111, disponível em: <http://wals.info/feature/111>. Acesso: 25 maio 2010]

- SPEYER, Augustin. A Prosodic Factor for the Decline of Topicalisation in English. In: KEPSEK, Stephan & REIS, Marga. *Linguistic Evidence: Empirical, Theoretical and Computational Perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005, p. 485-506.
- STOWELL, Tim. The Tense of Infinitives. *Linguistic Inquiry* 13:3, p. 561-570, 1982.
- STOWELL, Tim. Small clause restructuring. In: FREIDIN, Robert. (org.) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- STRAWSON, P. F. Identifying reference and truth-values. In: STEINBERG, Danny D. & JAKOBOVITS, Leon A. *Semantics: An interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 86-99.
- SUÑER, Margarita. Clitic promotion in Spanish revisited. In: NUESSEL, F. (ed.) *Contemporary Studies in Romance Linguistics: Proceedings of the 8th Annual Symposium on Romance Languages*. Bloomington, IN: IULC, 1980.
- TAGLIAMONTE, Sali A. *Analysing Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- TARALDSEN, Knut Tarald. *On the NIC, vacuous application and the that-trace filter*. Bloomington, IN: Indiana University Linguistics Club, 1980.
- TARALLO, Fernando. Por uma sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaaios de linguística* 13, p. 51-83, 1987.
- TERZI, Arhonto. Clitic climbing from finite clauses and tense raising. *Probus* 8:3, p. 273-295, 1996.
- TOBLER, Adolf. Besprechung von J. Le Coultre, De l'ordre des mots dans Chrétien de Troyes. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik* 5, p. 395-414, 1875.
- TOGNINI-BONELLI, Elena. *Corpus linguistics at work*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida. *Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo diacrônico da cliticização e do movimento do verbo*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- TRANNIN, Juliana Batista. A sintaxe do infinitivo com verbos causativos na história do português europeu. *Anais do SETA* 3, p. 522-531, 2009.
- TRUSWELL, Robert. *Event Structure and Extraction from Adjuncts*. [Apresentado no LAGB annual meeting, 31/8/2006, Newcastle. Disponível em: [http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robert/LAGB\\_handout.pdf](http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robert/LAGB_handout.pdf)]
- URIAGEREKA, Juan. *On Government*. Tese (Doutorado em Linguística). Storrs: University of Connecticut, 1988.
- URIAGEREKA, Juan. Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry* 26:1, p. 79-124, 1995.
- VIGÁRIO, Marina. On the prosodic status of stressless function words in European Portuguese. In: HALL, Alan & KLEINHENZ, Ursula (eds.) *Studies on the Phonological Word*. Amsterdam/Philadelphia, 1999, p. 255-294.
- VIGÁRIO, Marina. *The prosodic word in European Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

- VITRAL, Lorenzo. A Negação: Teoria da checagem e mudança linguística. In: VITRAL, Lorenzo & RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2006, p. 133-162.
- WACKERNAGEL, Jacob. Über ein Gesetz der indogermanischen Wortstellung. *Indogermanische Forschungen* 1, p. 333–436, 1892.
- WANNER, Dieter. A history of Spanish clitic movement. *Proceedings of the Berkeley Linguistics Society* 8, p. 135-147, 1982.
- WANNER, Dieter. *The development of Romance Clitic Pronouns: from Latin to Old Romance*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1987.
- WANNER, Dieter. Second Position Clitics in Medieval Romance. In: HALPERN, Aaron L. & ZWICKY, Arnold M. (eds.) *Approaching Second: second position clitics and related phenomena*. Stanford, CA: CSLI, 1996, p. 537-578.
- WARD, Gregory & BIRNER, Betty J. Information Structure. In: AARTS, Bas & MCMAHON, April. (eds.) *Handbook of English Linguistics*. Oxford: Basil Blackwell, 2006, p. 291-317.
- WILLIAMS, Edwin. Predication. *Linguistic Inquiry* 11:1, p. 203-238, 1980.
- WURMBRAND, Susanne. *Infinitives: Restructuring and clause structure*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2003.
- WURMBRAND, Susi. Two types of restructuring – Lexical vs. functional. *Lingua* 114:8, p. 991-1014, 2004.
- WURMBRAND, Susi. Verb clusters, verb raising, and restructuring. In: EVERAERT, Martin & VAN RIEMSDIJK, Henk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. vol. V. Malden, MA: Blackwell, 2006, p. 227-341.
- WURMBRAND, Susi. How complex are complex predicates? *Syntax* 10 , p. 243-288, 2007a.
- WURMBRAND, Susi. Infinitives are Tenseless. *Penn Working Papers in Linguistics* 13:1, p. 407-420, 2007b. [Proceedings of the 30<sup>th</sup> Annual Penn Linguistics Colloquium. Disponível em: <http://ling.auf.net/LingBuzz/000273> Acesso: 1 jun 2008]
- YANG, Charles D. *Knowledge and Learning in Natural Language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ZANUTTINI, Roberta. On the relevance of Tense for Sentential Negation. In: BELLETTI, Adriana. & RIZZI, Luigi (orgs.) *Parameters and Functional Heads*. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ZUBIZARRETA, María Luísa. *On the relationship of the lexicon to syntax*. Tese (Doutorado em Linguística). Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1982a.
- ZUBIZARRETA, María Luísa. Theoretical Implications of Subject Extraction in Portuguese. *The Linguistic Review* 2:1, p. 79-96, 1982b.
- ZUSHI, Mihoko. *Long-distance dependencies*. New York/London: Garland, 2001.
- ZWICKY, Arnold. *On clitics*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1977.
- ZWICKY, Arnold & PULLUM, Geoffrey K. Cliticization vs. Inflexion: The case of English N'T. *Language* 59:3, 1983, p. 502-513.

# Anexo A

---

## Fontes dos dados do português europeu

### **A.1 Romances**

Saramago, José (1922) *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

Jorge, Lídia (1946) *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

Reis, Patrícia (1970) *Morder-te o coração*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

Gullander, Miguel (1975) *Perdido de volta*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

### **A.2 Entrevistas formais (via *Corpus do Português*)**

Entrevistas do *Público*

Entrevistas do *Jornal de Notícias*

Entrevistas da *Web*

### **A.3 Entrevistas informais (via *Corpus do Português*)**

Entrevistas do CRPC: Corpus de Referência do Português Contemporâneo



## Anexo B

---

### Fontes dos dados do português clássico

- Mendes Pinto, Fernão. (1510) *Perigração*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1984
- Holanda, Francisco de. (1517) *Da Pintura Antiga*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda.
- Couto, Diogo do. (1542) *Décadas*. Vol 1. Lisboa: Sá da Costa, 1947.
- Sousa, Frei Luís de. (1556) *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1984.
- Lobo, Francisco Rodrigues. (1579) *Côrte Na Aldeia e Noites de Inverno*. Lisboa: Sá da Costa, 1907.
- Costa, Manuel da. (1601) *Arte de Furtar*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1991.
- Vieira, António. (1608) *Cartas do Padre António Vieira*. Tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- Vieira, António. (1608) *Sermões*. Porto: Livraria Chardron & Lello & Irmão Editores, 1907.
- Melo, Francisco Manuel de. (1608) *Cartas Familiares*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942.
- Chagas, António das. (1631) *Cartas Espirituais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939.
- Bernardes, Manuel. (1644) *Nova Floresta*. Volume I. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1949.
- Brochado, José da Cunha. (1651) *Cartas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1944.
- Céu, Maria do. (1658) *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus*. Lisboa: Quimera, 1993.
- Barros, André de. (1675) *Vida do Apostolico Padre António Vieira*. Lisboa: Officina Sylviana, 1746.
- Argote, Jeronymo Contador de. (1676) *Regras da Lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa: Officina da Musica, 1725.
- Gusmão, Alexandre de. (1685) *Cartas*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1982.

- Cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier. (1702) *Cartas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.
- Aires, Matias. (1705) *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1980.
- Verney, Luís António. (1713) *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949.
- Costa, António da. (1714) *Cartas do Abade António da Costa*. Lisboa: Cadernos da Seara Nova, 1946.
- Garção, Correia. (1724) *Obras Completas*. Vol II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.
- M.<sup>esa</sup> de Alorna. (1750) *Inéditos. Cartas e Outros Escritos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1941.
- Garrett, Almeida (1799). *Viagens na Minha Terra* (edição eletrônica) Lisboa: Imprensa Nacional & Biblioteca Nacional, 1998.
- M.<sup>es</sup> de Alorna. (1802) *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1926.
- Ortigão, Ramalho. (1836) *Cartas a Emília*. Lisboa: Lisóptima Edições & Biblioteca Nacional, 1993.